

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Trabalho em África
no tempo colonial**

Volume 46 - número 2 - 2015
ISSN.BL 0041-8862 Fortaleza

Universidade Federal do Ceará - UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Trabalho em África no tempo colonial

ISSN.BL 0041-8862. Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 01 - 313, jul./dez., 2015
ISSN, v. eletrônica 2318-4620. Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 01 - 313, jul./dez., 2015

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais – periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC

n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2015

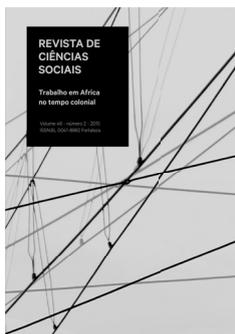
Semestral

ISSN.BL. 0041- 8862

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. África; 2. Trabalho escravo; 3. Trabalho indígena; 4. Resistência; 5. Estado colonial.

I- Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 46 – número 2 - 2015

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

Comissão Editorial

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Antônio Cristian Saraiva Paiva, Isabelle Braz Peixoto da Silva, Irllys Alencar Firmo Barreira e Jakson Alves Aquino.

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), João Pacheco de Oliveira (UFRJ), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS).

Edição

Projeto gráfico:
Vibri Design & Branding

Editoração eletrônica:
Léo de Oliveira

Organização:
Marina Berthet / Carla Alem Abrantes

Revisão: Sulamita Vieira

Endereço para correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Centro de Humanidades –
Universidade Federal do Ceará
Endereço postal: Av. da
Universidade, 2995,
1º andar (Benfica)
60.020-181 Fortaleza, Ceará /
BRASIL
Tel./Fax: (85) 3366-7546 /
3366-7416
E-mail: rcs@ufc.br
www.rcs.ufc.br

Publicação semestral

Solicita-se permuta / Exchange desired

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza
v. 46, n. 2, 2015

// DOSSIÊ: Trabalho em África no tempo colonial

11 Apresentação

Marina Berthet e Carla Susana Alem Abrantes

17 Ruth First e a história das ciências sociais em Moçambique: o “ouro negro” e o trabalhador migrante nas minas sul-africanas

Diogo Valença de Azevedo Costa

53 A escravidão na África Oriental alemã (1885 – 1914)

Sílvio Marcus de Souza Correa

75 Trabalho feminino nas colônias alemãs da África

Simoni Mendes de Paula e Ana Carolina Schweitzer

93 Carregadores, guias e caçadores: trabalho e resistência na expedição portuguesa ao interior da África (1884 – 1885)

Antonio José Alves de Oliveira e José Nilo Bezerra Diniz

117 A gestão do trabalho indígena frente à resistência política em Angola, 1950

Carla Susana Alem Abrantes e Marina Berthet

// ARTIGOS

- 143 Sujeito, ação coletiva e mobilização: a brinquedoteca hospitalar e o direito ao brincar**
Bruna Alves Lopes, Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior e Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros
- 173 Os 40 anos de *Trabalho e capital monopolista*, de Harry Braverman: a persistente fragilidade sindical nos assuntos relacionados ao processo de trabalho**
Fernando Coutinho Cotanda
- 201 João do Vale e a formação de um artista popular no Brasil, nos anos de 1950**
Mariana Mont'Alverne Barreto Lima
- 225 Andread Jó e a Nova Produção Independente em Fortaleza/CE: reflexões sobre a indústria fonográfica em tempos de ciberespaço**
Tássio Ricelly Pinto de Farias e Jean Henrique Costa
- 265 As desigualdades categóricas e duradouras de propriedade, raça e sexo na Sociologia Paulista das décadas de 1950 e 1960**
André Victorino Mindoso e José Miguel Rasia

// RESENHAS

- 287 MACAGNO, Lorenzo. O dilema multicultural**
Mário Henrique Benevides
- 293 GIDDENS, Anthony. The politics of climate change**
Juliana Capra Maia
- 301 DAVEL, E. e VERGARA, S. C. (org.). Gestão com pessoas e subjetividade**
Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá e Raquel Libório Feitosa

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza
v. 46, n. 2, 2015

// DOSSIER: Work in Africa in colonial time

11 Presentation

Marina Berthete and Carla Susana Alem Abrantes

17 Ruth First and the history of social sciences in Mozambique: the “black gold” and the migrant worker in South African Mines

Diogo Valença de Azevedo Costa

53 Slavery in German East Africa (1885 - 1914)

Sílvio Marcus de Souza Correa

75 Women’s work in the German colonies in Africa

Simoni Mendes de Paula and Ana Carolina Schweitzer

93 Porters, guides and hunters: work and resistance in the Portuguese expedition to the interior of Africa (1884 – 1885)

Antonio José Alves de Oliveira and José Nilo Bezerra Diniz

117 Native labour administration facing the political resistance in Angola, 1950

Carla Susana Alem Abrantes and Marina Berthet

// ARTICLES

- 143 Subject, collective action and mobilization: The hospital toy library and the right to play**
Bruna Alves Lopes, Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior and Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros
- 173 The 40 years of “Labor and Monopoly Capital”, by Harry Braverman: the persistent trade union fragility in matters related to the labour process**
Fernando Coutinho Cotanda
- 201 João do Vale and the formation of an popular artist in Brazil in the 1950’s**
Mariana Mont’Alverne Barreto Lima
- 225 AndreadJó and the New Independent Production in Fortaleza / CE: reflections on the music industry in cyberspace times**
Tássio Ricelly Pinto de Farias and Jean Henrique Costa
- 265 Categorical and Durable Inequality of Property, Race and Sex at São Paulo’s Sociology (1950-1960)**
André Victorino Mindoso and José Miguel Rasia

// BOOK REVIEWS

- 287 MACAGNO, Lorenzo. The multicultural dilemma.**
Mário Henrique Benevides
- 293 GIDDENS, Anthony. The politics of climate change.**
Juliana Capra Maia
- 301 DAVEL, E. and VERGARA, S. C. (org.). Management with people and subjectivity**
Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá and Raquel Libório Feitosa

// **Dossiê:** TRABALHO EM ÁFRICA NO
TEMPO COLONIAL

O trabalho em África no tempo colonial (apresentação)

Pesquisas e estudos focados no continente africano vem conquistando um espaço significativo na área das ciências sociais (incluindo história) e literatura no Brasil. Assim sendo, uma temática como o trabalho forçado em África, que poderia parecer tão específica há alguns anos, é hoje um assunto transversal ao estudo do período das colônias africanas ou pós-independência. No entanto, existe um número limitado de pesquisadores que se debruçam sobre o tema e os trabalhos de Zamparoni¹ nessa área são pioneiros.

As acadêmicas coordenadoras deste dossiê estabeleceram um diálogo com base nos seus eixos de pesquisa comuns sobre trabalho forçado no contexto da colonização em África, sobre as correlações entre os espaços do trabalho e os *loci* políticos e econômicos, a questão do Estado colonial e suas intervenções nas relações de trabalho através do uso de instrumentos jurídicos, morais e outros; e o papel dos trabalhadores africanos na resistência política e reivindicação dos seus direitos. Foi a partir desse diálogo que surgiu a ideia de participar da IV Reunião Equatorial de Antropologia / XIII ABANNE (Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste) – realizadas entre 04 e 07 de agosto de 2013, em Fortaleza – com o tema “Saberes locais e experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico”. O Grupo de Trabalho (GT número 23) intitulado “O trabalho em África: imperativos coloniais, alternativas e resistências locais”, organizado no âmbito de um congresso regional de antropologia, representou um espaço propício para trocar reflexões sobre a situação colonial em África e o processo do trabalho forçado. O GT visava pensar o trabalho africano a

partir do período pós-abolição nas Américas, verificando a persistência de instituições coloniais análogas à escravidão em África nesse período.

Durante o GT, foi possível evidenciar o fato de que a mão de obra africana se tornou um objeto de negociações e regulações dentro de um mercado organizado para atender às demandas coloniais enquadradas pelo aparelho administrativo estatal colonial. A maioria dos participantes do GT trabalhou sobre duas metrópoles coloniais europeias: Portugal e Alemanha. Os pesquisadores demonstraram como esses impérios coloniais se basearam na coerção para criar instâncias jurídicas a serviço de seus projetos. Um dos elementos relevantes da maioria dos trabalhos foi observar o papel dos atores/trabalhadores africanos para contornar as temidas regras dos trabalhos coloniais e conquistar novos espaços políticos. Inscrito dentro de uma perspectiva interdisciplinar, o GT acolheu trabalhos de antropólogos e historiadores. Além de ter contado com apresentações densas, um dos desdobramentos mais profícuos desse GT se concretizou na oportunidade de organizar um dossiê na Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Cabe enfatizar que esse periódico se apresentou como espaço único para acolher nosso dossiê e contribuiu, assim, para o compartilhamento de reflexões decorrentes de pesquisas instigantes no que toca ao fenômeno do trabalho em África.

A título de esboço de pano de fundo contextual dos artigos que compõem este dossiê, vale lembrar que a abolição oficial da escravatura não implicou o fim do tráfico. Esse acontecimento levou, durante décadas, os impérios europeus – vinculados ao início da era industrial – a consolidar sua presença nas colônias africanas, ao estabelecer um sistema administrativo e econômico que visava explorar – da forma mais eficiente possível – os colonizados. Isso significou a criação de: novas categorias sociais como “o indígena”; novas justificativas (como a propalada necessidade de “civilizar” o homem negro) para explicar a pertinência da exploração da mão de obra local; e novas leis que se tornaram instrumentos para impor penas de trabalho. Neste contexto, os administradores coloniais reforçavam a legitimidade do Estado colonial na aplicação das leis, com o uso de uma força militar e de um aparelho administrativo. O uso do trabalho forçado é, portanto, comum a todos os sistemas coloniais europeus, embora diversas pesquisas demonstrassem que cada um deles possuía suas especificidades (COOPER, 1996, KEESE, 2004). Podemos, por exemplo, citar o fato de que nos anos 1950 a Inglaterra, pressionada por diversos movimentos de greve e de protesto por parte dos seus trabalhadores africanos, já tinha introduzido leis da previdência social nos seus territórios, e a França, com o papel fundamental

dos deputados africanos, tinha abolido oficialmente o trabalho forçado nas suas colônias, enquanto Portugal mantinha o recrutamento de uma mão de obra intimada a trabalhar em obras públicas.

Nos estudos em diversas línguas (espanhol, francês, inglês e alemão) sobre essa temática, dois momentos políticos chave acompanharam as mudanças administrativas que regiam o trabalho forçado: o período entre a pós-abolição da escravatura e a segunda guerra mundial, e o período dos anos 1950 até a era das independências, década de 1960 (e em 1975). Durante esses períodos, as práticas e os discursos das diferentes administrações coloniais foram construídos e reconstruídos para pensar o trabalho como forma de civilizar, de aliciar, explorar e negociar novas políticas e gestão da mão de obra. Em suma, o trabalho forçado, em todas as colônias africanas, está no centro do sistema de exploração colonial, tornando-se, ao longo das décadas, objeto de discursos políticos e de um aparato jurídico e moral com interesses econômicos óbvios em uma mão de obra barateada. O argumento racista deve ser enfatizado, já que a maioria das leis que disciplinavam a exploração dos homens e mulheres africanos, “se fundavam” na ideia segundo a qual os negros não gostavam de trabalhar e precisavam mudar suas mentalidades em relação ao trabalho para se civilizar. Essa mão de obra, dominada por um sistema repressivo, foi levada a trabalhar nos espaços públicos, na construção de vias ferroviária, estradas e diferentes espaços privados como os espaços domésticos das casas de emigrantes europeus, brancos, que ocupavam cargos de mando, e nas companhias estrangeiras interessadas na exploração das terras e nas minas.

A partir desse contexto político e social, os artigos selecionados para este dossiê giram em torno da regulamentação do trabalho, da imposição do modelo colonial de trabalho e seu funcionamento no cotidiano, das formas de recrutamento, o *status* e representação dos trabalhadores e suas reações. Numa perspectiva interdisciplinar, o dossiê reúne artigos que tratam da experiência colonial do trabalho em Moçambique, antigas colônias alemãs, e Angola, envolvendo diferentes grupos de atores: carregadores e caçadores, governadores, migrantes alemães nas colônias desse Império, trabalhadores africanos, mineiros e assalariados agrícolas.

O primeiro artigo do dossiê, “Ruth First e a história das ciências sociais em Moçambique: o ‘ouro negro’ e o trabalhador migrante nas minas sul-africanas”, de Diogo Valença de Azevedo Castro, traz uma reflexão sobre a obra *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant*, de 1983, redigida por Ruth First, cientista social sul-africana e opositora do regime do *Apartheid*, que, no final dos anos setenta, trabalhando em Moçambique, analisa a situação social dos trabalhadores migrantes (de Moçambique) nas

minas da África do Sul. O autor apresenta a obra como documento relevante não só para pesquisas atuais que tratam da questão do trabalho nas minas africanas, visando o questionamento da pertinência das categorias *proletário* e *camponês* no contexto colonial africano, e também como referência para entender a dinâmica das ciências sociais em Moçambique, logo após sua Independência em 1975.

O artigo “A escravidão na África oriental alemã (1885 – 1914)”, de Sílvio Marcus de Souza Correa, e o artigo “Trabalho feminino nas colônias alemãs da África: uma questão de gênero, classe e raça”, de Ana Carolina Schweitzer e Simoni Mendes de Paula, analisam práticas do colonialismo alemão em torno do trabalho escravo na África oriental, a partir da perspectiva de dois grupos de atores diferentes. No seu artigo, Souza Correa escolhe com fonte a obra *Die Haussklaverei in Ostafrika* (1915), do Dr. Fritz Weidner (*Escravidão doméstica na África oriental*), verdadeiro documento ideológico do imperialismo alemão, e analisa as práticas da política colonial alemã relativa à escravidão e as campanhas internacionais anti-escravagistas. O autor foca sua atenção no capítulo sobre as colônias ultramarinas e mostra que a imposição do trabalho, principalmente nas *plantations*, visava à alienação dos colonizados e levava a uma série de mudanças sociais nas aldeias e transformações identitárias individuais. A colonização alemã no continente africano durou trinta anos (1884-1914). Nessas colônias, o número de imigrantes alemães registrado por Schweitzer e Mendes é de 14.816 no Sudoeste Africano (atual Namíbia), 4.886 na chamada África Oriental Alemã (atual Tanzânia). A Sociedade de Colonização Alemã e sua Liga feminina se empenhavam em construir uma sociedade alemã nas suas colônias ultramarinas. Com base em recortes de jornais e fotografias, as autoras estudam o papel da Liga feminina no envio de mulheres alemãs e analisam seu cotidiano nessas colônias apontando, por exemplo, a divisão dos espaços de trabalho entre mulheres brancas e negras.

Outro grupo de atores chamou a atenção de José Nilo Bezerra Diniz e Antônio José Alves de Oliveira. No artigo intitulado “Carregadores, guias e caçadores: trabalho e resistência na expedição portuguesa ao interior da África (1884-1885)”, os autores enfatizam o papel imprescindível dos carregadores, guias e caçadores africanos na expedição científica de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, que pretendiam ir da Costa à Contra-costa, isto é, da atual Angola a Moçambique, entre 1884 e 1885. O artigo trata dos conhecimentos desses trabalhadores tão importantes para garantir a realização da expedição, evidenciando que, na condição de cozinheiros (e curadores), caçadores e guias resistiam de diversas formas à opressão dos aventureiros portugueses.

Prosseguindo com análise do colonialismo português, o artigo “A gestão do trabalho indígena frente à resistência política em Angola, 1950” conclui o dossiê. Neste texto, Marina Berthet e Susana Abrantes se baseiam no relatório do Major de Infantaria Hélio A. Esteves Felgas (1920-2008), “Ordem pública e tranquilidade social”, escrito em 1957. As autoras apontam um cenário de resistências africanas contra o trabalho e o sistema colonial português, chamando atenção para a maneira como Felgas pensava o cotidiano de gestão do trabalho e os limites do trabalho livre. No seu relatório, o autor reedifica o Estado como ator soberano e legítimo que, através da sua política e discursos sobre trabalho, afeta indivíduos e grupos locais.

Este dossiê não teria sido possível sem o apoio da professora doutora Isabelle Braz (UFC) e da Comissão Editorial da RCS, que, por meio da bolsista Alessandra Estevam, contribuíram para a organização dos artigos aqui apresentados. Assim, fazemos questão de concluir esta apresentação agradecendo o apoio da Revista de Ciências Sociais, que depositou sua confiança em nosso trabalho como organizadoras, para que este dossiê fosse realizado em boas condições. Esperamos que estes artigos – a maioria apresentados durante o XIII ABANNE – sobre o trabalho forçado consolidem a perspectiva interdisciplinar adotada nos estudos africanos no Brasil e permitam aos leitores ampliar seus conhecimentos acerca de um dos processos que mais afetou as sociedades africanas no século XX.

Marina Berthet e Carla Susana Alem Abrantes
(organizadoras do dossiê)

NOTAS 1 Entre outros trabalhos, podemos citar alguns mais recentes: As ‘escravas perpétuas’ e o ‘ensino prático’: raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930”(2002); “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas” (2004), “De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique” (2007).

Ruth First e a história das ciências sociais em Moçambique: o “ouro negro” e o trabalhador migrante nas minas sul-africanas*

Diogo Valença de Azevedo Costa

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto III do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Desigualdades, desenvolvimento e cultura, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco e Universität Basel (Unibas). Nesta última, como bolsista da CAPES - Proc. no BEX 10774/13-0.

Endereço eletrônico: valencadiogo@ufrb.edu.br ou valencadiogo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na história das ciências sociais moçambicanas, a cientista social, jornalista e militante comunista, Ruth First, ocupa um lugar de destaque na condição de diretora de pesquisas do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Após a Independência de Moçambique em 1975, First coordenou uma abrangente pesquisa de campo, entre 1977 e 79, sobre a situação do trabalhador migrante de origem camponesa nas minas da África do Sul. Ainda na década de 1950, havia denunciado as terríveis condições de trabalho nas minas sul-africanas de ouro e carvão, alimentadas pelo fluxo de mão de obra barata e de baixa qualificação proveniente de outros países africanos, principalmente de Moçambique. Será apenas no final dos anos 70 que a autora irá sistematizar – graças ao trabalho de equipe proporcionado pelo seu exílio moçambicano,

na condição de opositora do regime do *Apartheid* – suas principais ideias no campo da Economia Política e das Ciências Sociais sobre a formação e o desenvolvimento do capitalismo sul-africano e sua hegemonia na região da África Austral. Em 1982, Ruth First foi assassinada por uma carta-bomba remetida pelas forças repressivas do regime racista.

A proposta do presente artigo é, nesse sentido, apontar algumas importantes contribuições de Ruth First para as ciências sociais moçambicanas e africanas. Com este objetivo, será analisado o seu livro clássico *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant* (1983), fruto dos relatórios da pesquisa de campo, anteriormente referida, publicados em inglês e português (*O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de trabalho*), nos anos de 1977 e 79.

A escolha da primeira publicação citada como fonte de análise se deve ao enriquecimento posterior da obra com a coleta de canções e entrevistas dos trabalhadores migrantes e mineradores moçambicanos¹. Em termos de suas contribuições para as Ciências Sociais em Moçambique, serão examinadas as posições teóricas, metodológicas e políticas de Ruth First e sua equipe de pesquisadores, debatidas em *Black gold*, estabelecendo aí comparações com a produção acadêmica dos representantes da vertente marxista da teoria da dependência na América Latina.

No tocante à sua importância para as ciências sociais africanas em geral, é de fundamental interesse perceber o seu contraste com a exploração do trabalho nas minas da África de hoje, em suas conexões com a dinâmica internacional do “capital especulativo parasitário”². A leitura do livro de Ruth First pode ser tomada como uma fonte ainda válida de hipóteses para pesquisas mais atualizadas que possam se debruçar, de um lado, sobre a dinâmica internacional dos países africanos em termos da extração de seus recursos naturais, exploração do trabalho, inserção comercial, relações políticas, diplomáticas e militares nos planos continental e mundial e, de outro, no caso específico de Moçambique ou de Angola, sobre o modo como têm se desenvolvido os projetos de cooperação com outros países do Sul Global (tais como Brasil, Índia, China e África do Sul), a fim de questionar se, de fato, essa troca de conhecimentos e presumida cooperação tem favorecido a quebra e superação de padrões históricos de dependência e subordinação ou se, ao contrário, vem concorrendo para criar e reforçar novas formas econômicas dependentes, ao ampliar a teia da dominação entre nações. Este último objetivo, contudo, não será aqui perseguido, pois investigar os dilemas da cooperação Sul-Sul exige um esforço prévio de desvendamento do papel específico do capital financeiro internacional em empresas brasileiras,

chinesas e indianas que se expandiram em direção a países da América do Sul e da África. A consideração da natureza exata do “capital financeiro” passa pelo questionamento de sua atuação nas periferias do sistema e, aqui, sugerimos algumas de suas particularidades no continente africano.

Outro propósito colimado é discutir a pertinência da utilização de certos conceitos, produzidos pelas ciências sociais nas investigações sobre sociedades europeias, no estudo de realidades africanas. Nesse estudo pioneiro sobre o trabalho migrante nas minas sul-africanas, Ruth First se pergunta se aqueles trabalhadores moçambicanos provenientes da província de Inhambane seriam proletários ou camponeses. Mais do que aceitar ou rejeitar empiricamente esses conceitos no contexto social, político e econômico da África Austral, seria talvez mais frutífero e relevante um esforço de reflexão sobre o recurso heurístico da comparação conceitual nas ciências sociais. É sempre um grande desafio transpor conceitos e teorias de situações sociais bastante específicas para realidades radicalmente diversas. Muitas vezes, esse exercício pode conduzir a graves equívocos e armadilhas, como o de construir imaginariamente cenários inexistentes em determinados contextos históricos. De outro lado, se criativa e originalmente reelaborado, o exercício de transposição conceitual poderia resultar em aprofundamentos e enriquecimentos do próprio processo de teorização nas ciências sociais. Seria oportuno questionar, nesse sentido, que importância as ciências sociais produzidas a partir de e/ou sobre “as Áfricas” teriam para reconsiderar as matrizes europeias e norte-americanas, ocidentais³ das teorias clássicas relativas às dinâmicas mundiais do capitalismo e das sociedades modernas. Utilizadas na análise de situações diversas, as teorias sociais podem sair profundamente modificadas de modo a darem conta de realidades mais complexas. O livro de Ruth First serve como um ponto de partida para o presente esforço crítico, em especial pelo caráter cosmopolita de seu enfoque interpretativo, cujas reflexões – por transbordarem as fronteiras nacionais e regionais da África Austral e superarem as limitações de certos etnocentrismos metodológicos das tradições europeias, clássicas e modernas – expressam uma ruptura intelectual e política com as fronteiras mentais impostas pela antiga partilha imperialista do continente africano.

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, é indicado o contexto histórico de surgimento das ciências sociais em Moçambique, logo após a Independência, em 1975, do qual faz parte a própria escrita de o *Ouro negro*. Nesta parte, é focalizada apenas em linhas muito gerais a primeira fase do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, durante o período em que Ruth First nele atuou como diretora de pesquisas.

A segunda seção é dedicada à apresentação das conclusões gerais – tais como foram dispostas em cada capítulo do livro – da pesquisa coordenada por Ruth First sobre a exportação de trabalhadores moçambicanos de base camponesa e rural para as minas sul-africanas. Na terceira parte, são apresentadas hipóteses de trabalho para se investigar, atualmente, as relações entre a exploração das minas africanas e a reprodução do capitalismo em âmbito mundial. Aqui é abordado o caso historicamente mais próximo, isto é, a exploração de ouro na cidade de Sadiola, no Mali, sugerindo-se tratar-se de um problema crônico no continente africano, que se reproduz graças à dinâmica da acumulação de capital no plano mundial. Na quarta e última parte, aprofunda-se a discussão conceitual sobre as possibilidades de comparação entre as realidades africanas e outros contextos sociais de países centrais e periféricos. Nas quatro partes, indicamos como estudos específicos sobre países africanos seriam capazes de reelaborar e precisar noções teóricas das ciências sociais, como a de capital financeiro. Esta é a questão teórica central que perseguimos neste artigo, estabelecendo comparações entre o trabalho de Ruth First e a situação mais recente de outro país africano.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: A LUTA ANTICOLONIAL E O MOMENTO DE TRANSIÇÃO SOCIALISTA

O marco de surgimento das ciências sociais propriamente ditas em Moçambique se dá com a emergência do movimento de libertação nacional e as guerras anticoloniais. Isso não significa a inexistência, no período colonial anterior, de um pensamento crítico e contestatório em construção. A esse respeito, o historiador Valdemir Zamparoni nos fornece excelentes exemplos de tentativas de produzir uma perspectiva crítica contra o colonialismo, contidas em periódicos como *O Africano* e *O Brado Africano* (ZAMPARONI, 2012). Além disso, a empresa colonialista ganhou ares de instituição científica por meio dos escritos de inspiração acadêmica que tentavam justificá-la e imprimir-lhe certa racionalidade, tendo como uma das figuras mais emblemáticas de tal expressão literária o então administrador colonial português António Enes⁴ (ZAMPARONI, 2012; PÉLISSIER, 2000, p. 169-171). Essa narrativa colonialista tinha como suporte o discurso jurídico-normativo de invenção do indígena, oscilando entre objetivos homogeneizadores/assimilacionistas da empresa colonial – que se outorgava uma missão civilizatória – e a necessidade de compreender a diversidade étnica e cultural dos territórios hoje conhecidos como Moçambique. Esse primeiro esboço de uma ciência social baseia-se, predominantemente, em

descrições etnográficas, à maneira de relatos de funcionários da metrópole portuguesa, como um meio de reconhecer as características dos povos originários e subjugar-los para o trabalho forçado. A “ciência social” da empresa colonizadora será cultivada por funcionários e administradores, agentes de missões religiosas filantrópicas (a exemplo de Henri Junod, da Missão Suíça) e intelectuais como Jorge Dias, um dos defensores da ideologia *freyriana do lusotropicalismo*, que procurou adaptá-la ao que considerava ser o “caráter nacional” português (MACAGNO, 2000). Apesar de seus limites históricos, tal “ciência social” deixou um legado importante de questões, dilemas e interpretações que serão criticados e ressignificados pelos ideólogos da luta de libertação nacional em Moçambique, de acordo com aquilo que entendiam ser a construção de um “novo homem” e de novos padrões de solidariedade social, avessos aos particularismos e à violência do colonialismo português.

Inúmeras outras expressões das ciências sociais durante o período colonial poderiam ser mencionadas; porém, o objetivo aqui se limita a evidenciar dois momentos políticos diferentes, que se apresentam após a Independência. Se não podem ser inteiramente reduzidas a objetivos colonialistas, as ciências sociais elaboradas em sua grande maioria por portugueses reproduziam preconceitos de tipo racista que justificavam a própria empresa colonizadora como missão civilizadora. O maior exemplo dessa vertente são os trabalhos de Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, responsável por uma conferência ministrada no ano de 1946, em Moçambique, sob o título “Como se deve estudar um preto do ponto de vista antropológico” (PEREIRA, 2005). A antropologia colonial deteve um grande papel nesse primeiro momento. Entretanto, como pensamento crítico e contestatório, isto é, livre das amarras colonialistas de seus horizontes intelectuais estreitos, as ciências sociais em Moçambique surgem com a luta de libertação nacional e o processo político da Independência. Essas ciências sociais emergem nas situações em que os diferentes grupos e categorias que compõem a sociedade podem, em alguma medida, expressar suas concepções de mundo e disputar as verdades inerentes a suas posições ideológicas. Nas condições em que o saber é tutelado por uma casta intelectual ou no qual a reverência ao passado e à ordem estabelecida se faz obrigatória, as ciências sociais podem surgir distorcidas como tentativas de justificar ideologicamente a dominação de determinados grupos políticos encrustados nas esferas de poder estatal e no controle das oportunidades educacionais. É nesses termos que Mannheim (1986) interpreta o surgimento do pensamento científico nos horizontes de sua sociologia do conhecimento. Tal interpretação também é válida para os países de origem colonial e dependentes, pois o advento das ciências sociais

de cunho moderno se dá com a quebra da monopolização do saber pelos colonos e representantes da Metrópole.

A guerra de libertação nacional, em Moçambique, acelerou esse processo de quebra do monopólio de casta sobre o conhecimento e da hegemonia ideológica colonialista e, nesse sentido, cito o livro *Lutar por Moçambique*, de Eduardo Mondlane (1995[1969]), como o primeiro esboço de análise sociológica mais sistemática da economia, cultura e sociedade moçambicanas. Não se trata de uma abordagem marxista *stricto sensu*, por mais que posteriormente se tenha tentado localizar a todo custo o pensamento político de Mondlane dentro do marxismo. Vejo-o como uma tentativa de interpretação objetiva da realidade social moçambicana e dos caminhos da guerra de libertação nacional. A sua perspectiva é predominantemente anticolonial, com alguns elementos de inspiração marxista⁵ nas propostas políticas avançadas.

Não seria demérito do livro apontar nele a ausência de uma inspiração marxista mais sólida. A interpretação e o desmascaramento do colonialismo português em Moçambique são historicamente exatos e parecem não ter sido superados, em suas linhas gerais, pela investigação historiográfica atual mais rigorosa, a qual dispõe de inúmeras outras fontes de informação e de uma visão mais abrangente dos fatos.

Uma única referência seria suficiente para ilustrar o que acabo de dizer. O mito do direito histórico de Portugal de colonizar Moçambique, por ter estado lá desde o século XVI, no início da expansão marítima capitaneada pela península ibérica, é derrubado logo no primeiro capítulo com um estilo de exposição franco e direto, sem rodeios ou beletismo, apoiando-se em dados objetivos, documentos e informações históricas precisas. A historiografia atual, a exemplo de Pélissier (2000), vem confirmar com inúmeros outros dados as teses a esse respeito, presentes em *Lutar por Moçambique*. Escrito para servir aos propósitos de propaganda de guerra da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), o livro não deixa de assumir uma postura objetiva diante da realidade moçambicana e, nesse sentido, pode ser considerado o marco de emergência das ciências sociais modernas num país em luta pela sua libertação nacional.

Ora, para essa visão objetiva da sociedade moçambicana deve ter contribuído, em forte medida, a formação de Eduardo Mondlane como cientista social⁶. Mas é oportuno salientar que a perspectiva anticolonial contida em *Lutar por Moçambique* – enraizada nas tradições históricas moçambicanas e motivada pela preocupação em entender de modo integrado a realidade nacional no contexto político, social, cultural, econômico e

internacional da África Austral – constituiu um excelente ponto de partida, embora não sendo propriamente um escrito marxista, para a elaboração de uma perspectiva materialista histórica não dogmática no CEA (Centro de Estudos Africanos), do qual Ruth First seria a futura diretora de pesquisas e responsável pela coordenação de projetos de investigação. Alinhado politicamente ao marxismo e dirigido pelo jornalista marxista, Aquino de Bragança, o referido Centro desenvolvia pesquisas de campo originais, com métodos e técnicas de investigação criativos e inovadores, que passavam muito longe de reproduzir as teses tradicionais sobre os países coloniais e semicoloniais, tais como foram legados pela historiografia oficial soviética, ainda bastante influente no período da Guerra Fria, entre as décadas de 1960 e 70, nas nações comprometidas com a via socialista de superação do subdesenvolvimento.

Neste artigo, não há lugar para uma descrição detalhada do livro de Mondlane, que atuou como uma espécie de intelectual-coletivo, em sentido *gramsciano*, ao escrevê-lo, pois as teses aí expostas representam a visão de umas das frações da FRELIMO e, de certa forma, os anseios de libertação na construção de uma identidade nacional moçambicana. Cumpre apenas mencionar que a afinidade maior entre esse livro e a pesquisa coordenada por Ruth First sobre o mineiro moçambicano seria o seu intento de alcançar um conhecimento objetivo do mundo social, para poder transformar a sociedade existente.

Outra afinidade entre Mondlane e Ruth First é que ambos possuíam formação em ciências sociais e tentavam embasar suas afirmações sempre em referências empíricas seguramente estabelecidas. No livro *Black gold*, por exemplo, os dados estatísticos são elaborados de forma precisa e dentro de uma perspectiva crítica, às vezes sustentando conclusões capazes de contradizer aquilo que seria esperado diante do ponto de vista ideológico assumido pela autora e sua equipe de pesquisadores. Ao mesmo tempo, as inferências das amostras coletadas, alusivas à população das cidades e regiões estudadas, são sempre feitas com cautela e obedecendo aos limites de sua significância estatística. Esse mesmo rigor no tratamento dos dados não é encontrado em *Lutar por Moçambique*, o que não significa, ali, ausência de uma preocupação com as evidências empíricas, como bem demonstram os dados apresentados no livro. Uma situação de guerra e de luta ideológica não permitiria, por suposto, a realização de uma pesquisa empírica sistemática como a que foi realizada por Ruth First e sua equipe. O mais importante é a semelhança na atitude intelectual desses dois cientistas sociais e militantes políticos, em relação à necessidade de fundamentar empiricamente suas

afirmações, teorias e nas suas tentativas de desvendar as tendências históricas em curso. O pensamento anticolonial de Eduardo Mondlane e a perspectiva marxista de Ruth First convergem na ideia de que o conhecimento científico objetivo é um poderoso instrumento de transformação social.

Os momentos em que ambos elaboraram seus respectivos livros, entretanto, são muito distintos. Apesar das referências políticas e ideológicas comuns, as diferenças de magnitude em suas fundamentações teóricas, escopo empírico e visão prospectiva se devem ao fato de as exigências cognitivas de uma ciência social praticada nos horizontes de construção do socialismo serem bastante diversas das de uma interpretação sociológica, antropológica ou histórica, realizada nos marcos de uma guerra anticolonialista e empenhada no esforço de manter a unidade política da luta armada.

Com a ascensão do partido da FRELIMO ao poder de Estado em Moçambique – o qual se depara com a difícil tarefa de edificação nacional, tendo em vista a construção do socialismo num país com estrutura econômica, política, social e cultural de forte herança colonial –, esperava-se do cientista social que ele fizesse algo mais do que justificar, com argumentos históricos e sociológicos, a necessidade da guerra anticolonial e estivesse disposto a realizar diagnósticos objetivos da situação, a fim de superar os dilemas do chamado período de transição, na superação do subdesenvolvimento. O Centro de Estudos Africanos, no qual Ruth First atuou como vice-diretora e diretora de pesquisas, tinha como objetivo político contribuir para a construção do socialismo em Moçambique, produzindo conhecimentos científicos úteis para a compreensão dos mecanismos de reprodução do subdesenvolvimento e, a partir disso, traçar planos e estratégias de superação das situações de exploração e pobreza⁷.

Tal esforço de construção do que poderíamos caracterizar como uma “sociologia concreta” (FERNANDES, 1980) nos ajuda a compreender o caráter do conhecimento produzido por Ruth First e sua equipe de pesquisadores. Esse foi o tipo de sociologia que floresceu nos países em transição ao socialismo, intensivamente praticada em países como Rússia e Polônia. Era uma espécie de sociologia descritiva, que muitas vezes operava com recursos interpretativos do método de explicação funcionalista e da sociologia empírica, sem que disso se fizesse reconhecimento público. A *sociologia concreta* procurava fornecer dados objetivos, capazes de orientar a implementação dos planos econômicos e os objetivos políticos de redefinir as próprias relações sociais de produção em novas bases. Ou seja, relações não mais sustentadas na produção de mercadorias e valorização do capital, mas em formas coletivas de autogestão, pelos trabalhadores, e de distribuição dos

resultados da produção. No contexto de liberação dos países africanos dos anos de 1950, 60 e 70, a incorporação do socialismo como uma técnica de superação do subdesenvolvimento motivaria o cultivo das ciências sociais em moldes semelhantes aos dos países do bloco soviético.

Ressalte-se que esse tipo de sociologia muitas vezes sucumbiu a tentações dogmáticas de encaixar os dados empíricos numa camisa-de-força teórica, supostamente marxista, com citações rituais dos manuais de materialismo histórico e dialético, bem como referências obrigatórias ao pensamento de Stalin ou às formulações oficiais dos partidos comunistas. Esse padrão autoritário de pensamento se reproduziu também em Moçambique, afetando o cultivo das ciências sociais de modo a enquadrá-las nas posições oficiais do partido da FRELIMO. O que não passava muitas vezes de mera sociologia empírica era colocado como análise dialética, a fim de receber legitimação política e intelectual dentro de regimes autoritários. Apesar de tais limitações, a “sociologia concreta” avançou muito, em termos de pesquisa empírica e, quando soube ir além das suas amarras ideológicas, alcançou também um grau considerável de conhecimento integrado da realidade social, nos seus múltiplos aspectos, combinando economia, sociedade, política e cultura. Os entraves do período de transição eram vistos dentro de uma perspectiva global, a qual procurava revelar as relações entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, o local, o regional e o internacional, bem como as diversas interpenetrações entre o moderno e o arcaico, o novo e o velho no processo de transformação socialista da sociedade de classes.

Como avançar em direção ao socialismo, se os velhos problemas herdados da ordem colonial ameaçavam, no caso moçambicano, a possibilidade de ocupação da população trabalhadora e mesmo o nível de produção de subsistência, a sua segurança alimentar? Como enfrentar essa situação sem criar distinções de classe no seio das camadas camponesas? Como garantir os empregos nas indústrias, com toda a teia de comercialização do período colonial então desestruturada? Como superar a dependência dos trabalhadores migrantes moçambicanos em relação aos baixos salários, às vezes muito abaixo do nível de reprodução da força de trabalho (o que configura, no dizer de Ruy Mauro Marini, a superexploração do trabalhador), recebidos nas minas de ouro e carvão da África do Sul? Como garantir divisas estrangeiras, que poderiam ser reinvestidas no processo de industrialização, sem que as exportações dos produtos agrícolas fossem suficientes para tanto? Além disso, a construção do socialismo em Moçambique enfrentava dilemas característicos de um “comunismo de guerra”, com ameaças constantes provenientes da África do Sul e agravadas com o surgimento da RENA-

MO (Resistência Nacional Moçambicana). A África do Sul representava, indiretamente, os interesses das potências hegemônicas do Ocidente, que toleravam seu regime abertamente segregacionista, apesar de contrário aos *mores* sagrados da civilização cristã, livre e democrática, como um preço menor a pagar contra a expansão do comunismo; e a RENAMO se valia do discurso da diversidade étnica para justificar sua participação na resistência armada contra o poder da FRELIMO. De fato, o socialismo autoritário que guiou todo um processo de modernização homogeneizadora da sociedade moçambicana – com o fiasco da coletivização agrícola simbolizando as forças incontroláveis da história, que a própria revolução nacional não poderia contornar ou submeter –, insensível às diferenças culturais de seus povos originários, combatidas como resquícios de tribalismo e de crenças retrógradas, deu margens a que propostas políticas e militares como as da RENAMO se tornassem capazes de conquistar adeptos e simpatizantes. Qualquer tentativa de construção do socialismo dentro de tais condições se esgotaria nas suas próprias contradições internas e teria um fôlego bastante curto.

Essas são apenas algumas das perguntas, preocupações e dilemas históricos que Ruth First e sua equipe de pesquisadores se colocaram ao realizarem o estudo sobre o mineiro moçambicano. O seu objetivo não era formular uma teoria geral sobre a exploração ou mesmo legar uma nova interpretação do capitalismo a partir da observação dos acontecimentos na África Austral. No entanto, acreditamos que ela trouxe contribuições teóricas de relevo, que podem ser comparadas com as pesquisas realizadas por cientistas sociais latino-americanos localizados na perspectiva crítica da teoria marxista da dependência.

A autora não se preocupou em fazer citações rituais de autoridades ideológicas, a exemplo da figura mítica e heroica de Samora Machel, sempre evocada pelos ideólogos da FRELIMO para sustentar seus próprios pontos de vista; e mesmo as categorias marxistas utilizadas no livro são colocadas de modo original, sempre tentando revelar a especificidade de Moçambique, ou melhor, do processo de reatualização da acumulação primitiva de capital na África Austral, capitaneado pela África do Sul, em ligação com situações coloniais diversas de outros países.

Muito menos estava First interessada em construir uma teoria marxista da dependência a partir de Moçambique ou de África. Seu objetivo era bem mais modesto (se é que tal objetivo pode ser tido como modesto): contribuir para uma visão objetiva da realidade concreta de Moçambique e, a partir disso, orientar melhor os propósitos políticos de reconstrução nacional e da transição socialista. Esse foi o ponto de partida das ciências sociais modernas

em Moçambique e seu início estava vinculado a uma tentativa de edificação do socialismo, dentro das limitações de uma sociedade subdesenvolvida recém egressa do colonialismo. É certo que o CEA da Universidade Eduardo Mondlane passou por transformações após o período de reestruturação da economia moçambicana, iniciado em fins da década de 1980 (MOSCA, 2005); e, hoje, seus objetivos são muito diferentes daqueles que lhe foram originalmente atribuídos como missão, conforme se poderia demonstrar com uma investigação aprofundada das mudanças temáticas na revista *Estudos Moçambicanos*, principal publicação vinculada ao Centro. Nosso propósito aqui, entretanto, é sugerir o clima intelectual da fase inicial do Centro de Estudos Africanos, sem preocupações de fazer um levantamento completo de sua história até os dias atuais.

A pesquisa sobre o mineiro moçambicano foi realizada dentro dos marcos institucionais da disciplina “Sociologia do desenvolvimento”, pela qual Ruth First era responsável (BRAGANÇA, O’LAUGHLIN, 2014). Tal disciplina era frequentada por funcionários dos principais órgãos e instâncias administrativas do Estado, com diferentes níveis de escolaridade, e tinha o objetivo de dar suporte ao planejamento das ações do governo da FRELIMO. Grande parte da equipe de pesquisadores que participaram dos trabalhos de investigação de *O ouro negro* foi recrutada nesses quadros institucionais. A atuação de Ruth First, no Centro e na disciplina mencionada, teve sempre o propósito de conciliar o ensino da teoria nas ciências sociais com a prática de pesquisa. A despeito das críticas que podem ser feitas, hoje, aos alinhamentos ideológicos do CEA, a proposta de unir pesquisa, ensino e teoria nos parece bastante inovadora, se a compararmos com as orientações atuais de organização do ensino universitário das ex-colônias portuguesas, incluindo aí o Brasil. Na apresentação do livro *Black gold*, Ruth First explicita o nome dos pesquisadores; seria interessante um estudo que caracterizasse o perfil desse grupo de investigadores e reconstruísse o contexto acadêmico e político em que se inseriam. Nosso objetivo aqui é mais modesto; limita-se a discutir algumas das teses principais da obra, no intuito de estabelecer comparações com outras situações históricas, mais atuais, de exploração do trabalho no continente africano.

O livro de Ruth First pode ser tomado como um clássico das ciências sociais em Moçambique, pela relevância de suas conclusões teóricas; ao mesmo tempo, se constitui num dos melhores exemplos de cultivo da “sociologia concreta” nos países que tentaram realizar a transição socialista. Ele também revela o rico ponto de partida das ciências sociais em Moçambique, que floresceu no CEA, o qual se caracterizava não pela especialização

acadêmica, mas pelo esforço de integrar campos distintos do conhecimento, da economia à sociologia, passando pela história e pela antropologia. Não se pode dizer que *O ouro negro*, por exemplo, é um livro de sociologia. É mais adequado situá-lo no campo da Economia Política; mas ali há também uma sociologia embutida e podemos encontrar pontos de divergências com as teorias da modernização, muitas vezes exportadas do centro capitalista para as periferias.

No intuito de indicar algumas das principais contribuições teóricas do livro *O ouro negro*, passamos, agora, a expor suas teses centrais, comparando com elementos da teoria marxista da dependência, então produzida na América Latina um pouco antes, nas décadas de 1960 e 70.

Nesse trabalho, Ruth First tem a preocupação de se apoiar na fundamentação empírica. Assim, nenhuma afirmação teórica de relevo é feita sem alusão às evidências coletadas e interpretadas. No caso da teoria marxista da dependência, embora se possam conhecer as referências empíricas de autores com grande capacidade teórica – como Ruy Mauro Marini⁸ (2012), Vânia Bambirra (2013) e Theotônio dos Santos (1991 e 2000) –, o trabalho de Ruth First é muito mais exigente. Essa diferença talvez se explique pelo fato de tais pensadores estarem mais preocupados em alicerçar uma nova visão crítica das sociedades capitalistas periféricas em conexão com os dinamismos do capitalismo mundial controlado pelas nações hegemônicas. Nesse trabalho de formulação teórica, as evidências empíricas poderiam, sem grave prejuízo, ser parcialmente negligenciadas.

Essas rápidas alusões às teorias marxistas da dependência na América Latina, sem grandes preocupações sistemáticas, têm o propósito de mostrar como, a partir de um trabalho empírico sobre contextos históricos específicos do continente africano, podemos levantar questões teóricas relevantes para o conjunto das ciências sociais, de modo a redefinir e aprofundar aspectos da própria teoria sociológica geral. A crítica às perspectivas eurocêntricas nas ciências sociais, ao assumir novos lugares políticos de fala dos sujeitos, a partir das periferias do sistema capitalista, não significa abandonar o trabalho de reelaboração conceitual e metodológica das matrizes ocidentais de pensamento. Essa é a forma como interpretamos o sentido do fazer teórico presente em *Black gold* e nas contribuições da perspectiva marxista da dependência.

O “OURO NEGRO” E O CAMPONÊS MOÇAMBICANO: SUPEREXPLORAÇÃO E SUBIMPERIALISMO

O livro é uma obra coletiva, apresentando os resultados de uma ampla pesquisa empírica coordenada pela investigadora sul-africana Ruth First. Levada a cabo em 1977, em Moçambique, a investigação focalizou as condições de vida dos trabalhadores migrantes nas minas da África do Sul. Combinando procedimentos de pesquisa quantitativa, com dados relativos ao fluxo de trabalhadores, contratos, salários, período de contratação etc., e entrevistas em profundidade, a investigação se vinculava à tentativa de reconstrução da economia e sociedade moçambicanas, após o término da guerra de libertação, em 1975, buscando orientar com base empírica adequada as políticas sociais provenientes da opção ideológica pelo socialismo. Assim, procurava explicar, por exemplo, como os trabalhadores moçambicanos migrantes de origem camponesa, passando pela experiência da proletarianização nas minas sul-africanas e adquirindo novos conhecimentos técnicos, poderiam agora contribuir para a industrialização de seu próprio país? A caracterização do trabalho migrante em Moçambique, para a África do Sul, tem sido uma constante nas pesquisas de vários autores (HARRIS, 1959; HARRIES, 1976; RITA-FERREIRA, 1991; ALLINA, 2013). Tais estudos altamente especializados servem de contraponto às conclusões gerais contidas em *Black gold* e permitem avaliar em que medida o livro tem consistência empírica, teórica e metodológica. O que singulariza, de certo modo, a obra de Ruth First é o esforço de situar o trabalho migrante na interpretação da gênese e desenvolvimento do padrão de acumulação capitalista, de tipo colonial e dependente, que se estabelece duplamente entre Moçambique e África do Sul. Trata-se de um problema difícil de equacionar apenas em termos teóricos, pois envolvia o objetivo prático de conquistar a adesão dos trabalhadores migrantes ao processo de construção nacional.

O enfrentamento do problema não seria simples. Não bastaria apenas dizer ao minerador moçambicano para regressar ao seu país, agora liberto do jugo colonial português, e se dedicar ao desenvolvimento da indústria nacional, numa situação de liberdade e igualdade. As condições que tornavam imperiosa para o minerador a migração, a exemplo da necessidade de complementar a renda insuficiente de uma agricultura familiar de subsistência e tecnicamente precária, ainda persistiam. Além disso, as pressões econômicas representadas pela hegemonia sul-africana na região não teriam se alterado com a transformação política de Moçambique. Ao contrário, a ameaça representada por um Moçambique liberto do regime segregacionista

do *Apartheid* servia como uma caixa de ressonância que ampliava as disputas políticas, ideológicas, econômicas e militares entre os dois países.

O livro evidencia o engajamento político da autora e, ao mesmo tempo, é construído dentro das exigências do rigor acadêmico. Divide-se em quatro grandes partes. Na primeira, são abordadas causas e fatores históricos da exportação do trabalho, e analisada a simbiose entre o colonialismo português e as necessidades de acumulação de capital da indústria mineira na África do Sul. São desvendadas, aí, conexões entre tais necessidades de acumulação, a função do ouro na economia capitalista mundial, em suas ramificações com a Europa, por exemplo, e a importância, para Portugal, da manutenção de um obsoleto regime de espoliação e exploração colonial da força de trabalho. O colonialismo português em Moçambique era vital para a reprodução capitalista da África do Sul, mesmo que, por vezes, houvesse divergências de interesses entre colonos portugueses e as grandes corporações sul-africanas voltadas para a exploração das minas de ouro e carvão.

Os baixos salários pagos aos trabalhadores migrantes moçambicanos eram, ao mesmo tempo, fontes de divisas para a metrópole portuguesa e meios de barateamento dos custos de produção para as corporações sul-africanas, que combinavam, ao longo de todo o século XX, o mínimo de trabalho qualificado, branco, com a exploração de grandes contingentes de trabalhadores negros africanos. Uma espécie de “capitalismo racial” reforçava o próprio regime segregacionista da África do Sul e possibilitava-lhe, por meio da intensificação do trabalho, rebaixar o custo da mão de obra para um nível inferior ao das suas necessidades de reprodução como trabalhadores e de sua família. A combinação entre proletarianização parcial e economia camponesa – à qual os operários das minas continuavam vinculados, pois nos intervalos entre um contrato de trabalho e outro na África do Sul eles retornavam para suas casas e durante seu período de ausência seus familiares, esposas e filhos, assumiam o labor agrícola – também permitia transferir o custeio da reprodução da mão de obra e de suas famílias para os próprios trabalhadores, ao cultivarem bens de consumo próprios e/ou que pudessem ser vendidos no comércio local.

Esse arranjo criou uma situação política que caracterizaríamos como subcolonial e subimperial. O colonialismo português estava subordinado às determinações de órgãos oficiais da África do Sul e esta, por sua vez, como potência intermediária da fome de ave de rapina do capital europeu, se aproveitava das condições internacionais de preço do ouro para tentar abocanhar uma parcela maior da mais-valia então produzida pelos trabalhadores migrantes, moçambicanos e de outros países da África Austral. Para

Ruth First, o colonialismo português foi uma espécie de “colonialismo por procuração” sustentado por um Estado colonial duplo, em que a espoliação do trabalhador era feita pelos acordos entre Portugal e África do Sul; esta última ditava a maior parte das condições. Essa é uma descrição exata e empiricamente consistente das teses de Ruy Mauro Marini (2012) sobre a combinação entre superexploração e subimperialismo, mas apanhando uma situação colonial típica.

A segunda parte do livro traça o perfil da força de trabalho nas minas sul-africanas. A autora focaliza as mudanças na indústria mineira, na década de 1970, com as inovações tecnológicas, bem como as pressões para aumento e redução da força de trabalho vivo ou do capital variável diante das oscilações do mercado internacional. São apontadas também as condições adversas, impostas aos trabalhadores das minas nos contratos assumidos, as estratégias dos órgãos oficiais da África do Sul para manter constante o fluxo de mão de obra. Ademais, o aspecto subjetivo da visão de mundo dos operários é retratado nas músicas por eles cantadas e nas entrevistas concedidas aos pesquisadores.

Nessa parte do livro, são contrastadas de modo original a situação objetiva dos operários mineiros em processo de proletarização e as mudanças em seus modos de apreender o mundo, a sua consciência e seu lado subjetivo. A autora parece perseguir qual seria o grau de consistência dessa consciência de classe em formação, a fim de assinalar elementos de identificação política de tais trabalhadores. Embora não esteja tão explícito, o objetivo almejado seria saber como essa força operária incipiente poderia contribuir, com suas habilidades e qualificações técnicas, para o processo de industrialização em Moçambique, e que tipos de sacrifícios esses trabalhadores poderiam assumir, ante o seu nível de consciência de classe e, também, a partir de suas aspirações subjetivas e desejos de construir uma vida melhor para suas respectivas famílias. Ou seja, procurava-se saber que alternativas o governo moçambicano pós-Independência poderia oferecer a esses trabalhadores, tendo em vista o entusiasmo com a libertação recente do jugo colonial e, ainda, as dificuldades de reorganização da vida econômica em novas bases.

A terceira parte do livro é um estudo de caso sobre a origem camponesa dos trabalhadores mineiros, realizado na província de Inhambane, localizada ao sul de Moçambique. As transformações da vida camponesa com a penetração da economia monetária – então proveniente do dinheiro enviado às suas famílias pelos operários mineiros dos salários por eles recebidos – são focalizadas em termos da diferenciação social entre camponeses pobres e médios que a nova situação começava a estimular. A formação de

um pequeno mercado local para os produtos agrícolas; a produção para exportação, antes estabelecida em bases coloniais; a agricultura de subsistência, tudo isso é afetado e reorganizado pela penetração e intensificação de uma economia monetária. Esta, por sua vez, na interpretação de First, tornou-se funcional para a reprodução da própria economia camponesa e ambas se tornaram complementares. A distinção estanque entre tradicional e moderno feita pelas versões mais dogmáticas da teoria da modernização não caberia no caso concreto de Moçambique. Assim como a teoria da dependência na América Latina direcionou fortes críticas a essa visão reducionista contida nas teorias da modernização⁹ e nas ideologias desenvolvimentistas dos anos de 1950, o livro de Ruth First demonstra com uma sólida elaboração empírica que esse não seria o caso também em Moçambique e, poderíamos dizer, para o conjunto da África.

Por fim, a quarta e última parte discorre sobre a identificação de classe dessa mão de obra migrante. Seus integrantes seriam proletários ou camponeses? Esse é o texto menos extenso do livro; porém, sintetiza as conclusões teóricas mais relevantes do estudo. Seria interessante começar a leitura do livro pelo seu final, isto é, ler o último capítulo e depois ir descobrindo como a autora alcançou uma visão teórica mais ampla da sociedade moçambicana.

Diríamos que há na presente seção da obra elementos de inovação que poderiam ser aproveitados nas teorias marxistas da dependência, pois se trata de um esforço de apreensão da realidade, produzido no contexto da transição de um país africano recém-egresso do colonialismo e detendo, por isso, problemas e dilemas enfrentados no processo de construção nacional, agravados de maneira exponencial. Um marxismo de importação não ajudaria a resolver nenhum dos problemas identificados no livro. Desse modo, toda a vitalidade teórica da obra se revela nesta parte do trabalho.

Além de conclusões semelhantes às da escola marxista da dependência na América Latina¹⁰, a questão teórica colocada por Ruth First se revelava como um problema político de reorganização da economia moçambicana em bases não capitalistas. Havia aí uma completa simbiose entre teoria e *práxis* política, em que a segunda ajudava a tornar mais consistente a primeira. O dilema posto – agricultura camponesa individual ou trabalho agrícola cooperativo, para vencer a crise econômica deixada pelo colapso do modo de produção colonial, provocando baixa produtividade, crise de abastecimento e distribuição, com insuficiente patamar de industrialização – era respondido em termos da decisão do governo moçambicano de criar alternativas para os trabalhadores que não eram mais somente camponeses, nem completamente proletarizados. A autora parece sugerir que, para a agricultura apoiar

e sustentar o processo de industrialização em Moçambique, as aspirações individuais dos camponeses e trabalhadores deveriam ser levadas em conta, de modo que o trabalho cooperativo nas fazendas não se tornasse algo imposto, ou coletivamente forçado, a exemplo do que ocorrera em outros países em transição ao socialismo. Se é na prática política que se revela a força da teoria, Ruth First se lançou a essa corajosa tarefa histórica. E, se os acontecimentos seguiram outros rumos, isto não se deve a um diagnóstico falso da realidade moçambicana, mas talvez, justamente por esse diagnóstico não ter sido aproveitado seriamente e não ter sido tomado como pressuposto para se traçar linhas consistentes de ação.

O livro clássico de Ruth First tem o mérito de tornar mais precisas diversas formulações que podem ser retiradas das teorias marxistas da dependência, vislumbradas num caso concreto específico, embora não fosse essa a intenção da autora. Pode-se falar, assim, de afinidades eletivas entre o *Ouro negro* e a teoria marxista da dependência. Porém, o mais importante a destacar é que, superando na prática de pesquisa o colonialismo mental, Ruth First demonstrou ser possível produzir contribuições teóricas originais a partir do diálogo crítico e em condições de autonomia intelectual com as matrizes clássicas e modernas das ciências sociais originárias da Europa e Estados Unidos. Na qualidade de intelectual militante do Partido Comunista da África do Sul, Ruth First não desvinculou suas preocupações teóricas de objetivos de transformação da realidade em direções mais igualitárias. Ao ser convidada para trabalhar como diretora de pesquisas do Centro de Estudos Africanos, a autora era então professora renomada na Inglaterra, tendo trabalhado por seis anos na *Durham University*. Embora nosso intuito aqui não seja o de reconstruir a trajetória de Ruth First, é oportuno dizer que seus escritos compreendem desde o debate feminista de sua época, passando por questões mais específicas da África do Sul e, incluindo, dentre outros assuntos, os processos políticos de golpes de Estado no continente africano¹¹.

Outro ponto importante do livro é que, infelizmente, ele não revela o passado, mas o presente, pois o mecanismo de reprodução ampliada de acumulação primitiva de capital se renova nos tempos de hoje não só em África, mas também na América Latina (com a exploração das minas no Peru e do manganês no Brasil, no Estado do Amapá) e faz parte da espoliação dos recursos naturais e humanos levada a efeito por multinacionais, instituições financeiras, bancos e organizações como FMI e Banco Mundial. O ouro africano ainda continua sendo uma das fontes de reprodução e ampliação da riqueza mundial baseada no “capital especulativo parasitário”. O capital volátil tem um peso bem concreto e não paira no ar, como querem os alqui-

mistas da ciência econômica contemporânea. O suor e o sangue de muita gente tornam esse ouro uma mercadoria ainda mais valorizada na economia internacional. Esse é o assunto abordado na próxima seção, procurando-se estabelecer relações, a partir do exemplo da cidade de Sadiola, no Mali, entre a especulação financeira internacional e a exploração do trabalho nas minas africanas.

O “CAPITAL FINANCEIRO” E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS MINAS AFRICANAS

O livro de Ruth First desperta nossa atenção para o papel da especulação financeira na exploração do trabalho nas minas sul-africanas. A compreensão da própria noção teórica de “capital financeiro” pode ganhar muito com estudos especificamente voltados para as realidades africana e latino-americana. Por isso, ao invés de concentrar a discussão num caso particular de cooperação Sul-Sul – a exemplo da presença da empresa brasileira Vale, no norte de Moçambique –, nossos questionamentos em torno da categoria “capital financeiro”, a partir de África, nos levam a estabelecer um paralelo entre a exploração do ouro na África do Sul nos anos 1970 e a situação da cidade de Sadiola, no Mali, em pleno início do século XXI. O ouro continua a ser uma das bases desse capital financeiro e sua produção se relaciona diretamente com a exploração do trabalho, associada a métodos violentos de acumulação primitiva baseados na mais-valia absoluta e em formas de exploração não especificamente capitalistas, caracterizadas pela divisão “racial” do trabalho e pela violência política contra parcelas significativas da população africana. Um enfoque exclusivo sobre os centros hegemônicos seria forçosamente incompleto e não daria conta dessa dinâmica global.

A elaboração teórica da categoria “capital financeiro” não é algo estranho às diversas realidades africanas, pois estas se vinculam à dinâmica mundial e sofrem direta ou indiretamente as consequências negativas da mundialização do capital. Na verdade, a natureza exata do capital financeiro e sua elaboração precisa, como categoria analítica, em termos marxistas, têm muito a ganhar com um enfoque voltado para a exploração do trabalho nos países do continente africano e com as novas formas de reprodução do colonialismo.

Nos horizontes políticos aqui assumidos, a África é também um lugar de produção da teoria nas ciências sociais. A natureza do capital financeiro, nas suas formas mais avançadas de valorização, só poderá ser compreendida se introduzirmos, historicamente, África nesse debate. O paralelo entre o

trabalho nas minas de ouro sul-africanas aqui analisado e o caso da cidade de Sadiola, no Mali, nos permite identificar alguns dos principais determinantes da categoria “capital financeiro”. Nos centros de estudos africanos espalhados pela Europa, assim como nos seus congêneres sobre América Latina e Oriente, a ideia é que o lugar de produção da grande teoria se encontra nas sociedades ocidentais modernas, tidas como altamente complexas e diferenciadas, enquanto África, América Latina, Ásia, Leste Europeu etc., seriam meras ilustrações que escapam à teorização ou subtipos de sociedades que se afastam ou se aproximam dos tipos supostamente mais avançados e desenvolvidos.

Essa é uma visão cômoda, que oculta mecanismos de dominação no plano simbólico e cultural, próprios de governos e nações que se atribuem uma vocação imperial. Desvendar as relações entre o “capital financeiro”, a exploração do ouro em África e a superexploração dos trabalhadores africanos, questionando categorias elaboradas com base no pensamento Ocidental, no caso o marxismo, é um meio de superar limitações conceituais das ciências sociais construídas numa perspectiva eurocêntrica. Isso pode ser feito, contudo, sem se abrir mão da herança crítica de tal pensamento.

Nesse sentido, maior precisão conceitual da própria teoria marxista sobre acumulação de capital, imperialismo e capital financeiro só poderá avançar se as periferias forem incorporadas nessa teia complexa de interações e influências recíprocas. Em retorno, uma atuação política nos países africanos contra a fome de ave de rapina do capital internacional muito sairia ganhando se, ao incorporarmos África como fonte de produção de teorias sociológicas, os mecanismos políticos e ideológicos de sua inserção desigual na divisão internacional do trabalho puderem ser desvendados e combatidos pelas forças sociais progressistas de seus respectivos países.

Muito em voga nos anos de 1970 na América Latina e com ramificações também em África, a exemplo da obra de Samir Amin (1970; 1976), a teoria da dependência pode ser hoje utilizada para analisar as dinâmicas geopolíticas, culturais e econômicas internacionais entre os centros e as periferias, de um lado, e as próprias transformações dos centros capitalistas mais desenvolvidos, que passaram a fomentar suas periferias internas, de outro. O padrão de desenvolvimento desigual e combinado, entre diferentes regiões, é apontado, pela teoria da dependência, como característica que se reproduz hoje de forma acentuada.

Não se trata aqui de sustentar velhos e novos modismos, como o da teoria da dependência ou quaisquer outros atualmente em voga no mercado editorial acadêmico, mas de recuperar algo que parece ter sido deixado de

lado no cultivo das ciências sociais em formações culturais periféricas; ou seja, tentam-se construir teorias sociológicas no confronto entre as matrizes ocidentais de pensamento das ciências sociais e a crítica dessas mesmas matrizes, a partir do lugar de fala de pesquisadores situados, muitas vezes de forma marginalizada, nas periferias do sistema mundial de poder.

Essa era a proposta dos teóricos da dependência: criticar teorias de gênese europeia, no caso o marxismo, e, a partir da crítica, inserir as realidades periféricas na própria construção teórica, de modo a questionar o caráter parcial e as insuficiências das ciências sociais de matrizes ocidentais, num esforço de procurar ir além e produzir um tipo de conhecimento que abarcasse diferentes situações históricas.

Não basta defender novos lugares de fala e de produção de discursos contrahegemônicos, uma conquista inegável das perspectivas pós-coloniais; faz-se necessário questionar por dentro os saberes eurocêntricos hegemônicos, e uma das maneiras de fazer isso é demonstrando, não só que o conhecimento por eles alcançado se apresenta como insuficiente e distorcido, mas indo além dessas limitações e produzindo teorias mais consistentes e capazes de compreender e articular numa visão de conjunto os centros e as periferias componentes do sistema. Os teóricos marxistas da dependência trabalharam em tais direções. Encontramos essa mesma orientação no livro *Black gold*, de Ruth First. Apesar de suas raízes eurocêntricas, o marxismo se transformou em arma teórica e política dos povos submetidos à dominação colonial e imperialista, estimulando pesquisas históricas como *Os jacobinos negros*, de Cyril Lionel Robert James (2000). Esse historiador, vinculado à IV Internacional, foi também um defensor do nacionalismo africano, apoiando o processo político da independência de Gana. Ao se aproximar da situação concreta dos países africanos e latino-americanos, a análise marxista termina por ganhar importantes subsídios para criticar e superar os fundamentos eurocêntricos de sua visão de mundo original.

Um grave equívoco seria considerar que o desenvolvimento capitalista, isto é, a generalização da forma de exploração pela mais-valia relativa, acabaria por eliminar formas primitivas da exploração capitalista, a mais-valia absoluta, ou mesmo fazer desaparecer formas outras de exploração, não capitalistas, como a divisão “racial” do trabalho e modalidades abertas e veladas de escravidão e/ou dependência servil. As leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista – tais como expostas por Marx em sua *Magnum opus* – reproduzem, num plano elevado de abstração, as suas tendências mais características, como se elas se movessem em seu estado puro. Os sucessivos graus de concreção alcançados pelo estudo do modo de produção capitalista

conduzem à incorporação de outras determinações históricas, econômicas, políticas e culturais. É importante levar isso em conta porque as leituras de *O capital* que sempre procuram buscar confirmação ou refutação pelos fatos, segundo perspectivas lógico-dedutivas e indutivas são desprovidas de sentido. O método dialético de Marx oferece um meio de elaborar o conhecimento das sociedades concretas em suas múltiplas dimensões, políticas, sociais, econômicas, culturais, ideológicas e de quaisquer outros tipos. As categorias contidas em *O capital* seriam, nesses termos, pontos de partida lógicos, epistemológicos, científicos e metodológicos; assim, se situam num grau elevado de abstração e generalização, apesar de possuírem um conteúdo histórico concreto, pois sem a existência mesma do modo de produção capitalista tais noções teóricas nunca teriam sido imaginadas no âmbito da economia política. A caracterização das classes sociais será, nos horizontes desta argumentação, bastante diferente, conforme o nível de abstração esteja situado na abrangência teórica de *O capital*, de um lado, ou a intenção seja o estudo de formações sociais específicas e concretas, como o próprio Marx apresentou em livros como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2005), de outro. Nesse sentido não se pode dizer que haveria contradição no fato de que, no primeiro livro, Marx teria delimitado as relações entre três classes sociais, capital, trabalho e renda da terra, enquanto no segundo as classes se diversificam em nobreza, grande burguesia, pequena burguesia, proletários, camponeses e, ainda, *lumpenproletários*. O que há de diferente aí são os níveis diversos, complementares e interdependentes de abstração e concreção das categorias lógicas e históricas. É nesses termos que se deve avançar no esforço de compreensão do desenvolvimento capitalista nos países africanos, fazendo uso de categorias teóricas, na tentativa de sucessiva e simultânea aproximação de suas realidades concretas.

A situação particular da cidade de Sadiola, no Mali, representaria tal exemplo histórico de várias outras situações de reprodução da pobreza, do subdesenvolvimento, poluição do meio ambiente e de desenvolvimento desigual e combinado em torno da extração de ouro e superexploração do trabalho nas minas africanas. O relato do caso de Sadiola é fornecido por Gilles Labarthe em *L'or africain: pillages, trafics & commerce international* (2007), cujas informações são aqui aproveitadas como sugestões para algumas hipóteses mais gerais de pesquisa sobre a exploração do trabalho nas minas africanas.

Um primeiro grupo de hipóteses diz respeito ao que se chama genericamente de “capital financeiro”. A real natureza desse tipo de capital poderá ser melhor explicada em referência ao estudo da extração de ouro e

exploração do trabalho nas minas africanas. Ora, a percepção de que esse capital é volátil e altamente rotativo produz a ilusão de que ele possui uma existência autônoma, mágica e fetichista, dominando a vida econômica mundial. O pior pesadelo de Marx teria ganhado vida na existência do “capital financeiro”, pois ele eleva à enésima potência o grau de fetichismo do processo de valorização do capital e das mercadorias. Caberia aos economistas encontrar maneiras de domesticar tal “ser indomesticável”, com as políticas de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas, demissões saneadoras e outras medidas austeras para os trabalhadores e o conjunto das camadas populares. A verdade, porém, é que a rede de poder do capital financeiro possui sua origem e natureza real na exploração do trabalho e na extração da mais-valia do trabalhador. Esse capital também se alimenta das tentativas constantes de transferir para o trabalho, cada vez mais, os custos de sua auto reprodução, tais como os planos privados de previdência e saúde, fundos de poupança com os quais os especuladores podem sair lucrando em suas operações nas bolsas de valores. Por isso, a natureza do “capital financeiro” ficará mais evidente se forem realizados estudos sistemáticos para perceber suas relações com a exploração do ouro nas minas da África.

O ouro, esse “mineral nevrálgico” (LABARTHE, 2007, p. 13), esteve associado no período da Guerra Fria à indústria nuclear da corrida armamentista, uma realidade que ainda continua em pleno vigor. “Algumas das maiores multinacionais do ouro são também ativas na extração de urânio. Não é um acaso que se encontre um gigante nuclear francês, Areva, na pesquisa e exploração do ouro, no Sudão e Costa do Marfim” (*idem*, p. 20). Apesar de seus usos diversificados, por exemplo na indústria microeletrônica, o ouro continua a representar a reserva última de riqueza dos países e esse metal se conserva como a objetivação do trabalho social. “Nas formas de lingote, de barras ou joias, ele constitui o valor-refúgio por excelência da poupança privada, em todos os continentes” (*idem*, p. 13). As joias e relógios caríssimos produzidos em ouro são apenas o aspecto mais aparente do fenômeno. Não são mercadorias que, por serem produzidas a partir de um metal raro, possuem um preço exorbitante. O ouro é, na verdade, o fruto da exploração do trabalho mais brutal a que têm sido submetidos os homens atualmente. Devido a seu esgotamento na superfície, sua produção não se dá pelo garimpo tradicional; são necessários grandes investimentos para extrair, de grandes volumes de minério bruto, uma pequena quantidade. A separação do ouro se dá por meio de lavagem e do uso do mercúrio, que serve para amalgamação e separação desse metal tão precioso. O mercúrio é altamente tóxico e prejudicial à saúde. Além disso, a poeira resultante da atividade de

extração do ouro é mais um fator de poluição ambiental. O que aumenta o valor desse metal nobre não é a sua raridade, pelo que geralmente se argumenta com base na lei da oferta e da procura, mas a exploração excessiva dos trabalhadores que participam diretamente de sua produção. No caso da cidade de Sadiola, no sudoeste do Mali – um exemplo que confirma todos os outros nas demais sociedades e países africanos – as multinacionais do ouro e os bancos internacionais são atraídos para a exploração desse metal devido ao baixo valor da mão de obra, à ausência de regulação e fiscalização das leis trabalhistas, a uma legislação ambiental branda e, por fim, aos favores e vantagens mútuos trocados entre os diretores das empresas estrangeiras e os poderes públicos locais. A corrupção está incrustada nessas empresas multinacionais, muitas delas com matriz no mundo europeu civilizado, e com ramificações globais e capital internacionalizado. Com vantagens tão absurdas, que beiram à insensibilidade com suas consequências nocivas mais evidentes – como aumento de: desemprego, alcoolismo, prostituição, fome, pobreza, violência etc. –, não é nenhuma surpresa que se consiga auferir lucros extraordinários na extração do ouro. Nesse metal se solidifica o padrão mais extremado de exploração da força de trabalho do capitalismo contemporâneo. O ouro é, portanto, a encarnação do trabalho vivo na forma de metal precioso e, por conseguinte, ele também representa o conjunto das relações sociais responsáveis pela sua produção.

Apesar da superação do padrão-ouro e sua substituição pelo padrão-dólar, devido à natureza mesma de sua produção e ao seu lugar privilegiado na especulação mundial, uma maior quantidade de reserva em ouro representa o domínio que cada país, região ou empresas multinacionais possuem sobre a expropriação e exploração do trabalho alheio. Para se compreender em termos histórico, concretos a própria movimentação do “capital financeiro”, seu caráter parasitário e sua rede mundial de poder, é preciso empreender investigações mais específicas, voltadas para a exploração do trabalho nas minas de ouro africanas. Essa talvez seja a fonte principal do capital financeiro especulativo e, para obtê-lo, se faz necessário combinar formas diversas de exploração, capitalistas e não capitalistas. Gilles Labarthe (*idem*, p. 31) cita diversos casos de morte por excesso de esforço físico, contaminação das águas por mercúrio, e do ar pela poeira resultante da extração de ouro. Isso se deve à exploração excessiva do trabalho por meio de extração da mais-valia absoluta. Ademais, o sistema de exploração do trabalho na cidade de Sadiola relembra modelos típicos do *apartheid*, com o capitalismo se servindo do racismo para intensificar a exploração dos trabalhadores malineses. “Por que os salários, condições de alojamento dos operários, cuidados, repouso

e mesmo as rações de leite em pó são diferentes segundo a cor da pele?” (*Ibidem*). Ao mesmo tempo, a drenagem desses recursos naturais apresenta a dimensão de um verdadeiro botim colonial e de partilha imperialista entre as grandes multinacionais. A mina de ouro de Sadiola está assim dividida: a IAMGOLD, empresa canadense, é acionista majoritária junto com a AngloGold, sul-africana, cada uma dispendo de 38% das ações, da SEMOS (Sociedade de Exploração das Minas de Ouro de Sadiola); o Estado malinês dispõe apenas do mínimo legal para liberar o acesso à exploração, isto é, 18%; o Banco Mundial, enfim, controla os 6% restantes (*idem*, p. 24-25). O primeiro grupo de hipóteses sustenta, portanto, que estudos mais acurados e teoricamente fundamentados sobre a exploração do ouro africano – da qual a maior parte da população dos países produtores jamais irá obter quaisquer vantagens dos lucros auferidos pela atividade mineradora – ajudarão a compreender os dinamismos do capitalismo contemporâneo em sua dimensão financeira.

Um segundo grupo de hipóteses diz respeito, mais diretamente, às sociedades africanas e ao tipo de capitalismo nelas estabelecido. Com as devidas especificações históricas e determinações conceituais, as teorias da dependência construídas a partir da América Latina, e de autores norte-africanos, como Samir Amin, podem ser retomadas como ponto de partida para a compreensão da exploração do trabalho nas minas de ouro africanas. As circunstâncias relatadas – alusivas à cidade de Sadiola – são típicas e se reproduzem de forma mais ou menos semelhante nas demais localidades africanas produtoras de ouro. Elas criam situações de desenvolvimento desigual e combinado, em que a geração de riquezas se dá com a produção simultânea da pobreza absoluta e relativa, já bastante explicadas pelas teorias da dependência, em termos de relações sociais capitalistas nos âmbitos econômico, político e ideológico. Tais teorias precisariam, no entanto, ser atualizadas e mais especificadas para dar conta dos diferentes contextos africanos. A discussão conceitual, a seguir, sugere alguns caminhos de como categorias elaboradas em condições sociais distintas podem ser aproveitadas para a construção de uma sociologia das sociedades africanas.

PROLETÁRIOS E CAMPONESES EM ÁFRICA?

O interesse da pergunta não é o de confirmar ou refutar empiricamente a existência de tais categorias teóricas nas realidades africanas. Christian Geffray (2009) teceu importantes comentários críticos ao uso da categoria camponês nos trabalhos do Centro de Estudos Africanos coordenados por

Ruth First. São contrapontos com os quais tendemos a concordar. Porém, estamos mais interessados, aqui, na questão epistemológica de como trabalhar com conceitos transplantados de contextos sociais bem distintos entre si. Esta preocupação foi também dos “africanistas”, na década de 1970. Claude Welch, por exemplo, indagava no início de artigo escrito em 1977 se “existem camponeses em África” (WELCH, 1977, p. 1). O sentido da pergunta tem, na presente seção, o propósito de questionar a validade da transplantação – para as realidades periféricas dos países africanos, asiáticos e latino-americanos – de categorias teóricas produzidas originariamente em situações históricas de um contexto social bastante específico e particularizado, o passado europeu de transição ao capitalismo; em particular, nos referimos às noções de “proletário” e “camponês”.

O que o proletário e o camponês europeus dos séculos XVIII, XIX e XX teriam em comum com os proletários e camponeses africanos que emergem com a partilha imperialista da África, ou como se costuma designar mais frequentemente, com os semiproletários e cultivadores africanos? A questão conduz a significativos impasses, pois a própria definição da categoria “camponês” já nasceu em meio a polêmicas intermináveis. Os camponeses representariam uma realidade transitória entre modalidades pré-capitalistas de produção e o capitalismo moderno? Ao mesmo tempo, a existência do campesinato dependia da existência de duas outras categorias sociais, a renda da terra e o senhor de terras. Não havendo nem um nem outro, não se poderia falar de campesinato e esse seria o caso dos países africanos. Como falar de camponeses em África, se existem chefes tradicionais que comandam a posse comunitária da terra, impedindo a emergência de produtores que trabalhem individualmente a terra, raciocinando em termos de retorno econômico? Enfim, não haveria uma situação de classe, baseada numa mesma posição no mundo da produção econômica, que atestasse a presença do camponês africano. Eram esses os termos das respostas negativas à pergunta proposta por Claude Welch (1977, p. 1-5). O equívoco de tais maneiras de se responder à questão reside na tendência a considerar os conceitos como coisas estáticas e que podem ser observadas direta ou indiretamente no mundo empírico.

As categorias das ciências sociais, entretanto, dizem respeito a processos sociais. Elas serão tanto mais úteis quanto mais forem capazes de dar conta da própria dinâmica das transformações sociais. As respostas negativas quanto à existência de camponeses e proletários nas realidades africanas deixam transparecer, por outro lado, certas posturas preconceituosas e etnocêntricas em relação ao continente africano. Ao negar determinadas realidades nas sociedades africanas que, supostamente, estariam presentes

apenas nos países europeus, ocidentais, o que se está negando inconscientemente, na verdade, é a presença histórica da África na própria modernidade capitalista. A rigor, não haveria *camponeses* nos países africanos, mas uma vida rural tradicional, baseada no domínio dos chefes étnicos locais. Em Moçambique, a denominação colonialista dessa autoridade é *régulo*. O poder desses chefes locais impediria, assim, a constituição mesma de uma classe de produtores com a posse individual de terras, cujo trabalho estaria submetido a vínculos de dependência pessoal e direta aos senhores de terra. No caso de África, o poder não se concentrava na terra; estava diretamente dirigido aos homens. “Os africanos mensuram a riqueza e o poder antes em homens do que em acres; aqueles que exercitam o poder são possuidores de homens e não proprietários de terras” (HOPKINS *apud* WELCH, 1977, p. 2). Ou seja, um sentimento qualquer de solidariedade tribal, primitivo, impediria a emergência histórica da categoria camponato. Visto que, de alguma forma, a extração de excedente econômico dessa classe de produtores diretos – sob as formas, primeiro, de trabalho compulsório e, depois, de renda-trabalho – estaria na origem da transição à modernidade capitalista, é como se a África estivesse fora da história mundial (ou melhor, europeia) ao não deter tal ponto de partida social, econômico e político. Assim, os mesmos critérios científicos de estudo das sociedades ocidentais modernas, europeias, não seriam válidos para o estudo de África.

Em *O ouro negro*, Ruth First adota abundantemente as categorias “proletários” e “camponeses” sem, no entanto, problematizar seu uso nos contextos sul-africano e moçambicano. Na verdade, o termo mais utilizado é “semiproletário”, pois os mineradores não constituíam uma situação de classe bem definida, ora trabalhando nas minas, ora retornando à agricultura nas terras de suas famílias. O ponto positivo da abordagem de First é que o trabalho em África, na indústria mineira ou no campo, foi analisado sob uma perspectiva não diversa da que se pode encontrar nas investigações sobre o capitalismo moderno. Nesse sentido, a África Austral está inserida na história mundial e faz parte do jogo complexo de sua rede de trocas econômicas, culturais, disputas ideológicas e de poder. Ela passaria longe da perspectiva eurocêntrica dominante. Por outro lado, se seria possível falar de proletários e camponeses nas realidades africanas, ao longo do estudo de Ruth First não se tornam tão evidente as diferenças específicas dessas categorias sociais, nas situações particulares de existência na África do Sul e em Moçambique. O que poderia haver de geral e comum entre os camponeses e proletários na África e na Europa Ocidental, ou em várias outras realidades históricas, parece estar bem estabelecido nesse estudo sobre o mineiro moçambicano. Mas, o

que poderia haver de mais específico e particular apenas se deixa insinuar. Talvez, um esforço interpretativo – consistentemente mais voltado para o tratamento analítico das canções entoadas pelos trabalhadores mineiros e pelas suas famílias, por exemplo, pelas esposas dos trabalhadores migrantes que permaneciam no campo – possibilitasse uma visão mais detalhada da cosmovisão desses semiproletários agricultores. As entrevistas em profundidade, por sua vez, poderiam ter recebido maior atenção e um tratamento mais detalhado. O material analisado em *O mineiro moçambicano* poderia, com os recursos atuais mais sofisticados da análise do discurso, explicitar novos horizontes e descobertas não desbravados por Ruth First e a equipe de investigadores sob sua coordenação. O mais importante, contudo, é que na elaboração de *O ouro negro* a ideia não era simplesmente transplantar categorias teóricas e, sim, trabalhar o conteúdo dessas noções nas condições históricas originais da África Austral.

O trabalho de crítica conceitual que se faz nas ciências sociais é, radicalmente, o mesmo; seja nas investigações realizadas em relação ao mundo europeu e/ou às zonas periféricas na própria Europa, seja nos estudos sociológicos e antropológicos sobre as periferias da Ásia, África e América Latina. A necessidade da multilateralidade dos conceitos é a mesma para captar realidades tão complexas e dinâmicas, num caso e no outro. A dinâmica dos procedimentos de trabalho em África não pode ser compreendida fora do contexto internacional, como uma sorte qualquer de padrão social tradicional e isolado. Os enfoques etnológico, antropológico, sociológico e histórico podem ser combinados de modo a ampliarem as perspectivas sobre objetos de estudo nas diversas realidades africanas. Porém, deve-se ter em mente que as sociedades africanas – há muito tempo, como nos trabalhos de Balandier (2014) – não podem ser vistas como simples sociedades agrárias. Em especial, o processo cada vez mais intenso de mundialização do capital tornou necessárias investigações que focalizem a penetração do capitalismo no campo, em termos de determinações históricas mais precisas a respeito das formas particulares de valorização do capital em África, a exemplo de Samir Amin (1977) e do próprio trabalho de First (1983) antes descrito.

Os dois grupos de hipóteses levantados na seção precedente sobre os laços de proximidade entre o “capital especulativo parasitário” e a superexploração dos trabalhadores nas minas africanas de ouro – ao apontarem a produção de realidades sociais díspares e não coetâneas convivendo de forma solidária – revelam o quanto a dinâmica internacional do capitalismo exige um enfoque capaz de integrar, num mesmo movimento de análise, o tradicional e o moderno, o agrário e o urbano, subdesenvolvimento e

desenvolvimento, o velho e o novo, evitando-se que tais dicotomias, muitas vezes imprecisas, sejam ossificadas em perspectivas dualistas rígidas. Nesse sentido, pode-se afirmar pertinência na comparação conceitual entre as sociedades africanas, latino-americanas, asiáticas e europeias no que se refere ao uso de categorias como “proletário” e “camponeses”. No entanto, essa comparação deve estar embasada no estudo de situações históricas concretas e no esforço constante de crítica teórica e metodológica da herança deixada pelas ciências sociais clássicas e modernas, construídas nos mais diversos contextos intelectuais. O trabalho comparativo nas ciências sociais é fundamental para o desenvolvimento e a crítica dos conceitos, tendo-se em mente que a validade histórica das categorias de análise nos convida a um exercício constante de apreensão das aproximações e diferenças entre as diversas realidades continentais e de países situados nos centros e nas periferias do sistema capitalista.

CONCLUSÕES

O livro de Ruth First sobre o trabalhador migrante moçambicano nas minas da África do Sul é um clássico das ciências sociais. A sua perspectiva se concentra no campo da Economia Política; porém, seus horizontes teóricos e metodológicos possuem importância mais abrangente para as áreas da sociologia, antropologia, história e ciência política. Por isso o objetivo deste artigo é focalizar a obra no contexto político da luta de libertação de Moçambique e de tentativa posterior de edificação de uma sociedade nacional, em bases socialistas.

Essa contextualização foi necessária para compreender o próprio ponto de partida das ciências sociais nesse país, como também explicar os resultados e as posições teóricas e metodológicas de Ruth First e sua equipe de pesquisadores. De igual modo, o livro sobre o mineiro moçambicano pode servir como uma rica fonte de hipóteses para estudos mais atuais sobre diversas realidades da África contemporânea. Por essa razão, foi avançado um esforço de ampliação de perspectiva, focalizando a situação específica da extração de ouro e exploração de trabalhadores africanos nas minas da cidade de Sadiola, no Mali. Sugeriu-se que a atuação do “capital financeiro” na região intensifica a superexploração do trabalhador africano e reforça as desigualdades internas de seus países, bem como aumenta em níveis drásticos a poluição do meio ambiente, ameaçando a saúde das populações locais.

Por fim, a questão metodológica da comparação conceitual entre as diferentes situações africana, europeia, latino-americana e asiática foi

colocada em termos da necessidade de se realizar investigações baseadas no modo particular como as categorias teóricas das ciências sociais podem ser utilizadas em contextos específicos. A discussão acerca das categorias “proletário” e “camponês” serviu apenas de pretexto para uma tomada de posição, segundo a qual a teoria nas ciências sociais pode sair enriquecida, pela sua crítica e redefinição metodológicas, a partir de investigações particulares e comparativas de África, América Latina, Ásia e Europa. Não caberia, nesse sentido, em nome da construção de uma suposta epistemologia africana e/ou proveniente do Sul Global, abrir mão das perspectivas teóricas elaboradas nas condições intelectuais dos países de capitalismo central. As teorias construídas nos diferentes contextos ocidentais podem ser insuficientes, muitas vezes com aspectos etnocêntricos, quando procuram dar conta das sociedades periféricas; assim, o esforço de realizar a crítica de seus pressupostos metodológicos é uma tarefa fundamental, não apenas para reforçar a capacidade de compreender as periferias e o mundo, mas para ampliar e refinar o conjunto de conhecimentos que conformam as próprias ciências sociais.

NOTAS

* Uma versão resumida do presente artigo foi apresentada no simpósio temático “Por uma história da África e dos africanos: diversidades, debates e combates!”, dentro do VII Encontro Estadual de História (ANPUH-BA), realizado em Cachoeira e São Félix-BA, de 30 de setembro a 03 de outubro de 2014.

1 Uma reedição mais recente do relatório de pesquisa foi preparada por uma equipe de investigadores da Universidade Eduardo Mondlane, em 1998, com o fim de ser apresentada durante a realização do V Congresso Afro-Luso-Brasileiro em Maputo. Esta edição contém uma transcrição mais completa de entrevistas e canções, em relação aos relatórios originais; por isso, ela se aproxima mais da tradução inglesa. A modificação mais substancial nessa última publicação foi a ampliação da bibliografia, na qual introduzimos referências, situando, assim, o caso específico do trabalho migrante em Moçambique no contexto histórico mais abrangente da África Austral. A esse respeito, ver Centro de Estudos Africanos (UEM), O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane, Centro de Estudos Africanos-UEM, Maputo, 1998.

2 A expressão “capital especulativo parasitário” foi tomada de empréstimo de Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani (1999), que preferem utilizá-la em substituição à expressão teoricamente imprecisa de “capital financeiro”. Em *O Capital* (MARX, 2008, p. 421), não se encontra exatamente a expressão *capital financeiro*, tradução equivocada de *Geldhandlungskapital*, que em termos mais literais significa capital de comércio de dinheiro. A confusão conceitual não é insignificante, já que dificulta a apreensão das reais relações entre capital produtivo e o que se chama genericamente de capital financeiro. Quando representado de forma tão geral e imprecisa, este ganha uma existência conceitual autônoma e fetichizada, inteiramente contrária à proposta teórica de Marx em sua crítica da economia política. A expressão “capital financeiro” é muito ampla, passando a ideia de envolver toda e qualquer operação que resulte em ganhos especulativos com base na comercialização de dinheiro. Nesse sentido, o capital a juros e o capital fictício deteriam o mesmo estatuto explicativo. Na perspectiva marxista, essas categorias precisam estar claramente definidas, em suas relações com o capital produtivo. A ideia de “capital especulativo parasitário” ajuda a precisar melhor a natureza dos lucros gerados a partir da especulação em torno do capital-dinheiro: sem produzir excedente econômico e/ou mais-valia, ele se apropria de parte dessa mais-valia e do excedente gerado na produção. Esse capital é volátil apenas na aparência, porque especula com o capital-dinheiro que se gera na própria atividade produtiva. No campo ideológico, o uso que se faz dessa caracterização tão ampla e imprecisa seria bastante devastador para nações em luta contra a pobreza, pois a ideia de um capital financeiro todo-poderoso – contra o qual nada se pode fazer, sob pena de perder investimentos e ficar em desvantagem no cenário mundial – tem sido a propaganda mais forte para desvirtuar o

direcionamento das economias nacionais para o atendimento das necessidades da maior parte de sua população. Do mesmo modo, acredita-se que o capital financeiro tenha uma existência autônoma, quando na verdade o seu lastro real possui fortes relações com a exploração dos trabalhadores em geral; e, no caso em estudo, com a exploração do trabalho nas minas de ouro e outros metais preciosos, estando o continente africano diretamente vinculado a tal atividade. Uma das preocupações teóricas do presente artigo é sugerir como a exploração do trabalho em África e nas periferias do sistema capitalista (América Latina, Leste Europeu etc.) fornece uma base segura para compreendermos uma noção tão complexa como a de capital financeiro. Aqui, as periferias não são tomadas como meras ilustrações da teoria; elas nos permitem, sim, desenvolver com maior propriedade determinadas noções teóricas.

3 O termo “ocidental” é aqui utilizado num sentido muito amplo, significando a associação que comumente se faz entre o advento histórico da modernidade e a própria emergência das ciências sociais. Essa associação é geralmente positiva, pois as ciências sociais só poderiam ter florescido num ambiente social propício ao livre debate de ideias possibilitado pela liberdade nos planos econômico e político. Trata-se, na verdade, de uma idealização etnocêntrica do Ocidente, que desconsidera suas crises, contradições e conflitos internos, bem como a própria diversidade e pluralidade de seus países e regiões, improvável de ser descrita por uma identidade única e tão exclusiva. Caberia perguntar, nesse sentido, se o Nazismo e as ditaduras fascistas seriam parte desse Ocidente ou se a repressão do Exército colonial francês contra a Argélia estaria de acordo com os ideais ocidentais de liberdade.

4 António Enes (1848-1901) elaborou, em 1893, um relatório sobre a Província de Moçambique, no qual recomendava como receita de desenvolvimento a importação de capitais estrangeiros, combinada com a exploração do trabalho negro (PÉLISSIER, 2000, p. 169-170). Além disso, cumpre ressaltar que António Enes representa, talvez, a expressão mais elaborada do discurso jurídico-normativo que oficializou a figura do indígena, sempre em oposição à ideia de assimilação, isto é, do indígena convertido à civilização. O papel das ciências sociais era justamente o de facilitar essa tarefa: “[...] parece-me que a propaganda cristã em África precisa adaptar-se aos caracteres, ao estado intelectual e moral dos povos que se propõe converter, e que o propagandista carece de uma educação especialíssima, dirigida ao mesmo tempo pela religião e pelas ciências sociológicas” (ENES *apud* MACAGNO, 2000, p. 35; citação retirada do relatório de 1893).

5 Para um panorama geral da visão política de Mondlane, assim como para uma dimensão mais exata das influências marxistas em seu pensamento, ver Herbert Shore, *Resistência e revolução na vida de Eduardo Mondlane, Estudos Moçambicanos*, Maputo, n. 16, p. 19-59, 1999. Nessa mesma

edição da Revista, encontram-se trabalhos, de outros autores, alusivos a Eduardo Mondlane, dentre os quais o de Teresa Cruz e Silva, que ressalta a influência da Missão Suíça na formação intelectual do futuro dirigente da FRELIMO.

6 Para uma visão mais ampla da formação de Eduardo Mondlane como cientista social, ver Livio Sansone, Eduardo Mondlane and the social sciences, *Vibrant*, v. 10, n. 2, 2013.

7 Para uma visão mais geral do tipo de trabalho desenvolvido no CEA da Universidade Eduardo Mondlane, ver Aquino de Bragança e Bridget O’Laughlin, “O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o curso de desenvolvimento”, in Marco Mondaini (org.), *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança: independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986)*, Recife: Editora UFPE, 2014. A própria Ruth First apresentou sinteticamente sua perspectiva política e teórica de luta contra o subdesenvolvimento. A esse respeito, ver Ruth First, Subdesenvolvimento e trabalho migratório, in Marco Mondaini (org.), *op. cit.*, 2014. Para uma visão crítica sobre o CEA da UEM, ver Christian Geffrey, Fragments d’un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d’une méconnaissance scientifique, in Y. Guillaud e F. Létang (orgs.), *Du social hors la loi: l’anthropologie analytique de Christian Geffray*, Marseille: IRD, 2009, p. 58-72. Neste artigo, se contesta a própria existência histórica e política da categoria “camponês” em Moçambique.

8 Uma coletânea dos escritos de Marini sobre a dependência pode ser consultada em Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, 2005. E, ainda, sobre publicações atuais da teoria marxista da dependência, ver Carlos Eduardo Martins (2011).

9 A crítica ao dualismo reducionista das teorias da modernização e a certas versões das teorias do desenvolvimento foi avançada, na década de 1970, por autores que se debruçaram sobre as realidades africana e latino-americana. Ver, a esse respeito, Tetteh A. Kofi (1977) e Francisco de Oliveira (2003).

10 A seguinte passagem demonstra a combinação entre exploração capitalista e formas não capitalistas de exploração, um traço típico da dependência: “Nós tentamos mostrar como essas sociedades camponesas, longe de constituírem um setor ‘tradicional’ distinto do assim chamado setor ‘moderno’, como poderia caracterizá-las uma teoria dualista, estavam profundamente imbricadas: a acumulação por meio do capital mineiro na economia sul-africana altamente industrializada estava baseada na extração de trabalho dessas e de outras sociedades camponesas na região” (FIRST, 1983, p. 183).

11 Para uma visão mais abrangente do conjunto da obra de Ruth First, consultar as seguintes páginas da internet: <http://www.ruthfirstpapers.org.uk/> e <http://www.sahistory.org.za/people/ruth-heloise-first>.

- BIBLIOGRAFIA** ALLINA, Éric. Slavery by any other name: African life under Company Rule in Colonial Mozambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 25, 2013, p. 209-212.
- AMIN, Samir. *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Paris: Éditions Anthropos, 1970.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. São Paulo: Forense, 1976.
- AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária, in: AMIN, S., VERGOPOULOS, K. (orgs.). *A questão agrária e o capitalismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BALANDIER, Georges. *Sociologia da África Negra: dinâmica das mudanças sociais na África Central*. Lisboa/Luanda: Edições Pedagógico/Edições Mulemba, 2014.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2013.
- BRAGANÇA, Aquino de; O'LAUGHLIN, Bridget. O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o curso de desenvolvimento, in: MONDAINI, M. (org.). *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança: independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- CARCANHOLO, Reinaldo A., NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.
- CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS-UEM. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: CEA-UEM, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- FIRST, Ruth. *Black Gold: the Mozambican Miner, proletarian and peasant*. Sussex/New York: The Harvester Press/ St. Matins's Press, 1983.
- FIRST, Ruth. Subdesenvolvimento e trabalho migratório, in: MONDAINI, M. (org.). *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança: independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- HARRIES, Patrick (1976), Labour migration from the Delagoa Bay hinterland to South Africa, 1852 to 1895. *The Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*, v. 7, London, ICS, 1976.
- HARRIS, Marvin. Labour emigration among the Mozambique Thonga: cultural and political factors. *Africa*, 29, 1959, p. 50-66.
- GEFFRAY, Christian. Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une méconnaissance scientifique. In: GUILLAUD, Y.,

- LÉTANG, F. (orgs.). *Du social hors la loi: l'anthropologie analytique de Christian Geffray*. Marseille: IRD, 2009, p. 58-72.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- KOFI, Tetteh A. Peasants and economic development: populist lessons for Africa. **African Studies Review**, v. 20, n. 3, p. 91-119, dec. 1977.
- LABARTHE, Gilles. *L'or africain: pillages, trafics & commerce international*. Marseille: Agone, 2007.
- MACAGNO, Lorenzo. Do assimilacionismo ao multiculturalismo: educação e representações sobre a diversidade cultural em Moçambique. 2000. 2 v. (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*. Buenos Aires: Longseller, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Volume 5.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA, 1995.
- MOSCA, João. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Estampa, 2000.
- PEREIRA, Rui M. Raça, sangue e robustez: os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa. **Cadernos de Estudos Africanos**. 7/8, 2005, p. 209-241.
- RITA-FERREIRA, António. Recentes contribuições para o estudo do trabalho migratório de Moçambique para a África do Sul. **Cadernos do Noroeste**. v. 4 (6-7), 1991, p. 23-40.
- SANSONE, Livio. Eduardo Mondlane and the social sciences. **Vibrant**, v. 10, n. 2, p. 73-111, 2013.
- SHORE, Herbert. Resistência e revolução na vida de Eduardo Mondlane. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 16, p. 19-59, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WELCH JR., Claude E. Peasants as focus in African Studies. **African Studies Review**, v. 20, n. 3, p. 1-5, dec. 1977

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. 2ª edição. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2012.

Palavras-chave:

Ruth First; Moçambique; ouro negro; trabalhador migrante; África do Sul.

Resumo

O presente artigo aborda a obra clássica das ciências sociais moçambicanas, *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant* (1983), redigida por Ruth First, militante comunista e opositora do regime do *Apartheid*, em fins da década de 1970. O livro analisa a situação social dos trabalhadores migrantes nas minas da África do Sul, provenientes da província de Inhambane, em Moçambique. Essa obra é fundamental, de um lado, para se entender o caráter das ciências sociais moçambicanas logo após sua Independência em 1975, e, de outro, como fonte de hipóteses para investigações atuais sobre a exploração do trabalho nas minas africanas. Por fim, uma discussão sobre a pertinência de se utilizar as categorias “proletário” e “camponês” em países africanos ajudará a aprofundar a compreensão das possibilidades teóricas da África como objeto de estudo das ciências sociais.

Keywords:

Ruth First; Mozambique; black gold; migrant worker; South Africa.

Abstract

The present article describes the classical work of the Mozambican Social Sciences *Black Gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant* (1983), written by Ruth First in the end of seventies. The author was a communist militant and fought against *Apartheid* regime. The book explains the social situation of migrant workers in the mines of South Africa, originated from Inhambane, South province of Mozambique. This work is fundamental to understand the character of Mozambican Social Sciences after the Independence in 1975. By reading Ruth First's book we can elaborate hypothesis about the exploitation of worker in the African mines today. Finally, we will discuss how the use of categories *proletarian* and *peasant* in African countries helps us to understand the theoretical possibilities of Africa as object of research in the Social Sciences.

Recebido para publicação em fevereiro/2015. Aceito em junho/2015.

A escravidão na África Oriental alemã (1885 – 1914)

Sílvio Marcus de Souza Correa

Doutor em Sociologia pela Westfälische-Wilhelms-Universität Münster (Alemanha). Desde 2009, é professor de história da África na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nos últimos anos, esteve em missão de trabalho no Senegal (2014) e em Angola (2015), com fomento, respectivamente, do Instituto de Estudos Avançados de Paris, e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior). Suas pesquisas mais recentes tratam da história visual do colonialismo na África, com ênfase nas áreas sob o domínio colonial alemão.

Endereço eletrônico: silvio.correa@ufsc.br

Conforme se sabe, em 13 de maio de 1888, a escravidão foi abolida no Brasil. Em 20 de junho do mesmo ano, o Papa Leão XIII assinou sua encíclica *Libertas praestantissimum* sobre a liberdade humana.¹ Meses depois, a resistência de traficantes de escravos na África oriental se desdobrou em levantes. As revoltas criaram sérios obstáculos às atividades comerciais e administrativas da Sociedade da África Oriental Alemã, a *Deutsche Ost-Afrika Gesellschaft*, doravante DOAG.² Ainda no final daquele ano, o cardeal francês Lavignerie debutou em Roma sua campanha contra a escravidão na África oriental, onde o “comércio árabe” de escravos parecia não esmaecer diante da presença europeia. Cabe lembrar que, no continente africano, estações missionárias, postos militares e empórios

comerciais, respectivamente de ordens religiosas, bandeiras e empresas europeias, aumentaram em número no último quartel do século XIX.

Na Alemanha, o chanceler Bismarck logrou obter o apoio do *Zentrumspartei*, o partido católico alemão, bem como o consentimento do governo britânico para o projeto colonial alemão na África.³ Em discurso no Parlamento, Bismarck convenceu os deputados de que a ingerência alemã na África oriental não era um simples apoio à DOAG, mas um dever moral em prol da civilização. Em 30 de janeiro de 1889, o parlamento alemão concedeu os créditos solicitados para a expedição do major Hermann von Wißmann.⁴ O sucesso dessa expedição foi noticiado pela imprensa alemã. Inclusive, o jornalista Hugo Zöller, enviado especial do jornal de Colônia, acompanhou as operações militares em Bagamoyo e Dar-es-Salaam.⁵

Após o pandemônio causado nos primeiros anos de colonização alemã sob a gerência da DOAG (1885-1889), o governo imperial resolveu intervir e assumir a administração colonial da África Oriental Alemã (AOA). O comissário imperial Hermann von Wißmann foi exaltado pela imprensa como o libertador da África oriental do jugo dos traficantes de escravos.⁶ Todavia, a presença alemã não significou o fim da escravidão na África oriental.⁷

Mesmo depois de assumir a administração colonial da AOA, o II Reich não aboliu a escravidão em sua maior colônia em África. Embora tenham reprimido o tráfico interno de escravos, regulamentado a compra de escravos, emancipado milhares, decretado uma lei do ventre livre, definido os “direitos” do ser escravo e previsto a abolição para 1920, as autoridades coloniais vacilaram quanto à adoção de um conjunto de políticas para indenização dos senhores, transição para o trabalho livre, assistência social ao liberto, etc.

Como Frederick Cooper demonstrou, para os casos do colonialismo inglês e francês na África; Gwyn Campbell, para a África oriental e Ásia; e Gyan Prakash, para a Índia do período colonial, o trabalho escravo e formas análogas à escravidão coexistiram em diversos espaços coloniais.⁸ Jan-George Deutsch, John Illife e Jutta Dürckendorf mostraram como as autoridades coloniais alemãs se valeram igualmente do trabalho compulsório, apesar do discurso antiescravista ter legitimado, inclusive, a própria ação colonizadora. Com base na historiografia, retomo a seguir certas ambiguidades do colonialismo alemão em torno da questão do trabalho escravo na África oriental.

AS FORMAS DE TRABALHO SOB COLONIALISMO ALEMÃO

No livro *Alemanha e suas colônias*, a diversidade do império alemão durante o II Reich foi retratada com zelo ufanista.⁹ Nesta obra com mais de 500 páginas e mil ilustrações, perpassam uma ideologia e uma euforia ligadas ao desenvolvimento econômico e técnico-científico alemão das últimas décadas do século XIX. As colônias ultramarinas foram tratadas num único capítulo desta apologia do imperialismo alemão. Eram elas: Togo, Camarões, a África do Sudoeste Alemã (atual Namíbia); a África Oriental Alemã (atual Tanzânia e parte de Ruanda e Burundi); três territórios que na atualidade pertencem à Nova Guiné (Kaiser-Wilhelmsland, o Arquipélago de Bismarck, e as Ilhas Salomão); e vários territórios no Pacífico: as Ilhas Marshall, Ilhas Caroline e Palau (atualmente Estados Federados da Micronésia), as Marianas Alemãs (hoje pertencentes aos Estados Unidos), e Samoa. Havia ainda a “China Alemã”, ou seja, uma concessão colonial na Península de Xandong.

Nesse vasto império, as formas de trabalho eram variadas, sendo que muitas delas obedeciam a uma divisão sexual, à ecologia das relações produtivas e aos interditos culturais e à organização interna das comunidades tradicionais. Sob o domínio colonial, algumas novidades nas relações de trabalho foram introduzidas em diferentes territórios da África, da Ásia e da Oceania. Houve também ajustes e adaptações pela administração colonial, no que tange ao regime de trabalho em vigor nas colônias ultramarinas.

A seguir, abordo ambiguidades do trabalho na África oriental, sem olvidar a complexidade das relações de trabalho e a circulação de experiências no vasto Império alemão, bem como a influência da experiência britânica nos seus protetorados da África oriental, inclusive Zanzibar, e na sua colônia na África austral.¹⁰

AS AMBIGUIDADES DO TRABALHO NA ÁFRICA SOB DOMÍNIO COLONIAL ALEMÃO

O trabalho como via de emancipação ou liberdade foi uma das maiores ambiguidades do colonialismo alemão na África. Mas não foi a única. O sentido abstrato da categoria europeia “trabalho” sofreu uma refração em meio africano. Para muitos africanos, “o trabalho dos brancos levava à morte” [dos africanos]. Aliás, a violência e a brutalidade do colonialismo alemão na África já foram tratadas na historiografia.¹¹

No que tange ao trabalho, as colônias alemãs apresentavam ambiguidades e contradições equivalentes àquelas das colônias britânicas, por-

tuguesas ou francesas. Em todas elas, os colonizadores tentaram impor o modelo de sociedade do trabalho. Para isso, instituíram um sistema tributário e coercitivo para impelir os africanos a trabalhar sob e para o colonialismo. Cabe lembrar que a ideia da tributação colonial respondia, em parte, à constatação dos colonizadores de que os salários (quando era o caso) não eram suficientes para estimular os trabalhadores. A baixa produtividade, a falta e a evasão ou a inadimplência dos trabalhadores eram, geralmente, motivos de penalidades, inclusive castigos físicos.

A taxação visava, sobremaneira, os confins dos territórios sob domínio colonial, ou seja, onde o controle direto dos trabalhadores pelos colonizadores era difícil ou impossível. Assim, em várias regiões, sobretudo naquelas afastadas do litoral, foi adotada a taxação sobre as comunidades aldeãs, o que resultou em muitas revoltas. Régulos e chefes locais foram destituídos pelos colonizadores por não recolherem os tributos devidamente.¹²

Além do sistema tributário, no qual se enquadrava a obrigatoriedade de certos trabalhos públicos hebdomadários ou mensais, houve a introdução de uma economia monetária. Mas as trocas comerciais e as remunerações na África colonial nunca foram exclusivamente intermediadas pelo dinheiro. Persistiram, e em muitos casos predominaram, as trocas tradicionais de mercadorias, das quais, inclusive, participavam europeus, desde muito tempo. Muitos africanos preferiam receber rifles a notas de papel, assim como os europeus preferiam marfim a rúpias ou zimbos.

Escusado é lembrar que, em algumas culturas africanas, havia resistência à ideia do dinheiro como um valor para comprar e vender, como unidade monetária, para remuneração do trabalho ou como indicador de riqueza. Da mesma forma, havia mal-entendidos de ordem cultural no que tange aos sentidos múltiplos que os europeus emprestavam à palavra “trabalho”. Ainda mais quando os europeus tanto valorizavam o trabalho em seus discursos, mas quem devia trabalhar no pesado eram os africanos.

Em geral, as novas formas de trabalho na África colonial redundaram na exploração dos africanos. Para o colonizador, o trabalho [do colonizado] tinha um caráter transformador porque faria do trabalhador alguém industrial e autônomo, enfim, civilizado. O trabalho dos nativos era visto como contrapartida à propalada missão civilizatória dos colonizadores. Foi nesse sentido que Frantz Fanon apontou a crise existencial provocada pelo colonialismo, pois houve uma negação da alteridade. Na ótica do colonizador, o outro (o colonizado) deveria se tornar civilizado, igual ao colonizador. Para isso, era necessário “reinventar o africano” em suas técnicas, sua cultura, sua língua, sua religião, seu modo de trabalhar, etc. Paganismo, poligamia,

economia de subsistência e outras características de comunidades africanas foram alvos da ação missionária e colonial de orientação eurocêntrica.

Mas não bastava apenas vestir o colonizado com roupas ocidentais, obrigá-lo a falar a língua do colonizador e adotar sua religião. Forçoso era fazê-lo trabalhar para o colonizador branco. O trabalho era visto como propedêutico para as finalidades civilizatórias do colonialismo. Ao mesmo tempo, a conotação do trabalho era ambígua porque o trabalhador não era visto como alguém produtor de riquezas, pois era a ingerência do colonizador que emprestava um caráter transformador ao trabalho. Sem ela, não haveria – segundo o discurso colonialista – o labor dos africanos de forma disciplinada e, por conseguinte, produtiva.

O primeiro governador da África Oriental Alemã, Major von Wißmann, afirmou que sem a “influência positiva” do Branco, o Negro retornaria rapidamente ao seu antigo estado arrastado e de despreocupação.¹³ Predominava a ideia na Europa, mesmo em círculos abolicionistas, de que os negros precisavam da supervisão rigorosa de um Estado civilizado antes de embarcarem no “curso natural” da racionalidade do mercado.¹⁴ Isso legitimou, ainda mais, o colonialismo. Nota-se que o colonizador branco é quem parecia ser o protagonista do progresso e não o trabalhador africano. Era como se o seu olhar vigilante tivesse um poder demiurgo que fazia o trabalho alheio tornar-se produtivo. Porém, mais do que o seu olhar, era a sua violência que coagia os trabalhadores.

Uma das principais características do trabalho na África sob domínio colonial era a sua alienação. Além do impacto sobre a identidade dos indivíduos, havia uma série de transformações na própria organização comunitária, sendo que muitas aldeias desapareceram devido à migração impelida de seus habitantes, ou aos tributos que desmantelavam a economia aldeã, etc. Não raro as fontes iconográficas mostram os africanos trabalhando sob a supervisão do olhar branco e mesmo sob a coação do *Peitsche*, o chicote de couro de hipopótamo. Aliás, Carl Peters, comissário imperial (1885-1888) e primeiro diretor da DOAG (1885-1889), era da opinião que as correntes e o chicote solucionavam a questão do trabalho na África colonial.¹⁵

Da África colonial são várias as imagens de trabalhadores maltrapilhos, traquejados, às vezes doentes ou mal nutridos, diante de supervisores bem vestidos e com uniformes asseados. Os africanos provavam das maiores humilhações ao trabalhar para os brancos. Castigos, ração alimentar sem qualidade e quantidade insuficiente, precárias condições de trabalho, alta insalubridade e ainda descontos no pagamento (quando havia) por duvidosas infrações das normas do contrato de trabalho eram frequentes.¹⁶ As *plantations* eram um

dos piores locais de trabalho para os africanos e o recrutamento forçado de trabalhadores foi comum nas colônias alemãs.¹⁷ Disso resultaram inúmeras revoltas e fugas. Na colônia alemã dos Camarões, ocorreram as primeiras revoltas.¹⁸ No entanto, as maiores rebeliões, e mesmo guerras, ocorreram nas colônias alemãs tanto no Sudoeste africano quanto na África oriental.¹⁹ Se a nova historiografia evoca um genocídio durante a guerra colonial no Sudoeste africano (1904-1907), cabe lembrar que a revolta Maji-Maji na África Oriental Alemã custou a vida de 150.000 africanos.²⁰

Em muitos casos, a relação de trabalho dos empregados africanos com os empregadores europeus redundou em escravidão disfarçada dos primeiros. O sentido etimológico da palavra trabalho (em latim, o *tripalium* remete ao suplício) ressurgia, então, na África colonial. Além do trabalho, havia ainda a disciplina do trabalho. A disciplinarização do trabalho foi uma dupla novidade. Isso porque os africanos não conheciam aquelas formas de trabalho e tampouco com aquela disciplina. A propósito, a palavra disciplina readquiriu também na África colonial o seu sentido original.²¹ O chicote (*Peitsche*) era literalmente o instrumento disciplinar na África Oriental Alemã.

Nas áreas de colonização alemã na África (1884-1914), houve uma panóplia de formas de trabalho: trabalhadores jornaleiros, sazonais, migrantes, prisioneiros, escravizados, livres, remunerados ou não etc. Além dos contratos de trabalho, havia uma série de trabalhos públicos impostos às comunidades aldeãs como uma corvêia. Sob o colonialismo, desenvolveu-se um complexo controle das populações por meio do trabalho. Os nativos foram enquadrados em todos os espaços produtivos das colônias, desde os trabalhos domésticos até aqueles “mais pesados”, nas fazendas e na mineração.

Os colonizadores e missionários alemães não concebiam progresso descolado de sua noção cultural de trabalho. Assim, uma série de serviços foi realizada por nativos, na condição de aprendizes, o que não lhes reservava direito à remuneração. Quando havia alguma remuneração, ela era insuficiente. Em vários núcleos missionários, os trabalhos de agricultor, marceneiro e outros ofícios eram ensinados como forma de inculcar os valores da civilização ocidental.²² Muitas dessas atividades eram produtivas, mas não havia remuneração condizente com o trabalho realizado.

A organização e as relações de trabalho nas colônias suscitaram críticas na Alemanha desde 1885. Houve denúncias, na imprensa alemã, da existência de trabalho escravo. Também no Parlamento alemão, deputados como Eugen Richter e August Bebel denunciaram a escravidão remanescente nas colônias e criticaram a perversão das relações coloniais por fomentar, inclusive, uma escravidão por dívidas. A introdução de bebidas alcoólicas

e a prostituição nas colônias também foram alvos das críticas dos social-democratas alemães. Mas o lobby dos produtores e comerciantes alemães de bebidas espirituosas era forte junto aos parlamentares. Eugen Richter e outros deputados não conseguiram aprovação da lei proibindo o comércio de bebidas alcoólicas nas colônias. Desde a Conferência de Berlim (1884/85), a tentativa de interdição da venda de bebidas alcoólicas não “emplacava”. A regulamentação do comércio de bebidas foi atribuída aos governantes locais.²³

Nas colônias alemãs, além da força de trabalho dos nativos, houve também a tentativa de introduzir a mão de obra livre, de imigrantes alemães. Porém, a vaga imigratória ficou aquém do esperado, malgrado os esforços das sociedades colonizadoras e demais associações ou companhias comerciais engajadas no projeto colonial do II Reich. Além disso, a distribuição dos imigrantes foi desigual nas colônias alemãs. O Sudoeste Africano Alemão recebeu mais colonos que as demais colônias africanas sob domínio alemão.²⁴

Nas colônias alemãs na África, os imigrantes alemães se tornavam grandes proprietários rurais. Embora em número reduzido, eles reinventaram uma tradição fundiária. Como grandes proprietários rurais, adotaram mais um *ethos* de latifundiários do que aquele dos camponeses alemães. Em suas fazendas, além do trabalho livre em regime familiar, eles contavam com o trabalho dos nativos, reproduzindo uma relação de trabalho entre senhores e servos.²⁵ Havia ainda aqueles contratados diretamente pela administração colonial. A forma de pagamento desse trabalho era variada. Em geral, os trabalhadores eram mal remunerados. Não raro, se endividavam ou não lhes restava outra alternativa às penalidades prescritas nos contratos de trabalho senão pagar suas dívidas ou penas com seu próprio trabalho.

Durante e após a guerra colonial (1904-1907) no sudoeste africano, o trabalho forçado de prisioneiros de guerra, homens e mulheres, foi praticado em larga escala, sobretudo na reconstrução da malha ferroviária, da infraestrutura dos núcleos urbanos e nas minas. Karl Wilhelm Schincke, médico alemão da *Schutztruppe*, apontou em suas cartas que os “Hereros presos, tanto mulheres quanto homens, têm que trabalhar duro. Nota-se que neles as misérias da guerra deixaram marcas profundas.” Em Okahandja, observou ainda que “em todas as estações havia presos de guerra em maior ou menor número, que são aproveitados (também as mulheres) para trabalhar como carregadores de carvão e na conservação da ferrovia, entre outros”.²⁶

Na África Oriental Alemã (AOA) houve várias revoltas. Algumas delas foram lideradas por traficantes de escravos, outras pelos chefes tribais. Além de sustar a reprodução da escravaria dos enclaves árabes ou da economia dos povos suaílis, a presença alemã na África oriental representou uma ameaça

à reprodução social de muitas comunidades aldeãs por uma série de fatores. Entre eles, destacam-se a apropriação de extensos territórios e seus recursos naturais, a subordinação por meio de impostos de comunidades locais e o recrutamento de suas populações para o trabalho. Os alemães “drenavam” a mão-de-obra local ou mesmo impeliam a migração de trabalhadores para as suas fazendas ou demais atividades econômicas. Cabe informar que um aparato militar de soldados negros (*askaris*) foi amplamente desenvolvido na África oriental sob domínio alemão.²⁷ Muitos *askaris* tinham sido escravos. Eles teriam supina importância na repressão dos levantes e no controle policial das comunidades aldeãs.²⁸

Como o número de colonos alemães era pequeno na África oriental, a administração colonial, as missões e a DOAG e congêneres foram as principais agenciadoras da mão-de-obra nativa. Na África oriental foi onde predominou, com mais veemência, a escravidão durante o colonialismo alemão.

O TRABALHO SOB COAÇÃO NA AOA

Apesar do sucesso de sua ação repressiva contra o tráfico de escravos, o regime colonial alemão se valeu do trabalho compulsório na África oriental. As autoridades coloniais preteriram os princípios morais a favor dos interesses econômicos.²⁹ As dificuldades de atrair capital para a AOA eram enormes.³⁰ Por conseguinte, a monetarização da economia era muito relativa e a remuneração dos trabalhadores, em dinheiro, irrisória. Havia ainda outros fatores que inibiam o desenvolvimento das forças produtivas. A crise ecológica, a partir do final do século XIX, atingiu várias comunidades. Pragas e pestes comprometeram lavoura e pecuária e, em decorrência, houve escassez de alimentos, fome e doenças atingiram aldeias inteiras. Também o aumento do ataque dos leões fazia parte dessa crise ecológica.³¹ Além das pragas e dos ataques dos grandes felinos, outras questões como as doenças tropicais eram associadas às dificuldades em aumentar a produtividade do trabalho na África oriental sob domínio colonial alemão. Em 1913, estimava-se que 30% do território da AOA estava infestado pela mosca tsé-tsé.³²

Na ótica do colonizador, doenças como a tripanossomíase eram responsáveis, em parte, pela propalada letargia dos trabalhadores africanos. Segundo o discurso colonial, havia ainda uma “incapacidade do negro em trabalhar com disciplina”. Essa crença foi esteio ao trabalho sob coação tão amplamente empregado sob domínio colonial.

Desde 1890, a política colonial não abolicionista foi criticada no Parlamento alemão. Mas, o governo imperial em Berlim e, sobretudo, as

autoridades coloniais em Dar-es-Salaam mantiveram uma política colonial complacente com a escravidão até 1914. Apenas paliativos foram propostos, como uma lei do ventre livre (1904), que passaria a vigorar a partir de 31 de dezembro de 1905.³³ Cabe lembrar que desde 1891 havia proposta de reconhecer como livres as crianças nascidas nas colônias alemãs.³⁴ No entanto, na África Oriental Alemã fez-se a emancipação sem abolição.³⁵ Ou seja, ali, apesar das possibilidades legais de emancipar escravos, a abolição foi postergada.

Uma das principais aliciadoras do trabalho compulsório foi a DOAG que se tornou uma grande latifundiária na África Oriental Alemã. Mas, a maior instituição latifundiária era a missão alemã que tinha mais de 50 estabelecimentos na colônia.³⁶ O cultivo de café da DOAG foi desenvolvido conjugando trabalho livre e compulsório. Os cultivos de algodão e sisal também contaram com trabalhos forçados.³⁷ Escusado é lembrar quão difícil era aliciar trabalhadores devido às aviltantes condições de trabalho.³⁸ Houve mesmo a tentativa de empregar trabalhadores sazonais do Oriente, especialmente da China e da Indonésia.³⁹ Em termos regionais, o deslocamento impelido de trabalhadores foi uma prática usual na agricultura desenvolvida na AOA.⁴⁰ As culturas de exportação como o algodão o sisal ou o café eram produzidas numa estrutura agrária baseada no latifúndio e com grande demanda de mão-de-obra.

Na AOA, a distribuição espacial dos trabalhadores, as formas de trabalho e o valor de sua remuneração variavam, de distrito para distrito. O trabalho servil não esteve presente em todos os distritos. Em algumas regiões, havia grande concentração de escravos.⁴¹ Na região de Tabora, 67% da população era escrava; em Lindí, em torno de 50%; e em Kilwa, de 40 a 50%. A escravidão diminuía sua importância econômica no interior e quase insignificante era sua presença nas terras altas.⁴²

A ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA ORIENTAL ALEMÃ

Por seu tamanho, por seus recursos, por sua demografia, por sua posição geográfica, entre outros fatores, a AOA foi considerada a principal colônia alemã.⁴³ E foi nela que a escravidão perdurou durante quase trinta anos de domínio alemão. Ao combater o tráfico de escravos, depararam-se as autoridades coloniais com uma reserva de escravos na colônia. Diante da carência de mão-de-obra, principalmente em suas unidades agrícolas de exportação (café, sisal, algodão, borracha etc.), a reserva de escravos foi remanejada para as *plantations* e outros serviços de interesse do domínio colonial.

Entre as autoridades coloniais, não havia consenso acerca da ideia de abolição irrestrita dos escravos. Dr. Fritz Weidner, por exemplo, era uma das vozes discordantes. Ele tratou da questão em seu livro sobre a escravidão doméstica na África oriental.⁴⁴ Sob os auspícios do Bureau Colonial do Império Alemão (*Reichskolonialamt*), a obra foi publicada em 1915. Cabe lembrar que já havia sido protocolado um memorial no Parlamento alemão sobre o mesmo tema.⁴⁵

Nesse livro, o autor fez um estudo sobre a história da escravidão na África oriental, e apresentou uma síntese do problema que tal instituição representava para o desenvolvimento econômico e social dos três protetorados britânicos e do alemão na África oriental. Vale ressaltar que Fritz Weidner não teve acesso a certos arquivos internos do governo alemão. Sua pesquisa baseou-se em relatórios oficiais da administração colonial para o Parlamento alemão. Seu estudo apresenta limitações. Alguns aspectos da escravidão foram negligenciados pelo autor; outros não foram tratados, supostamente pela falta de acesso a dados importantes. No entanto, o livro contém muitas informações sobre a escravidão e não deixa de ser uma fonte histórica relevante.⁴⁶ Deve-se ter em conta, ainda, que o livro foi uma defesa da política colonial alemã e, por conseguinte, uma ferramenta ideológica para legitimar o colonialismo na África oriental.

Para Weidner, o problema da escravidão na AOA não poderia ser analisado de forma isolada. Por isso, seu estudo é comparativo. Historicamente, compara a escravidão naquelas paragens a partir dos costumes dos povos, inclusive daqueles muçulmanos, bem como sob a legislação colonial dos domínios britânico ou alemão. Apoiado em copiosa literatura e documentos e na sua experiência de dois anos como funcionário da administração colonial da AOA, Weidner defende a emancipação dos escravos, mas não compartilha a ideia de uma abolição imediata. Sua posição era favorável à abolição em 1920, conforme previa uma resolução do *Reichstag* do início do ano de 1914.

A *Escravidão doméstica na África oriental* (1915) serviu de suporte ideológico à manutenção temporária do trabalho escravo num regime colonial cuja legitimação procurava crédito justamente na campanha antiescravista. Apesar do esforço do seu autor em tratar histórica e politicamente a escravidão na África oriental, sua visão distorce a realidade em prol do colonialismo.

Weidner chamou a atenção para a condição do escravo como uma pessoa de direitos (*Rechtspersönlichkeit*), protegida, *legalmente*, contra mal tratamento e exploração. Descumprida a lei em relação a esses dois itens, ou se comprovada escravização irregular, o escravo poderia ser liberto.⁴⁷

No entanto, o autor reconheceu que havia uma contradição no que tange ao direito do próprio escravo de comprar sua liberdade, sobretudo durante os primeiros anos da AOA (1891-1894) e que ele próprio alcunhou como um tempo de obscuridade (*Zeit der Unklarheit*), no que tange à política colonial alusiva à escravidão.⁴⁸

O decreto colonial de 1º de setembro de 1891 tratava da compra e venda de escravos, mas não deixava claro se o próprio escravo poderia comprar a sua liberdade. Numa segunda fase (1895-1901), houve uma pressão maior, na própria Alemanha, para definir as regras do trabalho escravo na AOA. Uma resolução da Associação Evangélica da África (*Evangelische Afrikaverein*), de 18 de janeiro de 1895, foi a base de uma petição ao Parlamento alemão, discutida em sessão parlamentar de 22 de maio daquele ano.⁴⁹

Um novo decreto imperial sobre a escravidão foi lavrado em 29 de novembro de 1901, no qual, entre outros aspectos, foi definido que nenhuma família de escravos poderia ser separada por compra ou venda, sem o acordo das partes envolvidas (§ 5). Cabe lembrar que, desde 1886, era proibido em Zanzibar separar homem, mulher e filhos um do outro.⁵⁰ Na AOA, os decretos e demais regulamentações que pautaram a prática da escravidão entre os anos de 1891-1904 foram os seguintes:

Decreto governamental sobre a compra de escravos (1º/09/1891);
Instrução sobre a penalidade em caso de tráfico de escravos (19/08/1896);
Decreto governamental sobre a saída de “crianças e jovens de cor” (*unerwachsener Farbiger*) por via marítima (31/05/1899);
Decreto imperial sobre a escravidão doméstica na AOA (29/11/1901);
Circular do governo da AOA com medidas para o combate do tráfico de escravos (10/12/1902);
Decreto imperial sobre a escravidão doméstica na AOA (24/12/1904).

Fritz Weidner coligiu dados para mostrar que o tráfico de escravos diminuía drasticamente desde a presença alemã na África oriental e também como a manumissão antecipava o fim da escravidão na AOA. Com base na nova historiografia, pode-se constatar que o tráfico declinou vertiginosamente e que a emancipação de escravos foi ascendente entre 1891 e 1912. Nesse período, em torno de 50.000 emancipações foram acordadas, oficialmente.⁵¹ Muitos certificados de emancipação (*Freibriefe*) foram por compra, seja com recursos do próprio escravo, de terceiros ou do senhor.⁵² Em geral, os registros coloniais especificam os motivos da emancipação (morte do senhor, liberdade concedida de acordo com o Ato de Bruxelas, por esca-

vização indevida, etc). Cabe salientar que 5/7 das cartas de emancipação foram lavradas na região costeira.⁵³ Pode-se inferir que, além da desigual distribuição espacial dos escravos nos distritos coloniais, a urbanização da sociedade litorânea e a monetarização da sua economia tenham concorrido para uma emancipação mais acentuada na costa do que no interior da AOA. O número de emancipações foi mais expressivo nos distritos costeiros.⁵⁴ Além disso, em regiões como Tanga e Pangani, vários escravos fugitivos de Zanzibar receberam alforria de acordo com o Ato de Bruxelas (art. 64).⁵⁵

Alguns aspectos da escravidão foram omitidos como, por exemplo, o percentual recolhido pelo governo local (*Bezirksamt*) na transação de compra e venda nos distritos oficiais da AOA. Em Kilwa, o governo local recebeu 1,5% do valor da venda de quase mil escravos, entre abril de 1911 e março de 1914.⁵⁶ Entre outros historiadores, Jan-Georg Deutsch salientou as brechas da regulamentação para eventuais litígios, as peculiaridades de cada distrito da AOA com relação à escravidão e o problema das fontes, ou seja, dos parcos, incompletos e dúbios registros coloniais sobre compra e venda de escravos. Aliás, a administração colonial não logrou controlar e registrar todo o comércio de escravos na vasta região que compreendia a AOA. Por isso, difícil também fazer estimativas quanto ao volume de escravos vendidos, anualmente, fora do controle da supervisão do governo colonial de cada distrito.⁵⁷

O crescente número de emancipações oficiais permite supor um ganho significativo por parte dos governos locais, pois as cartas de emancipação tinham preços que variavam segundo o sexo e a idade.⁵⁸ Como as condições do trabalho escravo e compulsório eram pouco discerníveis, cabe indagar quem ganhava com essas cartas de emancipação. Sobre isso, Weidner não teceu qualquer comentário. Também se esquivou de tratar a “opção” do governo imperial em Berlim pela “emancipação sem abolição” cujas razões políticas e econômicas pareciam ser indispensáveis para o trabalho sob domínio colonial alemão.⁵⁹

A política colonial também era dúbia em relação aos escravos fugitivos. Conforme testemunho de um oficial do distrito de Dar-es-Salaam, senhores e escravos não tinham ideia clara dos seus direitos e deveres.⁶⁰ Na costa, havia uma concentração de escravos de origem variada. Havia também muitos escravos fugitivos de Pemba e Zanzibar. Com o Ato de Bruxelas em vigor, a colônia alemã poderia representar para muitos escravos uma zona franca. Isso poderia vir a calhar para a economia colonial que enfrentava o problema da falta de mão-de-obra. A distinção entre trabalho escravo e trabalho livre era outro problema. Em seu estudo sobre a escravidão domés-

tica na África oriental, Fritz Weidner chegou a sugerir que tal prática fosse transformada em escravidão por dívida, na qual o senhor passaria a ser o credor e o escravo o devedor. Nessa relação de trabalho, haveria vantagens para ambos os lados, segundo o autor.⁶¹ Weidner estava consciente de que a questão escrava (*Sklavenfrage*) se confundia com a questão do trabalho (*Arbeitsfrage*), especialmente nas unidades de *plantations* da costa oriental.⁶²

Se europeus e indianos não podiam ter escravos na colônia alemã, suas esposas nativas podiam ter escravos domésticos. Essa era uma forma indireta de ter serviçais escravos, principalmente em benefício dos indianos. Aliás, nativos e mesmo ex-escravos poderiam ter escravos na AOA, o que já era proibido em Zanzibar, desde 1890.⁶³

Ao expor as medidas necessárias para terminar com a escravidão na AOA, Weidner deu pistas importantes para conjecturar algumas motivações à emancipação lenta e gradual. Para ele, a abolição poderia representar um colapso para a sociedade colonial e sua economia. Segundo o autor de *Hausklaverei in Ostafrika*, a circulação de mercadorias e o escoamento da produção agrícola se faziam sobre os ombros dos carregadores. Enquanto não houvesse alternativa para o transporte das mercadorias, os carregadores eram indispensáveis.⁶⁴ As alianças políticas dos alemães com certos chefes locais também poderiam ficar comprometidas, pela abolição, uma vez que, entre outros aspectos, em muitas comunidades a escravidão era uma instituição que pautava o prestígio. Para Weidner, seriam necessárias medidas políticas e culturais como a escolarização para superar esses valores tradicionais.⁶⁵

Last but not least, a questão do trabalho deveria ser resolvida antes da abolição. Como Weidner compartilhava a ideia de que os negros eram indolentes e não gostavam de trabalhar, então, ele antevia um acirramento do problema de falta de mão-de-obra na AOA. Por isso, a transformação do escravo em trabalhador livre por meio de um “endividamento” foi proposta por Weidner; assim, não haveria “fuga de braços” da lavoura e de outros trabalhos. O autor ainda fez um adendo de acordo com o qual a tributação direta e indireta também tinha uma finalidade educativa para o trabalhador emancipado.⁶⁶ Um período de trabalho obrigatório era também aconselhado, segundo ele, como provava a experiência inglesa do *apprenticeship*.⁶⁷ No entanto, alguns contratos de trabalho tolhiam, em muito, a liberdade dos empregados. Nas colônias portuguesas, para ficar num exemplo, algumas formas de trabalho sob contrato foram alvo de críticas, notadamente de britânicos, sob a alegativa de que escamoteavam o trabalho escravo.⁶⁸

Formas análogas à escravidão foram amplamente empregadas sob o domínio colonial europeu. Além disso, uma escravidão residual persistia em

várias partes da África até a década de 1920. No Brasil, alguns jornais do período entre-guerras repudiaram a permanência da escravidão no continente africano.⁶⁹ Porém, as ambiguidades e as contradições do trabalho durante o colonialismo não foram debatidas na imprensa com a devida importância. Em 1930, a proibição da escravidão pela Liga das Nações foi ampliada, passando a incluir todas as formas de trabalho forçado.⁷⁰ Mas, na parte africana da “União Francesa”, o fim do trabalho compulsório e da distinção entre cidadãos e súditos seria decretado apenas em 1946.⁷¹

FESTINA LENTE

O estudo da questão do trabalho na África oriental sob domínio alemão (1885-1914) ajuda a esclarecer alguns efeitos práticos da política colonial alemã relativa à escravidão. Em primeiro lugar, a presença alemã desmantelou a rede de tráfico de escravos, comprometendo a viabilidade econômica de certos enclaves árabo-suaílis como os latifúndios de cultivo de cravo ou cana-de-açúcar em Zanzibar, Pangani, no vale do Rufiyi e em Mafia. Assim, a intervenção militar sob o comando de Wißmann seria o início da ruptura de uma rede comercial pré-colonial na África oriental. Para isso, tentou-se impedir a reprodução da escravaria da sociedade árabo-suaíli.

Desde o início do colonialismo alemão na África, a complacência das autoridades coloniais com a escravidão suscitou várias críticas, inclusive no Parlamento alemão, onde os deputados August Bebel e Eugen Richter eram, entre outros, grandes oponentes à política colonial do II Reich. Fritz Weidner, no entanto, buscou dar subsídios históricos e políticos para a questão da escravidão na África oriental. Segundo o africanista Paul Reichard (*apud* Weidner), os negros desconheciam o valor da liberdade, e por isso também Weidner não via necessidade de abolir, de choque, a escravidão.⁷² Para ele, era necessário preparar social, cultural, política e economicamente a transição para o trabalho livre.⁷³

A tese emancipacionista venceu a abolicionista na África oriental sob domínio alemão. Se a abolição implicava indenizações e, por conseguinte, custos ostensivos à administração colonial, a emancipação de cerca de 50.000 trabalhadores gerou avultado caixa aos escritórios locais do governo colonial com a emissão de cartas de emancipação (*Freibriefe*). Em 1913, a África oriental sob domínio alemão tinha uma população total estimada em 7,5 milhões de habitantes, sendo que apenas algo em torno de 5.000 era o contingente de brancos.⁷⁴ Durante o domínio colonial alemão na África

oriental, o número de escravos era residual. No entanto, formas análogas à escravidão predominavam nas relações de trabalho na África colonial.

Além das autoridades coloniais, de fazendeiros e colonos brancos, muitos missionários, especialmente católicos, eram a favor da emancipação gradual, pois acreditavam que a inserção do africano como trabalhador livre na sociedade colonial dependia de uma “educação para a liberdade”. Assim, afirmavam ser necessária uma fase propedêutica para, enfim, conceder a liberdade ao escravo, um processo lento e gradual de transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado (*von Sklavenhaltung zur Lohnarbeit*). Essa ideologia se ajustava às dificuldades econômicas da AOA. Como sentenciou Weidner: *festina lente!* Mas a máxima de avançar lentamente era também grávida de ambiguidades.

O livro *Die Haussklaverei in Ostafrika* (1915), do Dr. Fritz Weidner, é um documento sobre o trabalho escravo na África Oriental Alemã (1885-1914). Para os ideólogos do regime colonial alemão, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre deveria ocorrer de forma gradual (*festina lente*), para não comprometer a economia colonial. Com o impasse no Parlamento alemão diante dessa questão, a lei da abolição da escravidão na África Oriental Alemã (AOA) demorava a ser aprovada por Berlim. Mas, após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu suas colônias. A abolição da escravidão na ex-colônia alemã da África oriental passou a fazer parte da agenda dos novos colonizadores.

NOTAS

1 Henri Brunschwig e Henri Wesseling destacaram a influência da encíclica *In Plurimis*, de 05 de maio de 1888, para o apoio católico às pretensões coloniais de Bismarck. No entanto, ambos os historiadores não deram importância para a encíclica de 20 de junho. Cf. BRUNDSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 53; WESSELING, Henri. *Le Partage de l'Afrique 1880-1914*. Paris: Denoël collec. Folio/Histoire, 1991, p. 286.

2 WESSELING, H. *Op. cit.*, p. 285.

3 Bismarck já havia obtido apoio britânico para participar da “partilha da África” em meados de 1884, poucos meses antes da abertura da Conferência de Berlim no final daquele ano. Cf. WESSELING, H. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2009, p. 366.

4 WESSELING, Henri. *Op. cit.*, p. 334.

5 ZÖLLER, Hugo. *Als Journalist und Forscher in Deutschlands Grosser Kolonialzeit*. Leipzig: Koeller & Amelang, 1930, p. 294-318.

6 Um documento com montagem de imagens do major Wißmann (1853-1905), em oposição ao retrato do maior traficante de Zanzibar, Tippu Tip (1837-1905) com a legenda “Hermann von Wißmann befreite Deutsch-Ostafrika von der Sklaverei”, se encontra no arquivo de imagem da Universidade de Frankfurt, sob o código CD/6264/3051/3193/6264_3051_3193_0021, Koloniales Bildarchiv - Datenbank der Universitätsbibliothek Frankfurt am Main. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de

7 Sobre a escravidão na África pré-colonial e a escravização dos africanos, desde a conquista muçulmana, ver Tidiane N'Diaye: *Der verschleierte Völkermord, Die Geschichte des muslimischen Sklavenhandels in Afrika*, Rowohlt Verlag: Berlin, 2010.

8 Cf.: COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão. Imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África, in: COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. *Além da escravidão*. Investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; CAMPBELL, Gwyn (dir.) *The Structure of Slavery in Indian Ocean Africa and Asia*. London, 2004; PRAKASH, Gyan, *Bonded Histories. Genealogies of Labor Servitude in Colonial India*, Cambridge, 1990.

9 KÜRSCHNER, Joseph *et al.* *Deutschland und seine Kolonien; Wanderungen durch das Reich und seine überseeischen Besitzungen*, Berlin: H. Hilger, 1902.

10 Sob a organização de Reimer Gronemeyer, o livro intitulado *O negro preguiçoso* aborda vários aspectos da violenta imposição das formas europeias de trabalho na África austral. GRONEMEYER, R. (Hrg.) *Der faule Neger: Vom weissen Kreuzzug gegen den schwarzen Müssigang*. Hamburg: Rowohlt, 1991.

11 ILLIFFE, John; *A Modern History of Tanganyika*. African Studies Series 25, Cambridge University Press, 1979, p. 120; GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*. Stanford University Press, 1977, p. 145; WESSELING, H. *Le Partage de l'Afrique 1880-1914*. Denoël (Col. Folio/Histoire), 1991, p. 288; DEUTSCH, Jan-Georg. *Emancipation without abolition in German East Africa, c.1884-1914*. Ohio University Press, 2006, p. 216.

12 ILIFFE, John. *Op. cit.*, p. 133.

13 A frase literal de Wißmann foi a seguinte: Hört der gute Einfluß des Europäers auf, so fällt der Neger schnell wieder in seine alte Trägheit und Sorglosigkeit zurück. WISSMANN, Hermann von. *Zur Behandlung des Negers*, in: *Afrika, Schilderungen und Ratschläge für den Dienst in den deutschen Schutzgebieten*. Berlin, 1895.

14 COOPER, Frederick. *Op. cit.*, p. 211.

15 BÜCKENDORF, Jutta. *Schwarz-Weiß-Rot über Ostafrika. Deutsche Kolonialpläne und afrikanische Realität*. Münster: LIT Verlag, 1997, p. 295.

16 ILIFFE, John. *A Modern History of Tanganyika*, p. 158.

17 GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*, p. 168.

18 RUDIN, Harry. *German in the Cameroons 1884-1914. A Case Study in Modern Imperialism*. New Haven: Yale Univ. Press, 1938.

19 Para uma introdução às guerras e revoltas na África Alemã do Sudoeste e na África Alemã Oriental, ver a trilogia de Walter Nuhn. *Sturm über Südwest*. Bernard & Graefe, Koblenz 1989; *Flammen über Deutsch-Ostafrika*. Bernard & Graefe, Koblenz 1998; *Feind überall: Guerillakrieg in Südwest*. Bernard & Graefe, Koblenz 2000.

20 WESSELING, H. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2009, p. 336.

21 Michel Foucault chamou a atenção para a etimologia da palavra disciplina como o chicote usado na flagelação.

22 MISSLER, Adolf. *Deutsch-Ostafrika*. In: KÜRSCHNER, Joseph *et al.* *Deutschland und seine Kolonien; Wanderungen durch das Reich und seine überseeischen Besitzungen*, Berlin: H. Hilger, 1902, p. 488.

23 BRUNSCHWING, H. *Op. cit.*, p. 45.

24 WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2009, p. 364.

25 Esse aspecto é tratado por Terence Ranger no capítulo « The Invention of Tradition in Colonial Africa », in: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Edited by) *The Invention of Tradition*, London: Cambridge University Press, 1992, p. 211-262.

26 SCHINKE, Karl W. *Diário da África: o diário de um médico alemão na guerra dos hotentotes - Berichte aus Afrika: Tagebuch eines deutschen Arztes während des Hererokrieges*. Tradução: Werner Schinke. Porto Alegre: EDIPUCRS (Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2009, p. 69-71.

27 Em suaíli, *askari* significa soldado. Os alemães adotaram o termo para denominar os soldados nativos que integravam suas tropas coloniais. Mas essa denominação não se restringiu às tropas coloniais em território sob domínio alemão.

28 Sobre os askaris, ver MORLANG, Thomas. *Askari und Fitafita. «Farbige» Söldner in den deutschen Kolonien*. Berlin, Ch. Links Verlag, 2008; MICHELS, Stefanie. *Schwarze deutsche Kolonialsoldaten – Mehrdeutige Repräsentationsräume und früher Kosmopolitismus in Afrika*. Transcript Verlag, Bielefeld, 2009.

29 DEUTSCH, Jan-Georg. *Emancipation without abolition in German East Africa, c.1884-1914*. Ohio: University Press, 2006, p. 97.

30 GANN, Lewis H.; DUGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*. Stanford University Press, 1977, p. 162.

31 ILIFFE, John. *Op. cit.*, p. 163. Na imprensa teuto-brasileira, foram noticiados ataques de leões nas proximidades de Dar-es-Salaam: *Fortschrift*, Santa Cruz (RS), 09/01/1904. Alguns anos depois, no distrito de Morogoro, leões atacaram nas cercanias de um hotel frequentado por europeus: *Kolonie*, Santa Cruz (RS), 21/01/1908.

32 *Idem.*, p. 164.

33 *Idem.*, p. 131.

34 WEIDMEN, Fritz. *Die Haussklaverei in Ostafrika*. Jena: Fischer Verlag, 1915, p. 135.

35 DEUTSCH, Jan-Georg. *Op. cit.*, p. 97.

36 Cf. GRUNDER, Hosrt. *Welteroberung und Christentum*. Gütersloh: Gerd Mohn, 1992, p. 334.

37 Cf. SUNSERI, Thaddeus. The Baumwollfrage: Cotton Colonialism in German East Africa. *Central European History*, 34, 2001, p. 31-51. Do mesmo autor: 'Peasants and the Struggle for Labor in Cotton Regimes of the Rufiji Basin, Tanzania (1890-1918)', in: ALLEN Isaacman; ROBERTS, Richard (eds.) *Cotton, Colonialism and Social History in Sub-Saharan Africa*, London, 1995, p. 180-199.

38 ILIFFE, John. *Op. cit.*, p. 157.

39 *Idem.*, p. 152.

40 Para ficar num exemplo: SUNSERI, Thaddeus. *Vitimani: Labor Migration and Rural Change in Early Colonial Tanzania*. Social History of Africa. Heinemann: Portsmouth, 2002.

- 41 BECHER, Jürgen. *Dar Es Salaam, Tanga und Tabora: Stadtentwicklung in Tansania unter Deutscher Kolonialherrschaft (1885-1914)*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997.
- 42 GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *Op. cit.*, p. 196.
- 43 WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2009, p. 332-333; GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*, Stanford: University Press, 1977, p. 170.
- 44 WEIDNER, Fritz. *Die Haussklaverei in Deutsch Ostafrika*. Reichskolonialamt, Jena, 1915.
- 45 *Denkschrift über die Haussklaverei in Deutsch-Ostafrika* (Reichstag). Berlin, 1914.
- 46 DEUTSCH, J.-G. *Op. cit.*, p. 4.
- 47 WEIDNER, F. *Op. cit.*, p. 133.
- 48 *Idem*. p. 134.
- 49 *Idem*, p. 135.
- 50 *Idem*, p. 154.
- 51 *Idem*, p. 138.
- 52 DEUTSCH, J.-G. *Op. cit.*, p. 184-186
- 53 WEIDNER, F. *Op. cit.*, p. 140.
- 54 DEUTSCH, J.-G. *Op. cit.*, p. 188.
- 55 WEIDNER. *Op. cit.*, p. 159.
- 56 DEUTSCH, J.-G. *Op. cit.*, p. 174.
- 57 *Idem*, p. 175.
- 58 DEUTSCH, J.-G., *Op.cit.*, p. 191. Ver também do mesmo autor: 'Prices for Female Slaves and Changes in their Life Cycle. Evidence from German East Africa', in *Women and Slavery. Africa, the Indian Ocean World, and the Medieval North Atlantic* (Athens/Ohio, 2007).
- 59 *Idem*, p. 181.
- 60 *Apud* Deutsch, J.-G. *Op. cit.*, p. 181.
- 61 WEIDNER, F. *Op. cit.*, p. 158.
- 62 *Idem*, p. 176.
- 63 *Idem*, p. 161.
- 64 *Idem*, p. 175.
- 65 *Idem*, p. 173.
- 66 *Idem*, p. 176.
- 67 *Idem*, p. 177.

68 Para o caso do colonialismo português, especialmente em Moçambique, as ambiguidades do trabalho e as formas análogas à escravidão também foram objeto de vários estudos. Cf. THOMAZ, Omar R. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, UFRJ/Faperj (Universidade Federal do Rio de Janeiro / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), 2002, p. 139-141; ZAMPARONI, Waldemir. De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique. Salvador: EDUFBA/CEAO (Editora da Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Afro Orientais), 2007, p. 149-153; CABAÇO, José L. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP (Universidade Estadual Paulista), 2009, p. 109-117.

69 Algumas matérias como, por exemplo, do jornal *Getulino* (09/12/1923), sobre o tráfico de escravos africanos no Mar Vermelho, e do jornal *Progresso* (24/03/1929), sobre o número de escravos na África, especialmente na Abissínia onde o status legal da escravidão seria abolido somente em 1942, registram preocupação da comunidade afro-brasileira com a escravidão no continente africano.

70 LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 417. Ver também COOPER, F., *op. cit.*, p. 243-246.

71 COOPER, F. *Op. cit.*, p.260-264.

72 WEIDNER. *Op. cit.*, p. 149.

73 *Idem*, p. 152.

74 *Idem*, p. 334-335.

Palavras-chave:
**escravidão, domínio
colonial alemão, África
Oriental.**

Resumo

Desde 1885, o Segundo Império Alemão estabeleceu um protetorado na África Oriental. Com base na luta contra a escravidão e o tráfico de escravos, os alemães vão para a região dos Grandes Lagos. Mas a escravidão e o tráfico de escravos não terminou sob o domínio colonial alemão. Neste artigo, tratamos da adaptação do trabalho escravo na África Oriental Alemã e de sua justificativa por autores como Fritz Weidner, em seu livro *Escravidão doméstica na África Oriental* (1915).

Keywords
**Slavery, German colonial
rule, East Africa.**

Abstract

Since 1885, the German Second Empire established a protectorate in East Africa. On the basis of fighting slavery and the slave trade, the Germans go into the region of the Great Lakes. But the slavery and the slave trade was not finish under German colonial rule. In this article we discuss the adaptation of slave labour in the German East Africa and how it was justified by authors such Fritz Weidner in his book “Domestic slavery in Eastern Africa” (1915).

Recebido para publicação em abril/2015. Aceito em julho/2015.

Trabalho feminino nas colônias alemãs da África

Simoni Mendes de Paula

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem pesquisado os seguintes temas: colonialismo; desastres ambientais e história ambiental.

Endereço eletrônico: simoni.mendes@yahoo.com.br

Ana Carolina Schweitzer

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participa do Laboratório de Estudos de História da África (LEHAF/UFSC). Sua pesquisa aborda o circuito social de fotografias durante o colonialismo alemão em África.

Endereço eletrônico: carol_schweitzer@hotmail.com

Em novembro de 1902, o jornal *Deutsch-Südwestafrikanische Zeitung* publicou um artigo intitulado “A questão do trabalho nas colônias alemãs”¹, assinado pelo empresário hamburguês Johannes Thormählen. O texto havia sido apresentado originalmente em uma palestra realizada pelo autor no Congresso Colonial Alemão, ocorrido naquele mesmo ano. Thormählen abordou, ali, o lento desenvolvimento das colônias alemãs e a relação com a falta de mão de obra adequada naquelas regiões. Além disso, criticava a utilização do trabalho dos nativos africanos, definido como “trabalho negro” (*Negerarbeit*), pois os considerava *preguiçosos e indolentes*. Ao tratar da “questão do trabalho” (*Arbeiterfrage*), afirmou que cabia aos europeus levar a cultura do trabalho aos “negros africanos”, visto que o povo europeu era “portador da cultura” (*Kulturtrager*).

O termo “*Arbeiterfrage*” é recorrente nos jornais alemães veiculados em suas colônias no início do século XX. Alguns dos artigos publicados nesses jornais também faziam referências aos ideais liberais e à situação do trabalho em outras colônias europeias². Contudo, as apropriações dessas ideias e a discussão sobre a situação do trabalho em África não foram especificidade do colonialismo alemão. Como analisou Frederick Cooper, nas colônias francesas e inglesas, a mentalidade colonialista tornou possível a permanência do trabalho forçado. Cooper demonstrou como o colonialismo europeu em África apropriou-se também do trabalho compulsório, embora propalasse um discurso antiescravista.

A situação do trabalho durante o colonialismo em África envolveu discussões referentes a: direito, cidadania, economia política e teorias raciais. O darwinismo social foi amplamente discutido e utilizado como subsídio nas reflexões sobre o uso da mão de obra africana nas colônias europeias.

Evidentemente, os espaços de trabalho ocupados por africanos, europeus e demais estrangeiros, em contexto colonial, eram diferentes. E a relação entre os espaços de trabalho era permeada, também, por questões de gênero, além das “raciais” e sociais. Os estudos de Valdemir Zamparoni e Ângela M. A. Conceição, e ainda a coletânea organizada por Inocência Mata e Laura Padilha são alguns exemplos de uma abordagem sobre o colonialismo na “África Portuguesa” com ênfase nas relações de gênero³.

Este artigo propõe-se a refletir sobre os espaços de trabalho e atividades em que mulheres, alemãs e africanas, atuaram nas colônias africanas do II Reich.

SOBRE O COLONIALISMO ALEMÃO EM ÁFRICA

A ocupação alemã no continente africano foi uma experiência de poucas décadas de duração, entre os anos de 1884 e 1914. Diferente do que ocorreu com os projetos imigratórios alemães, como para as Américas, as colônias em África receberam reduzido número de imigrantes. Em 1912 havia aproximadamente 22 mil alemães nas colônias africanas: 14.816 no Sudoeste Africano (atual Namíbia), 4.886 na África Oriental Alemã (atual Tanzânia), 1.537 em Camarões e 345 no Togo⁴.

Os investimentos feitos nas colônias alemãs eram, na sua maioria, de financiamento privado. Mesmo após a demissão do chanceler alemão Bismarck – que era contra o financiamento estatal nas colônias –, o investimento feito pelo II Reich foi modesto⁵. Economicamente, as colônias desenvolveram plantações de café, algodão, borracha e sisal. Na Namíbia,

a pecuária teve também seu destaque. A exploração dos recursos naturais foi a principal atividade econômica na costa desta colônia. Destacava-se, ainda, a extração de minérios como cobre, fósforo e mármore⁶. No litoral da colônia do Sudoeste Africano e na parte insular, além da extração do guano, praticavam-se a pesca e a caça a baleias e leões marinhos.

Na execução das atividades extrativistas, a mão de obra era, em grande parte, africana, e o capital era privado. O próprio Johannes Thormählen – citado no início deste artigo – era um dos sócios da empresa *Jantzen & Thormählen* que, desde 1885, comercializava produtos na colônia dos Camarões. Esta empresa foi uma das responsáveis pela ocupação e aquisição de terras na região para, inicialmente, plantações de cacau e tabaco. Embora muitas dessas aquisições tenham ocorrido por meio de posses e ocupações ilegais de terras, adiante receberam o reconhecimento legal da administração alemã. Dessa maneira, a empresa de Thormählen criou uma das maiores regiões de plantio nos Camarões, com cerca de 90.000 hectares de terra para plantação de cacau, bananas, borracha, café e óleo de palma⁷.

Além de empresas como a do empresário hamburguês, foram criadas companhias e sociedades para exploração de recursos naturais nas colônias durante o período colonial. Em 1912, por exemplo, havia duas companhias baleeiras em atividade no Sudoeste Africano Alemão. Uma possuía capital inglês e tinha sede na Cidade do Cabo; e a outra, sediada em Hamburgo, possuía capital alemão.

A descoberta de diamantes na Namíbia, em 1908, estimulou novamente o afluxo de alemães para a África. Apesar de não ter ocorrido um grande fluxo migratório, como almejava Carls Peters, o fundador da Sociedade para a Colonização Alemã (*Deutsche Gesellschaft für Kolonisation*), houve considerável aumento de imigrantes a partir daquele ano.

O colonialismo do II Reich se valeu da atuação de instituições para incentivo à imigração de alemães. Em 1887, as associações *Kolonialverein* (Associação Colonial) e *Gesellschaft für deutsche Kolonisation* (Sociedade para a Colonização alemã) se uniram, fundando a *Deutsche Kolonialgesellschaft* (Sociedade Colonial Alemã), que teve atuação importante na imigração de alemães e também se empenhou na construção de uma sociedade colonial “branca” e germânica em África. Evidentemente, muitos dos associados tinham interesses econômicos e atuavam por meio de companhias e empresas em África.

A Sociedade Colonial Alemã criou, em 1907, a *Frauenbund der Deutschen Kolonialgesellschaft* (Liga de Mulheres da Sociedade de Colonização Alemã), que tinha por objetivo a promoção da presença de mulheres alemãs

nas colônias. Vale ressaltar que a falta de mulheres brancas nas colônias foi, em certa medida, uma preocupação das instituições envolvidas nas políticas coloniais do II Reich. No jornal local da cidade de Luderitzbucht, uma notícia parabeniza a criação da Liga de Mulheres, ressaltando que a “mulher alemã” dará caráter e sentido alemão às novas terras⁸. Contudo, o jornal ressaltou também a importância do desenvolvimento das condições econômicas das colônias, de modo que isso pudesse também incentivar a imigração de mulheres.

A falta de mulheres brancas nas colônias foi pauta de discussões ao longo do colonialismo alemão em África. No ano seguinte à criação da *Frauenbund*, a população branca masculina no Sudoeste Africano Alemão era superior a 70%, visto que entre os 13.789 moradores, 10.613 eram homens e 3.176 eram mulheres⁹. Em junho de 1912, mesmo após quase trinta anos de ocupação alemã nos territórios africanos, a presença das alemãs nas colônias ainda era tida como um problema. Com a visita do secretário de Estado do Escritório Colonial do Império Alemão, Wilhelm Heinrich Solf, na colônia do Sudoeste Africano, discutiu-se novamente a “*Mangelandeutschen Frauen*” (falta de mulheres alemãs)¹⁰. Em seu discurso, reproduzido em jornal local, o secretário alemão admitiu que, apesar de todos os esforços da *Frauenbund*, o número de mulheres brancas nas colônias provavelmente nunca seria superior ao de homens brancos.

Entre as ações realizadas pela *Frauenbund*, se destaca a criação, no mesmo ano da sua fundação, da revista *Kolonieund Heimat in Wortund Bild* (Colônia e Pátria em Palavra e Imagem). Como veículo da propaganda colonial, o periódico da *Frauenbund* foi publicado entre os anos de 1907 e 1914, com artigos sobre as colônias alemãs no continente africano e na Ásia, enfatizando o caráter civilizatório da colonização¹¹. No conteúdo, há textos sobre como eram a vida dos imigrantes, as transformações do espaço, a construção de ferrovias, as plantações e cultivos, a sociabilidade nas colônias. Também fotografias eram publicadas – visto seu caráter de revista ilustrada –, muitas delas enviadas por imigrantes¹². A partir de 1914, a revista modificou seu foco, passando a publicar notícias e artigos sobre a I Guerra Mundial.

A *Frauenbund* atuou, ainda, de modo a incentivar financeiramente a ida de mulheres às colônias. Através da promoção de palestras e jantares – “patrocinados” pelos associados –, arrecadava dinheiro para a compra de passagens de navio e enxoval para as mulheres que aceitavam imigrar para as colônias. Muitas destas iam com intuito de casar, um casamento previamente arranjado; mas também houve aquelas que viajaram para trabalhar.

OS ESPAÇOS DE TRABALHO

Em março de 1914, Hertha Brodersen-Manns desembarcou na cidade de Lüderitzbucht, então parte do império colonial alemão¹³. A jovem hamburguesa, de vinte e três anos, viajou para a colônia do Sudoeste Africano acompanhada do advogado alemão Dr. Lübben. Ela fora contratada para trabalhar como secretária e receber um salário de 400 marcos por mês, no escritório que Lübben abriria na colônia. Seis meses após seu desembarque, as tropas britânicas ocuparam a região alemã, parte dos conflitos da Primeira Guerra Mundial, e Hertha foi levada como prisioneira para a África do Sul.

Acompanhada por cerca de 300 alemães que viviam na colônia, Hertha foi deportada e viveu durante meses em campos de refugiados brancos. Em 1915, foi libertada, retornou à ex-colônia alemã, mas foi morar na cidade de Windhoek e casou-se com um ex-soldado alemão. Durante alguns anos, trabalhou num banco agrícola, depois voltou para a Alemanha, ali permanecendo por cinco anos. Novamente, em 1926, retornou às terras africanas, onde iria morrer anos depois. Suas expectativas em relação à primeira viagem à colônia alemã, as mudanças nos planejamentos, a vida no campo de refugiados são relatadas no livro *Wieallesanderskam in Afrika*, escrito por Hertha e publicado apenas após sua morte¹⁴.

A experiência de Hertha permite refletir sobre os espaços de trabalho ocupados por mulheres alemãs durante o colonialismo em África. Embora não houvesse uma grande oferta de emprego destinado a elas, negar sua presença seria um equívoco; do mesmo modo o é associar a ida de mulheres às colônias apenas com o casamento. É notável que, devido ao número relativamente baixo de mulheres, as possibilidades de matrimônio eram maiores.

Nos jornais locais, as ofertas de empregos mencionavam algumas das atividades destinadas às alemãs. Anunciavam-se vagas para enfermeiras, governantas, domésticas, costureiras, modistas, professoras particulares ou para escolas e jardins de infância¹⁵. Além das ofertas de vagas, havia aquelas que ofertavam seu ofício nos jornais. Em publicação do jornal *Deutsch-Südwestafrikanische Zeitung*, de março de 1903: “Jovem, professora alemã procura um emprego adequado no Sudoeste Africano Alemão. Proposta com G. Gericke, professora. [De] Glindow no Werder.¹⁶

O espaço de educação também era um espaço de trabalho para as mulheres brancas. Nas colônias, a educação dos nativos ficava, em muitos casos, a cargo de missionários; já a elite colonial branca criou suas próprias escolas¹⁷. O trabalho de educar as crianças e os jovens alemães nas colônias era atribuído às mulheres alemãs. Isto porque, cabia à “mulher alemã” a

tarefa de transmitir a *Kultur* aos seus descendentes¹⁸. Na revista *Kolonieund Heimat*, foram publicadas algumas fotografias dos *Kindergarten* (jardins de infância) e das escolas onde as mulheres atuavam. A análise dessas fontes visuais permite inferir como se buscou reproduzir um padrão europeu nas escolas coloniais alemãs.

Assim como Hertha, outras mulheres alemãs viajaram para as colônias e se engajaram em atividades remuneradas; algumas na educação dos filhos de colonos, como a alemã Helene Nitze. Foi através do trabalho desenvolvido como professora na colônia do sudoeste africano, que Helene Nitze von Falkenhausen assumiu, em 1908, a direção da Escola Colonial para Mulheres (*Kolonialfrauenschulen*), na cidade de Witzenhausen, Alemanha. Nascida em 1873, ela imigrou para o continente africano com seus pais, aos 21 anos. Sua família foi uma das primeiras a imigrar e se estabelecer na colônia do Sudoeste Africano. Helene trabalhou como professora antes do casamento, tornando-se a primeira professora alemã da região. Após a morte do marido devido à Guerra Colonial (1904-1908), ela retornou para a Alemanha. Anos depois, Helene viajou novamente para a colônia africana e auxiliou na criação de uma fazenda escolar (*Lehrfarm*), em Windhoek.

A exemplo de Helene Nitze, outras alemãs receberam reconhecimento pelos seus trabalhos. No entanto, os cargos públicos eram preenchidos, predominantemente, por homens. As mulheres que ocupavam os poucos cargos de destaque a elas concedidos tinham algum reconhecimento social para que lhes fosse ofertada a vaga. O cargo de segunda vice-secretária, responsável pelo escritório da *Frauenbund*, em Luderitzbucht, por exemplo, foi oferecido à esposa do prefeito da cidade, Frau Kreplin. Assim como a senhora Kreplin, outras mulheres possivelmente tiveram acesso a alguns cargos devido à posição social ocupada pelos seus maridos ou pela família.

Contudo, as atividades de trabalho das mulheres africanas, no contexto colonial, eram exercidas de modo desigual. Embora a presente pesquisa careça de registros de contratos de trabalho, a presença de mulheres nativas compartilhando atividades com homens pode ser compreendida, também, a partir dos registros visuais. A revista *Kolonieund Heimat*, por exemplo, na capa de uma edição publicada em 1910, estampou a fotografia de cinco trabalhadores nas minas de diamante, em Luderitzbucht. Entre eles, é notável a presença de uma mulher; embora os textos da revista pouco destaquem o trabalho de africanas nessas atividades braçais.

A revista veicula, ainda, fotografias que evidenciam a presença de mulheres nas plantações, colheitas e no labor das fazendas. Na colônia do Sudoeste Africano Alemão, os espaços urbanos também eram ocupados por

seus trabalhos. Mulheres *Herero* e *Nama* trabalhavam como vendedoras de leite, frutas e verduras nas ruas de Windhoek.

Entre os anos de 1904 e 1908, ocorreu a Guerra Colonial na Namíbia, também conhecida como Levante *Herero*. Na disputa pela ocupação de terras, os grupos *Herero* e *Nama* entraram em conflito com os imigrantes alemães. A utilização de campos de concentração para os prisioneiros da guerra foi uma das estratégias dos alemães para uso do trabalho (forçado) e controle dos prisioneiros.

Casper W. Erichsen, ao observar os relatórios de missionários, estimou existirem aproximadamente 17 mil prisioneiros, em 1906, espalhados em campos ao redor da colônia do sudoeste africano¹⁹. Este número inclui alguns dos prisioneiros empregados pelas empresas ferroviárias, mas ignora aqueles mantidos no campo de trabalho forçado em Shark Island. O autor destaca ser o número de mulheres superior ao de homens. Segundo seus dados, mais de dois terços do total de prisioneiros de guerra eram mulheres e crianças.

Casper discorda da ideia segundo a qual a disparidade de gênero nos campos se deve ao uso de homens nas construções pesadas, como as estradas de ferro. Para ele, os números expressavam o total de prisioneiros de guerra, femininos e masculinos, e também incluíam aqueles prisioneiros que trabalhavam em projetos do governo, para as empresas privadas, e com os militares. Desse modo, cabe inferir que a desigualdade na proporção de homens e mulheres é anterior à guerra.

Sobre o trabalho durante a Guerra Colonial, além das prisioneiras mantidas nos campos de concentração, havia aquelas que foram recrutadas pelos missionários e trabalhavam nas colheitas. As altas taxas de mortalidade, também indicam que mulheres não foram poupadas dos trabalhos duros, forçados. Assim, sofriam da mesma consequência, além de possíveis abusos sexuais.

A partir de março de 1905, o uso do trabalho dos prisioneiros da Guerra Colonial por empresas, como a Woermann, passou a ser considerado legal. Os prisioneiros (homens, mulheres e crianças) poderiam ser “alugados” pelas companhias, empresas privadas pequenas, agricultores e colonos. Pagava-se ao governo cerca de 10 marcos alemães, mensalmente, por indivíduo. Essa taxa era conhecida como *Kopfsteuer*, taxa de/por cabeça, e era enviada diretamente ao governo colonial²⁰.

Em sua análise, Casper Erichsen criticou o comércio humano gerado ao longo da Guerra Colonial, sugerindo que era equivalente à escravidão. Em sua pesquisa, há fotografias que acusam a presença de mulheres carregando pedras, cargas de munição e outros materiais pesados. As prisioneiras tam-

bém foram coagidas a trabalhar em serviços privados, em casas e fazendas dos colonos. Mesmo com o fim da guerra, em 1908, o comércio de trabalho humano não diminuiu. Embora o estatuto de prisioneiro de guerra tenha sido abolido em abril de 1908, os povos *Herero*, *Nama* e *San* permaneceram trabalhando de modo compulsório para os alemães. Tal fato reflete, de certo modo, aquilo que Sílvio Correa discutiu sobre as ambiguidades do trabalho no colonialismo alemão, ao estudar a África Oriental Alemã, atual Tanzânia²¹. Ou seja, como o trabalho era tido como preliminar para as finalidades civilizatórias do colonialismo, a conotação do trabalho como transformador era ambígua. Desse modo, o trabalhador (africano) não era reconhecido como alguém produtor de riquezas, já que era a intervenção do colonizador que emprestava um caráter transformador ao trabalho.

ESPAÇOS COMPARTILHADOS, ATIVIDADES DISTINTAS

Foi em grande medida no âmbito doméstico – embora não somente aí – que mulheres nativas e adventícias compartilharam o espaço de trabalho. Assim, foi no trabalho doméstico, seja nas casas no meio urbano ou nas fazendas mais distantes, que o convívio se deu de modo mais intenso.

Às mulheres alemãs era atribuída a “missão” de levar a civilização e a cultura alemã para as colônias ultramarinas e, por conseguinte, às mulheres africanas. Isso ocorreu, entre outras formas, através do trabalho, dos modos de fazer. Na revista da Liga de Mulheres, *Kolonieund Heimat in Wortund Bild*, foram publicados textos que criaram e reproduziram um ideal de “mulher alemã”, como sugere o seguinte título de uma seção da revista: “A mulher alemã nas colônias”²². Em tais publicações, diferentes imigrantes escreviam sobre como era sua vida nas terras africanas e como seu trabalho era necessário para o projeto colonial alemão. Nota-se que o trabalho doméstico de lavar roupas, cuidar das crianças e cozinhar era atribuído às mulheres como uma função social.

Também nas fotografias dessa revista é notável o uso de roupas brancas e claras, tanto pelas alemãs quanto pelas africanas, que aparecem em poses como se exercessem trabalhos domésticos. Naquele contexto colonial, produziu-se uma espécie de culto à branquidão. Segundo Nancy Reagin, esse culto e a domesticidade foram elementos importantes na construção de uma “identidade alemã” e sua “auto percepção”²³. A autora ainda ressaltou que o desenvolvimento da limpeza, agregado a noções de ordem, economia e gestão do tempo associada à domesticidade se fez de modo mais intenso e de porcentagem mais elevada no colonialismo alemão do que em outros.

A fotografia, a seguir, foi publicada na revista *Kolonieund Heimat*, em agosto de 1911. Na legenda, informa-se que a imagem foi produzida na cozinha da casa de um oficial²⁴.



Blick in die Küche eines Beamtenhaus.

Kolonie und Heimat in Wort und Bild. Ano 4. Número 25. 1911. p. 08.

Na imagem da cozinha, além do relógio de parede, há utensílios domésticos europeus, como as panelas, pratos e talheres. Observe-se o tom claro da roupa da cozinheira. Seu olhar está direcionado para seu afazer, como se a presença do fotógrafo não tivesse sido notada, acusando também que a foto foi posada. Fotografias semelhantes a esta circularam durante o período colonial alemão. Em revistas ilustradas, cartões postais e fotografias de acervos familiares há imagens que evocam a ideia de que nas colônias se reproduziam modos de ser e fazer da “cultura alemã”.

Cozinheiras, empregadas domésticas e babás nativas faziam parte do cotidiano das mulheres brancas, e tal presença reconfigurava as relações de poder no espaço doméstico. Em *Wosonst der FußdesKriegerstrat: Farmerleben in Südwestnachdem Kriege*, Maria Karow escreveu sobre sua vida, entre os anos de 1905 e 1908, na colônia do Sudoeste Africano, onde sua irmã vivia acompanhada do marido, dos filhos e de nativos que trabalhavam na

fazenda. Trata-se de um livro composto de dezoito capítulos que entrelaçam suas memórias, reflexões e fotografias. A chegada ao continente africano, o estranhamento da paisagem e as adaptações ao clima são temas recorrentes em grande parte dos capítulos.

Em um dos capítulos, Karow se detém a escrever sobre os trabalhadores da fazenda em que viveu. Segundo ela, a idade das empregadas variava, na maioria dos casos, entre 12 e 16 anos; e atribui tal fenômeno ao casamento que, acrescenta, entre os nativos ocorria “mais cedo”. Os trabalhadores da fazenda eram *Herero*; sendo assim, pode-se inferir que alguns eram prisioneiros da Guerra Colonial, visto que esta se deu no período em que Karow viveu na colônia. Sobre a rotina de trabalho dos nativos, a alemã escreveu que se iniciava às cinco da manhã, com o nascer do sol, encerrando-se após as seis da tarde, quando o sol se punha. Apenas algumas tarefas relacionadas ao gado eram realizadas no período da noite²⁵.

Sobre os trabalhadores *Herero* da fazenda, Karow faz referência a eles como “*unseren Herero Leuten*” (nosso povo Herero). No que concerne às fotografias publicadas no livro, destaca-se a de uma doméstica que expõe um sorriso no rosto e seu olhar encara amistosamente quem a fotografa. Na legenda “*Unser Küchenmädchen, die Herero Ella*” (nossa cozinheira, a Herero Ella), o pronome possessivo “nossa” junto do nome da cozinheira nos permite refletir sobre as relações estabelecidas no âmbito doméstico em contexto colonial.

Havia no trabalho doméstico uma relação de dependência, de acordo com a qual as alemãs ficavam sujeitas aos saberes e conhecimentos das nativas. Assim, africanas cozinheiras e babás faziam parte do cotidiano das mulheres brancas e circulavam pelo espaço doméstico, cuidavam da organização casa e dos seus filhos. Auxiliavam-nas a se adaptar ao novo meio, ao novo cotidiano e à paisagem. Esses atrelamentos nos ajudam a entender como as relações de poder são “constelações dispersas de relações desiguais”²⁶.

Desde 1997, a Universidade de Frankfurt disponibiliza seu repositório de imagens.²⁷ Cerca de 50 mil fotos compõem o arquivo; são oriundas das colônias alemãs em África (atuais estados de Togo, Camarões, Namíbia e Tanzânia) e também de Samoa e da China, onde havia pequenos protetorados alemães. Nesse arquivo, os temas mais abordados nas fotografias vinculam-se a: viagens de exploração, geologia e minas; vegetação e agricultura local; paisagens; escola de missão; comércio tradicional; transporte (a introdução de transporte moderno, incluindo docas, ferrovias e estradas) e o desenvolvimento econômico por europeus.

Contudo, ao inscrever os termos “mulheres” e “trabalho doméstico”, o arquivo selecionou algumas fotografias, entre elas a que se segue:



Der Bildbestand der Deutschen Kolonialgesellschaft in der Universitätsbibliothek Frankfurt am Main. Imagem número 026 0403 37.

As oito mulheres aparecem em espaço semelhante a um quintal ou fundos de uma casa, e parecem compartilhar uma tarefa. Enquanto quatro delas se encontram no chão, sentadas à frente de bacias com água e roupas, outras quatro estão de pé, segurando mais peças de roupas ou panos. As dispostas no chão são mulheres negras e as demais são mulheres brancas. No arquivo, não há legenda, nem o nome do fotógrafo que produziu esta imagem. Conforme já discutido, as mulheres alemãs também trabalhavam nos serviços domésticos. Desse modo, lavar roupas era uma tarefa realizada também por elas, não limitando às africanas. As fontes visuais oriundas de arquivos como o de Frankfurt permitem inferir que, mesmo compartilhando o espaço de trabalho, brancas e negras não dividem a mesma tarefa. Embora nos rostos das mulheres brancas esteja estampado um sorriso, há outros elementos que acusam a existência de barreiras ou abismos entre as várias integrantes da foto. Durante o tempo em que as africanas lavam as roupas sentadas, as mulheres brancas, de pé, possivelmente entregam as roupas e/ou estendem; também parecem fiscalizar o trabalho, como se buscassem manter a ordem. O distanciamento corporal acusa um distanciamento social e “racial”.

Ao passo que à “mulher alemã” idealizada cabia a tarefa de manter a ordem, a *Kultur*, restava à mulher africana seguir as ordens e reproduzir o que lhe era ensinado. Ainda que o objetivo da imigração de mulheres alemãs para as colônias fosse o casamento, seu trabalho tinha uma finalidade: a garantia da reprodução da ordem colonial no âmbito familiar, nas gerações, na escola e na casa. Isso foi amplamente difundido pela propaganda colonial, como na já citada revista *Kolonieund Heimat in Wortund Bild*. Se os trabalhos destinados às alemãs receberam pouco destaque na sociedade colonial, os que cabiam às nativas africanas o tiveram menos ainda. Isto fica mais evidente ao se ocultar a presença dessas mulheres nos trabalhos forçados durante e após a Guerra colonial, seja nas minas de diamante ou nos campos de trabalho. Por fim, o mapeamento dos espaços de trabalho de mulheres em contexto colonial e suas relações exige a ampliação da tipologia de fontes. Os trabalhos das nativas não aparecem nas páginas de jornal ou em revistas como a *Kolonieund Heimat*. Mas se fazem presentes por meio de fontes visuais, relatos de experiências e na literatura colonial, conforme se observa em produções daquele período e em livros, como o de Maria Karow, e no arquivo de Frankfurt. Isto nos possibilita inferir que embora compartilhassem os espaços de trabalho, suas idiossincrasias não desapareciam.

NOTAS

- 1 Die Arbeiterfrage in den deutschen Kolonien. **Deutsch-Sudwestafrikanische Zeitung**, 27 de novembro 1902.
- 2 Para ficar num exemplo: **Swakopmunder Zeitung**, 11.05.1912.
- 3 ZAMPARONI, Valdemir (2002) “As ‘escravas perpétuas’ & o ‘ensino prático’: raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930”, in **Estudos Afro-Asiáticos** 24 (3), p. 459-482. CONCEIÇÃO, Ângela Maria Agostinho da. *Colonialismo e mulheres em Moçambique: anos 50/60: mulheres brancas em terra de negros*. Lisboa, 2004. MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs.). *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- 4 SMITH, Woodruff D. *The German Colonial Empire*. University of North Carolina Press, 1978, p. 51.
- 5 BREPOHL, Marion. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo 1880/1945*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal do Uberlândia (EDUFU), 2010, p. 68.
- 6 CORREA, Sílvio M. de S. Imigração e privatização dos recursos naturais na África durante o colonialismo alemão (1884-1914) in NODARI, Eunice S. (org.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: OIKOS, 2012, p. 15 – 34.
- 7 **Afrika-Hamburg**. Página da web. Disponível em: <http://www.afrika-hamburg.de/globalplayers3.html>. Acesso: 2 de março de 2015.
- 8 **Deutsch-Sudwestafrikanische Zeitung**, 8 de maio de 1907, p. 02.
- 9 **Kolonie und Heimat in Wort und Bild**. Ano 1, número 3, 1908, p. 08.
- 10 **Luderitzbuchter Zeitung**, 22 de junho de 1912, p.17-18.
- 11 A *KolonieundHeimat in WortundBild* foi pulicada até a década de 1940; mas, a partir de 1914, com o início da Primeira Guerra, houve mudanças no foco da revista, tornando-se um folhetim (com imagens) sobre a guerra. Com o final da guerra e a perda das colônias, a revista passou a ter ênfase numa nostalgia colonial.
- 12 Embora este artigo não tenha por objetivo recompor a uma história visual do colonialismo, as fotografias são fontes privilegiadas nesta pesquisa. Elas foram publicadas na revista *KolonieundHeimat in WortundBild*, entre os anos de 1907 e 1914. Em um levantamento prévio, foram selecionadas cerca de 800 fotografias que remetem às colônias alemãs em África. A revista está disponível em microfilme na Staatsbibliothek zu Berlin, biblioteca da cidade de Berlim.
- 13 **Lüderitzbuchter Zeitung**, 11 de março de 1914, p. 01-02.
- 14 BRODERSEN-MANNS, H. *Wie alles anders kam in Afrika. Südwestener Erinnerungen aus den Jahren 1914/1915*, 1991.
- 15 Por exemplo: **Luderitzbuchter Zeitung**, 16 de abril de 1910.

- 16 *Junge, deutsche Lehrerin sucht entsprechende Beschäftigung in Deutsch-Südwestafrika. Anerbieten an G. Gericke, Lehrerin*. Glindow bei Werder a. H. “**Deutsch-Südwestafrikanische Zeitung**, de março de 1903.
- 17 CORREA, Sílvio M. de S. Fronteiras da educação na África sob domínio colonial alemão. **Revista História da Educação – RHE**, v. 16, n. 37 (2012). Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – Asphe / Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 18 Sobre o conceito de *Kultur* para a sociedade alemã, ver mais em: ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. E, do mesmo autor: *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- 19 ERICHSEN, Casper W. *The Angel of Death. A study of Namibia’s concentration camps and prisoners-of-war, 1904-1908*. Leiden: ASCU-niversityof Leiden, 2005.
- 20 Idem, 2005, p. 119.
- 21 CORREA, Sílvio M. de S. As ambiguidades do trabalho na África Oriental Alemã (1885-1914). **I Seminário Internacional Mundos do Trabalho: histórias do trabalho no sul global**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.
- 22 *Die Frau in den Kolonien*. *Kolonie und Heimat in Wort und Bild*. Ano II, nº 10, p. 12, 1908.
- 23 REAGIN, Nancy R. *Sweeping the German Nation: Domesticity and National Identity in Germany, 1870–1945*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- 24 *Blick in die Küche eines Beamtenhaus*. *Kolonie und Heimat in Wort und Bild*. Ano 4. número 25. 1911, p. 08.
- 25 KAROW, Maria. *Wo sonst der Fuss des Kriegers trat: Farmerleben in Südwest nach dem Kriege*. Verlegt bei Ernst Siegfried Mittler und Sohn Königliche, Berlin, 1909.
- 26 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Faculdade de Educação / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.
- 27 Sobre o Bildarchiv, ver mais em: *Der Bildbestand der Deutschen Kolonialgesellschaft in der Universitätsbibliothek Frankfurt am Main*. Disponível em: <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de/>

BIBLIOGRAFIA

- BREPOHL, Marion. *Imaginação literária e política: os Alemães e o Imperialismo 1880/1945*. Uberlândia: EDUFU, 2010.
- BRODERSEN-MANNS, H. *Wie alles anders kam in Afrika*. Südwester Erinnerungen aus den Jahren 1914/1915, 1991.
- CONCEIÇÃO, Ângela Maria Agostinho da. *Colonialismo e mulheres em Moçambique: anos 50/60: mulheres brancas em terra de negros*. Lisboa, 2004.
- CORREA, Sílvio M. de S. Imigração e privatização dos recursos naturais na África durante o colonialismo alemão (1884-1914), in NODARI, Eunice S. (org.) *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: OIKOS, 2012, p. 15–34.
- CORREA, Sílvio M. de S. As ambiguidades do trabalho na África Oriental Alemã (1885-1914). **I Seminário Internacional Mundos do Trabalho: histórias do trabalho no Sul Global**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.
- CORREA, Sílvio M. de S. HYPERLINK “<http://silviocorrea.paginas.ufsc.br/files/2011/11/Fronteiras-da-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>” Fronteiras da educação na África sob domínio colonial alemão HYPERLINK “<http://seer.ufgs.br/asphe/article/view/28224/pdf>” \t “_blank” . **Revista História da Educação – RHE**, v. 16, n. 37 (2012). Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – Asphe / Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.
- ERICHSEN, Casper W. *The Angel of Death. A study of Namibia's concentration camps and prisoners-of-war, 1904-08*. Leiden: ASC University of Leiden, 2005.
- KAROW, Maria. *Wo sonst der Fuss des Kriegers trat: Farmerleben in Südwest nach dem Kriege*. Verlegt bei Ernst Siegfried Mittler und Sohn Königliche, Berlin, 1909.
- MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs.) *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- REAGIN, Nancy R. *Sweeping the German Nation: Domesticity and National Identity in Germany, 1870–1945*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. Porto alegre: Faculdade de Educação / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SMITH, Woodruff D. *The German Colonial Empire*. University of North Carolina Press, 1978, p. 51.
- ZAMPARONI, Valdemir (2002) “As ‘escravas perpétuas’ & o ‘ensino prático’: raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930”. *In Estudos Afro-Asiáticos*, 24 (3), p. 459-482.

FONTES Deutsch-Sudwestafrikanische Zeitung
HEMEROGRÁFICAS Swakopmunder Zeitung
Kolonie und Heimat in Wort und Bild
Luderitzbuchter Zeitung

Palavras chaves:

**colonialismo,
colonização alemã,
trabalho feminino.**

Resumo

O colonialismo alemão foi uma experiência de poucas décadas de duração, entre 1884 e 1914. Neste breve período, a Sociedade de Colonização Alemã foi uma das principais instituições que se empenhou na construção de uma sociedade colonial branca e germânica em África. Também a sua Liga Feminina teve papel importante, notadamente ao se mobilizar para o envio de mulheres brancas para as colônias africanas. Nas colônias, as mulheres alemãs trabalhavam, entre outras atividades, como professoras, governantas, secretárias, enfermeiras e domésticas em casas, no meio urbano, ou em fazendas, no meio rural. Através da análise de fotografias, livros autobiográficos e de publicações da Liga Feminina analisa-se um conjunto de atividades compartilhadas por mulheres advéncias e nativas. Também identificam-se os espaços do trabalho compartilhados por mulheres alemãs e africanas, embora esse convívio não anulasse, necessariamente, certas distâncias sociais, bem como idiosincrasias entre elas.

Keywords:

**colonialism, German
Colonization, female work.**

Abstract

The german colonialism was an experience of few duration decades, between 1884 and 1914. In this short period, the German Colonization Society was one of the main institutions that are dedicated to building a white and german colonial society in Africa. Also its Women's League was important, notably to mobilize to send white women for African colonies. In the colonies, the german women worked, among other activities, as teachers, housekeepers, secretaries, nurses and domestic employee, in urban areas, or on farms, in rural areas. Through photographs analysis, autobiographical books and the Women's League publications, this paper objective is to analyze a set of activities shared by german and native women. Also identify work areas that were shared between German and African women, although the interaction between them does not necessarily annul certain social distances and idiosyncrasies between them.

Recebido para publicação em fevereiro/2015. Aceito em maio/2015.

Carregadores, guias e caçadores: trabalho e resistência na expedição portuguesa ao interior da África (1884 - 1885)

Antônio José Alves de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ênfase em pesquisas na área de História Ambiental, principalmente no que concerne às ideias, valores e percepções do mundo natural na extensão do Império colonial português, na segunda metade do século XVIII.

Endereço eletrônico: ajalvoliveira@gmail.com

José Nilo Bezerra Diniz

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desenvolve trabalhos em História da África, principalmente no que concerne à movimentação dos reinos e impérios, hidrografia e cartografia ao longo do século XIX.

Endereço eletrônico: jnilodiniz@hotmail.com

Durante a segunda metade do século XIX, pulularam expedições científicas na África, auspiciadas pelas então potências europeias, notadamente Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Portugal. Essas incursões pelo interior do continente só foram possíveis pela presença de centenas de trabalhadores africanos, quer aqueles engajados em atividades logísticas, como o carregamento dos materiais científicos, dos víveres, dos presentes e

dos produtos de troca; quer aqueles responsáveis pela caça e pelo preparo dos alimentos, além de intérpretes e guias.

A referência aos africanos nas expedições, no entanto, aparece muitas vezes de forma indireta, no que concorre ao êxito do empreendimento – e de forma bastante explícita nas queixas e nas explicações de insucessos –, prevalecendo nos relatos e narrativas de viagens a imagem do “eterno Adão” que vagueia por uma terra nunca antes percorrida, na qual tudo descobre.

Este tipo de narrativa de viagem de exploração era amplamente apreciado pelos leitores europeus. Em tais relatos, o narrador toma exclusivamente para si a autoridade da viagem, o que é enfatizado no uso de palavras como o “viajante” ou na suposição de um “nós”, que parece alcançar somente os brancos da expedição. Como salienta Lima Martins, essa autoridade arvorada pelo narrador mesclava-se ao projeto colonizador e imperialista, “a legitimidade do discurso era garantida pelo suposto papel “civilizador” do autor, fosse ele missionário relatando seus atos de conversão de culturas primitivas, hidrógrafo mapeando águas pouco navegadas, naturalista dando ordem de uma natureza indomada” (MARTINS, 2004, p. 48).

Neste artigo, analisamos mais detidamente a maneira como os trabalhadores essenciais à viagem de exploração foram representados na narrativa elaborada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, em incursão no interior do continente africano, de Angola a Moçambique, ou, para reproduzir terminologia da época, da “Costa à Contra costa”, entre os anos de 1884 e 1885. Guias, caçadores e carregadores assumem um papel primordial na travessia, e uma leitura atenta pode evidenciar uma série de relações no empreendimento das viagens no final do século XIX; a importância atribuída pelos portugueses a tais relações, em contexto de disputas coloniais com outras potências e, principalmente, os fragmentos de vida desses trabalhadores que são escassamente apresentados nos relatos.

Na narrativa, geralmente, os saberes locais e a dependência das sociedades africanas eram deixados em segundo plano, quando não eram simplesmente obliterados. Na perspectiva da história social das ciências, no entanto, se faz imperativo questionar essas narrativas a contrapelo, compreender os atributos e os papéis primordiais exercidos por homens que pouco apareciam nas narrativas, mas como carregadores, intérpretes, guias, cozinheiros e caçadores tinham em suas mãos os destinos da viagem (RODRIGUES, 2011, p. 82). É necessário retomar esse processo de interação entre conhecimentos africanos e europeus na execução das viagens, atentando para o papel fundamental desses “pioneiros africanos” (HEINTZE, 2011).

Alexander Gebara, em estudo sobre os relatos de viagem de Francis Burton, atenta para o processo de produção do conhecimento ocidental.

Para o autor, o discurso colonial está diretamente atrelado ao processo de expansão imperial, se constituindo a partir de um espaço que é interativo e relacional, evidenciando “experiências dos embates, das resistências e as colaborações oriundas do contato cultural e material” (GEBARA, 2006, p. 07). Por outro lado, Elaine Ribeiro Santos, em estudo sobre os trabalhadores na expedição de Augusto Dias de Carvalho, em 1884, reitera a pertinência dos relatos como fonte historiográfica acerca do trabalhador africano, “por permitir a busca, além de suas representações, dos papéis históricos de pessoas que, embora com presença ostensiva, foram ao longo do tempo desvalorizadas” (SANTOS, 2010: 30). Assim, o que se almeja com a leitura dos relatos de H. Capelo e R. Ivens no interior do continente africano é, também, a evidência de fragmentos de vida dos trabalhadores africanos vinculados à empreitada colonial, atentando para o aspecto relacional e tendo em mente o discurso colonial que os engendra e os representa, posto que esta nos parece, no momento, a possibilidade de visualização de suas vidas, ainda que seja necessário olhar por sobre os ombros do narrador-viajante (GINZBURG, 2007).

No que concerne ao contexto das viagens lusitanas ao interior do continente africano, e mais especificamente à segunda viagem de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, em 1884, é interessante notar que as pressões e a corrida imperialista, àquela altura, se intensificavam e as explorações ao interior da África – com as narrativas de viagens de exploradores como Henry Stanley, David Livingstone e Richard Burton – lançavam aos seus ávidos leitores, e às autoridades dos países expansionistas, um duplo imperativo. No âmbito geopolítico, tais autoridades exacerbavam a vontade de domínio perante as potencialidades econômicas a serem exploradas no continente africano. Por outro lado, as referidas descrições mostravam a face cruel da permanência do tráfico de escravizados e caracterizavam o continente africano como “tomado pela escravidão, oprimido por seus próprios tiranos e mantido fora do caminho da civilização, do cristianismo e do comércio” (COOPER, 2005, p. 216). Nesse sentido, como que se impunha, moralmente, aos colonizadores o dever de combate àquelas práticas.

Embora esse não fosse o objetivo primordial para o lançamento de um projeto de anexação de territórios e de práticas colonialistas, serviu como forte discurso legitimador, caracterizando “o africano”, de um modo geral, como indivíduo carente de tutela para chegar aos caminhos da “civilização”. Simultaneamente, difundia-se a imagem altruísta “do europeu”, como o “civilizador”, portador de sua missão e do seu fardo, perante o mundo não branco. Conrad, em seu magnífico *O Coração das trevas*, explicita, claramente, esse duplo imperativo, ao afirmar:

[que] a conquista da terra, que significa basicamente tomá-la dos que possuem uma compleição diferente ou um nariz um pouco mais achatado do que o nosso, não é uma coisa bonita, se você olhar bem de perto. O que a redime é apenas a ideia. Uma ideia por detrás dela; não uma ficção sentimental, mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia - algo que você pode erigir; e curvar-se diante dela, e lhe oferecer um sacrifício... (CONRAD, 2008, p. 15).

Nesse sentido, o imperialismo e o colonialismo podem ser designados da seguinte maneira: o primeiro como a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; e o segundo, como uma consequência do imperialismo, a implantação de colônias em longínquos territórios. Said explicita, ainda, que o imperialismo e o colonialismo não podem ser entendidos como simples aquisições e acumulações de territórios; eles são, diz o autor, sustentados por potentes formações ideológicas, que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação (SAID, 2011, p. 43).

COLONIALISMO, TRABALHO E O INTERIOR DO CONTINENTE AFRICANO

No âmbito das transformações nas relações do mundo do trabalho na segunda metade do século XIX, na medida em que as potências europeias tentam legitimar suas ações de apropriação de territórios sob o “imperativo moral” da civilização e tomar para si a luta contra a escravidão no continente africano, se instaura uma zona confusa entre, de um lado, a escravidão, maculada e combatida, e, do outro, a idealização do trabalho livre em moldes europeus, com o trabalhador disciplinado e com horários rígidos a serem cumpridos. E entre esses dois polos conceituais da visão europeia, inúmeras práticas mal disfarçadas de exploração do trabalho dos africanos, mascaradas pelo próprio corpo legislativo.

Aqui, aprofundamos a análise dessas relações de trabalho, atentando, simultaneamente, para as resistências e negociações dos carregadores, nas expedições portuguesas ao interior da África Austral, tal como aparecem nas narrativas de viagem de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, em 1884-1885, que projetavam percorrer os “espaços em branco” da geografia europeia em território africano. Em suas pretensões, estava o antigo anseio lusitano de atravessar o “corredor imperial”, ligando as colônias de Angola e Moçambique.

Cabe salientar que esse anseio vinha se desenvolvendo desde fins do século XVIII. Naquele momento, a coroa lusitana tinha por ambição o melhor conhecimento de seus domínios ultramarinos. Assim, na África, nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, astrônomos-viajantes, como Francisco José de Lacerda e Almeida, e historiadores naturais, como Manoel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva, percorreram regiões do império luso. Com isso, seguindo os projetos setecentistas de Dom Luís da Cunha, ancorados nas pretensões e ideias do Grande Império, começaram a aventar a possibilidade de uma expedição que fizesse o trajeto na África Austral, da Costa à Contra Costa, com o intuito de conseguir a façanha de percorrer aquilo que os portugueses chamavam de “corredor imperial” (RODRIGUES, 2011).

A presença do matemático Lacerda e Almeida, em 1798, governador dos Rios de Sena em Moçambique, viria a ser um dos primeiros empenhos por meios científicos, na tentativa de realizar aquela travessia. Lacerda e Almeida tinha consciência de que os saberes das comunidades locais, dos luso-africanos do interior do continente, além das rotas de comércio estabelecidas pelos pombeiros e *suhilis*, deveriam ser tomados como guias para obter sucesso no percurso.

O caminho visualizado por Lacerda e Almeida, seguindo orientações das comunidades locais, partiria de Tete – o reino do Kazembe – e, depois de dois meses de jornada, o Muatianvua, na Lunda, de onde se poderia chegar a Angola. Para tal façanha ser alcançada, no entanto, se fazia imperativo uma série de negociações com os reinos africanos, desde o Muatyâmvua Kazembe, até os *sobas*, no reino de Angola. Tais negociações envolviam um leque variado de presentes aos sobas e colocavam em cena uma miríade de interesses dos chefes locais. Estes, de acordo com seus horizontes culturais, viam as negociações com os portugueses de forma bastante ambivalente, conforme a configuração e as redes de poderes no interior do continente. Ali, a tessitura das relações colocava os lusos como, sem dúvida, uma força a ser considerada; mas, de maneira alguma, como uma força hegemônica capaz de impor suas vontades e necessidades.

Sem o quinino para combater as febres, o intento de Lacerda e Almeida acabou definhando em grande malogro: o matemático faleceu ainda no reino do Kazembe, após defrontar-se com inúmeras dificuldades pelo caminho. Sua caravana passou, então, a ser chefiada pelo capelão Francisco João Pinto e decidiu fazer o caminho de volta. No entanto, depois de longos meses impedida de sair do reino do Muata Kazembe, só chegaria a Tete, em dezembro de 1799.

Três anos depois, a mesma rota seria tentada; dessa vez, de Oeste para Leste. A caravana partiu de Angola rumo à feira de Cassange, atravessando os mesmos reinos Lunda e Kazembe, daí para Tete e só então Moçambique. Essa lenta travessia foi executada entre 1802 e 1814, isto é, demoraram oito anos nos caminhos de ida e quatro anos para seu regresso. De forma simples, os pombeiros conseguiram contatar os grandes potentados políticos na África central, localizaram minas de salitre e cobre, e assinalaram, em parte, os tributários do Zaire. O êxito nessa imensa jornada, como enfatiza Santos, se deu, dentre outros fatores, em razão de o caminho trilhado possuir um longo trabalho precedente de viajantes e comerciantes, e pela contribuição de comunidades africanas que, em certo sentido, facilitaram a travessia dos pombeiros luso-africanos. Conforme Santos, “(...) a África ainda era a única senhora de seus caminhos nessa primeira metade do século XIX, e os portugueses e seus mandatados precisavam aceitar as regras do jogo para serem seus co-utentes” (SANTOS, 1987, p. 07).

A CORRIDA IMPERIALISTA E A GEOGRAFIA COLONIAL

Travessia de tal monta somente seria alcançada novamente em meados do século XIX, pelas expedições do britânico David Livingstone e do naturalizado norte-americano a serviço do império belga, Henry Morton Stanley. Segundo mencionamos anteriormente, em suas narrativas de viagens as práticas de escravização no interior da África seriam largamente denunciadas, e abririam o precedente para a intervenção do homem branco, que tomaria cinicamente tal missão como o seu fardo. E nesse ambiente supostamente altruísta, se reuniram, em 1876, em Bruxelas, as maiores potências europeias para decidir os rumos que dariam àquilo que passou a ser considerado a grande mácula para a humanidade, o escravismo; tal prática ainda grassava nos rincões dos “pontos em branco” da geografia do planeta, no âmago do continente africano. Os habitantes de tais áreas – bem como outros que tivessem “a compleição um pouco diferente, assim como um nariz um pouco achatado” – foram, então, sumariamente classificados como inferiores, “metade demônio, metade criança”, conforme declamaria, poucos anos depois, Rudyard Kipling (KIPLING, 1899).

A Conferência de Bruxelas, em 1876, foi organizada pelo rei dos belgas, Leopoldo II, que ambicionava possuir colônias em nome da Bélgica. A conferência reuniu as maiores potências europeias, e Portugal, em um primeiro momento, fora preterido. Como principais pontos de pauta, foram discutidos: a exploração do interior do continente africano por meios cien-

tíficos; a abertura de vias de comunicação para o interior e, principalmente, a luta pela abolição da escravatura. Haviam tomado a decisão, segundo o próprio texto final da conferência, de “implantar o estandarte da civilização sobre o solo da África central” (SANTOS, 1987, p. 10). Cabe lembrar que mote semelhante já havia sido usado pela *African Association*, desde 1796, em seus estudos na bacia do rio Níger.

A exclusão de Portugal da Conferência de Bruxelas ferira os brios lusitanos; de fato, na segunda metade do século XIX, Portugal ficara bastante distante das potências europeias no que concerne aos aparatos científicos, às sociedades geográficas e às instituições de financiamento das viagens de exploração. A exclusão mostrava, por um lado, que os antigos direitos históricos declamados pelos portugueses – que afirmavam, dentre outros aspectos, a forte presença da língua portuguesa no interior do continente como língua franca – não alcançavam qualquer ressonância entre as autoridades das potências europeias. Estas, por outro lado, afirmavam que aquilo que os portugueses chamavam de seus direitos históricos, não passava de arqueologia histórica, ancorada em um passado remoto, sem significado algum para as demandas e os imperativos candentes do último quartel do século XIX.

Em Portugal, havia aqueles que não reconheciam motivo de orgulho nos apregoados “avanços” e benfeitorias deixados nas colônias, ao longo de quase quatro séculos de domínio. E, ao mesmo tempo, com a perda inestimável da colônia americana, dois potentes mitos pairavam no imaginário português, fazendo com que as autoridades e a intelectualidade lusitanas se agarrassem fortemente às suas colônias africanas. Por um lado, o mito da herança sagrada lusitana, a forte crença de que as colônias e os direitos históricos reclamados pelos portugueses estavam ancorados em esforços colossais de ancestrais portugueses, quinhentistas e seiscentistas; homens que na historiografia lusitana oitocentista, eram caracterizados como os grandes heróis do passado glorioso lusitano. Por outro lado, para além do espaço mitificado de experiências, os horizontes de expectativas alimentavam um outro mito lusitano que dava substância às ações dos homens daquele período. Tratava-se do mito do *Eldorado* africano segundo o qual nos rincões ainda inexplorados do continente – o quinhão supostamente herdado pelos portugueses –, haveria riquezas inimagináveis; assim, os esforços empreendidos seriam largamente recompensados.

É nesse ambiente intelectual, que em 1876, parte de Angola a expedição de exploração portuguesa ao interior do continente, encabeçada por Alexandre de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. Serpa Pinto percorre os velhos caminhos dos sertanistas seguindo as orientações de Antonio Silva

Porto, comerciante do Bié, que com sua experiência de longos anos vividos na região, o orientava sobre como recrutar os trabalhadores africanos, como administrar as fazendas e presentear os chefes locais. Para alcançar o Índico, no entanto, Serpa Pinto contou ainda com ajuda de comerciantes ingleses que o encontraram no Barotse (porção territorial da atual Zâmbia) e o conduziram para finalizar sua travessia em Durban. Enquanto isso, Capelo e Ivens, percorriam a *hinterland* desconhecida de Angola, retornando depois de encontrar as terras de Iaca.

Na década de 1870, foi criada a Sociedade de Geografia de Lisboa; põe-se em prática o plano de cartografia para o interior dos domínios ultramarinos na África e o estabelecimento de “estações civilizadoras”. Em 1877, o então capitão Alexandre de Serpa Pinto partiu juntamente com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens em uma primeira expedição cartográfica. Ainda no Bié, a expedição se bifurcou, com Serpa Pinto contrariando os objetivos da expedição e partindo para uma jornada de travessia, que acabou em 1879, em Durban, na África do Sul. (IVENS, 1881).

Em 1884, ano em que as principais potências europeias se reúnem em Berlim para o estabelecimento do “novo direito colonial”, partem duas expedições portuguesas para o interior do continente. Assim, saem de Angola, a expedição geográfica e cartográfica de Augusto Henrique Dias de Carvalho ao Lunda, e a expedição cartográfica de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, que no primeiro momento “circundariam a Província nos seus limites de leste e preparariam os elementos necessários para a confecção da carta geográfica de Angola” (SANTOS, 1987, p. 13).

Em meio à corrida imperialista das potências europeias, parte do pensamento social lusitano investe no plano simbólico, representando uma grande porção da África Austral com o que ficou conhecido, posteriormente, como o “mapa cor de rosa”, uma extensão territorial do centro-sul do continente que ligava as possessões portuguesas de Angola e Moçambique. Segundo as pretensões portuguesas, o seu domínio sobre essas áreas se legitimaria a partir da constatação da ancestralidade da sua influência. O “mapa cor de rosa” foi apresentado inicialmente em um tratado luso-francês, em 1886, e publicado somente no ano seguinte. Tal expectativa lusitana foi baldada ainda em 1890, pelo *Ultimatum inglês*, acabando, ali, com a ambição lusa de domínio da vasta região central do continente e de fazer a ligação entre Angola e Moçambique. O *Ultimatum*, exigia que o Estado português retirasse suas forças presentes no interior do continente, sob pena de ruptura das relações diplomáticas (VALENTIM, 2006, p. 06).

Anos antes, na Conferência de Berlim, 1884-85, depois de disfarçadas investidas e disputas para o estabelecimento de zonas de influências e regiões de livre comércio no estuário do Congo – pondo em estado de tensão Inglaterra, Portugal, França e ainda Alemanha e Bélgica –, acabou-se por legitimar a criação do bizarro Estado Livre do Congo, sob os auspícios do ambicioso rei dos belgas, Leopoldo II. Determinou-se, ainda, que os interesses coloniais no litoral africano haveriam de ser notificados e negociados com as demais potências europeias. Foi nesse ambiente politicamente pesado, onde os interesses econômicos eram mal disfarçados sob a égide da filantropia, que partiu de Moçamedes (atual Namibe) em março de 1884, a expedição encabeçada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

O IDEAL DO TRABALHO LIVRE-ASSALARIADO E OS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS

O tratamento aplicado aos africanos membros da expedição de 1884, chefiada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, que culminou na travessia de Angola à contracosta, entrevê inúmeras facetas das relações euro-africanas no momento de transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado livre, e permite perceber as contradições decorrentes dessa mudança. A permanência de traços análogos à escravidão se confronta com novas formas de negociação e com outros poderes de barganha que os africanos das colônias portuguesas passavam a acumular com o fim progressivo do “serviço de carregadores”.

A abolição da escravatura nas colônias portuguesas, na África, ocorreu de forma lenta e gradual, tendo como subterfúgio para tal o discurso do colonizador alusivo às supostas “indolência natural” e “resistência dos africanos” ao trabalho regular. Para ficar em dois exemplos, o Decreto de 14 de dezembro de 1854 garantia a liberdade para escravizados que fossem deslocados entre as regiões continentais sob o domínio português – muitos dos quais, enviados às fazendas de cacau e café das ilhas de São Tomé e Príncipe –, bem como para escravizados pertencentes ao Estado. Não obstante, em ambos os casos, os libertos (adultos) teriam de trabalhar por mais sete anos, sem remuneração; e aqueles menores de 13 anos de idade, até completarem 20 anos (SANTOS, 2010, p. 48). De igual modo, a lei de 24 de julho de 1856 determinava que os filhos de escravizadas nasceriam livres, embora tivessem que trabalhar para os patrões de suas mães até completarem 20 anos de idade, a fim de que estivessem “habituaados ao serviço, quando chegasse o tempo de ficarem completamente livres” (BANDEIRA, 1873, p. 23).

Esta política de cariz tutelar – acentuada após a Conferência de Berlim (1884) – legitimava a ação e a ocupação efetiva do território a fim de erradicar a escravidão no continente africano, mas o trabalho forçado perduraria ainda nas primeiras décadas do século XX, e estratégias como a que acabamos de citar, ou a incorporação forçada da mão de obra dos trabalhadores africanos em obras públicas ou privadas garantiam a manutenção da submissão africana ao trabalho, ao mesmo tempo em que atendiam às pressões abolicionistas de caráter universalizante que emergiram no século XIX e que apregoavam a “ideia de um trabalhador automotivado, autodisciplinado, que faz opções no mercado de trabalho e portanto determina o bem estar da sua família”. Somente entre os anos de 1926 e 1930, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho concordariam que esses tipos de trabalhos compulsórios produziam condições “análogas à escravidão” (COOPER, 2004, p. 203-270).

NAS MARGENS DO CONDENÁVEL: DA “NECESSIDADE” DO TRABALHO COMPULSÓRIO

No que concerne ao recrutamento forçado de carregadores, as relações de vassalagem travadas entre a coroa portuguesa e os régulos locais, desde o século XVI, asseguravam, dentre outros aspectos, a obrigação dos sobas africanos de fornecer mão de obra para transportar os produtos comercializados pelo interior do continente. Os principais pontos de concentração desses trabalhadores eram as grandes feiras, como a de Cassange e os presídios, como Ambaca.

Os carregadores, apesar de serem livres, sofriam amiúde violências e privações de toda sorte; e não raro, eram libambados de forma semelhante aos escravizados, de modo que o temor do recrutamento era responsável pelo esvaziamento de extensas regiões no interior do continente. Em memória enviada ao governo em 1814, o capitão geral de Angola, Antonio de Saldanha da Gama, sinalizava os efeitos de tal atividade ao afirmar:

(...) buscavam elles evadir-se a este penoso dever por todos os meios possíveis, sendo o mais usual a fuga, que effectuavam, umas vezes antes da requisição e na previsão d’ella” e, assim, “bem póde imaginar-se qual seria a rápida progressão decrescente da população que essas deserções ocasionavam nos districtos e presídios obrigados a similhante alcavas (BANDEIRA, 1873, p. 51).

Os impactos dessa atividade compulsória eram extremamente nefastos. Segundo Alfredo Margarido, aquele que desejar aprofundar-se no assunto, poderá produzir um verdadeiro quadro da pilhagem portuguesa em Angola. De acordo com suas investigações, o número de trabalhadores envolvidos anualmente no transporte de produtos comerciais chegava a 200 mil, por volta do final do século XIX (MARGARIDO, 1978, p. 397). No caso britânico, e no contexto das expedições militares, David Killingray levanta números assombrosos: as operações na guerra contra os zulus, entre 1879 e 1880, envolveram 30 mil trabalhadores; e durante a guerra sul-africana, 1899-1902, os lados beligerantes utilizaram mais de 100 mil trabalhadores envolvidos diretamente no conflito (KILLINGRAY, 1989).

As razões pelas quais se empregava tamanha força humana para trasladar mercadorias e utensílios europeus eram, sobretudo, a falta de conhecimento e, por consequência, de aproveitamento dos rios como estradas e rotas de navegação, bem como a impossibilidade de aproveitamento da força animal, por causa da alta incidência da mosca *tsé-tsé* em algumas regiões da África central. Assim, milhares de africanos livres, mas sujeitos a condições semelhantes à dos escravizados, eram submetidos ao trabalho forçado. Poucas vozes humanas protestavam na metrópole em defesa dos trabalhadores explorados, e na realidade, a coerção acabava por ser escusada na Europa, “clamando-se uma necessidade urgente ou como o único meio pelo qual o africano poderia ser trazido para o mercado de trabalho assalariado” (KILLINGRAY, 1989, p. 485).

Serpa Pinto, em seu relato da viagem de 1877-79, quando se encontrava no Bié, nos fornece algumas informações importantes sobre as relações estabelecidas com os sobas e as maneiras de se conseguir carregadores no interior do continente africano. Informa que naquele contexto a maneira de consegui-los passava pelo pedido aos sobas e aos potentados por meio de presentes (missangas ou fazendas de algodão); ou poderia simplesmente anunciar a viagem. O primeiro método, esclarece Serpa Pinto, era demasiado ruim para a viagem, em decorrência do grande dispêndio com presentes, e ainda porque os carregadores estariam obrigados a ir, e aquele que lhes fizesse o pedido ficaria “responsável pela vida deles para com as famílias ou senhores. Além disso, as pessoas a quem se pedem, com o intuito de extorquir mais presentes, vão demorando quanto podem a partida, e quando se está na sua dependência as exigências crescem” (PINTO, 1886, p. 119).

Por outro lado, na segunda alternativa, um aspecto importante no modelo organizacional das comitivas acaba por ser demonstrado com a apresentação dos pombeiros ou quissongos. São os pombeiros, aqueles que

se vem oferecer “trazendo uns 10, outros mais, outros menos carregadores.” Serpa Pinto acrescenta ainda:

Estes grupos são de diferentes naturezas. Uns são constituídos por parentes que escolheram um para pombeiro, e nestes são todos livres. Outros são formados por gente livre, que combinam ir debaixo das ordens de um certo pombeiro em quem tem confiança. (...) A obrigação do pombeiro é vigiar pela sua gente, e responder por ela ante o chefe da comitiva. Come e dorme com eles, é, enfim, o cabo de esquadra da caravana” (PINTO, 1886, p. 119).

Quanto à expedição de Capelo e Ivens entre 1884 e 1885, no início da viagem contava com 124 pessoas, número pequeno se comparado com outros empreendimentos científicos coetâneos, embora eles considerassem número suficiente, pois “quanto mais numerosa é a caravana, maiores são os embaraços e mais graves as complicações que por toda a parte se lhe deparam” (CAPELO e IVENS, 1886, p. 64). As poucas centenas de trabalhadores engajados nas expedições científicas são irrisórias se comparadas com o volume anual necessário para outros serviços. No entanto, as experiências narradas pelos cientistas europeus permitem a realização de *jogos de escalas* (REVEL, 1998), onde se podem entrever a que condições os africanos eram submetidos e como o seu trabalho era visto pelos europeus.

A despeito de todas as privações e maus tratos enfrentados pelos carregadores, fato é que quando da segunda expedição de Capelo e Ivens (1884-85) a abolição da escravatura em Angola já havia ocorrido (1878) e a legislação garantia um maior poder de negociação por parte dos trabalhadores. Desde 1856, Sá da Bandeira, por meio de decreto, assegurara o fim do recrutamento forçado para o transporte de cargas, em Angola denominado de “serviço de carregadores”. Assim, caberia aos expedicionários a tarefa de arremeter, mediante pagamento e contrato, o contingente necessário para os seus intentos científicos; tarefa esta, realizada com grande pesar e muitas queixas. Segundo os cientistas:

Ajeitado este [artigos necessários à expedição], ficava a parte mais aborrecida e enfadonha: a do engajamento do pessoal, tarefa sempre cheias de decepções e duro sofrer para quem a sorte aprouve lançar em tais cometimentos, e a que só paciência de aço e desusada pertinácia, envelhecida no seu conhecimento, pode fazer frente (CAPELO e IVENS, 1886, p. 66).

A dificuldade em obter carregadores, sem dúvida, dava-se pela desconfiança das populações locais em relação ao regime de trabalho na atividade. Mas, conforme a narrativa, obtido o contingente necessário para a viagem, iniciaram-se os trabalhos no sul de Angola, em Porto Pinda (atual Tombwa), de onde a caravana rumou para o interior, sem que nada mais esclarecedor fosse dito aos seus “empregados” acerca do itinerário. O próprio ponto de partida foi uma escolha deliberada, no intuito de mitigar os conluios, as conspirações contra a expedição, pois, segundo os autores “sucedendo, em geral, serem os indivíduos que o viajante consigo leva engajados no Norte, o facto de transporta-los para o Sul devia evitar deserções” (CAPELO e IVENS, 1886, p. 92-93). Mas não tardou para que os primeiros casos de fugas e deserções afligissem os chefes da expedição. Para que se tenha uma ideia, dos 124 indivíduos contratados no início da viagem, evadiram-se 46 em determinado momento.

O périplo, que teve início em Angola e fim no oceano Índico, seguiu de Moçâmedes (Namibe) para Huilla, onde a caravana permaneceu por um mês. Após deixarem Huilla, marchando para o Sul, até o Humbe (em Cunene), e depois para Leste, em busca do rio Cubango (Okavango), os “empregados”, que até então nada sabiam do destino da caravana, perceberam as reais intenções de seus chefes e organizaram uma fuga em massa. Na noite de 20 de julho, fugiram os primeiros, carregando consigo um bote, fardos de riscado, de fazendas e de algodão; três dias depois, um novo grupo resistiu à travessia por meio da fuga.

Em meio a tais circunstâncias, Capelo e Ivens adotaram medidas que consideraram enérgicas, porém necessárias para conter as deserções em massa: enviaram o seu melhor caçador, Antonio Maria, à cata do primeiro grupo, nas proximidades do rio Iquebo; outrossim, redobram a atenção no acampamento, vigiando todos e prendendo no libambo alguns indivíduos Ganguela, suspeitos de liderarem o movimento. Não obstante a diligência dos portugueses, uma nova fuga em massa ocorreu na noite do dia 23 de julho, segundo os autores:

Noite terrível foi essa, em que tivemos de largar fogo a uma enorme floresta, na esperança de ver ou cercar aqueles que nela suspeitávamos escondidos, e em que, de carabina em punho com os restantes que se conservavam fieis, percorremos em caça da diabólica turma por meio das matas em chamas e troncos esbraseados, jogando como loucos uma cartada de vida ou morte! (*Idem*, 1886, p. 274).

Capelo e Ivens justificavam o uso da força como forma de inibir os motins, as fugas, as deserções, e como única maneira de fazer honrar o contrato firmado entre as partes, pois entendiam que o negro carecia de compleição moral. No entanto, entendemos que a evasão era uma forma, dentre muitas, de contestação utilizada pelos “empregados” face às péssimas condições de trabalho. Isso pode ser percebido levando-se em conta que, segundo a classificação feita pelos autores, o número de mortos por fadiga foi igual ao dos que padeceram por doenças.

A utilização do libambo e de grilhões para manter os carregadores sob controle, e o cerco na floresta lançando mão do fogo demonstram uma força desmedida, por parte dos portugueses, e permite perceber as diferentes nuances acerca da noção de trabalho livre apregoada pelas nações europeias. Essa noção de liberdade, marcada por restrições e com certo número de deveres, pautava-se na inserção do africano nos interesses coloniais de produção capitalista, incorporando-os ao dito mundo civilizado.

Essa política liberal aparecera, de forma bem definida, no *Regulamento para os Contratos de Serviços e Colonos nas Províncias da África Portuguesa*, vigorado em 21 de novembro de 1878, o qual concedia ao africano o direito de firmar contrato com qualquer patrão e não somente com o seu antigo senhor, no que diz respeito aos libertos; no entanto, uma vez acordado entre as partes, não poderia o indivíduo romper o contrato, sob pena de prisão por vadiagem. Nesse sentido, o *Regulamento* estendia, ao menos em teoria, a cidadania portuguesa ao africano de acordo com o seu “grau de civilização”. Na prática, porém, as diferenças entre europeus, de um lado e negros e mestiços, de outro, nunca seriam totalmente suprimidas (ZAMPARONI, 2007, p. 51).

Também era comum postular-se o uso da violência como único meio pedagógico eficaz para um povo familiarizado ao cativo. Para Oliveira Martins, principal opositor às ideias assimilacionistas, a inferioridade do negro se expressava em traços genéticos facilmente identificáveis, por exemplo, na caixa craniana. E ainda, segundo o autor, “a idéia de uma educação dos negros é absurda perante a história: é-o também perante a capacidade mental d’essas raças inferiores” (MARTINS, 1880, p. 259). Pensamento semelhante partilhavam Capelo e Ivens, que consideravam

(...) o companheiro negro, verdadeira gazela volúvel, espírito irrequieto e vicioso, carácter frouxo e em extremo tímido, dificilmente compreendendo as necessárias obrigações de um contrato, e não acreditando de modo algum nos altos interesses de questões desta ordem [...] A ingratidão e

a perfidia, essas torpes faculdades tão comuns nas inteligências rudimentares, formam o traço característico do negro (CAPELO e IVENS, 1886, p. 86).

Em meio à crença difundida segundo a qual não se poderia “civilizar” aqueles trabalhadores por meio da educação, no pensamento social português preponderante, seria necessário desenvolver outras estratégias e novos meios para tornar regular o trabalho africano, ou ainda, nas palavras de Oliveira Martins, para “tornar forçado o trabalho do negro sem cair no velho tipo condenado da escravidão” (MARTINS, 1880, p. 220). No entendimento de Capelo e Ivens, a solução seria estabelecer um estatuto diferenciado para o negro, no qual se produzissem mecanismos para tirá-lo da inépcia e da indolência, pois

(...) permitir-lhe a vadiagem é deixá-lo contrair na ociosidade [...] que pouco a pouco originam crimes; e querer depois castigá-lo com a aplicação do código penal do reino, que ele não compreende, nem sente, nem o molesta, garantindo-lhe, por exemplo, o alimento no caso de prisão (seu sonho dourado, comer sem trabalhar), torna-se uma verdadeira calamidade (CAPELO e IVENS, 1886, p. 182).

A consolidação dessa política perversa, que impunha uma condição desigual do “indígena” face ao colonizador e que se ancorava na imposição de um trabalho dito livre, viria com o *Código do Trabalho Indígena*, de 1899². Seu artigo 1º afirmava:

Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhe faltem, de subsistir e de melhorar a própria condição social. Tem plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas se, a não cumprem de modo algum, a auctoridade publica póde impor-lhes o seu cumprimento.¹

O *Código Indígena*, elaborado por Antonio Ennes, ao estabelecer a categoria “indígena”, buscava diferenciar e por o africano em patamar inferior. Como já foi mencionado anteriormente, a distinção do “indígena” operava como meio de impor o trabalho obrigatório nos moldes assalariado-livres, garantindo a produção regular direcionada para um mercado externo, ao mesmo tempo em que se distanciava da antiga categoria de “escravizado”.

OS AFRICANOS IDEAIS: INCORPORAÇÃO E DISTINÇÃO

Capelo e Ivens também trazem a lume exemplos de africanos membros da expedição e que eram considerados “em vias de civilização”: assim foram tratados o cozinheiro Mupei e o caçador luso-africano Antonio Maria. Ambos acumulavam tarefas importantes para o êxito da viagem e, por isso, receberam menções honrosas, inclusive, suas fotos estampam a primeira edição da narrativa de viagem.

Antonio Carlos Maria era mestiço, filho de um português estabelecido no planalto de Huilla e se integrou à comissão quando esta passou por lá. Este é um aspecto interessante no que concerne às relações que os portugueses ansiavam enfatizar no interior do continente africano naquele momento. Por outro lado, no que diz respeito a Antonio Maria, este era um forte fator de distinção social e da maneira como o “mestiço” buscava ser observado entre os demais (HEINTZE, 2005). Este foi descrito pelos chefes da expedição como “a perola dos rapazes africanos”. Exímio caçador, Antonio Maria foi o responsável pela obtenção de alimento e, graças às suas habilidades, “dez vezes salvou a expedição de um dos mais desgraçados fins – a morte pela fome!” (CAPELO e IVENS, 1886, p. 162). Além disso, os expedicionários deviam ao jovem os raros e fugazes momentos de alegria proporcionados pela caça grossa do elefante, por exemplo. Já o cozinheiro, era descrito como possuidor de tirocínio e de longa convivência com Capelo e Ivens, Segundo os autores: “Mupei, que hoje passeia contente nas ruas da Europa, e já por duas vezes foi conosco à África, tendo todo o direito a figurar n’este livro” (*idem*, 1886, p. 233). É interessante notar que esses dois indivíduos apresentavam uma clivagem em relação aos outros membros, quer por sua capacidade de exercerem funções especializadas, quer pela incorporação de modos “a europeia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores consideravam o recrutamento e a convivência com os “indígenas” como maus necessários, dos quais nenhum outro expedicionário pôde se furtar. Por um lado, os serviços africanos eram imprescindíveis, em grande medida, devido às adversidades impostas pelo clima e pelas doenças; como enfatiza Antonio Ennes, na “África tropical não se cultivava senão com africanos” (cf. ZAMPARONI, 2007, p. 57). Por outro, os africanos não correspondiam às expectativas e projeções portuguesas, de um modelo de trabalhador espelhado no ideal europeu, tido como universal; eram con-

siderados preguiçosos, indolentes, de caráter e lealdade duvidosos. Nesse sentido, os autores expressam opinião ambígua acerca dos “empregados” da expedição: ora reconhecendo dificuldades e limitações que interferiam no seu desempenho – como frutos da cansativa travessia, da fome, das doenças, do desgaste ocasionado pelos fardos de fazenda, equipamentos e alimentos que tinham de carregar consigo –, ora censurando-os pela falta de compromisso para com o contrato e para com o sucesso da expedição.

Durante a segunda metade do século XIX, com a emergência de instituições científicas e financiadoras das viagens de exploração – tais como a Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875 –, a *hinterland* do continente africano passa a ser lentamente mapeada, representada e classificada. Na produção cartográfica europeia, os “espaços em branco” nos mapas, que inflamavam os anseios de muitos exploradores, vão ficando cada vez mais escassos. No entanto, apesar do processo de glorificação e heroização de viajantes – cujos nomes são imortalizados em copiosos relatos de viagens, representando para o ávido leitor europeu as agruras e as intermináveis dificuldades da travessia –, uma leitura a contrapelo deixa evidente a imprescindível participação e dependência dos conhecimentos e da força de trabalho dos africanos, “recrutados” para as expedições como guias, caçadores, cozinheiros e carregadores. O próprio Serpa Pinto, na narrativa da viagem de 1877-79, admite o valor indispensável do africano para os fins que os europeus ansiavam naquele momento, ao afirmar que para “o Biheno, em questões de viagens de tráfico, nada é impossível e tudo lhe parece natural”; e ainda acaba por enaltecer os conhecimentos africanos, lamentando somente o lento processo de tradução cultural dos mapas mentais e relatos na sua transposição para a cartografia europeia, enfatizando que “se eles soubessem dizer onde tem estado e descrever o que tem visto, os geógrafos da Europa não teriam em branco grande parte da Carta da África Austral (PINTO, 1881, p. 109).

As narrativas deixam transparecer, ainda, alguns nomes e fazem emergir pequenas trajetórias de vida desses africanos e luso-africanos que, nas grandes cerimônias metropolitanas, passam completamente despercebidos. O sucesso das travessias, e as próprias vidas dos exploradores, dependiam, em grande medida, de um intrincado jogo de relações de forças e negociações entre portugueses, luso-africanos e africanos. Nesse sentido, homens como o luso-africano Antonio Carlos Maria e o cozinheiro africano Mupei se tornavam essenciais nessas relações no interior do continente e imprescindíveis para a continuidade das viagens de travessia. Cabe enfatizar, principalmente, o papel primordial daqueles africanos e luso-africanos na circularidade dos

conhecimentos, e na construção do saber europeu sobre a África, dependente de intrincadas negociações com os nativos que, mesmo sob a égide cruenta do colonialismo, faziam emergir suas necessidades e anseios.

Na segunda metade do século XIX, as relações entre africanos, luso-africanos e europeus se tornam ainda mais densas, em decorrência da máscara da filantropia que emerge a partir da década de 1850, evocada no discurso de europeus encarando a escravidão e o escravismo como a grande mácula a ser erradicada; e difundindo o ideal do trabalhador livre assalariado. Nas zonas cinzas, entre a escravidão e o trabalho livre, atente-se para a maneira com que os sujeitos, tão essenciais quanto obliterados nas viagens de exploração, reagem, resistem e negociam, no campo de possibilidades que se abrem, e nos confrontos cotidianos.

- NOTAS**
- 1 Texto do Regimento de Administração da Justiça nas Províncias Ultramarinas, promulgado em 20 de Setembro de 1894, regulamentando o Decreto de 20 de fevereiro do mesmo ano, e assinado pelo ministro da marinha e ultramar, João Antonio de Brissac das Neves Ferreira. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1422.pdf>. Último acesso em: julho de 2013.
- 2 O Código do trabalho indígena foi instituído em 1899, e impunha um regime de trabalho forçado a todos os nativos africanos. Em 1926, esse código foi consolidado e incorporado pelo Estatuto do Indigenato, como um ato do Regime Militar da transformação da Política colonial. O Estatuto só viria a ser abolido em 1961. Cf. MARTINEZ, Esmeralda Simões. O Trabalho forçado na legislação colonial portuguesa – O caso de Moçambique (1899-1926). Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade de Lisboa: 2008. E ainda CASTELO, Cláudia. “Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Varia Hist.* vol. 30 n.º 53. Belo Horizonte. Maio/Ago. 2014.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim. Portugal em África (1825-1974): uma perspectiva global. **Penélope**: revista de história e ciências sociais. Lisboa, n. 11, p. 53-66, maio. 1993.
- ALEXANDRE, Valentim. Traumas do Império. História, memória e identidade Nacional. **Cadernos de Estudos Africanos**. Ano 06, vol. 9/10, p. 23-41, Ag. 2006. Disponível em < <http://cea.revues.org/1201>; DOI: 10.400/cea.1201>. Acesso em: 31 de maio de 2015.
- BANDEIRA, Marquês de Sá. *O trabalho rural africano e a administração colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Angola à Contracosta*: Descrição de uma viagem pelo continente africano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Diários da viagem de Angola a Contra-costa*. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1952.
- CASTELO, Cláudia. “Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Varia História**: publicação de pós-graduação em História. Belo Horizonte, nº 53, vol. 30, p. 507-532, Ago. 2014.
- COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão: Imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas & SCOTT, Rebecca (orgs.). *Além da escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CONRAD, Joseph. *O Coração das trevas*. Rio de Janeiro: Coleção LP & M Pocket, 1998 (1ª edição, 1902).
- ENNES, António J. O Trabalho dos indígenas e o crédito agrícola. In: **VÁRIOS**. *Antologia colonial portuguesa*. Vol. 1: Política e Administração. Lisboa: Agencia Geral das Colônias, 1946. p. 23-55.
- GEBARA, Alexander. A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História social, Departamento de História da FFLCH-USP. São Paulo, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HEINTZE, Beatrix. Hidden transfers: Luso-africans as european explorers experts in nineteenth-century west-central Africa. In: LANDAU, Paul Stuart. *The power of doubt*: essays in honor of David Henige. Parallel Press Chapbooks, Parallel Books, Winsconsin, 2011, p. 16 – 40. Disponível em: < <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/AfricanStudies.PowerofDoubt> > Acesso em 18 de Ago. 2015.
- HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central no período pré-colonial: um contributo para a sua história e compreensão na

atualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. Lisboa, ano 05, nº 7-8, p.181-207, Abr. 2005.

JORGE, Lia Santos. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo conservação e restauro. Tese apresentada ao Departamento de História e antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2008.

KILLINGRAY, David. Labour exploitation for military campaigns in British Colonial Africa 1870-1945. **Journal of Contemporary History**. Londres, Vol. 24, nº 3, p. 483-501, jul. 1989.

KIPLING, Rudyard. *O fardo do homem branco (1899)*. Disponível em: <<http://historiacontemporaneaufs.blogspot.com.br/2010/10/o-fardo-do-homem-branco-1899.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs: formes de domination et agents de changement en Angola (XVII-XIX siècles). **Revue Française d'Histoire d'Outre-mer**. Tomo LXXV, vol. 65, n. 240, p. 377-400. 1978. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ou-0300-9513_1978_num_65_240_2133>. Acesso em: 18 de Ago. 2015.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa: o caso de Moçambique (1899-1926). Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em História da África. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa História da África. Lisboa, 2008.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. de. *O Brazil e as colonias portuguesas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.

PINTO, Alexandre de Serpa. *Como eu atravessei a África do Atlântico ao Mar Índico: de Benguela à Contra-costa através de regiões desconhecidas*. Dois volumes. Londres: Sampson Low, Marston Searle, Rivington editores. Crown buildings, Fleet Street, 1881. Edição fac-similar The Project Gutenberg, 2007.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Eugênia. Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe. **Africana Studia**, Porto, n. 17, edição do centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, p. 81- 102, Ago. 2011.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva. Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho a Lunda (1884-1888). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação

- em História social. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. *Capelo e Ivens: um fecho europeu para uma tradição nacional*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 1987.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.). *Nova história da expansão portuguesa*. Vol. X: O Império africano (1825-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Fotografando o mundo colonial africano: Moçambique, 1929. **Varia História**: publicação de pós-graduação em História. Belo Horizonte. Vol. 25, nº 41, p. 107–128, jan-jun. 2009.
- Texto do Regimento de Administração da Justiça nas Províncias Ultramarinas, promulgado em 20 de Setembro de 1894 e assinado pelo ministro da Marinha e Ultramar, João Antonio de Brissac das Neves Ferreira, que regulamentava o decreto de 20 de fevereiro do mesmo ano. Disponível em: <<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1422.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- VERNE, Jules. *L'Éternel Adam*. In: Hier et Demain: contes et nouvelles. Paris: Collection Hetzel, 1910. Disponível em: <<https://archive.org/details/hieretdemaincont00vernuoft>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- WESSELING, H. L.. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880–1914)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Editora Revan, 1998.
- WESSELING, H. L.. *Les empires coloniaux européens (1815 – 1919)*. Paris: Gallimard, 2009.
- ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA, 2007.

Palavras-chave:
**trabalho; expedições
científicas; africanos;
resistências.**

Resumo

O trabalho tem como objetivo discutir a presença essencial e imprescindível do trabalho de africanos e luso-africanos nas expedições científicas no interior do continente africano, principalmente após a publicação de um corpo legislativo em relação à gestão do trabalho “indígena” por parte dos portugueses, após 1850, e mais detidamente em relação à expedição de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, de Angola a Moçambique, entre 1884 e 1885. Através da História Social do Trabalho e da História Social das Ciências, almeja-se atentar para a experiência e para as resistências cotidianas de cozinheiros, caçadores e guias na expedição de Costa à Contra-costa empreendida pelos portugueses no último quartel do século XIX.

Keywords:
**Work; Scientific
Expeditions; Africans;
Resistances.**

Abstract

The work has as main objective to discuss the essential presence of the Africans and Luso-africans' work in the scientific expeditions in the hinterlands of the African Continent, mainly after the publication of a legislature concerning the management of the “indígena” work on the part of the Portuguese after 1850, and mainly through the expedition of Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens from Angola to Mozambique between 1884–1885. Through Social History of the Work and Social History of the Sciences we aim to give attention to the experiences and to the daily life resistances of cooks, hunters and guides in the Coast to Coast Expedition undertaken by Portuguese in the last quarter of XIXth century.

Recebido para publicação em fevereiro/2015. Aceito em maio/2015.

A gestão do trabalho indígena frente à resistência política em Angola, 1950

Carla Susana Alem Abrantes

Professora adjunta dos bacharelados em antropologia e em humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção, Ceará, Brasil. Defendeu sua tese de doutorado em 2012, com o título “‘Problemas’ e ‘soluções’ para a gestão de Angola: um estudo a partir do ensino superior de administração colonial, 1950-1960”, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Suas áreas de interesse de pesquisa são: Colonialismo português; Administração colonial e Pensamento social. É líder do grupo de pesquisa “Cooperação internacional e tradições de conhecimento”, da UNILAB e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED/MN/UFRJ).

Endereço eletrônico: sabrantes@gmail.com

Marina Berthet

Professora adjunta do Departamento de História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de pós graduação do mesmo departamento. Possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2006); DEA em ciências sociais pela EHESS (École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Marseille) (1999). Possui experiência de ensino em antropologia e história. Temas, áreas de pesquisa e interesses: São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (socio-antropologia e história, migrações, projetos de desenvolvimento, memória e canções do trabalho forçado, trabalho forçado e colonialismo, história política da África); Benin, história e interdisciplinaridade (arte e história, artesãos, memórias e história, história política), África do Índico e as ilhas (história comparada com as ilhas do Atlântico).

Endereço eletrônico: marinaannie@gmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho livre sempre representou uma ameaça aos interesses coloniais garantidos pelo uso de mão de obra escrava. Quando em Angola, a legislação de 1957 abriu a possibilidade para que o africano agricultor (denominado “indígena”) escolhesse entre o “trabalho por conta própria” e o “trabalho por conta alheia”, previa-se uma abertura para relações laborais mais igualitárias e transformações em uma história até então marcada por violência e dominação. Naquele ano, o censo realizado no Norte de Angola pela Repartição de Negócios Indígenas, ao considerar duas categorias de trabalho – a venda da força de trabalho para terceiros (empresários ou grandes proprietários de terras) e o trabalho autônomo (profissionais liberais: alfaiates, sapateiros, pedreiros, carpinteiros etc.) –, passou a veicular a ideia de um trabalho autônomo para o “indígena”. Este, até então, era obrigado a trabalhar nas terras alheias, dos colonos¹.

Como veremos na primeira sessão deste artigo, a legislação que regulamentou as relações de trabalho de populações africanas, consideradas “indígenas”, pode ser colocada em perspectiva histórica e percebida a partir de inúmeras repetições e ambiguidades dos seus termos. Nos anos 1950, os procedimentos criados para dar maior liberdade às relações de trabalho entre africanos e colonos portugueses atendiam às exigências do Código de Trabalho em vigor promulgado em 1928, que já teria naquela altura afirmado a necessidade de direitos do “trabalhador indígena”. De certa forma, as ideias de liberalização do trabalho que foram retomadas já estavam em debate há mais de um século, desde a Carta Lei de 1836.

Essa tensão entre a liberdade e a obrigatoriedade do trabalhador africano esteve condicionada por políticas coloniais e exigências de um mercado, defendidas com argumentos de proteção dos usos e costumes dos “indígenas” e da necessidade de civilização e desenvolvimento (BENDER, 1978; DUFFY, 1959; MACAGNO, 2001; ZAMPARONI, 1998). As regras para um sistema de exploração de mão de obra em diferentes regiões do continente foram criadas e orientadas, muitas vezes, por intenções humanitárias e pela ideia de tutela dos povos africanos (JERÓNIMO, 2009). Direitos dos habitantes, proibição de práticas de violência e determinações para o trabalho assalariado foram constantes dos documentos jurídicos que redefiniram o lugar do africano e do seu trabalho nas economias e organizações políticas europeias, em expansão.

Em outra dimensão, essa tensão pode também ser percebida no cotidiano da administração colonial, em que agentes se deparavam em

seu ofício com contradições dos textos jurídicos criados para os contextos coloniais, desenvolvendo interpretações e usos a partir de suas vivências e relações de interdependência local. Como veremos na terceira sessão do presente texto, a gestão dos relacionamentos entre trabalhadores, Estado e empresas / colonos permite que se amplie a análise para incorporar os usos das normas legais em cenários locais, pelos funcionários da administração. Nesse sentido, a regulamentação proposta nos anos 1950 provocou reações e opiniões contrárias por parte de proprietários de terras e empresas dentro de uma conjuntura política muito particular.

Assim, as situações que colocamos em cena a partir de um relatório de governo fornecem histórias das relações de trabalho, reconstituídas em seus fragmentos, traços, projetos e sentimentos (DIRKS, 2000; STOLER, 2009). Estando as propostas de liberalização do trabalho em constante tensão no cotidiano desses agentes, tal contexto narrado permite visualizar diferentes dimensões da rotina administrativa colonial, em meio à qual leis e outros regulamentos normativos foram interpretados, negociados mesmo silenciados dentro de condições e configurações sociais próprias das situações coloniais. Neste artigo, analisamos certos aspectos das agências administrativas coloniais voltadas para os regimes de trabalho em África, sobretudo dos seus agentes, no uso e interpretação dos documentos jurídicos. No sentido mais amplo, a lei e os diversos textos jurídicos podem ser objeto de reflexão antropológica, se considerarmos a inserção de tais expressões no mundo social em que foram construídas (SIGAUD, 2009).

Nossa análise se concentra na década de 1950, período no qual se processa uma virada nas questões políticas que atingiram todo o continente africano. Em um cenário mais amplo, destaca-se a pressão de parlamentares africanos para que o governo francês abolisse o trabalho forçado na África Ocidental Francesa (AOF), em 1946, o que levou à promulgação de um código de trabalho, em outubro de 1947. É nesse contexto que ocorrem as primeiras greves mais acirradas, provocadas por trabalhadores africanos – estivadores, trabalhadores de ferrovias e das minas, entre outros. (FALL, 2011). Diante dessas tensões políticas atreladas às discussões sobre o trabalho e as condições de vida dos trabalhadores, desenhava-se um pano de fundo marcado por manifestações de diversos movimentos nacionais africanos que anunciavam as iminentes independências de seus países. Como sugere Alexander Keese (2003), nessa época, novas orientações locais – negociadas entre sindicatos e trabalhadores africanos com o poder político metropolitano – surgiram sobre o trabalho nas colônias. As discussões giravam em torno da proposta de uma reforma da administração colonial, do aumento salarial

para os “indígenas” e melhoria de suas condições de trabalho. Notavam-se, ainda, em diferentes regiões do continente, diversas situações de exploração extrema dos sujeitos colonizados, reproduzidas pelos agentes coloniais nas minas, nas *plantations* e nas obras públicas.

Por um lado, as leis dos impérios e seus usos naqueles espaços nos conectam a uma das questões centrais dos estudos coloniais, no que se refere às dinâmicas que se estabeleceram entre colônias e suas metrópoles (COOPER e STOLER, 1997). Por outro lado, neste artigo procuramos compreender, mais profundamente, os processos da expansão europeia na África, marcados por agências locais (THOMAS, 1994) que, diante de leis e diretrizes metropolitanas, incorporaram, interpelaram, discutiram ou mesmo ignoraram padrões e valores, a depender de cenários sociais em que estiveram inscritos e das relações de interdependência ali existentes.

O recorte geográfico circunscreve o problema do trabalho forçado a um território colonial, na expectativa de que se abram possibilidades de reflexão quanto aos processos de dominação que atravessaram outros contextos históricos coloniais similares, muito embora interconectados por fluxos sociais de naturezas diferentes. Trata-se, assim, de um exercício de tornar o trabalho (forçado e livre) um objeto em diálogo com estudos que contribuíram para o entendimento das condições violentas do recrutamento e da submissão de africanos ao trabalho. Espera-se, ainda, que a descrição da experiência portuguesa em Angola permita a comparação de agências dispostas em fronteiras imperiais/nacionais outras, ampliando o entendimento dos modos pelos quais estruturas de desigualdade se estabeleceram ao longo da história.

AS LEIS DO TRABALHO

Ao longo da história, amplas ações de vigilância sobre o trabalho dos africanos identificados como “indígenas” ultrapassaram o âmbito do Estado e dos documentos jurídicos promulgados dentro de sua esfera de atuação e coadunaram diversos interesses de ordem econômica, comercial, científica, tecnológica e até mesmo religiosa na metrópole. Entretanto, a oficialização, por meio das leis, de todo um aparato ideológico de expansão imperial e conquista de territórios e povos, os usos dessas leis pelos funcionários do Estado, trabalhadores e proprietários de terras e empresas, fazem desse domínio uma esfera por excelência de fixação de parâmetros e regras com grandes efeitos para as relações de poder que se criaram e mantiveram em territórios africanos.

O trabalho nas colônias passou a ser regulamentado ainda no século XIX, nos anos que se seguiram à abolição da escravidão. Com o Regulamento do Trabalho dos Indígenas de 1899², definiam-se, formalmente, duas sociedades coloniais: os “indígenas” e os “não-indígenas”/”cidadãos”, colocando-se em prática não apenas o princípio da especialidade das leis, baseado na diferença entre povos coloniais, como também a obrigatoriedade moral dos então identificados como “indígenas” ao trabalho. Esmeralda Martinez (2008, p. 26) identifica alguns dos contextos e orientações na criação de leis específicas para o “trabalho indígena”, promulgadas em Portugal, para Moçambique, na virada do século XIX ao XX. O regulamento de 1899 defendia o “direito ao trabalho” e a proteção do “trabalhador indígena”, dando sequência às formulações constantes no regulamento anterior, de 1878³ quanto à liberdade do “indígena” para contratar o seu trabalho – em um viés próprio das legislações de cariz liberal defendidas naquele momento para as relações de trabalho nas colônias africanas. Trata-se de um conjunto de normas destinado a regulamentar o processo de libertação daqueles que até 1869 haviam sido considerados escravos e submetidos a sanções e violência⁴.

Em linhas gerais, os textos jurídicos figuravam, por um lado, como desdobramentos de decisões e processos econômicos próprios da segunda metade do século XIX e da tendência para transformação do mercantilismo para o capitalismo, em que se fazia necessário assegurar mercados, fontes de matéria prima para a produção industrial e força de trabalho barata (MACAGNO, 2001; ZAMPARONI, 1998). Por outro lado, a normatização foi resultado da participação dos governos europeus nesses processos – ditados por acordos de colaboração e concorrência entre nações – que garantiriam não apenas modelos de organização econômica, mas também a instauração de estruturas locais que viabilizariam tais modelos. Dentre os principais argumentos que apelavam para a legitimidade da presença europeia, constavam as orientações para a diferenciação, sujeição e “civilização” da população negra – conforme se observa nos relatórios escritos por Antonio Ennes, de final do século XIX (MACAGNO, 2001), e nos debates sobre o direito e a administração colonial, do início do século XX (SILVA, 2009).

O trabalho obrigatório não foi objeto de lei, mas um dispositivo a ser acionado nos casos de comportamentos que fugiam à norma, portanto, sujeitos a penalizações. Catherine Vidrovitch (2001, p. 36) lembra que, nas colônias francesas, o trabalho obrigatório nunca foi legalizado; mas, a lei permitia aos administradores contar com mão de obra forçada dos trabalhadores no cumprimento da pena, sem remuneração salarial. Segundo a autora, dispositivos de lei fizeram com que as penalizações tivessem centralidade

nos documentos jurídicos – como no Regimento de 1894, que formalizou a pena do trabalho obrigatório, em substituição às prisões, para os “indígenas” que apresentassem maus comportamentos, dentre os quais figurava a “vadiagem”⁵. No momento de instauração da República em Portugal, 1910, diferentes elementos foram acrescentados aos documentos, no sentido de estabelecer de forma clara os direitos e deveres dos trabalhadores, muito embora a diferenciação permanecesse e as penalizações fossem mantidas para comportamentos que não correspondessem à expectativa do que se considerava uma vida digna e civilizada, a ser alcançada apenas pelo trabalho.

Segundo tais regulamentos, a obrigação moral e legal de trabalhar garantiria a aquisição de meios de sobrevivência e melhoria da condição social dos “indígenas”. Por meio desses primeiros instrumentos jurídicos, propunha-se, assim, uma organização do trabalho assalariado, a partir de regras metropolitanas pensadas por legisladores distantes da realidade africana. A tônica geral era a da contratação de “trabalhadores livres”, uma ideia que envolvia a liberdade, o salário, o capital e, portanto, inserida nos padrões europeus de civilização (ZAMPARONI, 1998, p. 41-42). Os resultados esperados dessas políticas, na virada do século, se expressariam através de uma força de trabalho abundante, disciplinada e barata, controlada, também, por outros mecanismos de dominação tais como a força militar, em especial nas primeiras décadas do século XX (PÉLISSIER, 1997), a espoliação de terras e áreas produtivas e a ampliação da cobrança de impostos por parte do Estado (ZAMPARONI, 1998, p. 42)⁶.

Reforçados pelas dinâmicas de um governo centralizador que passou a vigorar com o Estado Novo, em 1926, tais processos de expansão e formação do Estado colonial ganharam contornos muito firmes, expressos a partir da promulgação do Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas que regulamentou as relações entre “indígenas” e “cidadãos” para as populações de Angola e Moçambique, estendido à Guiné com a sua revisão em 1929⁷. Nesse contexto, o Código de Trabalho Indígena foi revisado em resposta às decisões da Sociedade das Nações e às denúncias de exploração do “trabalho indígena” (ZAMPARONI, 1998 p. 96)⁸. Conforme tal Código, o “indígena” deixava de ter a obrigação legal de trabalhar; entretanto, era impedido de romper seu contrato de trabalho, sob pena de ter que cumprir “trabalhos correcionais” (MARTINEZ, 2008).

Nos anos 1920, a definição de “indígena” foi detalhada: passou-se a conceber como tal “o indivíduo da raça negra ou dela descendente que, pela sua ilustração e costume não se distinga do comum daquela raça”⁹. Criava-se, assim, um sistema legal distinto, “privado”, para os indígenas

(MENESES, 2010). O suposto aspecto racial foi tomado, também, como critério para distinguir o “indígena” do europeu branco (MENESES, 2010, p. 82-83). Em 1929, a definição abre a possibilidade de ampliação de direitos para os “indígenas”:

(...) indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente [nas colônias], não [possuísem] ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses (Estatuto, 1929)¹⁰.

Em oposição aos “cidadãos” e “civilizados”, os “indígenas” não possuíam direitos civis, estando marcados por caracteres raciais e culturais que os distinguiam dos europeus brancos; e sua participação na sociedade colonial era justificada pelas atividades consideradas inferiores e regidas pelas regras de um Estado tutelar. Nesse sentido, vale considerar que a obrigação de trabalhar foi marcada pela produção de identidades diferenciadas e pela tutela de populações locais, além das já mencionadas intenções humanitárias (JERÓNIMO, 2009, p. 75-76). O Estatuto de 1926 e sua revisão em 1929 forneceram as condições legais para a criação de um Estado bifurcado que, segundo Mahmood Mandani (1996), caracterizaria o legado da experiência de expansão dos impérios europeus para os países independentes da África.

As normatizações que tiveram como objeto os “indígenas” foram desenvolvidas com um grande detalhamento. O detalhamento das leis e as normatizações das décadas de 1920 e 1930 foram considerados eficazes na penetração de aldeias e na organização das estruturas administrativas produtoras de desigualdade (DUFFY, 1959). Um dos instrumentos mais efetivos de controle foi a Caderneta Indígena, um livreto contendo informações sobre o “indígena” do sexo masculino e maior de 16 anos, além do nome da sua mulher ou mulheres, filhos, fotografia e assinatura; ali estavam apontadas, também, informações sobre tempo de trabalho e pagamento dos impostos. A Caderneta era mostrada quando solicitada por oficiais e, nos casos em que o seu portador se deslocasse entre as províncias, tal deslocamento deveria estar devidamente autorizado. Por meio dela, se verificava se o “indígena” cumpria a sua obrigação anual de pagar o imposto e trabalhar o tempo exigido. Caso a Caderneta fosse perdida ou não estivesse em dia, o indivíduo seria penalizado sendo preso ou sujeito a trabalhos correcionais (DUFFY, 1959, p. 304). Assim, pode-se considerar tais procedimentos burocráticos como meios a partir dos quais a legislação se manteria operante nos territórios

distantes e se tornaria um veículo transmissor de representações ao alcance dos agentes da administração, dos colonos e dos africanos (GOODY, 1986).

Em 1954, o Estatuto do Indigenato sofreu uma nova modificação para considerar as situações especiais de assimilação¹¹. As regras para a passagem do “indigenato” à “cidadania” abriram possibilidades de ampliação de direitos e de igualdade das “raças”, a partir de orientações do lusotropicalismo e em adequação ao novo estatuto dos territórios, considerado na Lei Orgânica do Ultramar de 1954. O acesso dos chamados “assimilados”, ou seja, dos que passariam de “indígenas” a “civilizados” era limitado por normas restritas de obtenção do novo *status*, que procuravam manter o “indígena” em suas condições de origem, com o argumento de respeito aos seus costumes e tradições.

Depois de revisto em 1954, o Estatuto foi abolido em 1961. A sua extinção, que circunscreveu sujeitos a uma identificação cultural e “racial”, fez com que se reorganizassem instituições e procedimentos, transferindo-os para outra esfera de regulação, baseada em critérios de ruralidade estabelecidos a partir do Código de Trabalho Rural de 1962.¹² Ao governo colonial caberia, agora, organizar sua linha de ação a partir de expectativas de relações de trabalho concebidas nos países europeus, no que se refere a direitos e deveres dos trabalhadores e patrões, tanto rurais como urbanos.

Antes mesmo dessa ruptura e fim de um sistema de diferenciação e exclusão, os anos 1950 já são reveladores de mudanças na linguagem e da necessidade de se verem alteradas práticas da gestão colonial, a partir de novas orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das reações do governo português às denúncias de abusos praticados nos territórios sob seu domínio (ABRANTES, 2014a; 2014b) – sem contar amplas negociações com sindicatos e outras esferas de luta política para transformação das condições de trabalhadores inseridos nas estruturas econômicas em expansão na primeira metade do século XX (COOPER, 1996; FALL, 1993). Trata-se de um momento em que Portugal retoma o diálogo com instâncias internacionais, ratificando, apenas em 1956, a Convenção de 1930 da OIT que proíbe o uso de trabalho forçado para obras públicas.

Nesse cenário de “democratização” e revisão de padrões de violência que até então haviam marcado as relações europeias, as ideias de liberdade percorreram diferentes circuitos, alcançando os espaços de recrutamento de mão de obra nas colônias como sugerem Nascimento (2004) e Keese (2003). Como veremos a seguir, os ideais de flexibilização e revisão das estruturas laborais já enraizadas criaram focos de negociação e conflito no âmbito da administração colonial. A partir de narrativas escritas nesse contexto, é possível uma descrição e análise que nos conduza aos usos da legislação no

dia a dia da administração colonial, e uma reflexão sobre as condições para a manutenção de estruturas de dominação e desigualdade.

USOS DAS LEIS NA GESTÃO DO TRABALHO

Como vimos, a legislação sobre o trabalho em África no período colonial procurou, a partir da virada do século XIX para o XX, reforçar a ideia de “liberdade” para que os indivíduos (africanos) escolhessem as condições de desempenho de suas atividades laborais, muito embora mantivesse, concomitantemente, restrições, impeditivos e violações a essa liberdade nas variadas cláusulas, entrelinhas e estruturas criadas pelo aparato jurídico imperial. Essa longa história de normatização das relações de trabalho colonial se apresenta de modo mais complexo se consideramos a questão sob a ótica dos indivíduos que aplicavam as leis e, com base nelas, moldavam cenários de ação.

Angola foi o principal reservatório de mão de obra “indígena” em função não apenas de sua posição geográfica, mas também por uma suposta aptidão de suas populações para o trabalho que, segundo se dizia, adaptavam-se facilmente a longas jornadas, e distância de suas casas. As áreas de recrutamento estavam dispostas, geograficamente, em segmentações territoriais, conformando-se no início do XX um circuito com pontos de assistência médica e alimentar e definição de competências dos agentes envolvidos (JERÓNIMO, 2009, p. 117). No Norte do território angolano, as extensas plantações de café forneciam grande parte das divisas de exportação da economia colonial, nos anos 1950, em especial nas províncias do Zaire e Uíge, que também foram regiões de intenso conflito e palco de um dos capítulos centrais da história de Angola e da colonização portuguesa, com o massacre de 1961 que deu início à Guerra Colonial até a independência do país, em 1975.

Essa situação de conflito já transparecia nos relatos produzidos nos anos 1950. O relatório do Major de Infantaria Hélio A. Esteves Felgas (1920-2008), de 1957 – “Ordem pública e tranquilidade social” – refere uma situação de “instabilidade” provocada por “movimentos subversivos” que emergiam na região¹³. A presença de associações religiosas e o estreito contato com o território vizinho – o então Congo Belga – faziam daquela região o foco das atenções repressivas do governo face ao “terrorismo” crescente na região¹⁴. Como veremos, a insatisfação dos “indígenas” no que se referia às suas condições de trabalho, a não aceitação do regime ao qual estavam sujeitos e a pressão para a obtenção de “braços” necessários ao

funcionamento da economia colonial explicavam as perturbações percebidas pelo então governador do Distrito do Congo, Hélio Felgas, e relatadas nesse documento dirigido aos seus superiores da administração colonial.

Nesse contexto, tornou-se central a ação da Repartição de Negócios Índigenas, no sentido de se estabelecer, por meio de um documento legal para Angola, a possibilidade de o trabalhador optar entre o “trabalho por conta própria” ou o “trabalho por conta alheia”, como já foi mencionado na introdução deste artigo¹⁵. Assim, a interrogação “quereis trabalhar por conta própria ou alheia?” abria margem para que o indivíduo se libertasse da coação ao trabalho nas plantações dos donos da terra e escolhesse seu próprio ganha pão. A resposta o classificaria para o pagamento da taxa pessoal anual (imposto), sendo também computada no censo populacional das províncias do ultramar português.

Felgas, ao relatar os novos procedimentos do recenseamento, se mostrava incomodado, pois em sua opinião essa possibilidade de “escolha” criava um problema para a gestão e uma influência negativa para a política indígena. Para ele, a ideia de uma liberalização do trabalho, conforme estabelecido no Código do Trabalho de 1928, seria primorosa em teoria, mas não funcionaria na prática, justamente por prever que a decisão partisse da vontade dos “índigenas”. Os “voluntários” não existiam na realidade da província do Congo, escreve o governador: “O Código [de Trabalho] foi esquecido, abandonado, posto de lado, simplesmente porque é uma lei para proteção dos voluntários do trabalho e tais voluntários não existem” (FELGAS, s/d, fls. 14).

Em sua visão, a gestão das relações de trabalho a partir de princípios mais livres não poderia ser aplicada a um contexto em que a necessidade de trabalho não existia por parte do “indígena”.¹⁶ O *trabalho* era – naquele contexto, enunciado e compartilhado em geral por grande número dos gestores públicos e privados – um termo atribuído às atividades desempenhadas por africanos para patrões da indústria e da agricultura, ou seja, para os grandes empresários. O significado restrito desse termo aparece, claramente, no seguinte trecho: “(...) para o indígena só é trabalho o que é prestado por conta alheia. A prova está em que uma vez findo o contrato o indígena diz que ‘vai descansar’ muito embora vá tratar da sua própria lavra” (FELGAS, 1957, fls. 21).

Na pequena lavra do indivíduo africano, em geral com 1 hectare, o café plantado (principal produto comercializável nos 1950) era de responsabilidade da mulher, sendo o rendimento pela colheita suficiente para uso no comércio local.¹⁷ Ao trabalhar em uma “fazenda alheia”, sob contrato

de longo prazo, 10 a 18 meses, o agricultor estava submetido a um salário muito baixo, pago por um serviço duro, e ainda objeto de violência física e moral – “apanhavam todos os dias uma tarefa e a ninguém se podiam queixar pois ninguém os atendia” (FELGAS, 1957) – e, quando estava à distância, sujeito a ter a sua terra roubada por brancos.

Assim, Felgas já supunha que a maioria dos “indígenas” teria uma resposta rápida quando um agente do Estado lhe desse a chance de escolher o tipo de trabalho que gostaria de fazer: optariam pela “lavra própria”. Segundo consta no relatório, essa teria sido a resposta de todos os “indígenas” nas regiões de S. Salvador, Quimbele, Buela e Madimba submetidos ao recenseamento nos primeiros meses de 1957. Em outras regiões, o “trabalho por conta alheia” fora escolhido apenas pelos “artífices” (alfaiates, sapateiros, pedreiros, carpinteiros etc.) e “criados” (contratados para o serviço doméstico). Dos 14.476 que declararam querer trabalhar por conta alheia, 10.000 eram artífices e, portanto, considerados “dentro de sua própria profissão”. Essa constatação seria, aos olhos de Felgas, um grande problema por só restarem 4.476 “indígenas” candidatos aos contratos para o serviço agrícola, número muito inferior aos 20.000 (vinte mil) correspondente à demanda das fazendas de café.

Para Felgas, governador do Distrito do Congo, a possibilidade de escolha do trabalho por parte dos africanos teria graves repercussões para a economia local, sendo “muito cedo para se instituir em Angola o trabalho livre” (FELGAS, 1957, fls. 21). O recenseamento, promovido pela Repartição dos Negócios Indígenas, tinha levado a “resistências e fugas por parte dos “indígenas” nas regiões onde todos ou quase todos declararam escolher o trabalho por conta própria” (FELGAS, 1957, fls. 23). Essa era a constatação de um funcionário cuja orientação se dava a favor dos interesses dos grandes proprietários de terra, que estivera posicionado nas esferas da política local, na tentativa de negociar as decisões impostas pela metrópole, por meio daquela Repartição.

Conforme o Relatório, o “indígena” era visto como sujeito sob a tutela do Estado, entidade que se responsabilizava pela melhoria de suas condições de vida e proteção contra maus tratos. Por outro lado, os 80.000 indígenas do Norte, do chamado Congo português, eram classificados por Felgas como “sem vontade”, “sem necessidade de trabalhar”, com uma “mentalidade atrasada” e uma “tendência atávico-biológica para a inação”. Tais representações se contrapunham à imagem que se tinha dos 5.000 “europeus”, proprietários de grandes terras, percebidos como “civilizados”, e “responsáveis” pelo motor de uma economia “moderna” e rentável, baseada

na agricultura. Na interpretação de Felgas, não haveria economia moderna que se pudesse aguentar com uma agricultura de lavra própria, africana:

(...) Suponhamos, porém, que todos vão cultivar o seu hectare de terreno. Economicamente será preferível essa situação à actual? Qual será a situação das indústrias já montadas no Distrito, das Fazendas onde se investiram milhares de contos? Haverá algum país que possa viver e progredir dispondo apenas de unidades econômicas tão débeis como as que resultarão da produção de 1 hectare de terreno?

Mas suponhamos que o rendimento econômico de 80.000 lavras indígenas de 1 hectare cada, é comparável ao actual rendimento (sobre o qual se tem vindo a basear a economia de toda a Angola). Que acontecerá aos 5.000 europeus que vivem no Congo? Terão que sair e o Congo ficará como há 400 anos ou pior ainda. E será esta a política que desejamos seguir? Ou não será a de fomentar ao máximo o povoamento europeu, condição indispensável à nossa sobrevivência? (FELGAS, 1957, fls. 20).

Ao considerar a flexibilização das relações de trabalho dos africanos e a concessão de alternativas para o exercício das atividades laborais, entendia-se que a “agricultura” entraria em decadência, como mostra o trecho que se segue:

A Direção dos Negócios Indígenas, pela sua nota no. 534, mandou então as autoridades administrativas mandar concentrar os indígenas que haviam declarado querer trabalhar por conta alheia. Elas assim fizeram. Simplesmente nesta altura já nenhum indígena queria trabalhar de conta alheia. Assim, no Alto Cauale, nem um só indígena compareceu. E os do Puri e da Damba foram forçados a fazê-lo. Mas mesmo assim, quando lhes disse (de acordo com as instruções do Sr. Diretor dos Negócios Indígenas) para escolherem um dos vários patrões presentes, negaram-se a fazê-lo e começaram fugindo logo que se procurou distribuí-los pelos patrões (FELGAS, s/d, fls. 24).

A partir de 1956, Felgas passou a ocupar o cargo de governador regional. E, como tal, escreve o relatório de 1957, mostrando tanto a chegada das orientações da Repartição de Negócios Indígenas (em sua missão de proteção dos “indígenas”) como os atropelos dos funcionários da administração em seu cotidiano de gestão na promoção da “política indígena”. A tão sonhada integração do africano aos desígnios coloniais

– uma das funções do Estado – era assegurada pela “moral civilizadora”, como descreve o autor:

Como consegue a Junta do Café que os agricultores indígenas tratem as suas lavras? Multando-os por intermédio da autoridade administrativa. Isto é, forçando-os para o bem deles.

Como conseguem os Serviços de Saúde que as indígenas grávidas vão ter os filhos à maternidade? Prendendo aquelas que os tiveram nas sanzalas e obrigando-as a trabalhar na maternidade. Isto é, forçando-as para o bem delas.

No estado de atraso em que o indígena está, se se lhe não dá apoio, ele retrogradará em vez de progredir. E este apoio é a persuasão firme da autoridade.

Tornar o trabalho absolutamente livre sem se ter primeiro criado no indígena a vontade e a necessidade de trabalhar é caminhar para o insucesso (FELGAS, 1957, fls. 17).

Assim, como vemos, a liberdade de escolha colocava em xeque não apenas a política de assimilação pelo trabalho, uma concepção já antiga, mas também a própria existência de um governo em Angola, que se fixaria de forma temporária até que a assimilação fosse cumprida. No dizer de Felgas, “A atuação do Governo é uma consequência do estado de atraso dos indígenas e cessará logo que a mentalidade destes evolua” (1957, fls. 26).

Foi a “serviço” do seu país e desse Estado colonial que Hélio Felgas propôs o “trabalho orientado” como solução intermediária e a “única fórmula evolutiva que pode satisfazer a transição entre o trabalho obrigatório e o trabalho livre” (FELGAS, 1957, fls. 12). Em sua interpretação, a obrigação para o trabalho poderia ser mantida desde que se estabelecessem “direitos mínimos” (como contratos menores, de 1 ano, salários melhores, fiscalização das terras na ausência do trabalhador, opção pela escolha do patrão) que reduzissem os abusos e maus tratos aos trabalhadores, cumprindo assim as orientações de relações de trabalho “mais dignas”. Na proposta daquele governador, mantinha-se o trabalho compulsório com uma nova roupagem que atenderia às necessidades de mão de obra por parte dos patrões, tendo em vista o controle da organização da força de trabalho: “O princípio a manter é o de o Estado conduzir os indígenas ao trabalho em geral e não a um determinado patrão em particular; e isto somente enquanto existe resistência ao voluntariado sem outra justificação que não seja o propósito da vadiagem” (FELGAS, 1957, fls. 25).

Situado entre dois principais grupos da sociedade colonial – os *africanos* e os *colonos* –, como representante do governo colonial regional, Felgas se propunha a negociar e modificar os termos dos documentos jurídicos a favor dos interesses do segundo grupo. A proximidade com os ideais de setores da economia local conectava o funcionário de Estado aos colonos brancos que, em finais dos anos 1950, se mobilizaram para obter participação política nas decisões metropolitanas metropolitanas (KEESE, 2003; PIMENTA, 2014). Os (KEESE, 2003; PIMENTA, 2014). Os padrões se organizaram nos grupos pivôs de uma reforma desejada, progressista, pautada por ideais humanitários e lusotropicalistas.

Hélio Felgas foi considerado por Alexander Keese (2003) como um funcionário colonial da camada média que teria mostrado como a retórica lusotropicalista de igualdade entre “raças” foi passada à prática, tendo se colocado como um dos principais personagens das reformas que reorientaram a política colonial metropolitana do início da década de 1960, em uma direção progressista. No entanto, considerando-se a narrativa como parte dos processos políticos locais, enquadrados em cenários micro e macro e com profundidade histórica, a análise de tais argumentos “liberais” deve chamar a atenção para a complexidade daquele quadro, mostrando, por exemplo, a simultaneidade da “defesa de direitos dos trabalhadores” e manutenção de práticas de dominação e tutela.

De um modo geral, as representações de africanos inferiorizados, os ideais de assimilação e civilização, a crença de que o Estado em Angola estaria a serviço de um modelo econômico estrangeiro à realidade e aos interesses das populações locais são pressupostos que transparecem na escrita do governador regional Hélio Felgas, em sua associação com grupos locais, detentores de poder econômico e político. No seu Relatório, nos deparamos com instrumentos, processos e agências que configuraram condições favoráveis a práticas de dominação, fortalecidos por discursos veiculando ideais de humanidade e igualdade que não seriam novidade nos anos 1950, mas já enraizados na vida social há muitas décadas.

COTIDIANOS DA DESIGUALDADE: À GUIA DE CONCLUSÃO

A gestão das condições de trabalho em Angola colonial nos coloca diante de um conjunto de reflexões sobre os direitos sociais e os legados das estruturas de desigualdade criadas no contexto de expansão europeia. No século XX, como vimos a partir das leis e de seus usos, pressões de diferentes naturezas conformaram um sistema de dominação arraigado a

uma estrutura marcada por profundas desigualdades sociais. Muito embora rupturas tenham sido propostas ao longo de certos períodos – do *trabalho escravo* para o *trabalho compulsório*, até se abrir a possibilidade para o que se chamou de *trabalho voluntário e livre*, ou seja, um sistema no qual o trabalhador africano escolhesse a opção desejada –, as normatizações estabeleceram diferenciações, de cunho “racial” e cultural, que serviram como fundamento para que os modelos de organização do trabalho não abrissem espaço para a participação política das sociedades africanas. As propostas de diferenciação baseadas na tutela, isto é, no entendimento da não capacidade desses povos para defenderem seus interesses e imporem suas próprias visões de mundo, podem ser consideradas um dos principais legados de uma ideologia que se instalou em grande parte das relações instituídas nas colônias.

Esta nossa análise leva em conta a variedade de atores e agências envolvidos na gestão das atividades laborais, a partir da Repartição de Negócios Indígenas, do Governo Distrital e de outros administradores locais. Sob esta ótica, colocamos em relevo aspectos do colonialismo que explicitam as condições e características de um fenômeno que marcou as relações entre europeus e africanos.

Em primeiro lugar, consideramos que o regime ditatorial instaurado na metrópole portuguesa, a partir de 1926, se, por um lado, centralizou procedimentos e definiu de forma mais clara as identidades de senhores e escravos nas relações econômicas que se desenhavam no período, por outro lado, reduziu, gradualmente, os espaços de participação política não só dos africanos, mas também de grupos locais que, com seus próprios recursos de poder, se transformaram em atores relevantes nas críticas feitas à política colonial portuguesa, a partir de 1950 (PIMENTA, 2014). Assim, velhas práticas de setores considerados mais tradicionais, ao subjugarem populações locais, procuraram ser mantidas, denotando poderes locais operantes nas relações entre metrópole e colônias.

As configurações sociais limitadas a tempos e espaços específicos contribuem para o entendimento de padrões encontrados na ordem do discurso, como vimos nos documentos jurídicos e administrativos aqui analisados, e que permitem situar socialmente tanto as instruções normativas como os atores e manifestações em defesa das populações locais. Em contraste, e com matizes nos anos 1950, tais ideais em oposição, de “liberdade” e “obrigação”, conviveram e foram transmitidos nas entrelinhas dos documentos, e acionados no cotidiano das relações no âmbito colonial. Como vimos, as

condições de vida das populações negras que a princípio poderiam ser lidas como marcadores de perspectivas mais liberais (KEESE, 2003), estavam, entretanto, inseridas nas disputas por poder e nas necessidades de manutenção de trabalhadores dentro de uma economia altamente hierarquizada, embasadas na grande propriedade de terra.

Em segundo lugar, nos anos 1950, uma intensa transformação se deu a partir da reorganização política posterior à II Guerra Mundial, que reenquadrou a questão do trabalho indígena em outros termos, como sugeriram Babacar Fall (1993) e Frederick Cooper (1996) para os contextos de colonização francesa e inglesa. A expansão do poder da Europa se constituiu com base em outras referências, criando mecanismos reguladores de uma disciplina – pretensamente “acultural” e universal – para o mercado. Esperava-se, assim, transformar os povos não europeus em classes trabalhadoras respeitáveis (COOPER, 2000, p. 115-116).

Quando em 1961 o Estatuto do Indigenato foi abolido e as diferenças de não assimilados deixaram de existir nos documentos legais promulgados para o império português, a organização do trabalho nas colônias já se encontrava em uma nova fase, mantendo-se a exploração intensiva de mão de obra sob outros moldes. Muito embora tenham sido rompidos os regulamentos jurídicos que muitas vezes sustentaram o controle e a sanção às pessoas consideradas “indígenas” ou “nativas” – designadas, também, pelo coletivo *indigenato* –, é possível sugerir que o processo de luta entre diferentes indivíduos e grupos, e os usos de instrumentos diversos, dentre eles os legais, tenham mantido estruturas hierarquizadas nas relações de trabalho. Ou seja, nos anos 1950, houve um deslocamento da linguagem sem que, no entanto, se alterassem os lugares sociais de imposição e subjugação do início do século.

Em terceiro lugar, a leitura cuidadosa das narrativas / discursos que envolveram o trabalho indígena ao longo de sua história, nos leva a perceber que os trabalhadores africanos, inseridos em tais estruturas, estavam verdadeiramente longe de alcançar liberdade e autonomia, quanto à escolha de seus modos de sobrevivência (redes, afiliações e laços de sentimentos a que pertencem (CABAÇO, 2012; COOPER, 2000). Nesse sentido, implica considerar uma continuidade nas construções políticas e ideológicas no cotidiano vivido pelos administradores coloniais. Isto nos inspira a pensar nos mecanismos de controle e subordinação que se espalharam no século XX, integrados a um sistema econômico transcontinental, ainda em expansão.

Como sugere José Luis Cabaço (2012), a “cultura do trabalho” como um legado da experiência colonial compõe parte dos processos de expan-

são de valores baseados em relações laborais estruturadas desigualmente. Assim como na reforma jurídica de finais do século XIX, vê-se nos anos 1950 que os movimentos de crítica às práticas de trabalho forçado contribuíram para a construção de discursos universalistas, pautados em normas sociais e políticas dos Estados europeus, organizando formas de autoridade e formas de organização do trabalho aceitáveis apenas pelos Estados considerados “civilizados” (CABAÇO, 2012; COOPER, 2000). A gestão do sistema baseada na exploração, pilhagem e acumulação foi transferida, na década de 1950, para os países periféricos, que herdaram o legado de não considerar as formações econômicas de suas sociedades tradicionais e de reproduzir antigas relações de mando e obediência pautadas por valores de um mercado estrangeiro.

As políticas coloniais de trabalho moldaram estruturas de relações de trabalho e o seu desenvolvimento no pós-colonial, como vemos pelos estudos realizados em Moçambique por Jean Penvenne (1995) e José Luis Cabaço (2012), transformando sociedades agrárias e rurais em trabalhadores pressionados por uma obrigação moral para o trabalho e para empregos urbanos. Como mostrou Alexander Keese (2004), para a África Subsaariana, o trabalho involuntário reabilitou-se na Guiné-Conacri, Senegal e Chade, a partir de modos de organização econômica dirigidos pelo Estado. O trabalho forçado teria, para este autor, atravessado o ponto de viragem das independências e sido reinventado nas sociedades pós-coloniais, possivelmente pelo desaparecimento silencioso do trabalho forçado na época colonial, sem um verdadeiro debate público que atingisse um auditório mais amplo de participantes.

Somam-se a tais variáveis o desemprego e o subemprego massivo existentes nos países do terceiro mundo, e nos africanos em especial. Tem-se aí um fenômeno que instiga pesquisadores, na tentativa de compreensão da história da organização do trabalho na África. Segundo Fall (1993), na África ocidental francesa (Mauritânia, Senegal, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Níger, Burkina Faso, e Benin), houve também uma reversão completa, de falta de mão de obra para uma superabundância, central para a gênese do subdesenvolvimento dos países. Nesse contexto, o trabalho assalariado, livre, seria uma nova forma de exploração da força de trabalho, efeito do processo histórico, e configurado pelas políticas coloniais anteriores, fazendo emergir uma força de trabalho desvinculada da comunidade doméstica de auto subsistência. A liberalização pode ser lida, nesses termos, como uma bandeira das metrópoles, proclamada pelas administrações locais em sua missão de “elevar as raças à civilização” (retórica paternalista do discurso

colonial) e, simultaneamente, garantir mercados para seus interesses econômicos e políticos.

O Estado, tendo sido – e ainda continua sendo – o ator central dos processos aqui observados, marcados pela gestão de populações e territórios se torna, ao mesmo tempo, *locus* de observação a partir do qual se identificam procedimentos (leis, relatórios, recenseamentos, mediações), agências (repartições, chefias, funcionários) e representações que afetam indivíduos e grupos locais, seus sentidos de trabalho e seu lugar de participação política.

NOTAS

1 A Secretaria dos Negócios Indígenas de 1913 foi criada para tratar dos assuntos “indígenas” (trabalho, justiça, serviço militar, impostos e outros) na sequência da legislação laboral de 1899, tendo sido ligada às propostas elaboradas por Antonio Ennes, considerado um dos pais da moderna política colonial portuguesa (DUFFY, 1959, p. 121). Macagno (2001) sugere que as reformas trabalhistas de Ennes emergiram na nova configuração política, após a abolição da escravatura e no auge das economias de *plantation*. Naquele contexto, se defendiam, ao mesmo tempo, os mercados e os usos e costumes dos “indígenas” (MACAGNO, 2001, p. 69).

2 Regulamento do Trabalho dos Indígenas, Decreto de 09/11/1899, cuja aplicação era válida em todas as colônias portuguesas.

3 Regulamento para os contratos de serviçais e colonos nas províncias da África portuguesa, Decreto de 21/11/1878.

4 Ano de criação do Código Civil, pelo Decreto de 18/11/1869.

5 Regimento da Administração da Justiça nas Colônias, Decreto de 20/02/1894. A “vadiagem” foi uma prática considerada, ilegal reconhecida pela ausência de trabalho por um período superior a 15 dias. Segundo a primeira legislação laboral, de 1878, assinada por Tomas Ribeiro (JERÓNIMO, 2009, p. 73), tal prática era passível de punição na forma de prestação obrigatória dos serviços do “indígena”. Para outros comportamentos indesejáveis passíveis de punição, ver Martinez, 2008, p. 71.

6 A obrigação ao trabalho teve fortes relações com a cobrança do imposto de cubata, que impunha às sociedades até então distantes da economia e governos estrangeiros a obtenção de recursos para o seu pagamento (VOS, 2007, p. 239).

7 “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique”, Decreto número 12.533, de 23/10/1926. “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colônias portuguesas de África”, Decreto número 16.473, de 6/02/1929.

8 Código de Trabalho Indígena. Decreto 16.199 de 06 de dezembro de 1928.

9 Art. 3º. Do Estatuto de 1926 e Art. 2º do Estatuto de 1929.

10 Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colônias portuguesas de África, Decreto no. 16.473, de 6/02/1929.

11 Estatuto do Indigenato. Decreto-Lei 39.666, de 20/05/1954.

12 Código de Trabalho Rural. Decreto-Lei 44.309, de 27/04/1962.

13 Refiro-me a um relatório de 32 páginas, dividido em duas partes: “Ordem Pública e Tranquilidade Social” (1-9) e “O problema da mão d’obra no Congo” (10-32). As páginas não estão numeradas e há indícios de tratar-se de um texto integrante de um documento maior, pela ausência de indicações que introduzam o assunto. A cópia foi obtida por intermédio de um ex-administrador que atuou no norte de Angola, no período poste-

rior a Felgas, e que foi entrevistado pela autora, quando da realização de pesquisa em 2010, em Lisboa. Trata-se de um documento que, além do tema “trabalho indígena”, aborda questões sobre a fronteira de Angola e Congo Belga, em especial no que se refere ao fluxo de trabalhadores (fugas) para território vizinho, e às organizações religiosas que resistiam à política colonial. O relatório é dirigido ao Governo Geral de Angola.

14 Esse foi um dos principais assuntos pesquisados pelo professor Joaquim da Silva Cunha, especialista em Direito Indígena, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, ISEU. Para saber mais sobre as propostas de interpretação de Silva Cunha acerca de tais movimentos, ver Gallo, 1988. Sobre as definições e revisões conceituais do trabalho indígena naquele período, ver Silva Cunha, 1949.

15 Trata-se de um texto produzido pela Direção dos Negócios Indígenas, aprovado por despacho do Governador Geral de Angola, em 14 de Maio de 1956, destinado aos Agentes do Curador. O documento legal, sob o título: “Instruções para a escolha de trabalho de conta própria ou por conta alheia a fazer pelos indígenas na ocasião do recenseamento para a Taxa Pessoal Anual” estava referido ao artigo 4º do Código de Trabalho de 1928.

16 Valdemir Zamparoni, ao analisar a rejeição dos indivíduos para se oferecerem ao trabalho nos terrenos cultivados dos colonos, as *machambas* de Moçambique, também revela as preocupações da Associação de Lojistas com a “nova” legislação de 1928, que representaria a “ruína da agricultura colonial” (ZAMPARONI, 1998, p. 97-98).

17 Para saber mais sobre a organização do trabalho nas sociedades africanas e suas divisões de gênero, ver Zamparoni, 1999.

- BIBLIOGRAFIA** ABRANTES, Carla, Susana. “Narrativas para a gestão de Angola: o “índigena” como objeto de estudo no ensino superior, 1950-1960” In: Pantoja, S. & Thompson, E. (org.) *Em torno de Angola: narrativas, identidades e conexões atlânticas*. Lisboa, Intermeios/PPGDSCI, 2014a.
- ABRANTES, Carla, Susana. Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950. *Anuário Antropológico*, v. 39, n. 1, p. 195–218, 2014b.
- BENDER, Gerald. *Angola under the portuguese: The myth and the reality*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1978.
- CABAÇO, José Luis. Trabalho, colonialismo e pós-colonialismo em Moçambique. In: *Os Outros da colonização*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p. 155–170.
- COOPER, Frederick. *Decolonization and African society. The Labor Question in French and British Africa*. Great Britain: Cambridge University Press, 1996.
- COOPER, Frederick. Conditions analogous to slavery. In: COOPER, F.; HOLT, T. C.; SCOTT, R. J. (Eds.). *Beyond slavery: explorations of race, labor and citizenship in postemancipation societies*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2000.
- COOPER, Frederick; STOLER, Ana, Laura. (eds.). *Tensions of empire: colonial cultures in a bourgeois world*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1997.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. Le temps des colonies. Le pillage de l’Afrique Noire. In: *Collections*. Avril 2001. Disponível in: www.histoire.presse.fr/collections/le-temps-des-colonies/le-pillage-de-l-afrique-noire-05-04-2001-10208. Acesso em 03/03/2015.
- DIRKS, Nicolas. The crimes of colonialism: Anthropology and the textualization of India. In: SALEMINK, O.; PELS, P. (Eds.). *Colonial Subjects. Essays in the Practical History of Anthropology*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000.
- DUFFY, James. *Portuguese Africa*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, Oxford University Press, 1959.
- FALL, Babacar. *Le travail forcé en Afrique-Occidentale française (1900-1946)*. Paris: Édition Karthala, 1993.
- FALL, Babacar. *Le travail au Sénégal au XXème siècle*. Paris: Karthala, 2011.
- FELGAS, Hélio. *Ordem pública e tranqüilidade social*. S./ed. 1957.
- GALLO, Donato. *Antropologia e colonialismo: o saber português*. Lisboa: Edição ER - 0 Heptágono, 1988.
- GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986.

JERÓNIMO, Miguel. *Livros brancos, almas negras: a 'missão civilizadora' do colonialismo português c. 1870-1930*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

KEESE, Alexander. "Proteger os pretos": havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África tropical (1926-1961)? *Africana Studia*, v. 6, n. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 97-125, 2003.

FALL, Babacar. Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política 'tradicional' e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola), 1957-1961. *Africana Studia*, v. 7, p. 247-276, 2004.

LIMA, Antônio Carlos de Sousa. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Antônio Carlos de Sousa. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. In: *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2007.

MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação dos 'usos e costumes': Antonio Enes e a 'Geração de 95'. In: *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2001.

MARTINEZ, Esméralda, Sanchez. O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa: o caso de Moçambique (1899-1926). Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008.

MENESES, Maria Paula. O indígena africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais. In: *E-Cadernos*, CES, 2010. 7. ed. p. 68-93.

NASCIMENTO, Augusto. Escravatura, Trabalho forçado e contrato em São Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral. *Africana Studia*, v. 7, p. 183-217, 2004.

NASCIMENTO, Augusto. As fronteiras da nação e das raças em São Tomé e Príncipe. São-tomenses, Europeus e Angolas nos primeiros decênios de Novecentos. In: *Varia Historia*. Dossiê: Nações, comércio e trabalho na África Atlântica. Disponível em: <http://dx.doi.org/101590/S0104-87752013000300005>. Acesso: 05/03/2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *'O nosso governo': os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo; Brasília: Marco Zero; MCT/CNPS, 1988.

PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas 1845-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PENVENNE, Jean. *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth; Johannesburg; London: Heinemann; Witwatersrand University Press; James Currey, 1995.

PIMENTA, Fernando. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). *História (São Paulo)*, v. 33, n. 2, p. 250–272, 2014.

SIGAUD, Ligia. Law and the Social World: An Ethnographic and Historical Approach. *Vibrant*, v. 6, n. 1, p. 198–207, 2009.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português*. Lisboa: Edições Almedina, 2009.

SILVA CUNHA, Joaquim. *O trabalho indígena: estudo de direito colonial*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949.

STOLER, Ana, Laura. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2009.

THOMAS, Nicholas. *Colonialism's culture: Anthropology, travel and government*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

ZAMPARONI, Valdemir. *Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890- c.1940*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

ZAMPARONI, Valdemir. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, C. 1900-1940. *Afro-Ásia*, v. 23, p. 145–172, 1999.

Palavras-chave:

**colonialismo português,
trabalho, leis, administração
colonial, agentes coloniais.**

Resumo

A partir de um relatório de governo da região norte de Angola escrito em 1957 delinea-se, neste artigo, uma reflexão sobre as transformações na regulamentação do trabalho indígena no contexto colonial português. Em um cenário de forte pressão anticolonial e resistências locais, as leis e o cotidiano de gestão do trabalho dos indígenas permitem tecer considerações sobre os limites do trabalho livre e as condições para a centralidade do Estado como espaço de representações e agências que afetam indivíduos e grupos locais, seus sentidos de trabalho e seu lugar de participação política.

Keywords:

**Portuguese
colonialism, Labor, Law,
Colonial administration,
Colonial agency.**

Abstract

From a government report written in 1957 in the north of Angola, this article reflects upon the transformations in the labor system in the Portuguese colonial context. Considering the high anticolonial pressure and local resistance, we present the laws and relations in the local administration of indigenous work which allows us to question the limits of free labor and the conditions for centrality of the State as a space of representation and agency that affect individuals and local groups, their senses of labor and political participation.

Recebido para publicação em maio/2015. Aceito em agosto/2015.

// Artigos

Sujeito, ação coletiva e mobilização: a brinquedoteca hospitalar e o direito ao brincar

Bruna Alves Lopes

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, estado do Paraná (UEPG) e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, sendo bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no decorrer da realização do mestrado. Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas, na mesma instituição de ensino.

Endereço eletrônico: bruna.hist.uepg@gmail.com

Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, estado do Paraná (UEPG). Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP (1996). Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas-SP (UNICAMP, 2003). Docente do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenador do grupo de estudos “Esporte, Lazer e Sociedade” e do Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescente (NEPIA).

Endereço eletrônico: constantino@uepg.br

Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, estado do Paraná (UEPG). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 1993). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 2003). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA).

Endereço eletrônico: solangebarros@brturbo.com.br

INTRODUÇÃO

Lima Barreto escreveu, em seu conto “Um músico extraordinário”, que a infância não seria uma fase da vida nem melhor nem pior que as outras. Para o escritor, o que tornaria a infância tão encantadora aos nossos olhos de adultos é que, nessa fase da vida, “[...] nossa capacidade de sonho é maior e mais força temos de identificar os nossos sonhos com a nossa vida” (BARRETO, 2001, p. 158).

Essa capacidade de sonhar na infância está relacionada com a ação do brincar caracterizada como uma experiência criativa, espontânea e, por isso, terapêutica por si própria (MEDRANO, 2004).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu art. 16, reconhece o brincar como um direito de liberdade. Entretanto, mesmo com esse reconhecimento legal, a ação do brincar encontra alguns empecilhos: às vezes, por questões culturais, que desvalorizam os significados de tais atividades, fazendo com que o tempo que, supostamente destinado às brincadeiras, passe a ser preenchido com outras atividades consideradas por muitos como mais apropriadas para as crianças (como infinitas aulas – de idiomas, música, informática, balé, etc.).

Em outros momentos, a falta de brinquedos e a perda de espaços que outrora eram utilizados para as brincadeiras (campinhos ou terrenos baldios, praças, ruas, entre outros) acabam se tornando obstáculos entre crianças, ou adolescentes, e as atividades lúdicas. Há, também, as limitações impostas quando, por causa de algum acidente ou enfermidade, a hospitalização se faz necessária.

Uma das alternativas criadas, em diversos países – Portugal, Espanha, EUA, Brasil, entre outros – foi a elaboração das chamadas brinquedotecas.¹ Fortuna (2011) caracteriza tais espaços como ambientes que estimulam o livre brincar, além de ser um instrumento de acesso ao patrimônio lúdico. Complementando essa visão, Lourenço, Santa e Abecasis (2011) compreendem as brinquedotecas como espaços privilegiados para a defesa do direito ao brincar.

A brinquedoteca instalada na Escola de Indianópolis, na década de 1980, é apontada como sendo a primeira brinquedoteca brasileira; isso porque sua prioridade não estava no empréstimo do brinquedo, mas no brincar.² Foi administrada por voluntários, e a aquisição / manutenção do acervo era bancada por voluntários e pela ajuda de alguns fabricantes (CUNHA, 1992).

Atualmente, podemos encontrar brinquedotecas em diversas instituições, como universidades, escolas, centros comunitários, bibliotecas, entre

outros; sendo que em cada ambiente a brinquedoteca ganha características específicas, embora preserve sua principal qualidade: a valorização do brincar.

No contexto hospitalar, a implantação e o funcionamento de uma brinquedoteca, além de possibilitar às crianças e aos adolescentes o contato com materiais e atividades lúdicas e recreativas, caracterizam-se como agente de humanização, constituindo-se, também, como um espaço terapêutico.

Ao estudar as brinquedotecas inseridas no ambiente hospitalar, Paula (2008) as define como:

[...] um espaço de promoção das interações entre as crianças e os adolescentes, possibilita momentos de lazer, socialização com parceiros de idades variadas, resgate da autoestima, da alegria e da vontade de viver. Como atividade terapêutica no hospital, também permite às crianças, aos adolescentes e a seus familiares ou acompanhantes, descobrirem o papel da ludicidade no ambiente hospitalar. Quanto às aprendizagens geradas, as brinquedotecas promovem: a descoberta de diferentes atividades e, relacionamento das crianças com brinquedos diversos (dos mais artesanais até os industrializados), a partilha de brinquedos, desenvolvimento de hábitos de cooperação e responsabilidade sobre os brinquedos. As brinquedotecas também são caracterizadas por espaços de construção da cidadania, uma vez que trabalham com a preservação do acervo dos brinquedos como bens públicos (p. 3).

Assim, esses espaços lúdicos passaram a ser obrigatórios para todos os hospitais com atendimento pediátrico e que possuam regime de internação, conforme está escrito na Lei Federal de nº 11.104/2005, de autoria da deputada estadual (São Paulo) Luiza Erundina.

Alguns meses após a aprovação da referida lei, parlamentares, pesquisadores e profissionais envolvidos com brinquedotecas participaram do *Seminário Nacional Brinquedoteca: a importância do brinquedo na saúde e na educação*, realizado no Senado Federal e organizado pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, no dia 10 de agosto de 2005.

A partir das categorias “sujeito”, “ação coletiva” e “mobilização”, procuramos, neste artigo, desvendar quem são os atores envolvidos no processo que resultou na aprovação da lei, incluindo-se a mobilização (ou não) para a efetivação do mesmo.

Para tanto, a metodologia utilizada é a da Análise de Discurso, entendida por Orlandi (1994) como um ato social que produz sentido entre

os interlocutores, sendo então importante ao analista verificar as condições históricas e sociais em que os enunciados são produzidos, ou, em outras palavras, as condições de produção e de recepção textual. Compreender o discurso a partir da constituição dos sujeitos e da produção dos sentidos se faz necessária porque “[...] não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (p. 54).

O referencial teórico utilizado neste trabalho está embasado nas discussões levantadas por Fortuna (2011), Paula (2008), Lourenço, Santos e Abecasis (2011) e Kishimoto (2011) com relação ao significado e ao papel das brinquedotecas.

SUJEITO, AÇÃO COLETIVA E MOBILIZAÇÃO: ALGUMAS DEFINIÇÕES

O que é o sujeito e qual a sua participação nos processos de mudanças históricas e sociais? A resposta dependerá da visão de mundo de cada autor. Para alguns, o sujeito pouco (ou nada) influencia nas transformações que acontecem constantemente no mundo, visto que não passam de pequenos pontos de luz na escuridão.

Por sua vez, na década de 1990, Wanderley (1992) já nos lembrava da importância analítica da categoria “sujeito” para as pesquisas e estudos da construção social, nos processos históricos, entre outros. O autor discute o conceito de “sujeito” a partir da rejeição do termo “ator”. Na sua interpretação, sujeito é “aquele que faz a ação” ou o “[...] construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade [...] aquele que desempenha um papel dentro de um texto, no palco ou na tela” (WANDERLEY, 1992, p. 142). Nessa perspectiva, o ator é passivo, pois realiza apenas um papel previamente determinado.

Se é verdade que durante muito tempo o ator foi qualificado como passivo, ou como aquele que simplesmente segue as orientações de um texto ou de um diretor, Bond (2010) nos lembra que as teorias contemporâneas do teatro tendem a enxergar no ator um sujeito no processo de criação. Segundo ele, “[...] o ator passa a ter um discurso autoral, seja de maneira mais explícita, em processos colaborativos, seja na medida em que atualiza permanentemente o discurso do outro, através de palavras, ações e relações” (s/p).

Touraine (2007) apresenta o indivíduo, o sujeito e o ator como diferentes níveis de consciência e de engajamento. Em suas palavras, “[...] o sujeito é o desejo do indivíduo de ser um ator” (TOURAINÉ, 1998, p. 73); busca construir-se, escrevendo, ele próprio, sua história. Sob essa ótica, o

sujeito é apresentado como um ser construído a partir da alteridade, sendo engajado e combatente.

Ao rejeitar aquilo que denomina como “o discurso da vitimização”, Touraine acredita que, embora nem todos tenham a consciência clara de ser um sujeito, cada indivíduo carrega em si “as marcas do sujeito”. Podemos reconhecer essas marcas “[...] da mesma forma como outros reconheceram em cada indivíduo a presença de uma ‘alma’ ou o direito de ser cidadão” (TOURAINÉ, 2007, p. 129). Entre as marcas que diferenciariam o sujeito do indivíduo, estaria o engajamento contra tudo o que aprisiona a consciência de ser um portador de direitos e o reconhecimento do outro. Por isso, uma das características do sujeito é o “voltar-se para si”:

Só nos tornamos plenamente sujeitos, quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos – como seres individualizados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido a nossa existência (TOURAINÉ, 2007, p. 123).

Segundo Touraine, para tornar-se sujeito, o indivíduo deverá combater tanto o comunitarismo – que através de suas leis, códigos e culturas acorrentaria o sujeito às normas estabelecidas – quanto a massificação do mercado. Assim, o sujeito é caracterizado como aquele que entra em conflito com outros que buscam negar seus direitos “[...] é uma testemunha da liberdade e não um moralista; menos ainda um moralizador e um defensor das normas e dos valores dominantes” (TOURAINÉ, 1998, p. 95), pois o sujeito busca mudar o meio no qual vive e não apenas reproduzi-lo.

Já na visão de Veronese e Lacerda (2011), é praticamente impossível sermos sujeitos o tempo todo, pois o próprio convívio social faz com que as pessoas façam concessões para que o convívio em sociedade seja possível.

Ao analisarem a complexa relação entre sujeito e indivíduo na obra de Touraine, esses autores afirmam que “[...] o indivíduo representa uma plataforma de manifestação do sujeito, assim como o sujeito garante maior ou menor espaço de atuação do indivíduo” (VERONESE e LACERDA, 2011, p. 422), isso porque, segundo eles, as lutas e demandas colocadas pelos sujeitos quando alcançadas transformam-se em direitos adquiridos para os indivíduos, pois estes não podem abarcar as especificidades de cada um. Assim, argumentam, se esses direitos não existissem, dificilmente haveria espaços para que o sujeito existente no indivíduo pudesse se manifestar.

Gadea e Sherer-Warren, ao estudarem a obra de Touraine e suas contribuições para a compreensão da América Latina, apontam o diálogo estabelecido entre as noções de *democracia* e *sujeito* na obra do sociólogo. Para esses autores, as garantias institucionais e formais não seriam o bastante para a efetivação da democracia; daí, considerarem importante a criação de espaços que garantam a participação e o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo (2005, p. 41). E argumentam:

Portanto, a democracia tem que ser pensada para além de sua institucionalidade: tem que ser pensada como uma das dimensões da constituição do sujeito em ator social – sempre se levando em conta o cenário histórico, isto é, examinando se vivemos a emergência de um novo tipo de sociedade, com a definição de novos problemas, novos conflitos, e, portanto, novos atores (*idem*, p. 43).

Cabe ressaltar que pensar a democracia para além da institucionalidade não significa obliterar a importância das proteções institucionais, e sim “[...] substituir a antiga ideia de democracia, definida como participação na vontade geral, pela ideia nova de instituições a serviço da liberdade do sujeito e da comunicação entre sujeitos” (TOURAINÉ, 1998, p. 24).

Nessa perspectiva, para ‘vivermos juntos’, é necessário que, ao mesmo tempo em que respeitamos regras universais estabelecidas no direito, haja também espaço para a singularidade e para o pluralismo. O sujeito se encontra, pois, numa luta constante e, nessa tensão, ele alimentará seu desejo de ser ator e, conseqüentemente, orientará suas ações.

Se emancipação, alteridade e conflito são elementos essenciais para o despertar do sujeito existente no indivíduo, cabe aqui destacarmos que o sujeito não pode ser considerado como alheio aos problemas existentes no mundo; ao contrário, não há sujeito que não sofra com a desgraça do outro, não há sujeito que “[...] não mobilize princípios universais contra todas as formas de ordem e de poder” (TOURAINÉ, 2009, p. 248).

A grande questão de Touraine é resolver o impasse entre as identidades comunitárias e a economia globalizada, considerando que o indivíduo emerge desse duplo combate, ao rejeitar e negar a ideia de ser membro fiel de uma determinada comunidade ou aceitar a etiqueta de consumidor. Assim, ‘voltar-se para si’ não pode ser compreendido como busca de individualismo puro, estimulado pela sociedade de consumo. O sujeito não é uma árvore sem raiz. Ele é ação, é um trabalho que nunca coincide com a experiência individual. A experiência a que ele se refere é a coletiva, o aprendizado a partir do coletivo (GOHN, 2006, p. 9).

Nesse sentido, Touraine apresenta a noção de *ação coletiva* como um meio de assegurar as defesas institucionais do sujeito; ou, em outras palavras, como meio de garantir a existência tanto do indivíduo como do coletivo. Para Touraine, o sujeito inscreve “[...] a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais” (1998, p. 75). Por esse motivo, o autor dedica, em sua obra, atenção especial aos movimentos sociais.

Ao falar dos movimentos sociais na América Latina e dos estudos acerca da temática, Gohn (2009) nos informa que, ali, a categoria ‘mobilização social’ tem despertado o interesse daqueles que se dedicam a analisar movimentos e ações coletivas. Em trabalho anterior (2008), o autor define mobilização social como “[...] um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas” (p. 448). Colaborando com essa visão, Lança (2002) descreve a mobilização como uma dinâmica social em que ocorre a transição das ações pontuais e individuais para a ação coletiva, seja ela social ou política. Na interpretação de Gohn (2008), a categoria “mobilização” obteve pouca visibilidade no pensamento social do século XIX, vindo a ganhar notoriedade por volta do ano 2000.

Bobbio afirma que o termo “mobilização” emerge da linguagem militar, significando “[...] o processo pelo qual toda a população de um Estado se prepara para enfrentar uma guerra” (1998, p. 765). O autor distingue duas maneiras de mobilização: a mobilização política – compreendida como uma ação hierarquizada, imposta do alto pelas organizações políticas e outros meios de organização; e a mobilização social, apresentada como “[...] a passagem de um tipo de comportamento para outro” (*idem, ibidem*). Segundo ele, a mobilização social possui três fases: “[...] ruptura dos modelos de comportamento, isolamento e disponibilidade, indução de novos padrões de comportamento e sua aceitação e interiorização” (*idem, ibidem*).

O DIREITO AO BRINCAR E AS BRINQUEDOTECAS COMO ESPAÇOS DE EFETIVAÇÃO DESSE DIREITO

Rabenhorst (2001) afirma que a palavra “direito”, em sua origem, significa aquilo que é reto, correto ou justo, se opondo a tudo o que é torto, avesso ou injusto. O autor também relaciona o termo ‘direito’ com a noção de ‘débito’. Dessa forma, argumenta que quando falamos em direito, em primeiro lugar falamos do desejo e da necessidade que temos de viver em um mundo justo, ressaltando que direitos não são favores, súplicas ou gentilezas; ou seja, não se pede ou ganha um direito; trata-se, respectivamente, de reivindicação e conquista.

As discussões – e as conquistas obtidas – realizadas no campo jurídico nas décadas de 1980 e 90, no Brasil, em torno da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, foram essenciais para a elaboração de uma nova maneira da sociedade brasileira compreender e se relacionar com suas crianças.

Becker (2010) comenta que os anos 1970-1990 foram marcados, no Brasil, por intensas lutas e reivindicações. Assinala, nesse período: as lutas pela redemocratização do país, a reorganização dos movimentos sociais, o surgimento das organizações não governamentais (ONGs), além do crescimento da imprensa alternativa, tornando visíveis temas até então marginalizados. Assim, em meio à redemocratização política, os movimentos sociais de defesa da criança começam a se organizar e a ganhar visibilidade, colocando em pauta questões até então ignoradas ou pouco discutidas como, por exemplo, o estigma de “menor”, carregado pela criança e pelo adolescente, durante todo o século XIX e início do XX (PATIÑO, 2009).

Inseridas nesse contexto, e também estimulados pelas discussões que ocorriam no âmbito internacional, algumas medidas vinham sendo tomadas em prol do “direito ao brincar” da criança. Assim, segundo Cunha (1992), “Em 1973, em São Paulo, dois anos após uma exposição de brinquedos pedagógicos, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) implantou um sistema de rodízio de brinquedos nos moldes de uma brinquedoteca circulante” (p. 45). Essa ação, conforme a autora, ajudou a incentivar a curiosidade de pesquisadores e estudantes sobre os efeitos do brincar. Um ano depois, realizou-se o Congresso Internacional de Pediatria, ocasião em que uma equipe de pediatras suecos apresentou um trabalho sobre a importância do brincar para a recuperação da criança hospitalizada e para a preservação de sua saúde mental. Ainda segundo Cunha, o Dr. John Lind³ já conhecia o trabalho realizado na APAE e seu entusiasmo contribuiu para que o Setor de Recursos Pedagógicos (dentro da APAE) fosse mais valorizado (1992, p. 45).

A Escola de Indianópolis implantou, em 1981, aquela que é considerada por todos os estudiosos do tema a primeira brinquedoteca brasileira; isso porque sua prioridade não estava no empréstimo do brinquedo, mas no brincar. Essa brinquedoteca foi administrada por voluntários e a manutenção/aquisição do acervo era bancada pelos voluntários e pela ajuda de alguns fabricantes (CUNHA, 1992, p. 46).⁴

O governo do Estado de São Paulo implantou, em 1984, seis brinquedotecas em escolas públicas. Na ocasião, a empresa de brinquedos *Estrela* doou, para cada uma das escolas que receberiam esses aparelhos, *Kits* contendo 200 brinquedos (KISHIMOTO, 2011).

Nesse cenário de efervescência política, de organização dos movimentos sociais, de discussão e ações em prol da criança e do adolescente, foi aprovada a Constituição Federal de 1988, chamada por muitos de ‘Constituição cidadã’.

A nova Constituição Federal, de acordo com os preceitos de documentos como a Declaração Universal dos direitos das Crianças, reconhece em seu texto a criança como cidadã e sujeito de direito que necessita de proteção integral e políticas específicas e prioritárias de promoção e defesa de seus direitos. Em seu artigo 227, estabelece como *direitos fundamentais* da criança: o direito à dignidade, à educação, à saúde, ao lazer, à alimentação, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à vida, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (FRANCO; BATISTA, 2007).

Cabe ressaltarmos que o reconhecimento da criança como cidadã e sujeito de direito, manifestado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), caracteriza uma grande ruptura com o modelo anteriormente empregado, segundo o qual a criança só existia como ‘menor’ e objeto de intervenção e assistência.

Na interpretação de Corsino (2008), os direitos das crianças estabelecidos pelo ECA resumem-se em três eixos – proteção, provisão e participação –, sendo o brincar um elo de ligação com cada um desses eixos. Franco e Batista afirmam:

O direito de brincar encontra seu fundamento dentro do ordenamento jurídico internacional de forma clara. Na DUDC (1959), no seu princípio 4 ela inova o termo “proteção” que concede à criança o seu direito de brincar. Isso é um avanço significativo, pois na Declaração de Genebra (1924) não era reconhecido este direito, pois apenas elencava os direitos de proteção. A partir da DUDC (1959), o brincar é uma vertente essencial dos chamados direitos de liberdade. Em consonância como o princípio 7 da DUDC (1959), segundo parágrafo, contempla-se o parâmetro de interpretação de todos os direitos da criança que é o princípio do melhor interesse. Este princípio norteia todas as ações dos adultos e responsáveis pela sua educação e orientação. Da interpretação do seu terceiro parágrafo subentende-se o papel relevante atribuído aos *jogos* e as *atividades livres* da criança. O direito de brincar está expressamente destacado no art. 31 da CDC (1989). (2007, p. 1449-1450).

Segundo estas autoras, o direito de brincar, na Constituição de 1988, se depreende da conjugação dos direitos ao lazer, à convivência familiar e à

convivência comunitária, e ao direito ao não trabalho. Em seu Capítulo II, o ECA descreve o brincar como um dos itens referente ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

Reconhecer o direito ao brincar significa compreender que há necessidades que estão além da sobrevivência – como o direito à moradia, à alimentação e à saúde. Para Oliveira (2011), o brincar auxilia a criança na construção do “eu” no diálogo com o outro, ajudando a compreender paradoxos e a se localizar no espaço-tempo, a resolver os problemas que aparecem em seu cotidiano e a exercer a liberdade e a responsabilidade.

Benjamin (2002), ao definir seu conceito de brinquedo – chamando a atenção para a impossibilidade de separar a criança e seu brinquedo da sociedade e da classe social na qual se insere – o percebe como “[...] um mudo diálogo de sinais entre a criança e o povo” (p. 94). Nesse mesmo caminho, Brougère (2000, p. 63) o entende como “[...] uma ‘mídia’ que transmite à criança certos conteúdos simbólicos, imagens e representações produzidas pela sociedade que a cerca.”, argumentando, ainda, que nele é expresso um determinado olhar sobre o mundo, levando em consideração “[...] o destinatário especial, que é a criança” (*idem*, p. 65).

O brinquedo e o brincar só podem ser entendidos quando interpretados a partir de seu contexto histórico e social. Kishimoto (1996) define o brincar como “o lúdico em ação”. Silva, Garcia e Ferrari (1989) apresentam o brincar como uma maneira que o homem sempre utilizou para se relacionar com o coletivo, apesar das transformações do papel tanto da criança como do brincar na sociedade. Tais autoras ressaltam a participação dos adultos na relação das crianças com os brinquedos, e lembram que essa relação não acontece apenas quando o adulto oferece o brinquedo, mas também na criação, fabricação ou mesmo como participante dos jogos e brincadeiras.

Considerando esses elementos – brinquedos e brincadeiras – Fortuna (2011) nos fala em patrimônio lúdico, ressaltando que o acesso a esse patrimônio é um direito que confere um sentido de pertencimento – a um grupo, uma sociedade, uma história – e de responsabilidade com aquilo que pertence a todos os membros dessa comunidade.

Dessa maneira, a brinquedoteca surge como um instrumento que garante o direito ao brincar e o acesso aos brinquedos (entendidos como bens culturais), incentivando a brincadeira e possibilitando o encontro com pessoas de idades variadas.

Medrano (2004) caracteriza o brincar como fala da criança, sendo uma atividade importante para a construção da subjetividade e na relação com os outros. Além disso, argumenta, é uma espécie de espelho no qual

se refletem a história da criança e os efeitos da linguagem sobre elas. Outra característica dessa atividade seria sua capacidade de revelar a saúde da criança que brinca; por isso, mesmo com as limitações associadas ao processo de hospitalização, o brincar infantil continua sendo visto como uma ação importante e que deve ser mantida e estimulada.

O papel atribuído às brinquedotecas dentro dos hospitais é o de ser um espaço que proporciona, através do brincar, a socialização e a educação. Ressalte-se, ainda, a sua função terapêutica, visto que o brincar é encarado como meio de a criança se expressar, portanto, gerador de autoconfiança e de bem-estar emocional.

Assim, as contribuições da psicanálise sobre o papel do brincar para as crianças, e as conquistas ocorridas no campo jurídico contribuíram para transformar, aos poucos, uma determinada imagem da criança, em particular da criança doente. Essa que até pouco tempo era “representada como aquela que não brinca”, passa a ser reconhecida como “sujeito de direito”, sendo o brincar um dos seus direitos. Dessa forma, uma das especificidades da brinquedoteca nos hospitais é anunciar que, independentemente de sua saúde, lhe é garantido o direito de brincar.

A concepção da criança como sujeito de direito aparece de forma direta ou indireta em muitos trabalhos que discutem brinquedotecas hospitalares, como, por exemplo: Fortuna (2008); Paula (2008); Paula e Foltran (2007, 2008); Abrão *et al* (2006); Ângelo e Vieira (2010); Oliveira, Luengo e Barros (2009); Kailer e Mizunuma (2009); Silva e Matos (2009); Villela e Marcos (2009); Medrano (2004).

Apesar de tal concepção ter lugar central na maioria das produções sobre brinquedoteca hospitalar, seguida da noção de criança como ser social e sujeito ativo no seu processo de tratamento, apenas o trabalho de Medrano (2004) problematiza a construção da criança como sujeito de direito. Ali, o autor procura analisar como esse novo entendimento da criança está incorporado nos discursos produzidos sobre brinquedoteca hospitalar e nas mudanças do cotidiano da criança dentro do ambiente hospitalar.

Nos demais trabalhos, embasados nos direitos garantidos pelo Estatuto e na Lei de nº 11.104/2005, o argumento utilizado pelos defensores das brinquedotecas em hospitais está na compreensão de que o brincar é um direito da criança e deve ser garantido. Um exemplo disso é a fala de Silva e Matos (2009, p. 10602), compartilhada por Kailer e Mizunuma (2009), bem como por Pacheco e Bonassi (2010):

O brincar é um direito da criança, direito este amparado em leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal

que, entre outras conquistas importantes, colocam o brincar, ou seja, o lúdico como prioridade e como direito da criança, dever do estado, da família e da sociedade (s/p).

Paula (2008) e Ângelo e Vieira (2010) reforçam esta concepção, e acrescentam que a brinquedoteca também pode ser considerada como espaço de construção da cidadania, porque nesses locais há o trabalho de conscientização da preservação do acervo lúdico como bem público. Nas palavras das autoras:

Ela também é um espaço de formação integral do indivíduo que partilha brinquedos, brincadeiras, aprendem valores, cooperação e respeito ao próximo. Este espaço mostra-se também como uma proposta de educação transformadora, que ensina e colabora na autonomia da criança, promove a aprendizagem e melhora a auto-estima das crianças hospitalizadas. Fica claro que as brinquedotecas hospitalares se mostram com uma proposta de educação que favorece a construção da cidadania, a educação em um contexto distinto e a diversificação do contexto formal de educação (MORAIS e PAULA, 2010, p. 83).

Considerando as discussões levantadas até o momento, podemos compreender porque a não realização do convite ao brincar torna-se motivo de preocupação. Partindo do princípio segundo o qual o brincar é a maneira utilizada pela criança para se expressar, construir sua subjetividade, dialogar com o “eu” e com os demais membros de sua comunidade (seja no presente, seja aprendendo a história do grupo em que se insere) e estabelecer seus laços sociais – conforme nos lembra Medrano (2004) –, negar ou dificultar o acesso da criança a essa ação significa violar seu direito à liberdade, à dignidade e ao convívio com os outros.

SEMINÁRIO NACIONAL BRINQUEDOTECA

a) O CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Fortes (2004), ao falar das políticas públicas de humanização dos serviços de saúde, expõe o fato de que, no âmbito internacional, as discussões sobre humanização começam a ganhar notoriedade por volta da década de 1970. Em nosso país, na interpretação de Rios (2009), a humanização, como

parte de uma política pública de saúde, nasceu dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), pois os princípios deste são de inspiração humanística.

Para Fortes (2004), os direitos garantidos constitucionalmente, assim como as normas e diretrizes específicas da área da saúde, se referem – de modo direto ou indireto – à humanização dos cuidados em saúde. O exemplo citado pelo autor corresponde ao direito que crianças e adolescentes passaram a ter de acompanhamento pelos pais ou responsáveis, em tempo integral, sendo que os estabelecimentos de saúde devem proporcionar as condições necessárias para a permanência desses acompanhantes no respectivo local.

Destacamos, também, nesse contexto, a Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995⁵, que enfatiza a especificidade da criança hospitalizada. Elaborada pela Sociedade Brasileira de Pediatria “[...] esta resolução consta de vinte itens, todos direcionados a proteger a criança e o adolescente hospitalizados, tanto de ser atendido no sistema de saúde como de ser tratado dignamente” (GOMES; CAETANO; JORGE, 2010, p. 464).

Chamamos a atenção para o item 9 dessa Resolução que expressa o “Direito a desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do curriculum escolar, durante sua permanência hospitalar”. Tal item respalda uma série de ações levadas a efeito na década de 1990, envolvendo o uso de atividades lúdicas e recreativas dentro dos hospitais pediátricos. Entre os grupos que alcançaram maior visibilidade no cenário brasileiro, destacamos o denominado “Doutores da Alegria”.

Outra experiência também significativa é apresentada por Munimos (2007). A autora nos conta que, a partir de uma sala que servia de refeitório, foi criada a brinquedoteca do Hospital Regional Sul, localizado na cidade de Santo Amaro, em São Paulo. As atividades da brinquedoteca tiveram início em 1994, sendo que o material lúdico foi adquirido através de campanhas de doações.

Na palestra apresentada por Munimos no *Seminário Nacional Brinquedoteca*, a assistente social relata:

Quando iniciamos nossa brinquedoteca, um fato marcou-me muito; contando uma história e brincando com um pacientinho queimado, terminei a brincadeira e ele pediu para continuar, “enquanto eu brinco não dói”. Este tornou-se nosso objetivo. Tenho feito campanhas em escolas com o lema *Enquanto eu brinco, não dói*. O resultado é excelente (MUNIMOS, 2005, p. 70).

Prosseguindo seu relato, Munimos informa que o setor de estatística do hospital no qual trabalha constatou que o tempo de internação das crianças diminuiu com o funcionamento da brinquedoteca naquele estabelecimento.

Em 1999, a então deputada federal Luíza Erundina propôs um Projeto de Lei para implantação de brinquedotecas nos hospitais públicos. O texto do referido projeto passou por três mudanças. Na sua fundamentação, Erundina faz referências aos resultados positivos conquistados a partir da inserção de atividades lúdicas e recreativas nos hospitais com atendimento pediátrico⁶, e aponta algumas experiências brasileiras.

Ao justificar a importância de sua proposta, a deputada utiliza um estudo realizado por Aída Munimos, Inês Auxiliadora Torres Santoro, Márcia Inez Alvarez Arrazola e Maria Regina Monteiro. Ali, as autoras expressam a importância da brinquedoteca como uma referência emotiva para a criança, como meio desta ter autonomia no ambiente hospitalar; enfatizam, também, tratar-se de socialização. Ancorada nessas ideias, a deputada a argumenta:

Sem sombras de dúvidas, a instalação de brinquedotecas nos hospitais da rede pública, é medida que vem minorar o sofrimento de um tratamento pediátrico, com resultados comprovados no auxílio no restabelecimento da saúde da criança. Além disso, através das Brinquedotecas, os hospitais terão um espaço destinado a brincadeiras, em que os familiares das crianças também poderão participar de maneira efetiva para o sucesso do tratamento.⁷

Luíza Erundina, em seu discurso de abertura das atividades do *Seminário Nacional Brinquedoteca*, afirma:

[...] quero dizer que a Lei nº 11.104, de 2005, foi resultado de iniciativa nossa, por inspiração da assistente social Aída Munimos, que inclusive será uma das nossas palestrantes. Como disse, foi a Dra. Aída, assistente social que trabalha num hospital público de São Paulo, quem me inspirou a apresentar o projeto. Portanto, é dela também o mérito deste evento em que celebramos a entrada em vigor da Lei nº 11.104, de 2005 (BRASÍLIA, 2005, p. 18).

A falta de participação dos grupos que vivenciam o cotidiano hospitalar, e que se interessam por questões relacionadas aos direitos das crianças dentro dos hospitais, pode ser um dos elementos que auxiliaram para que o resultado final fosse uma lei pouco específica e que abre brechas para um possível descumprimento (VILLELA; MARCOS, 2009).

Sabendo que a proposta da referida lei ocorreu em 1999 e que sua efetivação ocorreu em 2005, cabe aqui observarmos que em cinco anos o cenário político brasileiro passou por mudanças significativas.

Após oito anos de governo FHC, Luiz Inácio Lula da Silva assume aquele que seria o seu primeiro mandato (2003-2007), significando a ascensão da esquerda ao poder (GIAMBI, 2003). Falando sobre esse mandato do governo Lula, Menezes (2011) afirma: “[...] no que se refere às características desta gestão podemos dizer que delimitaram as possibilidades de consolidação de um sistema de proteção social baseado no conceito de Seguridade Social.” (2011, s/p).

Embora Menezes aponte que não houve algumas das rupturas desejadas com a eleição de Lula, e que isso acabou tendo seus reflexos no campo da saúde, podemos dizer que alguns avanços são perceptíveis, por exemplo, no âmbito das políticas de humanização do ambiente hospitalar. Mesmo que anteriormente a humanização do atendimento em saúde estivesse presente em proposições governamentais, é no governo Lula que essas discussões ganham maior destaque.

Observamos que, em 2001, o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH), propondo um conjunto de ações integradas com o objetivo de alterar os padrões de assistência aos usuários no ambiente hospitalar público (FORTES, 2004, p. 33). A ênfase do programa voltava-se para transformações no âmbito cultural das instituições hospitalares, evidenciando-se, aí, preocupação em valorizar a capacitação dos trabalhadores do setor da saúde para que estes fossem capazes de prestar um ‘cuidado humanizado’.

Com a implementação da Política Nacional de Humanização (PNH), ocorrida em 2003, observamos uma intensificação e ampliação do que significa humanização em saúde. Assim, as propostas programáticas passam a ser compreendidas para além do ambiente hospitalar. Nesse cenário em que as discussões sobre a humanização ganham maior fôlego no âmbito das políticas públicas, o projeto sobre a implantação de brinquedotecas hospitalares ‘sai da gaveta’, volta a ser discutido e, em seguida, sancionado.

b) A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

O *Seminário Nacional Brinquedoteca*: a importância do brincar na saúde e na educação foi realizado pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Segundo o deputado Leonardo Monteiro, presente no evento, esse órgão tem por objetivo realizar a “[...] interlocução do Poder Legislativo com a sociedade civil” (MONTEIRO, 2005, p. 13), sendo, portanto, um lugar de debate, de participação direta e, como tal, uma

possibilidade de colocar em pauta questões, fomentar discussões, além de ser um espaço de reivindicações.

Na ocasião (2005), a deputada Luiza Erundina afirmou que a realização desse seminário representava duas conquistas importantes para a democracia e para a cidadania, pois comemorava o aniversário de quatro anos da existência da referida comissão, assim como também celebrava a sanção da lei nº 11.104, de 2005.

Participaram do Seminário, como ouvintes, 319 pessoas, sendo a maioria professores, estudantes, membros de brinquedotecas, membros de secretarias, terapeutas e fisioterapeutas. Entre os palestrantes, estavam: psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, representantes de lojas de brinquedo, psicoterapeutas, coordenadores de brinquedotecas, professores universitários e terapeutas educacionais.

Dentre os quatorze palestrantes do Seminário, quatro eram membros da Associação Brasileira de Brinquedotecas (ABBri). E, visitando o *site* da ABBri, constatamos que praticamente todos os palestrantes⁸ são mencionados como membros do Conselho Consultivo da entidade, gestão 2012-2014. Embora não tenhamos conseguido informações para sabermos se todos os palestrantes que atualmente são filiados à ABBri já o eram na época da realização do Seminário, observamos que, além das atividades desenvolvidas nas instituições que realizam seus trabalhos (por exemplo, o hospital, a universidade ou uma secretaria de governo), participar de uma associação caracteriza-se como mais uma dimensão do trabalho em prol do “direito ao brincar” da criança.

A ABBri (2013, s/p) se define como “[...] uma associação filantrópica de caráter cultural e educacional.”, sendo seus objetivos:

- Divulgar o conceito de Brinquedoteca;
- Evidenciar a importância do brincar e das atividades lúdicas na infância;
- Fornecer subsídios e orientação para pessoas interessadas em montar Brinquedotecas;
- Promover cursos para a conscientização do valor do brinquedo no desenvolvimento infantil, para organização de Brinquedotecas, para preparação de profissionais especializados e para a orientação educacional aos pais e familiares;
- Manter um banco de dados e uma biblioteca sobre brinquedos e Brinquedotecas;
- Estimular a criação de Brinquedotecas e o resgate da criatividade;
- Realizar projetos que estendam a possibilidade de brincar a todas as crianças; e

- Defender o direito das crianças a uma infância saudável e digna (ABBri, 2013, s/p).

No texto de apresentação dos Anais do Seminário, a deputada Fátima Bezerra – então presidente da Comissão de Legislação Participativa – argumenta: “[...] a discussão sobre o papel das brinquedotecas no processo de formação integral das crianças já ultrapassou os limites da fundamentação teórica e vem apresentando resultados surpreendentes nos processos pedagógicos e terapêuticos” (BEZERRA, 2005, p. 7).

A leitura desses documentos nos faz constatar articulações entre as várias instâncias envolvidas nessa política. Ou seja, além da vinculação existente com a ABBri, há o vínculo entre alguns palestrantes e a universidade, evidenciando-se, também, o papel do intelectual na efetivação de pesquisas sobre o brincar, o brinquedo e a brinquedoteca, para a construção desse cenário.

Telles (1989), ao discutir a importância do escritor para a sociedade, argumenta que este tem como funções:

Ser testemunha do seu tempo e da sua sociedade. Escrever por aqueles que não podem escrever. Falar por aqueles que muitas vezes esperam ouvir de nossa boca a palavra que gostariam de dizer. Comunicar-se com o próximo e se possível, mesmo por meio de soluções ambíguas, ajudá-lo no seu sofrimento e na sua esperança (p. 194).

Cabe, aqui, nos indagarmos sobre o que pessoas como Nylse Cunha, Dráuzio Viegas, Edda Bomtempo, Lucyelena Amaral Picelli e Tânia Ramos Fortuna estão testemunhando? Parafraseando Lygia Fagundes Telles, nos perguntamos: Para quem escrevem? Enfim, quem é o Outro de seus discursos e qual o impacto de suas falas, juntamente com a de outros pesquisadores não mencionados, para que transformações ocorram na sociedade?

No texto já referido, ao falar da importância do brincar e da implantação das brinquedotecas, Bezerra (2005, p. 8), menciona a valorização do brincar como um “[...] contraponto ao processo de industrialização e até mesmo de midiaticização do brinquedo.”, e, também, como um meio de “[...] ultrapassar as barreiras da vida programada, sobretudo monitorada pela ideologia do disciplinamento do corpo e do tempo” (*idem*, p. 9).

Durante a abertura desse evento, o deputado Leonardo Monteiro, complementando a fala da deputada Fátima Bezerra, associou o brincar como um meio de questionamento da racionalidade técnica e da mecanização do

saber. Por ser capaz de estimular a criatividade, e, acrescenta Monteiro, ser “[...] por essas razões que a sociedade capitalista e de consumo é programada para coordenar o ato de brincar e jogar, pois a atividade lúdica é campo fértil para a criatividade e atos de subversão da ordem estabelecida” (2005, p. 15).

Se o que está em debate é a crítica, a racionalidade e as consequências negativas que esta teria trazido para a sociedade como um todo, o intelectual – e os trabalhos desenvolvidos por ele através da Universidade – possuem um importante papel social, pois “[...] o conhecimento produzido deve ter uma estratégica direção para uma intervenção profissional comprometida com processos concretos que garantam materialidade a valores como democracia e justiça social” (BOURGUIGNON, 2009, p. 172).

Nesse sentido, independente da área do conhecimento em que se insere, o que está em pauta é uma prática profissional comprometida com valores humanos e o reconhecimento do Outro como sujeito.

Viegas (2005), ao falar do papel da brinquedoteca como um meio de humanização do atendimento à criança hospitalizada e da relação dos médicos pediatras com tais espaços, afirma:

Pediatras acham que brinquedoteca não lhes diz respeito diretamente, então não se interessam muito. Faço meus alunos residentes entenderem o que é brinquedoteca. Os que não têm essas aulas, esses cursos, não se interessam tanto. Os que têm brinquedotecas em seus hospitais se interessam muito (p. 37).

Esta fala do médico Dráuzio Viegas nos ajuda a refletir sobre o papel do intelectual e da universidade nos processos de mudanças sociais. Seja através da divulgação de pesquisas em livros, seminários ou periódicos, através de projetos extensionistas – que possuem como objetivo aproximar a universidade, e o conhecimento produzido nela, da sociedade – ou no exercício da docência.

Ultrapassar os limites da universidade e socializar o conhecimento adquirido caracteriza-se como o grande desafio enfrentado pelos pesquisadores – principalmente daqueles que se dedicam ao estudo da infância – e como uma prática que ajuda a transformar relações de poder em relações de igualdade.

c) AS BRINQUEDOTECAS HOJE

Tendo como princípio a avaliação e características das brinquedotecas brasileiras, encontramos três trabalhos: um artigo escrito por Dietz e Oliveira

(2008); a Dissertação de mestrado de Lima (2011), em que a autora realiza a descrição e a avaliação das brinquedotecas instaladas em Belém; e um capítulo de livro escrito por Kishimoto (2011) – cuja ênfase da análise recai em brinquedotecas instaladas em locais de ensino.

Dietz e Oliveira (2008) apresentam um mapeamento da qualidade das brinquedotecas instaladas nos hospitais no município de São Paulo – com base na Carta de Qualidade das Brinquedotecas Francesas, adotada pela Associação Brasileira de Brinquedotecas. Nesse estudo, as autoras apontam o número reduzido de brinquedotecas instaladas no município, além da ausência de profissionais capacitados para coordenar as atividades desenvolvidas nesses espaços, e a pouca diversidade do material lúdico disponível. A situação de brinquedotecas em instituições paranaenses é mencionada por Lima:

Paula, Gil & Marcon (2002) investigaram as brinquedotecas de oito instituições no Estado do Paraná e constataram que elas tinham identidades próprias, cada uma delas possuía uma concepção de criança, do brincar e da saúde que se fazia presente nos projetos desenvolvidos. Contudo, poucas brinquedotecas apresentavam um caráter mais sistematizado nos acervos, nas formas de operacionalização e nos espaços físicos. Apesar destas limitações, elas desenvolviam projetos artísticos, recreativos, culturais, educacionais e científicos envolvendo o brincar, o que levou os autores a concluir que estas brinquedotecas perpetuavam a importância da brincadeira no ambiente hospitalar e funcionam como um passo inicial à estruturação de projetos de brinquedotecas mais planejadas (LIMA, 2011, p. 19).

Lima (2011) afirma que, dos 35 hospitais levantados inicialmente para a realização da sua pesquisa, apenas 5 informaram contar com instalação de brinquedotecas. Entre aqueles que declararam possuir uma brinquedoteca, a falta de planejamento, assim como o ténue compromisso da gestão hospitalar para com esses espaços são alguns dos maiores desafios enfrentados pelas brinquedotecas instaladas nos hospitais de Belém.

A pesquisadora também chama a atenção para o desconhecimento, por parte daqueles que desenvolvem atividades nas brinquedotecas, do processo de implantação desses espaços. Situar, historicamente, a inserção da brinquedoteca na instituição significa, para a autora, compreender que esta última possui uma maneira de se organizar que, por sua vez, está relacionada com seus próprios projetos, a curto, médio e longo prazos. Como um serviço dentro da instituição, a brinquedoteca hospitalar está inserida nesse projeto.

Kishimoto (2011), ao divulgar pesquisa realizada no período de 2008/2009, por um programa do Ministério da Cultura, relatou que, das 565 brinquedotecas existentes até então, 310 localizavam-se em algum ambiente de ensino (escolas, creches, universidades, etc.) e 109 foram classificadas como brinquedotecas hospitalares e terapêuticas, o que o autor considerou um número significativo. Ressalte-se, no entanto, que não encontramos qualquer estudo que descrevesse a qualidade e as características dessas brinquedotecas em âmbito nacional.

Na análise dessas informações, devemos considerar o fato de muitas brinquedotecas existentes no país não estarem associadas à Associação Nacional de Brinquedotecas (ABBri), criada em 1984. Se, por um lado, a ABBri tem como funções unir, mobilizar, representar junto aos governos, facilitar a troca de informações e apoiar os profissionais atuantes na área, por outro lado, a não aderência das brinquedotecas a essa entidade pode ter como consequência, por exemplo, o enfrentamento de dificuldades para a concretização de suas eventuais demandas.

Segundo informa o *site* da ABBri, “[...] este é um problema dos brasileiros que, diferente do que acontece na Europa e nos Estados Unidos, não têm uma cultura associativista desenvolvida e por isso cada um faz seu trabalho de forma isolada, sem tanta repercussão” (2013, s/p).

Entretanto, podemos observar, através dos relatos de Atkinson (2011), Fuchs (2011), Solé (2011) e Minejima (2011), que a falta de aderência a associações nacionais não é um problema apenas brasileiro; afinal, alguns países sequer possuem uma entidade com tais funções.

Fuchs (2011), ao fazer uma caracterização das brinquedotecas europeias, nos informa que, dos 19 países analisados, 8 não possuem uma Associação. Minejima (2011), ao falar do caso japonês e da queda do número de filiados ao CJB (Conselho Japonês de Brinquedotecas), apresenta como possível resposta ao problema duas questões: a taxa cobrada dos associados, pois muitos não podem arcar com o valor proposto; e a substituição de função dos espaços de brincar – que, de brinquedotecas, passaram a funcionar como oficinas ou casas de repouso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos o brincar infantil como um direito da criança, direito à liberdade; e a brinquedoteca hospitalar como um dos mecanismos possíveis para a efetivação e preservação desse direito.

Observamos que as primeiras brinquedotecas, instaladas no país na década de 1980, emergiram num cenário de efervescência política e social

que favoreceu o debate em torno de temas até então ignorados ou pouco discutidos. Entretanto, foi necessário esperar até o final da década de 90 para que as ações desenvolvidas por algumas pessoas e grupos – assim como as pesquisas desenvolvidas na universidade – ganhassem maior destaque não apenas nas universidades, tornando viável a elaboração de um projeto que levasse em consideração a importância do brincar para a criança hospitalizada.

Levantamos como hipótese que o final da década de 1990 “não era favorável” à aceitação de uma proposta que tivesse por princípio a humanização através do brincar. Isso não pela escassez de ações – ainda que pontuais – que mostrassem sua eficácia, mas porque num contexto em que imperava a redução de custos e a noção de produtividade, implantar brinquedotecas em hospitais públicos significava custos inadmissíveis sob a ótica da lógica capitalista.

Nesse processo de luta e reivindicações de melhorias no atendimento da criança hospitalizada, identificamos na figura de intelectuais um sujeito importante para o reconhecimento do brincar como a fala da criança e da brinquedoteca hospitalar como um importante mecanismo para assegurar esse direito no ambiente institucional.

Embora o Projeto de Lei que criou as brinquedotecas em nosso país tenha surgido mais por iniciativa de uma deputada do que pela mobilização de um determinado grupo, não podemos deixar de destacar a importância da ABBri, tanto por divulgar a ideia de brinquedoteca como por ser um agente de difusão de informações sobre a criança e as atividades lúdicas produzidas em âmbito nacional e também internacional. Sem a realização e a propagação desses trabalhos, seria inviável a sanção de uma lei instituindo o brincar nos estabelecimentos hospitalares.

Retornamos, aqui, ao pensamento de Touraine e às suas observações sobre a importância dos sujeitos e da ação coletiva para a consolidação da democracia. Segundo este autor, uma das condições existenciais do sujeito é encontrar-se numa constante luta, sendo esta o motor que impulsiona suas ações.

Na concepção de Touraine, esse sujeito não é alheio aos problemas existentes na sociedade; uma de suas características é justamente o combate a tudo aquilo que apaga o reconhecimento de si e do Outro. Suas discussões e ações estão voltadas para as garantias dos direitos humanos e para a luta contra a violência.

Tendo como referência tais ideias, vemos o *Seminário Nacional Brinquedoteca* como um espaço no qual os sujeitos puderam manifestar suas experiências e sua compreensão sobre o brincar e, dessa maneira,

conquistar a adesão de outros grupos para esse discurso. Ao fazerem isso, os participantes possibilitaram aos leitores dos Anais desse evento refletir acerca de questões não colocadas explicitamente por eles, mas que integram os seus discursos. Foucault (1977) argumentava que comentar um texto é antes de tudo traduzi-lo e fazer emergir algo que sempre esteve lá, mas que em nenhum momento foi pronunciado.

Embora em nenhum momento as palavras sujeito, mobilização e ação coletiva tenham sido pronunciadas pelos palestrantes, acreditamos que elas sempre estiveram lá, fazendo parte do não dito. Nesse contexto, elaborar um projeto, organizar um seminário, se dispor a falar e a ouvir sobre um tema são ações que expressam, em alguma medida, o reconhecimento da importância de garantir os direitos das crianças e de reconhecer nelas um sujeito.

A participação da ABBri demonstra que, embora o envolvimento e a associação a essa entidade nem sempre estejam no horizonte das brinquedotecas, ela representa um importante instrumento para aqueles engajados na temática; afinal é na ação coletiva que conseguimos garantir os direitos que serão usufruídos pelos indivíduos e que podem auxiliar na emergência dos sujeitos.

- NOTAS**
- 1 Para Renate Fuchs (2011), existem várias maneiras de denominar tais espaços: brinquedoteca, *legeteket*, *ludothek*, *spiliothek*, *ludothèque*, entre outros. Nos Estados Unidos, o termo utilizado é *toy library*. Segundo Kishimoto (2011), no Brasil utiliza-se a palavra brinquedoteca porque uma escola particular registrou o termo ludoteca, impedindo que a nomenclatura fosse adotada pela Associação Nacional que então estava sendo criada.
 - 2 A valorização da ludicidade em detrimento do empréstimo de brinquedos é apontada por Kishimoto (*apud* FORTUNA, 2008) como o grande diferencial entre as brinquedotecas criadas na América Latina e aquelas implantadas nos países anglo-saxões.
 - 3 O nome de John Lind, juntamente com o de Ivonny Lindquist, é bastante mencionado nos trabalhos sobre brinquedoteca hospitalar, pois, a partir de uma experiência bem sucedida em uma enfermaria na Suécia, esses espaços começaram a ganhar maior visibilidade. Essa experiência colaborou também para que em 1983, na Suécia, fosse aprovada a lei estabelecendo a obrigatoriedade dos serviços de “ludoterapia” nos hospitais daquele país. (ROSENBERG-REINER, 2003). Tal exemplo estimulou ações semelhantes em vários países, dentre os quais, o Brasil.
 - 4 Esta brinquedoteca ainda realiza atividades, sendo uma referência para todos aqueles que se interessam pela temática.
 - 5 Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id2178.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2014.
 - 6 Para conhecer essa experiência na Suécia, que é referência para todos aqueles que estudam brinquedoteca hospitalar, indicamos a leitura do capítulo “Brincar no hospital”, do livro *O direito de brincar: a brinquedoteca*, organizado por Adriana Friedmann. Ali, Ivonny Lindquist relata sua experiência na Suécia.
 - 7 Projeto de Lei nº 2.087 – A de 1999. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/MostraIntegralImagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=2087&intAnoProp=1999&intParteProp=1>>. Acesso em 23 mai. 2014.
 - 8 As três pessoas sobre as quais não encontramos qualquer referência apontando para uma possível vinculação com a ABBri são: Fernando Antônio Nogueira de Almeida, que participou do evento, representando a loja Brinquedos Tiquinho; Cláudio Ricardo Chaves, que representou a Associação de voluntários do Hospital da Universidade de Brasília; e Risélia Pinheiro, à época, diretora da Brinquedoteca Municipal da Secretaria de Cultura e Turismo em Barueri, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- ABRÃO, Jorge Luís Ferreira *et al.* Que brincadeira é essa? A brinquedoteca móvel no hospital. In: Anais do XIX Encontro de Psicologia e VI Encontro de Pós-Graduação. Assis-SP, 2006.
- ANGELO, Thayane Silva de; VIEIRA, Maria Rita Rodrigues. *Brinquedoteca hospitalar: da teoria à prática. Ciência e Saúde*. abr./jun. 2010. p. 84-90.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BRINQUEDOTECAS (ABBri). Disponível em: <<http://www.brinquedoteca.org.br/si/site/0021000/p>>. Acesso em: 23 mai. 2014.
- ATKINSON, Pat. Uma breve história das brinquedotecas. In: OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). *Brinquedoteca: uma visão internacional*. Tradução de Ricardo Smith e Priscila Pesce. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 36-41.
- BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.
- BECKER, Maria Lúcia. Sociedade civil, esfera pública e mídia: confrontos e convergências entre diferentes concepções. In: LUIZ, Danuta E. Cantoia (org.). *Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras Editora, 2010. p. 87-108.
- BEZERRA, Fátima. Apresentação. In: Seminário Nacional Brinquedoteca: a importância do brincar na saúde e na educação. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/relatorios-de-atividades/brinquedoteca120307.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 765-766.
- BOND, Fernanda. O ator-autor: a questão da autoria nas formas teatrais contemporâneas. In: VI Congresso de Pesquisa e pós-graduação em Artes Cênicas. 2010. Disponível em: <<http://portalabrace.org/vicongresso/processos/Fernanda%20Bond%20-%20O%20Ator%20autor.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília-Distrito Federal, 1990.
- BRASÍLIA. *Seminário Nacional Brinquedoteca: a importância do brincar na saúde e na educação*. Brasília-DF. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/relatorios-de-atividades/brinquedoteca120307.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. Tradução de Gisela Wajskop. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O retorno e o alcance das pesquisas desenvolvidas na área social. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (org.). *Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa-PR: Toda Palavra, 2009. p. 171-181.

CORSINO, Patrícia. Pensando a infância e o direito de brincar. In: *Salto para o futuro. Jogos e brincadeiras: desafios e descobertas*. Ano XVIII, **Boletim** 07, maio, 2008.

CUNHA, Nylse Helena da Silva. Brinquedoteca: definição, histórico no Brasil e no mundo. In: FRIEDMANN, Adriana. *O Direito de brincar: a brinquedoteca*. São Paulo: Abrinq, 1992.

DIETZ, Karin Gerlach; OLIVEIRA, Vera Barros de. *Brinquedotecas hospitalares, sua análise em função de critérios de qualidade*. **Boletim** Academia Paulista de Psicologia, jan./jun., ano/vol. XXVIII, nº 001, 2008. p. 100-110.

FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. Ética, direitos dos usuários e políticas de humanização da atenção à saúde. Revista **Saúde e Sociedade**, volume 13, nº 3, set./dez. 2004. p. 30-35.

FORTUNA, Tânia Ramos. *Para um modelo de brinquedotecas para a América Latina*. 2008. Disponível em: <http://www.abrinquedoteca.com.br/integra/hacia_modelo_ludotecas_para_AL.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

FORTUNA, Tânia Ramos. Por uma brinquedoteca “suficientemente boa”: alguns valores para que as brinquedotecas da América Latina nos encontrem no futuro. In: OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). *Brinquedoteca: uma visão internacional*. Tradução de Ricardo Smith e Priscila Pesce. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 162-182.

FRANCO, Raquel Rodrigues; BATISTA, Cleide Vitor Mussini. *A criança e o direito de brincar como um direito de liberdade*. 2007, p. 1446-1458. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-200-12.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

FUCHS, Renata. A experiência européia das brinquedotecas. In: OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). *Brinquedoteca: uma visão internacional*. Tradução de Ricardo Smith e Priscila Pesce. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 43-51.

GADEA, Carlos A.; SHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 25, nov. 2005. p. 39-45.

GIAMBI, Fábio. *Rompendo com a ruptura: o governo Lula*. Texto para discussão nº 93. Rio de Janeiro: BNDES. Abril, 52p. 2003.

GOHN, Maria da Glória. A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturali-

- dade. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2006. p. 1-33.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, volume 21, número 54, set./dez. 2008. p. 439-455.
- GOHN, Maria da Glória. Novas abordagens teóricas sobre as ações coletivas na América Latina. In: GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 59-71.
- GOMES, Ilvana Lima Verde; CAETANO, Rosângela; JORGE, Maria Salete Bessa. A crianças e seus direitos na família e na sociedade: uma cartografia das leis e resoluções. **Revista Brasileira de Enfermagem**. jan./fev. 2008, p. 61-65.
- KAILER, Priscila Gabriele da Luz; MIZUNUMA, Samanta. As contribuições dos brinquedistas hospitalares nas concepções dos profissionais da saúde. IX Congresso de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O Jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO; Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A brinquedoteca no contexto educativo brasileiro e internacional. In: OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). *Brinquedoteca: uma visão internacional*. Tradução de Ricardo Smith e Priscila Pesce. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 15-35.
- LANÇA, Isabel Babo. Mobilização. In: MAIA, Rui Leandro (coord.). *Dicionário de sociologia*. Porto-Pt: Porto Editora Ltda., 2002, p. 244.
- LIMA, Mayara Barbosa Sindeaux. Descrição e avaliação das brinquedotecas hospitalares em Belém. Dissertação de mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.
- LOURENÇO, Ana; SANTOS, Leonor; ABECASIS, Vera. Portugal: 30 anos de brinquedoteca, uma aventura no mundo lúdico. In: OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). *Brinquedoteca: uma visão internacional*. Tradução de Ricardo Smith e Priscila Pesce. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011, p. 141-153.
- MEDRANO, Carlos Alberto. *Do silêncio ao brincar*: história do presente da saúde pública, da psicanálise e da infância. São Paulo: Vetor, 2004.
- MENEZES, Debora Holanda Leite. A política de saúde brasileira: os impactos da década de 90 aos dias atuais. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, ago. 2011.
- MORAIS, Juliane; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. A brinquedoteca hospitalar como espaço de humanização e educação não formal. **Cadernos de Pedagogia**. São Carlos-SP, ano 4, volume 4, número 7, p. 75-85, jan./jun. 2010.

MONTEIRO, Leonardo. O papel do brinquedo na Educação e na Saúde (abertura). In: *Seminário Nacional Brinquedoteca: a importância do brincar na saúde e na educação*. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/relatorios-de-atividades/brinquedoteca120307.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

MUNIMOS, Aída Scharf. A brinquedoteca na promoção da saúde (mesa de debate). In: *Seminário Nacional Brinquedoteca: a importância do brincar na saúde e na educação*. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/relatorios-de-atividades/brinquedoteca120307.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

MUNIMOS, Aída Scharf. Relato de experiência com brinquedoteca hospitalar: Hospital Regional Sul – São Paulo. In: VIEGAS, Drauzio (org.). *Brinquedoteca hospitalar: isto é humanização*. Associação Brasileira de Brinquedotecas. Rio de Janeiro: Walk, 2007.

MUNEJIMA, Noriko. Atividades das brinquedotecas japonesas e seu suporte às crianças com necessidades especiais e suas famílias. In: OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). *Brinquedoteca: uma visão internacional*. Tradução de Ricardo Smith e Priscila Pesce. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011, p. 87-104.

OLIVEIRA, Alessandra dos Santos; LUENGO, Fabíola Colombani; BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach. Brinquedoteca: proporcionando reflexões sob três experiências significativas. *Revista Travessias*. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3273>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

PACHECO, Bárbara Guimarães; BONASSI, Sílvia Maria. Reflexões acerca da implantação e funcionamento de uma brinquedoteca no âmbito hospitalar. *Revista An. Sciencult*. Paranaíba, volume 2, número 1, 2010, p. 57-65.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Educação Popular em uma Brinquedoteca Hospitalar: Humanizando relações e construindo cidadania. In: *Anais da 31ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)*, 2008, Caxambu-MG, 2008. p. 01-16.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; FOLTRAN, Elenice Parise. Brinquedoteca Hospitalar: Direito das crianças e dos adolescentes hospitalizados. *Revista Conexão*. 3ª edição. Ponta Grossa-PR, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao03/artigo4.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; FOLTRAN, Elenice Parise. Projeto Brilhar: brinquedoteca, literatura e arte no ambiente hospitalar. In: VII Encontro de Pesquisa da UEPG e 5º Encontro de Extensão da UEPG, Ponta Grossa-PR, 2007.

PATIÑO, Joana Fontes. *Compreendendo como as crianças significam o direito ao brincar*. Natal, 2010, 281p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

RABENHORST, Eduardo. *O que são direitos humanos?* Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/01_rabenhorst_oqs_dh.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2014.

ROSENBERG-REINER, Sylvie. O papel das associações para crianças hospitalizadas na França e na Europa. In: LEITGEL-GILLE, Marluce. *Boi da cara preta: crianças no hospital*. Tradução de Helena Lemos. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia / Editora Ágalma, 2003. p. 16-46.

SILVA, Tania Melissa Archangelo da; MATOS, Elizete Lúcia Moreira. Brinquedoteca hospitalar: uma realidade de humanização para atender crianças hospitalizadas. IX Congresso de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

SOLE, Maria Borja I. As ludotecas na Espanha: entre a continuação e a mudança sua aplicação na sociedade. In: OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). *Brinquedoteca: uma visão internacional*. Tradução de Ricardo Smith e Priscila Pesce. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 70-85.

TOURAINÉ, Alain. *Podemos viver juntos: iguais e diferentes*. Tradução de Jaime A. Clase e Ephraim F. Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Tilton. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

VERONESE, Marília Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. Revista **Sociedade e Cultura**, volume 14, número 02, jul./dez. 2011, p. 419-423.

VIEGAS, Dráuzio. O papel do brinquedo na Educação e na Saúde. In: *Seminário Nacional Brinquedoteca: a importância do brincar na saúde e na educação*. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/relatorios-de-atividades/brinquedoteca120307>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

VILLELA, Fábio Camargo Bandeira; MARCOS, Suelen Cristiane. Brinquedoteca hospitalar: da obrigatoriedade legal ao desrespeito à lei – lei federal de nº 11.104/2005 como caso emblemático envolvendo limites nas medidas de humanização hospitalar. ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, volume 5, 2009. p. 1-20.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Os sujeitos sociais em questão. Revista **Serviço Social e Sociedade**, dez. 1992.

Palavras-chave:
**brinquedoteca
hospitalar, sujeito, ação
coletiva / mobilização.**

Resumo

Apresentamos, neste trabalho, a brinquedoteca hospitalar como um instrumento de preservação do direito de brincar. A partir das discussões ocorridas no *Seminário Nacional Brinquedoteca: a importância do brinquedo na saúde e na educação* – realizado no Senado Federal e organizado pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, no dia 10 de agosto de 2005 – e à luz das categorias *sujeito, ação coletiva e mobilização*, procuramos desvendar quem são os atores envolvidos no processo que resultou na aprovação da Lei 11.104/2005, assim como a mobilização (ou não) para a efetivação da mesma. A metodologia adotada neste estudo é a análise do discurso, compreendido este como um meio de produção dos sentidos e constituição dos sujeitos. Nesse sentido, no discurso, há sempre disputas, relações de poder, além de uma instabilidade. Observamos que, apesar das primeiras brinquedotecas terem sido implantadas no Brasil na década de 1980, foi apenas na década seguinte que a conjuntura nacional proporcionou condições para o debate e a implantação de brinquedotecas nos hospitais pediátricos no nosso país.

Keywords:
**Hospital toy library,
subject, collective action /
mobilization.**

Abstract

We present in this paper the hospital playroom as an instrument of preserving the right to play. From the discussions occurred in the *National Playroom Workshop: the importance of the toy in health and education* – realized in the Senate and organized by the Participatory Legislation Committee of the House of Representatives on August 10, 2005 – and in the light of the subject categories, collective action and mobilization, we try to unravel who the actors involved in the process that resulted in the adoption of the law 11.104/2005, as the mobilization (or not) for effecting the same. The methodology adopted in this study is the analysis of discourse understood as a means of production of meanings and constitution of subjects. In this sense, in discourse there are always disputes, power relations, besides always be unstable. We note that although the first toy libraries have been established in Brazil in the 1980s, it

was only in the following decade that the national situation would provide the conditions for debate and implementation of toy library in children's hospitals in our country.

Recebido para publicação em maio/2014. Aceito em maio/2015.

Os 40 anos de *Trabalho e capital monopolista*, de Harry Braverman: a persistente fragilidade sindical nos assuntos relacionados ao processo de trabalho

Fernando Coutinho Cotanda

Doutorado e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001 e 1992, respectivamente). É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia; professor no Departamento de Sociologia e Coordenador Adjunto do Curso de Especialização em Relações de Trabalho, todas estas funções na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem experiência na área de Teoria Sociológica e Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia do trabalho, processos de socialização e intersubjetividade. Principais publicações: COTANDA, F. C. Os sindicatos brasileiros em face das inovações tecnológicas e organizacionais. Revista **Dados**, Rio de Janeiro, volume 51, p. 617-646, 2008; e HORN, C. H.; COTANDA, F. C. *Relações de trabalho no mundo contemporâneo*. 1ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, volume 1. 844 p.

Endereço eletrônico: fcotanda@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

O livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, de Harry Braverman, publicado no ano de 1974, ocupa um lugar de destaque no pensamento contemporâneo sobre *relações de trabalho*. A investigação empírica, as proposições teóricas e a crítica social que ali encontramos ensejaram um intenso debate em torno do processo de trabalho, em uma perspectiva analítica que, como veremos, estava obscurecida pelos enfoques funcionalistas. O presente artigo retoma o debate em torno do processo de trabalho, enfatizando a contribuição e algumas críticas, recorrentes, ao livro de Harry Braverman. Motivados pelo “Debate sobre o processo de trabalho” (*Labour Process Debate*), afirmamos a pertinên-

cia da influência sindical sobre o processo de trabalho e, simultaneamente, demonstramos a persistente fragilidade dos sindicatos no tratamento dos assuntos da produção.

Harry Braverman nasceu no ano de 1920, em Nova York, em uma família típica da classe trabalhadora norte-americana. Trabalhou como operário em várias indústrias do ramo naval e siderúrgico e, ainda jovem, iniciou sua militância política no movimento trotskista, ingressando, em 1937, no Partido Socialista dos Trabalhadores (*Socialist Workers Party* – SWP). No interior do Partido, associa-se a uma corrente política ligada ao nome de Bert Cochran, intitulada “tendência cochranista”. Seus escritos políticos, sobretudo aqueles direcionados à IV Internacional Socialista, enquanto esteve ligado a ela, eram assinados com o pseudônimo de Harry Frankel. No início dos anos 1950, em um contexto de assenso do macarthismo e muitas disputas internas no SWP, ele foi expulso do Partido, juntamente com outros nomes. No início da década de 1960, trabalhou como editor na Grove Press, uma importante editora que ajudou a publicar, nos EUA, autores significativos da literatura mundial e, sobretudo, escritores ligados à contracultura norte-americana e à *avant-garde* francesa. Como editor, teve influência direta na publicação de obras políticas de personalidades como Malcolm X, Régis Debray e Frantz Omar Fanon. Em 1967, assumiu a direção da *Monthly Review Press*, onde trabalhou até sua morte, em 1976. O livro *Trabalho e capital monopolista*, publicado dois anos antes do seu falecimento, foi fundamental para reanimar as discussões em torno do processo de trabalho, seguindo uma vertente analítica inaugurada por Karl Marx. A proposta de uma análise crítica das relações de trabalho, em contraponto à abordagem dominante funcionalista, desencadeou o chamado “Debate sobre processo de trabalho” (*Labour Process Debate*). Do ponto de vista dos fundamentos teóricos das relações de trabalho, a obra de Harry Braverman se inscreve na denominada “alternativa neomarxista”. Esse campo, analiticamente plural, abrigou nomes como Richard Hyman, Stephen Marglin, Andrew Friedman, Richard Edwards e Michel Burawoy, dentre outros.

A publicação de *Trabalho e capital monopolista*, 40 anos atrás, coincide com o início de um processo vertiginoso de mudanças qualitativas na produção e no trabalho. As inovações tecnológicas e organizacionais, a acirrada mundialização do capital e as políticas neoclássicas, em curso desde meados dos anos 1970, seguem alterando qualitativamente inúmeras dimensões do mundo do trabalho.

A obra de Braverman, ainda que seja a expressão de um contexto específico do capitalismo contemporâneo e que apresente lacunas interpretativas,

segue nos apresentando um importantíssimo contributo: um enquadramento analítico que problematiza o trabalho em suas dimensões técnica e política de forma indissociável. Essa indissociabilidade entre técnica e política nas relações de trabalho e com o trabalho é a razão pela qual afirmamos, neste artigo, a pertinência do envolvimento pró-ativo dos sindicatos com a temática do processo de trabalho.

O TEMA “PROCESSO DE TRABALHO”

É inevitável mencionar que uma das mais importantes contribuições para a análise do processo de trabalho foi produzida por Karl Marx e é, por assim dizer, a matriz interpretativa de Harry Braverman. Antes de Marx, outros autores já haviam tratado do tema, mas é em sua obra que fica marcadamente explícito que as relações de produção no capitalismo se apresentam como relações de exploração e não entre equivalentes, descortinando, assim, um vasto campo de pesquisa. O processo de trabalho é apreendido por Marx como peça-chave no entendimento das relações de exploração.

No primeiro volume de *O Capital* (1980), Marx apresenta o trabalho humano como algo que envolve uma apropriação útil dos materiais da natureza, de maneira a criar produtos (valor de uso) que satisfaçam necessidades humanas. Para o autor, esse processo universal é sempre socialmente organizado dentro de modelos históricos de produção. Atribui grande importância analítica às relações na produção, e isso lhe permite mostrar não só como o capital produz, mas, também, como ele mesmo é produzido. Através da análise do processo de trabalho, analisa as mistificações que cercam as relações de mercado, onde a “justa equivalência” da troca obscurece a exploração do trabalho. Ao voltar sua atenção para a produção, percebe que o trabalho vivo é o ponto mais crítico para reprodução do capital.

Marx é enfático ao afirmar que a maneira como os homens se organizam para produzir é uma expressão política e não uma relação neutra e quantificável de variáveis microeconômicas. Segundo ele, no modo de produção capitalista, a valorização do capital é o seu real objetivo e propósito determinante. O valor do trabalho humano é obscurecido e, assim, cada vez mais desvalorizado e negado. Argumenta, também, que o controle sobre o trabalho é determinado pelas demandas do capital. Como estas são crescentes, o controle do trabalhador sobre o processo de produção de trabalho é progressivamente erodido. Os trabalhadores encontram-se confrontados pelas funções que desempenham no capitalismo.

Marx (1980, p. 187-210) estabelece uma distinção entre “força de trabalho” e “trabalho” no capitalismo, sendo essa operação analítica particularmente útil para o debate acerca do processo de trabalho. A força de trabalho é, de forma abstrata, entendida como uma mercadoria disponibilizada pelo mercado e comprada pelo capitalista. O trabalho, por sua vez, é o consumo que ele faz dessa força de trabalho, agora não mais no mercado, mas no mundo privado da empresa. As potencialidades do trabalho irão depender do modo pelo qual o processo produtivo é delineado. Trata-se de uma “indeterminação essencial do potencial de trabalho” (LITTLER, 1982, p. 31).

Segundo Marx, o processo de trabalho está sempre sujeito a mudanças. Uma determinada forma de organização do processo de trabalho é mantida, conquanto haja vantagens competitivas proporcionadas por produtividade e controle. Pressões de mercado refletem o imperativo da valorização do capital, promovendo continuamente a racionalização e a inovação. Em resposta à competição, o capitalismo atua sobre o trabalho, que é ajustado para que se torne uma eficiente função do capital.

A abordagem de Marx põe a nu a peculiar desvantagem em que se encontra o trabalhador frente ao capital. O trabalhador, no entanto, não é visto por ele como vítima passiva ou escravo da dinâmica do capitalismo. A estrutura da relação capital-trabalho apresenta oportunidades para explorar a dependência do capital em relação ao trabalho. Isso fica evidente na possibilidade de transformação social nutrida por Marx. Seria impreciso depreender da obra de Marx uma percepção do trabalhador como um ser impotente frente aos acontecimentos na esfera da produção. As ideias de resistência ao capital são evidentes em sua obra, assim como as ações empresariais para frear essa resistência.

O estudo do processo de trabalho no âmbito da teoria marxista ficou, durante longo tempo, esquecido ou relegado a um segundo plano. Isso, sem dúvida, trouxe prejuízos ao estudo do processo de trabalho, tendo em vista as mudanças qualitativas operadas nas sociedades industriais desde Marx (McGOVERN, 2014).

As razões para esse “esfriamento” do debate acerca do tema são diversas. De forma abrangente poderíamos creditá-lo à força social do paradigma econômico neoclássico e ao domínio da sociologia funcionalista no exame das relações de trabalho. Ambas supunham que as escolhas tecnológicas ocorriam com base em critérios de racionalidade técnico-econômica desprovida de injunções sociais, culturais e políticas (ERBER, 1982; BURAWOY, 2008). Ou, ainda, ao fato de os teóricos marxistas – que produziram análises sobre o capitalismo monopolista – terem se voltado para outras temáticas, como a política, a economia, a cultura e os direitos humanos (BURAWOY, 1990).

Chamamos a atenção para outros dois fatores igualmente importantes para a compreensão do obscurecimento do tema. O primeiro decorre dos acordos envolvendo capital, trabalho e Estado, realizados no pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo no Primeiro Mundo. O fordismo, como padrão de desenvolvimento, ensejou ganhos diversos aos trabalhadores, mas, em contrapartida, manteve os assuntos relacionados à produção como prerrogativa exclusivamente patronal. Esse fenômeno foi denominado “compromisso fordista”. Segundo Lipietz (1991), em decorrência do estabelecimento do padrão de desenvolvimento fordista, a classe operária foi convidada a se beneficiar da sua própria submissão à autoridade gerencial.

O outro fator que acreditamos ter contribuído para o obscurecimento do tema do processo de trabalho está relacionado à expressão real da organização do trabalho nos países do Leste Europeu, sobretudo, na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A maioria das empresas ali existentes não produziu formas democráticas de gestão do trabalho e de produção, alternativas ao fordismo. Ao contrário, a organização da produção soviética valeu-se amplamente dos princípios tayloristas e fordistas. Sendo assim, para o sindicalismo em particular e para a esquerda em geral, criticar o processo de trabalho no capitalismo seria o mesmo que criticar as experiências de trabalho nos países socialistas.

Essa estagnação intelectual, entretanto, foi “sacudida” a partir dos anos 1960. Um conjunto de movimentos sociais de grande expressão fez eclodir, inicialmente na Europa, uma nova postura crítica em relação ao conteúdo do processo de trabalho. A obra de Braverman coincidiu com uma crescente insatisfação, cada vez mais aberta, da classe trabalhadora com diversas dimensões do trabalho e não apenas com o salário (CROUCH, C. e PIZZORNO, A., 1991).

Vários autores, dentre os quais destacamos Fraser (1983) e Marglin (1981), salientam a importância das rebeliões, das sabotagens e das greves que eclodiram nas fábricas europeias como expressão crítica ao conteúdo do trabalho taylorista/fordista. Agrega-se a isso a emergência de revoltas estudantis, no final da década de 1960. Configuravam-se, ali, “novas realidades”, como que a exigir “novas interpretações”. E, assim, ampliavam-se a visibilidade e o prestígio das pesquisas sociais que tinham por base as teorias marxistas heterodoxas, críticas à rigidez do modelo soviético (SORENSEN, 1985). Nesse contexto, a abordagem do processo de trabalho foi revitalizada, e as relações entre as variáveis capital, processo de trabalho, trabalhadores, tecnologia e democracia foram problematizadas criticamente.

Desse modo, a obra de Braverman, *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX* (1974), torna-se uma fonte primordial de revitalização da abordagem do processo de trabalho. Influenciada pelos economistas norte-americanos Paul Baran e Paul Sweezy¹, ela procura restabelecer e atualizar a crítica de Marx ao processo de trabalho capitalista, tornando-se, posteriormente, uma fonte de controvérsia teórica. Segundo Braverman, Sweezy e Baran, o desenvolvimento capitalista havia entrado em sua quarta fase, a fase monopolista, desconhecida por Marx. Tal fase era caracterizada por três aspectos fundamentais: *a competição entre grandes corporações; o mercado universal e a expansão do Estado*.

Conforme Braverman, a organização do processo de trabalho nas sociedades industriais reflete o antagonismo inerente ao capitalismo, expresso na exploração do trabalho pelo capital. Para ele, as gerências – que representam o capital nas modernas empresas – não podem confiar que os trabalhadores exerçam suas atividades de forma voluntária, diligente e produtiva para produzir a mais-valia. As “gerências científicas” buscam formas de maximizar o controle sobre o processo de trabalho e de minimizar o controle que os trabalhadores possuem, convertendo-se em uma máquina de degradação e repressão. Os princípios essenciais do taylorismo, seja na indústria ou nos serviços, são: a dissociação do processo de trabalho do conhecimento dos trabalhadores; a separação entre concepção e execução e o monopólio do conhecimento para controlar cada passo do processo de trabalho e sua forma de execução (BRAVERMAN, p. 112-134). Nesse sentido, explica Braverman, a evolução da tecnologia e da organização do trabalho está determinada pela necessidade do capital de dominar o processo de trabalho e de debilitar o poder de resistência da mão de obra. Para ele, os gerentes assim procedem, introduzindo os “princípios de administração científica” na organização do trabalho, bem como tecnologias que dependem menos da qualificação dos trabalhadores. Tudo isso, conjuntamente, quebraria a unidade natural do trabalho, separando concepção e execução e desqualificando a mão de obra, o que, no futuro, poderia reduzir totalmente a dependência do capital em relação aos trabalhadores (SPENCER, 2000).

Algumas investigações sobre o tema do processo de trabalho que se seguiram à obra de Braverman, além de alargarem o escopo da análise, trouxeram um conjunto de críticas ao seu estudo.

A crítica mais recorrente afirma que o autor de *Trabalho e capital monopolista* atribui ao capital uma intencionalidade imanente para subordinar e degradar o trabalho, alienando-o, expropriando o saber operário,

oprimindo-o através do controle das gerências e dos aparatos de supervisão do trabalho (THOMPSON, P. e SMITH, C. 2010).

Suas opções metodológicas foram também criticadas pela ausência de um quadro teórico que possibilitasse perceber e compreender os processos microssociológicos da luta de resistência no interior das empresas, permitindo conceber os operários como agentes sociais.

Por outro lado, autores como Thompson (1983) e Knights e Willmot (1990) chamam a atenção para o excesso das críticas dirigidas à obra de Braverman, imputando-lhe a responsabilidade de prover soluções analíticas a todas as questões relativas ao processo de trabalho.

A obra *Trabalho e capital monopolista*, conforme lembram Knights e Willmott (1990, p. 11), foi elaborada para prover uma visão geral das tendências e um estímulo à *revitalização dos estudos críticos sobre trabalho e classe, e não para apresentar uma precisa especificação da organização e do controle de toda a forma do processo capitalista de trabalho*.

Concordamos com Thompson (1983), Storey (1985) e Knights e Willmott (1990), que, em linhas gerais, afirmam que o equívoco de Braverman foi o de considerar as estratégias de gerenciamento – sobretudo do taylorismo – como algo onipotente e onisciente, sem relacioná-las, analiticamente, com outras contingências internas e externas à empresa. Ao invés de reduzir o problema do controle a uma estratégia gerencial, os referidos analistas apontam a importância de apreciar diferentes dimensões, mecanismos e níveis de controle que mediam a relação entre capital e trabalho. A análise de Braverman e as de outros autores, como, por exemplo, Edwards (1979), acerca do controle gerencial foram criticadas por adotarem uma abordagem funcionalista do marxismo: *a strong strain of marxist functionalism* (LITTLER e SALAMAN, 1982, p. 256).

Contribuições analíticas posteriores procuraram mostrar que o processo de trabalho não é modificado exclusivamente com a finalidade de se controlar e disciplinar o trabalho. Estudos como o de Kelly (1985) revelam que a dinâmica do processo de trabalho é mais complexa e está inscrita nas contradições entre diferentes momentos do circuito do capital industrial: compra da força de trabalho e extração da mais-valia no processo de trabalho, bem como realização da mais-valia no mercado.

A compreensão da dinâmica do processo de trabalho situa-se, pois, num campo mais amplo e complexo, em que interferem outras variáveis. Sugere-se, assim, no estudo das relações capitalistas de produção, que se analise o processo de trabalho através de uma “lente” que nos possibilite perceber não somente o trabalho como mercadoria, mas, também,

a compra e a venda de todos os demais bens e mercadorias no mercado. Significa dizer que fatores como a competição entre empresas e mudanças de comportamento nos mercados poderão ser elementos a impulsionar novos desenhos organizacionais.

Outra contribuição de relevo para o enfoque do processo de trabalho foi realizada por Burawoy (1979; 1985). Embora parta da mesma matriz de Braverman, a teoria do valor de Marx, Burawoy adota uma perspectiva analítica que incorpora contribuições de Gramsci, notadamente a concepção de hegemonia. Nessa perspectiva, tece críticas ao objetivismo e ao economicismo presentes na obra de Braverman. Segundo o autor, o processo de “coisificação” do trabalho é também uma experiência, um processo subjetivo. Dessa forma, Burawoy avança no sentido de apontar a dimensão subjetiva de classe. Seu trabalho foi importante para que se pudesse compreender melhor a submissão e a complacência do trabalhador para com as demandas do capital.

Essa abordagem abre caminho para um entendimento não ortodoxo da teoria marxista, ensejando interpretações mais ricas das relações de poder na esfera da produção. Possibilita a compreensão de que os espaços de trabalho no capitalismo não são exclusivamente um *locus* de exploração. A fábrica, ou qualquer que seja o local de trabalho, não pode ser apreendida apenas em sua racionalidade econômica, traduzida na valorização do capital, embora seja este um elemento constitutivo fundamental. A empresa capitalista encerra, simultaneamente, relações de conflito, exploração e cooperação. Conforme afirma Mangabeira (1993, p. 20), “Um certo nível de consentimento é criado no processo de trabalho, legitimando as relações entre capital e trabalho”.

Segundo Burawoy (1985, p. 25), qualquer contexto de trabalho envolve três dimensões *inseparáveis*: uma dimensão econômica (produção das coisas), uma dimensão política (produção de relações sociais) e uma dimensão ideológica (produção de experiências destas relações). Desse modo, as análises do movimento de reprodução do processo de trabalho no capitalismo não poderiam, ou não deveriam, ser redutíveis às inexoráveis “leis” do capitalismo, da mesma forma que não está preestabelecido que os interesses entre capital e trabalho são sempre predefinidos e antagônicos. Esta é uma crítica direta ao marxismo ortodoxo, que pressupõe que os interesses entre capitalistas e trabalhadores são de natureza irreconciliável. Segundo Burawoy, os interesses de classe são definidos e organizados através de lutas nos terrenos da política e da ideologia. Assim, afirma que os interesses entre capital e trabalho podem ser *concretamente coordenados* no chão-de-fábrica (BURAWOY, 1985, p. 10).

Burawoy também introduz uma ferramenta inovadora em termos analíticos, ao distinguir “relações de” e “no trabalho”: chama de relações na produção *as relações sociais estabelecidas no âmbito do processo de trabalho e ligadas à divisão técnica no trabalho*; e de relações de produção *as relações que têm a ver com a distribuição e o consumo de mais-valia, sustentadas nas relações de propriedade* (CASTRO e GUIMARÃES, 1991, p. 46). Desse modo, cria um conjunto de ferramentas analíticas que partem do conceito de regime de produção ou regime fabril. Considera como regime fabril a forma política geral da produção, incluindo tanto os efeitos políticos do processo de trabalho, quanto os aparatos políticos de produção.

A noção de regime fabril compõe uma tipologia: o *fábril despótico*, que ocorre com base na coerção sobre a força de trabalho; o *fábril hegemônico*, que se dá com base no consentimento e no equilíbrio de poder, no qual a gerência fica impedida de impor controles autoritários típicos dos regimes despóticos; e há um terceiro tipo, o *despótico hegemônico*, que acontece em circunstâncias onde há ameaça à viabilidade econômica da empresa via aumento da competição, por exemplo, gerando um sacrifício consentido (RIZEK, 1995, p. 157).

Os regimes fabris anteriormente mencionados são analisados por Burawoy de forma a ressaltar a subjetividade e a racionalidade dos atores envolvidos. Nesse sentido, a obra de Burawoy traz para a análise do processo de trabalho dimensões que vão além das econômicas, como as já referidas dimensões política e ideológica.

Além disso, o autor associa à análise interna da empresa (políticas de produção) a análise das políticas externas, buscando compreender as particularidades de cada Estado (formas de regulação do conflito industrial, formas de intervenção, legislação previdenciária, mercado de trabalho).

Little (1990) aponta a necessidade de se reconceitualizar o processo de trabalho. Isto porque, segundo ele, as análises que têm origem na “bravermania” e no marxismo ortodoxo não dão conta, satisfatoriamente, da grande variedade e complexidade econômica e sociológica que ocorre nos locais de trabalho. Propõe um alargamento do foco de análise do processo de trabalho, incluindo mediações a partir do mercado de trabalho e das formas estatais de regulação dos modelos de desenvolvimento.

Thompson (1983; 1990) tem sido um dos críticos mais insistentes, no sentido de rejeitar e combater a presença do “determinismo e do essencialismo” no interior da abordagem do processo de trabalho. Este autor concebe a empresa e, em particular, o processo de trabalho como um elemento-síntese, um ponto de interseção de outras esferas sociais e de uma multiplicidade de práticas. Segundo Rizek (1995, p. 158), a perspectiva analítica de Thompson

revela a *necessidade de perceber que não há automatismo ou determinismos rígidos na relação entre processo de trabalho, classe, dinâmica de classe e transformação social*. Os processos de trabalho são construções históricas, e faz-se necessário que se demonstre o processo de sua constituição a partir dos agentes sociais.

O livro de Harry Braverman incitou uma renovada discussão em torno do processo de trabalho, cujo esgotamento está longe de ocorrer. Para os propósitos do presente artigo, o que foi exposto até aqui é suficiente para que possamos situar os assuntos da produção em um registro sociológico, pois não se trata de um conjunto de técnicas neutras e dissociadas dos processos de produção de conflito e consenso. A importância do processo de trabalho na produção e na reprodução de diferentes e relevantes dimensões das relações sociais, dentro e fora da empresa, conforme vimos, justifica a necessidade do envolvimento proativo dos sindicatos com essa temática (O'DOHERTY, D., 2001; 2009).

OS SINDICATOS E O PROCESSO DE TRABALHO

Os conflitos envolvendo capital e trabalho são tão antigos quanto o capitalismo. Mas, conforme assinalou Marx (1980, p. 489), só a partir da introdução da máquina, passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital.

Na Europa do século XVII, com o uso ainda embrionário da maquinaria e de novas formas de organização do trabalho, bem como em períodos posteriores, encontramos inúmeras manifestações de revolta dos trabalhadores em relação aos sistemas produtivos. Nas palavras de Marx,

Durante o século XVII, quase toda a Europa presenciou revoltas contra a máquina de tecer fitas e galões, o chamado moinho de fitas [...] no começo do século XVIII as máquinas de serrar movidas à água tiveram dificuldades para vencer a resistência popular. Quando, em 1758, Everet construiu a primeira máquina de tosquiar lã, movida à água, foi ela lançada ao fogo por cem mil pessoas que ficaram sem emprego. Cinquenta mil trabalhadores que até então viviam de cardar lã dirigiram uma petição ao Parlamento contra as máquinas de carducar e de cardar de Arkwright. [...] A enorme destruição de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os primeiros 15 anos do século XIX, provocada principalmente pelo emprego do tear a vapor, conhecida pelo nome de Luddista, proporcionou [...] as mais reacionárias medidas de violência (MARX, 1980, p. 489-490).

O movimento *Luddista*, cujos significados foram amplamente discutidos por E. P. Thompson (1987), é o registro mais emblemático dos conflitos envolvendo a produção. Surgiu no início do século XIX, no norte da Inglaterra, e seus membros promoviam incursões para destruir máquinas (sobretudo têxteis) em resposta à perda dos postos de trabalho e às péssimas condições de trabalho e salários.

Reações de revolta relativamente aos processos produtivos tiveram ocorrência em todas as sociedades industriais, inclusive nas de industrialização tardia, como, por exemplo, o Brasil.

O próprio surgimento dos sindicatos e de parte expressiva das suas formas de luta associam-se historicamente aos conflitos em torno da organização e gestão do processo produtivo (BRESCIANI, 1994, p. 92). O exame histórico da relação entre os trabalhadores e o universo produtivo, entretanto, permite afirmarmos que as ações operárias nem sempre estiveram mediadas ou conduzidas por sindicatos.² Expressões individuais ou coletivas de insatisfação e revolta com a organização do trabalho ocorrem até hoje de forma “silenciosa”, por vezes, sem a colaboração ou mesmo o conhecimento dos sindicatos.

A busca pela ampliação da democracia nas relações de trabalho — direta ou indiretamente referida à problemática do processo de trabalho — é depositária de uma longa trajetória de lutas, utopias e experiências sociais. Nomes como os de Charles Fourier, Robert Owen, Proudon, Bakunin e Marx, dentre outros, são costumeiramente lembrados em razão das críticas às formas assumidas pelo trabalho na grande indústria capitalista. Cada um deles, de maneira distinta, foi precursor de ideias e experiências envolvendo trabalho coletivo, cooperativas, rotatividade das tarefas e outras, como forma de lutar contra a alienação, a exploração e a dominação no trabalho (MOTTA, 1987). Torna-se inevitável referirmos a obra de Antônio Gramsci, uma das mais importantes contribuições contemporâneas para o debate da democracia industrial. Autor de uma ampla crítica dirigida ao processo de trabalho capitalista, notadamente às organizações do trabalho taylorista e fordista, para Gramsci, o conceito de democracia deveria estender-se ao interior da empresa, através do controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo.

Ao longo do século XX, inúmeras experiências históricas procuraram substantivar a democracia industrial e, de diferentes modos, projetar espaços democráticos nos ambientes de trabalho. Dentre as ocorridas imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial³, destacamos: os programas de reformas sociais e de democracia industrial na Suécia, a Cogestão na República Federal

na Alemanha, a autogestão na Iugoslávia, bem como programas levados a termo pela OIT, e até mesmo pela Igreja Católica.⁴

A segunda metade do século XX foi, de forma geral, portadora de uma ampliação dos valores democráticos na sociedade, de um aumento dos níveis de escolaridade dos trabalhadores, bem como das mais diversas conquistas obtidas no âmbito da contratualidade das relações de trabalho. De forma contrastante, o espaço da produção e as decisões ali tomadas – sobretudo com respeito aos processos de inovação – seguiram efetivando-se de modo predominantemente unilateral. O poder de mando do empregador relativamente a esses assuntos pouco foi contra-arrestado através de negociação.⁵

Os assuntos que envolvem a produção permanecem sendo majoritariamente entendidos –independentemente da posição ocupada nas classes sociais – como uma prerrogativa essencialmente privada, afeta à gerencia e à empresa. O fato de os sindicatos, como representantes dos interesses coletivos dos trabalhadores, terem ainda restritos direitos, interesse e/ou capacitação relativamente a esse tema não pode, entretanto, ser inscrito numa ordem natural. Ao contrário, esse “afastamento” do tema é um processo edificado histórica, política e socialmente, configurando uma reificação dos significados do trabalho.

A tarefa de ampliar a democracia nesses espaços, evidentemente, vai muito além da ação sindical na empresa, envolvendo outras esferas de atuação (legais, institucionais, meso e macrorregulatórias) mutuamente referidas, bem como outras forças sociais.

Não há teleologismo na atividade sindical. Não há imposição determinante e irreversível para que, por exemplo, os sindicatos pautem sua atuação exclusivamente na busca de melhorias salariais e de condições de trabalho. Não há oposição formal entre as negociações de caráter salarial e as que têm como objeto o processo de trabalho. Cotidianamente, de forma oculta ou aberta, com ou sem o consentimento da empresa, os trabalhadores influem sobre a dinâmica do processo de trabalho; no entanto, esta raramente tem sido objeto de negociação.

Em razão das transformações no mundo do trabalho ocorridas a partir dos anos 70, se verifica um maior interesse de parte das organizações sindicais em exercer algum controle sobre os processos de inovação. Face a essa mudança na agenda de muitos sindicatos, Bamber (1993, p. 254-258) propõe um recurso analítico – tipo-ideal weberiano – para “estudar” as políticas sindicais frente às inovações tecnológicas e organizacionais. Sugere dois tipos de *objetivos* que podem ser perseguidos pelas entidades sindicais: *objetivos de procedimentos* e *objetivos de conteúdo*. Os *objetivos de procedimentos*

seriam: a *consulta* (o sindicato deveria conhecer as intenções de mudança da empresa antes que elas ocorressem, para poder *influir verdadeiramente na escolha das tecnologias*); a *experiência sindical* (o sindicato deveria possuir consultores externos e/ou delegados de tecnologia internos, além de promover educação extensiva aos representantes sindicais sobre questões técnicas e sociais associadas à mudança tecnológica); a *proteção da informação* (evitar que ela fosse utilizada para *invadir a privacidade dos trabalhadores*); e, por fim, as *revisões conjuntas* (o sindicato deveria [...] participar nas revisões periódicas de qualquer mudança tecnológica, para assegurar-se de que as medidas acordadas estão sendo seguidas).

Quanto aos *objetivos de conteúdo*, o autor sugere que as políticas sindicais frente às inovações incidam sobre: a manutenção dos postos de trabalho, a reciclagem e a requalificação, a redução das horas de trabalho, o aumento salarial, o desenho do trabalho (ritmo e qualidade do trabalho); higiene, segurança e igualdade de oportunidades (evitar a polarização entre uma minoria altamente qualificada e bem-remunerada e uma maioria desqualificada e mal remunerada).

Bamber (1993, p. 254) chama a atenção para o fato de que esse tipo-ideal “representa uma ampla generalização nem sempre aplicável” e que os diversos elementos referidos “estão mais ou menos presentes e ocasionalmente ausentes nos casos particulares”. Acrescenta, ainda, que a rapidez e a amplitude das mudanças atuais representam um grande desafio para os sindicatos, especialmente em um contexto de elevado desemprego e divisão internacional do trabalho.

Bresciani (1994, p. 155-158), por sua vez, refletindo sobre as possibilidades de influência sindical sobre inovação tecnológica e organizacional, desenvolveu interessantes recursos analíticos, revelando que tal influência pode manifestar-se em diferentes níveis e dimensões, indo da “resistência à contratação”. O autor parte da ideia de que a ação sindical relativamente aos processos de inovação pode implicar tanto “resistência” quanto “influência” por parte dos sindicatos. Chama atenção, no entanto, para o fato de que mesmo a resistência “tem como objetivo a influência”; contudo, afirma, trata-se de uma influência distinta, posto que não contempla “mecanismos alternativos [...] manifestando exclusivamente o descontentamento dos trabalhadores”. A resistência, conforme Bresciani, pode apresentar-se de forma *não declarada* (ações de descontentamento com aspectos da produção que não são claramente manifestadas à empresa, através de sabotagem, operação tartaruga, etc.) ou *explícitas* (envolvendo manifestação formal de descontentamento).

A partir de uma tipologia, o autor sugere três dimensões da influência sindical sobre os processos de inovação. Uma refere-se ao âmbito onde ela pode ocorrer: institucional, legal, tácita e contratada. Outra está associada aos resultados obtidos pela ação sindical: *influência frustrada*, por ocasião de insucesso na obtenção das reivindicações; *influência efetiva*, quando há sucesso na ação sindical; *influência aparente*, considerada ilusória, ou seja, quando o que foi acordado ou combinado não é cumprido ou mesmo acompanhado. E há uma terceira dimensão que diz respeito ao momento em que ela ocorre: *antecipada ou a priori*, quando a ação sindical influencia na definição dos projetos de inovação, modificando-os e/ou propondo alternativas; ou *corretiva ou a posteriori*, isto é, influência que se manifesta sobre inovações já implementadas.

As entidades sindicais revelam, também, uma diversidade quanto à maneira de pensar e agir frente à perspectiva de um envolvimento nos assuntos de produção. Nesse sentido, propomos uma tipificação relativamente às posturas sindicais frente aos processos de inovação.

Nem todas as entidades sindicais julgam ser politicamente conveniente o envolvimento sindical nos assuntos da produção. Algumas delas – que denominamos “refratárias” – se opõem aberta e formalmente a iniciativas dessa natureza. Trata-se de um sindicalismo que, em nome do antagonismo de interesses, recusa vincular-se às decisões de gestão da empresa. Por diferentes razões, considera esses temas uma prerrogativa exclusivamente patronal, argumento que, diga-se de passagem, obtém a plena concordância dos patrões. Para outras entidades, nominadas aqui de “silenciosas”, o envolvimento nos assuntos da produção nem mesmo é objeto de problematização. Frente à reestruturação nas empresas de sua base, nada promovem em termos de formulação, atividades organizativas, formativas ou qualquer outra forma de ação coletiva com respeito ao tema. A inovação tecnológica e a organização do trabalho estão fora de sua agenda política, não havendo qualquer manifestação explícita contrária ou favorável a essa perspectiva de atuação. Por fim, existem as entidades sindicais que denominamos “afirmativas”, por julgarem pertinente o envolvimento sindical nos assuntos da produção. Ocorre que, entre essas, nem todas problematizam com rigor a dimensão política do processo de trabalho, nem todas desenvolvem capacitação e recursos políticos que viabilizem estratégias de influência sindical ou promovam mudanças internas na entidade dotando-as de meios técnicos e organizacionais adequados à perspectiva da influência. Poderá, portanto, haver um predomínio da passividade ou da ação para superar os obstáculos que se interpõem à perspectiva de influência.

EXPERIÊNCIAS SINDICAIS EM BUSCA DA INFLUÊNCIA NOS ASSUNTOS DA PRODUÇÃO

Ainda que sejam em número reduzido, alguns sindicatos têm podido, em meio a diversas limitações, assumir posturas pró-ativas em relação aos processos de inovação tecnológica e organizacional. Abordamos, neste tópico, algumas dessas experiências a partir de estudos sobre o sindicalismo na Alemanha, na Itália, na Inglaterra e na Suécia.

Ao mencionarmos distintas experiências e conquistas sindicais, relativamente ao tema em questão, vale referir que as mesmas devem ser compreendidas não só como resultado do embate entre empresas e sindicatos, mas, também, de outras variáveis indissociáveis, como o sistema de relações industriais, os marcos políticos, econômicos e culturais de cada um desses países.

Na Alemanha, desde o início dos anos 1950, com a instituição do modelo de cogestão, os trabalhadores podem participar do conselho administrativo das empresas e ali expressam suas opiniões sobre os investimentos das mesmas (BRESCIANI, 1994). No entanto, trata-se de uma representação minoritária, e, mesmo com a lei de 1976, que ampliou o número de representantes nas empresas com mais de 2.000 trabalhadores, na prática, os empresários seguem mantendo amplo poder de decisão sobre os rumos da empresa (TALLARD, 1993).

Para Tallard (1993), a possibilidade de influência sobre os processos de inovação se exerce com mais força nos comitês de empresa (Betriebsrat). Desde 1972, há uma lei versando sobre a organização das empresas, que obriga o empregador a informar e a consultar esse comitê a respeito de projetos de inovação tecnológica e organizacional:

O trabalhador deverá ser informado, **no momento oportuno**, sobre toda transformação feita no seu campo de atividade. (Art. 81) O empregador é obrigado a fornecer [...] informações sobre planos referentes às instalações técnicas; aos processos de trabalho e ao desenvolvimento das operações; aos postos de trabalho (art. 90) [...] o Comitê de empresa poderá [...] apelar para a assistência de especialistas, quando isto for necessário para assegurar uma execução racional das próprias funções (Art. 90-3). O empregador informará ao Comitê de Empresa, em tempo oportuno e de forma detalhada, com documentação, os planos relativos ao pessoal. (Art. 92) [...] informações sobre: programas de produção e investimento; os projetos de racionalização; os métodos de fabricação

e de trabalho, em particular a adoção de novos métodos de trabalho; transformação da organização ou dos objetivos da empresa [grifo nosso]. (Art. 106) [Estatuto Constitucional do Trabalho - Prerrogativas do Comitê de Empresa no momento da instalação de novas tecnologias - artigos da Lei de 19 de janeiro de 1972. In: MAGGIOLINI, 1988 p. 170-172].

A aplicação efetiva desses direitos à informação não transcorre sem sobressaltos. A noção imprecisa de “no momento oportuno”, que consta na lei, oportuniza que as informações sobre processos de inovação sejam disponibilizadas tardiamente aos comitês de empresa, podendo, com isso, inviabilizar a ação dos trabalhadores.⁶

Em meados dos anos 1970, a DGB (Confederação dos Sindicatos Alemães) participou dos programas governamentais Programa de Humanização do Trabalho (*Humanisierung der Arbeit*) e Programa de Tecnologia de Produção. A atuação sindical nesses espaços possibilitou condicionar que os projetos de inovação fossem submetidos à aprovação do conselho de empresa. As avaliações posteriores desses programas não foram muito alentadoras. Críticas quanto ao *desvio de objetivos*, à *resistência dos empresários à ação dos comitês de empresa* e à *postura defensiva dos comitês* foram formuladas por Price e Steininger (1987) e Tallard (1993).

No final dos anos 1970, a DGB recebeu fundos para estabelecer centros de assessoramento sobre novas tecnologias com especialistas capazes de ajudar os comitês de empresa a atuarem nas empresas incorporadora de novas tecnologias. Nesses centros, seriam analisadas as propostas empresariais e formulados planos alternativos que levassem em conta a necessidade de acomodar as novas tecnologias aos interesses dos trabalhadores. Tallard (1993, p. 352) revela, entretanto, que nem todos os casos estudados resultaram em acordos; todavia, foi possível estender a um número expressivo de comitês de empresa um conjunto de critérios para avaliar se um determinado projeto de inovação seria, ou não, aceitável do ponto de vista dos trabalhadores.

Um estudo realizado pelo IG Metal, versando sobre a atuação dos comitês de empresa mostrou que:

A maioria das negociações de planta sobre novas tecnologias recorriam à reciclagem, à segurança no trabalho, às classificações nos postos de trabalho e nos níveis salariais. Entretanto, poucos incluíam os direitos de codeterminação ou aspectos da organização do trabalho [...] Em mais de um terço dos casos, não se produziu nenhum tipo de negociação por ocasião da introdução de novas tecnologias. O mais freqüente é que a negociação se produzia só depois que a direção da empresa já havia tomado as decisões (TALLARD, 1993, p. 352).

Embora a experiência alemã apresente conquistas importantes no plano legal, o uso efetivo das mesmas, conforme salienta Bresciani (1994, p. 100), ainda é limitado, “seja pela própria lei, ou por dificuldade do debate técnico com a empresa, não sendo possível superar todos os efeitos negativos das inovações tecnológicas”.

As dificuldades do sindicalismo alemão no caminho da influência estão dando lugar, mais recentemente, a uma nova consciência sobre a importância da “negociação no centro do trabalho – considerada anteriormente como um elemento secundário das relações industriais alemãs, dado que os sindicatos não participavam formalmente” (TALLARD 1993, p. 353). Os sindicatos veem-se pressionados a fortalecer sua atuação nesses termos e a agir de forma coordenada com os comitês de empresa, a fim de poderem influir sobre as novas tecnologias e evitar “a incorporação consensual dos comitês de trabalhadores dentro da estratégia empresarial” (PRICE e STEININGER, 1987, *apud* TALLARD, 1993, p. 353).

Na Inglaterra do final dos anos 1970, destacou-se a postura da central sindical – *Trade Unions Congress* (TUC) – frente à aplicação de tecnologia microeletrônica nas empresas. A Central buscou estimular seus sindicatos para negociar as inovações, repartindo os benefícios da produtividade por meio de acordos sobre novas tecnologias. As recomendações do sindicato apontavam a necessidade de negociar temas como “acesso às informações, [...] redução da jornada de trabalho, requalificação, distribuição dos benefícios, controle do trabalho, saúde e segurança” (MAGGIOLINI, 1988, p. 79).

Cabe mencionarmos, dentre outros exemplos, a atuação do Comitê Unitário de Trabalhadores da empresa multinacional Lucas Aerospace⁷. Esse comitê de trabalhadores produziu importantes vínculos sociais, dentre os quais, com a Escola de Engenharia *North-East London Polytechnic* para a criação de um centro (Center for Alternative Industrial and Technological Systems) para elaborar novos produtos através de processos alternativos aos princípios tayloristas.

O êxito da influência sindical inglesa, no entanto, é relativizado por alguns autores (WILLIAMS e STEWARD, 1985; RATHKEY *et al.*, 1982), que mostram que as ações sindicais possuem melhor desempenho em alguns segmentos econômicos, e inúmeras dificuldades em outros. Destacam, ainda, um conjunto de variáveis que dificulta a ação dos sindicatos ingleses sobre os processos de inovação, como, por exemplo, os baixos percentuais de filiação sindical; a fraca identidade do sindicato com sua base; a desconfiança ou o desprezo mútuo entre sindicato e empresa; e a ausência de um fórum consultivo ou sistema de comunicação entre empresa, sindicato e trabalhadores.

Price (1993, p. 319), por sua vez, enfatiza haver, por parte dos sindicatos ingleses, a intenção de adotar estratégias que deixem para trás a postura defensiva e reativa frente às mudanças tecnológicas e organizacionais. Contudo, para que isso se torne possível, seria necessária uma ampliação dos recursos sindicais para formular alternativas à organização do trabalho e à tecnologia, além de melhor coordenação de seus esforços.

Na Itália, as iniciativas sindicais voltadas para o tema da organização do trabalho e da inovação tecnológica também ocorreram com mais ênfase na década de 1970. Essa postura já era latente na *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), nos anos 1960, entretanto, a ascensão política da centro-esquerda leva os sindicatos a se concentrarem nas políticas macroeconômicas. Na metade da década de 1970, o movimento sindical italiano ampliou as possibilidades de intervenção sobre o processo produtivo, sobretudo a partir do direito à informação.

Na década de 1990, destacou-se a postura ofensiva da *Federazione degli Impiegati ed Operai Metalurgici* (FIOM/CGIL), que procurou buscar apoio técnico e a formulação de uma estratégia contratual via desenvolvimento de propostas autônomas de modernização, negociadas em “comissões bilaterais” formadas por sindicato e empresa.

Outro componente positivo da atuação da FIOM foi a valorização dos estudos de caso sobre as empresas, procurando ampliar seus conhecimentos referentes a ela nos seguintes aspectos: “ambiente em que está inserida, concorrência, mercado, capacitação em desenvolvimento de projetos, tecnologia, integração, mudanças organizacionais e, por fim, a organização sindical na fábrica” (BRESCIANI, 1994, p. 99).

A experiência acumulada pela FIOM/CGIL também foi importante para o sindicalismo brasileiro, notadamente para a CUT, tendo em vista o desenvolvimento de convênios envolvendo essas entidades nos anos 1980.

Os sindicatos escandinavos, de certa forma, foram pioneiros no tratamento das questões relativas a inovações tecnológicas e organizacionais. Sobretudo nos anos 70, é possível identificarmos mudanças estratégicas na forma de atuar dos sindicatos nórdicos, notadamente em razão das dificuldades de crescimento econômico do país e do processo de reestruturação produtiva nas empresas. No ano de 1970, o Sindicato dos Trabalhadores Metal-Mecânicos da Noruega, frente ao processo de inovações em curso nas empresas, deliberou, dentre outras resoluções:

[...] é necessário que o sindicato reforce sua própria posição na empresa acumulando conhecimentos sobre os novos sistemas, pelo menos num nível

igual aos dos administradores [...] as novas formas de democracia industrial serão fictícias se o sindicato, ao mesmo tempo, não construir uma ampla base de conhecimentos para compreender todos os problemas empresariais no mesmo nível ou melhor ainda que a direção (Resolução dos Trabalhadores Metal-Mecânicos, 1970, *apud* MAGGIOLINI: 1988, p. 43 e 44).

O tema da informática foi a “ponta de lança” para um maior envolvimento dos sindicatos com os assuntos relativos ao processo de trabalho. Entre os anos de 1971 e 1973, o referido sindicato norueguês promoveu, com recursos públicos, um amplo projeto de pesquisa sobre sistemas de planificação, controle e elaboração de dados, avaliados do ponto de vista dos trabalhadores.

Depois desse projeto, ainda na década de 1970, ocorreram outras iniciativas análogas de pesquisa, levadas a termo pelos sindicatos dos trabalhadores do comércio e dos escritórios e pelo sindicato dos químicos.

Na Suécia, em 1974, a Confederação Geral dos Trabalhadores (LO) criou, internamente, um grupo de trabalho temático denominado “Democracia Industrial e de Computadores”. No ano de 1976, em sua Conferência Nacional sobre Codeterminação e Solidariedade, a LO afirmou seus quatro *temas estratégicos para a ação sindical*: (a) política de pessoal; (b) organização do trabalho; (c) democracia no local de trabalho e uso de informática⁸; (d) controle de investimentos (MAGGIOLINI, 1988, p. 57).

Também na Suécia, manifestou-se a preocupação sindical em desenvolver pesquisa visando à intervenção sindical mais consistente. Os exemplos mais conhecidos são os projetos Demos – Planificação e Controle Democrático na Indústria – e Utopia.

O primeiro (Projeto Demos) foi efetivado na segunda metade dos anos 1970, envolvendo sindicalistas da LO e pesquisadores da Universidade de Estocolmo. Realizaram estudos de caso em diferentes segmentos industriais, buscando criar um modelo de “pesquisa-negociação” dos sistemas de informática com o objetivo de fortalecer as possibilidades de proposição sindical no caminho da influência nos assuntos da produção. O segundo projeto (Utopia), iniciado em 1981 e concluído em 1984, envolveu sindicatos da Suécia, da Noruega, da Dinamarca e da Finlândia e três institutos de pesquisas nórdicos.

A indústria gráfica (*software*) foi o ambiente empírico escolhido, tendo em vista os efeitos negativos da reestruturação produtiva sobre o emprego e a profissionalização. Um dos seus objetivos, segundo Maggiolini, foi “investigar as condições exigidas a fim de contribuir para a constituição de um

instituto sindical nórdico de desenvolvimento da tecnologia informática, da organização do trabalho e para a formação no campo da indústria gráfica” (1988, p. 35).

No âmbito legislativo, destacam-se as leis de Codeterminação, de 1977, e de Condições de Trabalho, de 1978, obtidas com ampla mobilização sindical. A lei de Codeterminação, dentre outras disposições, prevê:

[...] todos os aspectos da vida empresarial são objetos de negociação entre direção e sindicato [...] a empresa deve iniciar uma negociação toda a vez que transformações importantes sejam previstas, tanto ao nível da empresa como para o empregado individual. [...] o empregador deve manter constantemente informados os trabalhadores a respeito de temas como nível de emprego, salários, os planos e os orçamentos empresariais, as análises organizacionais, os métodos de trabalho. [...] O ambiente de trabalho deve ser satisfatório, tanto do ponto de vista da tarefa que tem que ser nele cumprida como do ponto de vista do desenvolvimento social e técnico [...] devem ser oferecidas aos trabalhadores oportunidades para influenciar a própria situação de trabalho. (A partir dos artigos 10º, 11º e 19º da Lei de Codeterminação e art. 1º da Lei sobre Condições de Trabalho / Suécia)

No Brasil contemporâneo, as práticas mais consistentes, ainda que incipientes, de problematização das inovações tecnológicas e organizacionais por parte dos trabalhadores são provenientes da Central Única dos Trabalhadores – CUT (COTANDA, 2008). Desde meados dos anos 1980, a CUT tem formulado e atuado sobre as inovações tecnológicas e organizacionais: avaliando as consequências da reestruturação produtiva para as relações de trabalho; definindo, em seus congressos, posicionamentos (formais) sobre os processos de inovação; afirmando a pertinência de atuar sobre os assuntos da produção tidos como prerrogativa essencialmente gerencial; produzindo experiências em diferentes frentes – micro e mesorregulatórias, institucionais e legais – que, direta ou indiretamente, ensejam possibilidades de influência sobre os processos de inovação no trabalho e na produção.

Ocorre que, apesar de afirmarem majoritária e formalmente a pertinência e o objetivo de influir sobre os processos de inovação, e de procurar fazê-lo em diferentes níveis e dimensões, os sindicatos obtiveram limitado êxito nesse sentido. Na produção desse resultado, estiveram implicados fatores sobre os quais a governabilidade do sindicalismo é reduzida, tais como: o sistema de relações de trabalho, as decisões políticas de cunho ma-

croeconômico, a cultura empresarial refratária à negociação dos processos de inovação e a assimetria de poder entre capital e trabalho.⁹

Os elementos que conformam as relações de trabalho no Brasil, se não determinam a conduta dos sindicatos, certamente constroem sua atividade, opondo uma gama de obstáculos à sua atuação nos assuntos da produção: a estrutura de negociação pulverizada; a tradição autoritária nas relações de trabalho; a inexistência do direito de obter informações relativas à produção, de acesso e organização do sindicato aos locais de trabalho; a herança escravista; o poder discricionário do empregador; a formação escolar e profissional deficiente, de muitos trabalhadores; a cultura empresarial pouco aberta à negociação e o abismo entre as classes sociais constituem algumas dessas barreiras.

Entretanto, o reduzido êxito do sindicalismo em influenciar os rumos das inovações segue associado, também, às suas próprias limitações: as estruturas internas dos sindicatos nem sempre adaptadas e capacitadas a formular e a interagir com as mudanças tecno-organizacionais, o afastamento dos sindicatos dos locais de trabalho, os limitados vínculos sociais, dentre outros constrangimentos que, a rigor, estão mais próximos da sua governabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procuramos seguir a assertiva proposta por Harry Braverman, segundo a qual o processo de trabalho é a expressão política de como os homens e as mulheres se organizam para produzir. O debate suscitado por *Trabalho e capital monopolista* induziu inúmeras contribuições empíricas e analíticas, proporcionando, dentre outros entendimentos, o de que o trabalho, em resposta à competição capitalista, é permanentemente inovado e ajustado, constituindo-se em um campo de conflito e de consentimento que produz e reproduz relações sociais, subjetividades, culturas, formas de dominação e de resistência.

Tendo em vista o significado sociopolítico, econômico e cultural do processo de trabalho, bem como a particular importância do trabalho na configuração das inovações, justificam-se plenamente as ações sindicais que buscam influir negociadamente nos assuntos da produção. Procuramos, a partir dessas diferentes experiências nacionais e internacionais, tornar evidente a possibilidade de envolvimento sindical nos assuntos da produção. Tais práticas, convém sublinharmos, ainda são frágeis, mas, em muitos casos, significam um passo adiante nessa busca.

A literatura sobre as experiências sindicais parece apontar para a necessidade de investimentos sindicais orientados por estratégias de longo prazo, que tornem possível uma ação efetiva, antes que as mudanças se concretizem. Tal “empreendimento” demanda, dos sindicatos, além da conquista de novos direitos, uma série de atributos, conhecimentos e vínculos sociais, que, em linhas gerais, viabilizem repensar e projetar o trabalho. E isso, convenhamos, não é pouco; sobretudo, considerando o ambiente adverso com que o movimento sindical vem se defrontando nas últimas décadas.

As transformações que se operam no mundo do trabalho afetam negativamente o desempenho da atividade sindical. As dificuldades enfrentadas possuem múltiplas facetas, quase sempre relacionadas à crise do padrão fordista de desenvolvimento, cuja superação em direção a outro padrão hegemônico ainda é indefinida. A base material e social sobre a qual se assentou a ação sindical segue sendo alterada de forma significativa. Os processos de inovação, em particular, extravasam sua dimensão técnica e propiciam a emergência de novas institucionalidades no interior das empresas, colocando em relevo a necessidade de os sindicatos buscarem uma atuação pró-ativa sobre o processo de trabalho. Essa atuação pode e deve operar não só na esfera da empresa, mas em todas aquelas que, direta ou indiretamente, incidem sobre os rumos da produção.

Ao problematizarmos o processo de trabalho, seguindo a perspectiva de Harry Braverman, procuramos mostrar que não há incompatibilidade entre as lutas sindicais de cunho salarial e as dirigidas àquele campo de conflito. A atuação sindical sobre o processo de trabalho, ao contrário do confinamento no plano micro, possibilita o estabelecimento de nexos entre os planos local e global das empresas, e nisso reside um expressivo potencial de conscientização política. As ações nesse sentido demonstram ser predominantemente reativas; porém, o aprimoramento conceitual e prático por parte dos sindicatos, nesse campo, poderá mudar essa realidade, contribuindo para a revitalização do movimento sindical em novas bases.

A problematização dos temas da produção em chave política, instigada por *Trabalho e capital monopolista*, ainda é um repto para o sindicalismo. Um desafio fundamental, já que a disjuntiva que se apresenta aos sindicatos é deixar que a participação dos trabalhadores nos processos de inovação siga sendo puramente funcional, dirigida e instrumentalizada pelas empresas, ou negociar e influenciar as inovações aplicadas no processo de trabalho; mas, para isso, é necessário buscar as vias para torná-lo possível.

NOTAS

1 BARAN, Paul; SWEEZY, P.M. El capital monopolista: ensayo sobre el orden económico y social de Estados Unidos. México: siglo XXI 1968

2 Os luddistas, por exemplo, não estavam organizados em sindicatos, pois estes, à época, eram ilegais e fortemente combatidos.

3 Segundo Széll (1996, p.183), o desfecho da Segunda Guerra Mundial, em particular, “...*facilitou uma abertura democrática no que vinham sendo até então estruturas decisórias predominantemente autoritárias, quase militares na economia*”.

4 Alusões a essas experiências encontram-se em Marín (1995); Széll (1996) e Faria (1987).

5 Nesse particular, cabe destacarmos o papel histórico desempenhado pelo “compromisso fordista”, que, se, por um lado, ensejou acesso aos ganhos de produtividade por parte dos trabalhadores, por outro, manteve os sindicatos distantes dos assuntos relativos à produção.

6 Segundo o IG-Metal (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos na Alemanha), cerca de 60% das informações são notificadas tardiamente aos Comitês de Empresa (Tallard, 1993, p.347).

7 A Lucas Aerospace é uma empresa criada no final dos anos 60, a partir da unificação de outras empresas, algumas provenientes da General Electric. A referida empresa produziu componentes do avião supersônico Concorde.

8 Segundo Maggolini (1988), esse ponto inicialmente referido à informática abrange, atualmente, todas as formas de automação na produção.

9 Um exame das negociações coletivas realizadas no Brasil envolvendo aspectos diretamente relacionados a inovações tecnológicas e organizacionais, pode ser encontrado em Cotanda (2001e 2007).

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel. *Rupturas de un sistema económico*. Madrid: H. Blume, 1981.
- BAMBER, G. Cambio tecnológico y sindicatos. In: HYMAN, R.; STREECK, W. (comp.). *Nuevas tecnologías y relaciones industriales*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. 1993 (Colección Economía y Sociología del Trabajo). 1993. p. 251-267.
- BARAN, Paul; SWEEZY, P. M. *El capital monopolista: ensayo sobre el orden económico y social de Estados Unidos*. México: Siglo XXI 1968.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRESCIANI, Luis Paulo. *Da resistência à contratação: tecnologia, trabalho e ação sindical no Brasil*. Brasília: SESI-DN, 1994.
- BURAWOY, Michael. *Manufacturing consent*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- BURAWOY, Michael. *The politics of production*. Londres: Verso. 1985.
- BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 5, n. 13, p. 29-50, jun. 1990.
- BURAWOY, Michael. The public turn: From labor process to labor movement. *Work and Occupations*. An international sociological journal. Volume 35 (4): 371-387. 2008. Disponível em <<http://burawoy.berkeley.edu/PS/The%20Public%20Turn.pdf>> Acesso em abril 2013.
- CASTRO, N. A.; GUIMARÃES, A. S. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 6, n. 17, p. 44- 52 out. 1991.
- COTANDA, Fernando Coutinho. (2001), Sindicalismo e inovação tecno-organizacional: a experiência da Central Única dos Trabalhadores. Tese de Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 300 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- COTANDA, Fernando Coutinho. Os sindicatos brasileiros em face das inovações tecnológicas e organizacionais. Rio de Janeiro. *Revista Dados*, 2008, v. 51, n. 3, p. 617-646.
- CROUCH, C.; PIZZORNO, A. *El resurgimiento del conflicto de clases em Europa Occidental a partir de 1968*, 2 vol. Madrid: MTSS. 1991.
- ERBER, Fábio. A importância do estudo do trabalho: uma introdução. In: PALLOIX, Christian *et al.* *Processo de trabalho e estrutura de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FARIA, José H. *Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba: Criar, 1987.
- FRASER, Steve. Industrial democracy in the 1980's. **Socialist Review**, volume 13, número 6, p. 99-122, 1983.

- KELLY, J. Management's Redesign of Work: Labour process, labour markets and product markets. In: KNIGHTS *et al.* (eds.). *Job Redesign*. Aldershot: Gower, 1985.
- KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh. (ed.). *Labor process theory*. Londres: Macmillan Press, 1990.
- LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.
- LIPIETZ, Alain. *Les rapports capital-travail a l'aube du XXI siecle*. Couverture orange, Paris: n. 9016, CEPREMAT, 1990.
- LIPIETZ, Alain. *As relações capital e trabalho no limiar do século XXI*. Porto Alegre: **Ensaios FEE**, v. 12 n. 1. p. 101-130, 1991b.
- LITTLER, C. *The development of labour process in capitalist societs*. Londres: Gower. 1982.
- LITTLER, C.; SALAMAN, G. Bravermania and Beyond: recent theories of Labour process. **Sociology**, v. 16, n. 2, p. 215-269, 1982.
- LITTLER, C. The labour process debate: a theoretical review 1974-88. In: KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh. (ed.). *Labor process theory*. Londres: Macmillan Press, 1990.
- MAGGIOLINI, P. *As negociações trabalhistas e a introdução de inovações tecnológicas na Europa*. Petrópolis-RJ: Vozes / IBASE, 1988.
- MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do Novo Sindicalismo*. democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1993.
- McGOVERN, Patrick. Contradictions at Work: A Critical Review. **Sociology**, vol. 48(1) 20–37. 2014. Disponível em < <http://soc.sagepub.com> > Acesso em: jun 2014.
- MARGLIN, Stephen. Como atrapar las moscas con la miel. In: AGLIETTA, Michel. *Rupturas de un sistema económico*. Madrid: H. Blume, 1981. p. 223-239.
- MARÍN, L. A. *La participación en el trabajo: el futuro del trabajo humano*. Buenos Aires: Lumen, 1998.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro 1 v. 1-2.
- MOTTA, Fernando Prestes. Alguns precursores do participacionismo. In: VENOSA, Roberto *et al.* *Participação e participações: ensaios de autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- O'DOHERTY, Damian; Hugh WILLMOTT. Debating Labour Process Theory: The Issue of Subjectivity and the Relevance of Poststructuralism. *Sociology*, Cambridge University Press 35, p. 457-476. 2001. Disponível em < <http://journals.cambridge.org/> >. Acesso em: 11 mai. 2014.

- O'DOHERTY, Damian; Hugh WILLMOTT. The Decline of Labour Process Analysis and the Future Sociology of Work. **Sociology**, volume 43(5): 931–951. 2009. Disponível em: <<http://soc.sagepub.com/>> Acesso em: fev. 2014.
- PRICE, R.; STEININGER, S. (orgs.). *The control of new technologies: union strategies in West Germany*, New Technology, Work and Employment. 1987.
- PRICE, R. Información, consulta y control de las nuevas tecnologías In: HYMAN R.; STREECK W. (org.). *Nuevas tecnologías y relaciones industriales*. Madrid: Ministerio de Trabajo y seguridad Social. 1993, p. 305-320.
- RATHKEY, P. et. al. *New Tecnology and Changes: an Anglo-German Comparison*, Newcastle: Conway Foundation, 1982.
- RIZEK, Cibele S. Interrogações a um campo teórico em crise. **Tempo Social**, São Paulo: volume 6, número 1-2, p. 147-179. 1995.
- SPENCER, David A. Braverman and the Contribution of labour process analysis to the critique of capitalist production - Twenty-Five Years on. *Work, Employment & Society* June Vol. 14 (2): 223-243. 2000
- SORENSEN, Knut Holtan. Technology and industrial democracy: an inquiry into same theoretical issues and their social basis. **Organization Studies**. v. 6, n. 2. 1985.
- STOREY, J. The Means of Management Control. **Sociology**. London, v. 19, n. 2, p. 193-212, 1985.
- SZÉLL, György. Democracia industrial. In: OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- TALLARD, M. La negociación sobre nuevas tecnologías: una comparación entre Francia y Alemania occidental. In: HYMAN, R.; STREECK, W. (Comps.). *Nuevas Tecnologías y Relaciones Industriales*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. 1993 (Colección Economía y Sociología del Trabajo). 1993, p. 345-360.
- THOMPSON, Paul. *The Nature of Work: An Introduction to Debates on the Labour Process*. London: Macmillan, 1983.
- THOMPSON, Paul. Crawling from the wreckage: the labour process and the politic of production. In: KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh. (ed.). *Labor Process Theory*. Londres: Macmillan Press, 1990, p. 144-174.
- THOMPSON, P.; SMITH, C. *Working Life: Renewing Labour Process Analysis*. Critical Perspectives on Work and Employment. Palgrave Macmillan, Houndmills, Basingstoke. 2010.
- WILLIAMS, R.; STEWARD, F. Technology Agreements in Great Britain: a survey 1977-83. *Industrial Relations Journal*. 1985.

Palavras-chave:

**Harry Braverman,
processo de trabalho,
sociologia, sindicalismo.**

Resumo

Este artigo é inspirado na passagem dos 40 anos da primeira edição do livro *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth*, de Harry Braverman. Inicialmente apresentamos o contexto de emergência da obra e retomamos as linhas gerais do “labour process debate” no qual o livro ocupou espaço significativo, por ter reanimado a produção intelectual sobre o tema do processo de trabalho. Posteriormente, veremos que o trabalho de Braverman instigou importantes prolongamentos teóricos e também críticas, algumas das quais trouxemos a consideração. Na sequência, apresentamos exemplos de práticas sindicais internacionais, bem como a da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no intuito de mostrar a pertinência e a possibilidade efetiva de tomar o tema “processo de trabalho” como problemática de interesse sindical. Ao final, argumentamos que a influência sindical nos assuntos da produção a despeito de êxitos e muitos esforços ainda é reduzida, denotando uma persistente fragilidade das entidades sindicais brasileiras para negociar as inovações no processo de trabalho implementadas nas empresas.

Keywords:

**Harry Braverman, labor
process, sociology, trade
unionism.**

Abstract

This article is inspired by 40th anniversary of the first edition of the book *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth*, by Harry Braverman. First, we present the context in which the work emerge and resumed the general lines of “labour process debate”, in which the book in question has occupied significant space for having revived the intellectual production on the subject of the labor process. Subsequently, we will see that the work of Braverman instigated important theoretical extensions and also criticism, some of which we drawn to the attention. The article continues by presenting some examples of international trade union practices, as well as that of the Central Única dos Trabalhadores – CUT (Unified Workers Central), in order to show the pertinence and the effective possibility of taking the theme of the labor process as a problem of union interest. At the end, we argue that the union influence in the affairs of production, despite some

successes and many efforts, is still limited, denoting a continuing weakness of the Brazilian trade unions to negotiate the innovations in the labor process that are implemented within the companies.

Recebido para publicação em setembro/2014. Aceito em maio/2015.

João do Vale e a formação de um artista popular no Brasil, nos anos de 1950

Mariana Mont’Alverne Barreto Lima

Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta II, no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Endereço eletrônico: mariana.barreto@pq.cnpq.br

INTRODUÇÃO

Este artigo deriva de uma pesquisa cujo objetivo principal é a reconstrução do percurso artístico do cantor e compositor brasileiro João Batista Vale: a compreensão da forma como circulou em espaços distintos, em razão das diferentes inserções de suas músicas no mercado fonográfico.

Dentre estes espaços de incursão, dois merecem destaque: aquele pelo qual circularam os autores e intérpretes das canções ditas “sertanejas populares” e, outro, no qual associaram-se os compositores e intérpretes das canções “populares e políticas”. Temos, portanto, dois momentos de constituição da cultura popular musical brasileira que envolvem a trajetória do artista. O primeiro, situado entre os anos de 1950 e 1960, e o segundo entre 1960 e 1970.

Para a análise de meu objeto, interessa, aqui, o período inicial de sua carreira, isto é, sua entrada no campo artístico, através de composições musicais apresentadas ao público, ouvinte de rádio e música gravada, por notáveis intérpretes

da música popular brasileira na década de 1950, e por meio de sua atuação no cinema. Observo como disjunções, distensões e rupturas constituíram marcas importantes de seu percurso inicial, reorientando sua carreira, suas composições, as classificações de sua obra, em um mercado fonográfico então pouco desenvolvido.

A estrutura social na qual sua obra originou-se, as relações sociais estabelecidas no período também são partes importantes do seu reconhecimento e consagração, em meados dos anos de 1960, como artista eminentemente popular. Além disso, o esquadramento de sua experiência social e profissional, nos sete primeiros anos de sua carreira, revela mudanças significativas na constituição do campo da música popular brasileira, se comparado ao período seguinte.

O PRIMEIRO MUNDO DE JOÃO DO VALE: O INÍCIO DE UMA EXPERIÊNCIA SOCIAL MUITO BEM CIRCUNSCRITA

João Batista Vale nasceu em Lago da Onça, povoado rural, distante seis quilômetros da pequena cidade de Pedreiras, situada no vale do rio Mearim, centro do estado do Maranhão, na região Nordeste do Brasil, em 1933, como atesta sua Certidão de nascimento, lavrada em 1944, quando ele já havia completado 10 anos de idade. O “do”, acrescentado antes de “Vale”, não fazia parte de seu sobrenome; veio, posteriormente, após suas primeiras produções de sucesso, como reforço de seu lugar de origem.

Lago da Onça abrigava antigas fazendas produtoras de algodão, dependentes do trabalho escravo; seus donos, Coronel Raymundo Ferreira Vale e o Alferes Ricardo Ferreira Vale, tinham como propriedade terras e trabalhadores. Dentre os agricultores que cultivavam os latifúndios dos coronéis, estavam os avós de João do Vale; ex-escravos, residentes ali mesmo, num pedaço de terra conhecido como “Centro do Meio” (KRAUSE, 2008). Seus avós paternos e sua avó materna – o pai de sua mãe era desconhecido – residiam nessa propriedade; o sobrenome herdado de seu pai indicava o pertencimento de seus avós paternos aos fazendeiros, na condição de escravos alforriados¹.

João foi o quinto filho nascido numa família de oito irmãos, cinco homens e três mulheres (*ver fig. 1*). O pai era Cirilo Vale, e a mãe Leovegilda Quadros, “mulher de pulso firme, não media esforços no trabalho e tinha enorme vontade de ver os filhos em melhores condições de vida, entretanto seu Cirilo não gostava de trabalhar na roça e vivia constantemente metido no meio de farra com bebidas e mulheres da vida” (KRAUSE, 2008, p. 9-10).

Seu primeiro documento de identificação – providenciado pelo pai, Cirilo Vale, lavrado no Cartório de Registro Civil, em Pedreiras, em 14 de abril de 1944 – data seu nascimento em 19 de agosto de 1937. Numa outra Certidão de Nascimento, emitida em 1985, sua data de aniversário corresponde a 11 de outubro de 1933, retificando a anterior. Em ambos os documentos, Pedreiras – município do qual fazia parte, à época, a localidade Lago da Onça – aparece como local de nascimento do compositor; o referido cartório situava-se na sede municipal.²

Em Lago da Onça, João do Vale viveu seus primeiros cinco anos de idade, quando a família mudou-se para a sede do município. Ali, frequentou a escola por pouco tempo, sem concluir o ciclo básico da educação brasileira, sem alfabetizar-se. Sua curta experiência como estudante marcou sua personalidade a ponto de aparecer em letras de músicas importantes de sua produção, e quase sempre nas entrevistas concedidas, conforme ilustra este trecho:

Teve uma época que foi designado um coletor novo lá pra Pedreiras. Coisa da política. E ele levou um filho em idade escolar. Na escola tinha uns trezentos alunos, mas escolheram logo eu pra dar lugar ao filho do homem. E eu senti, é claro. Resolvi nunca mais ir estudar. Não tinha porquê. Então de manhã eu pegava meu saco de merenda e enchia de pedra, ia pra cima do muro do colégio e na hora do recreio mandava pedra em todo mundo. Por estar com inveja, por não concordar com aquela injustiça. Tinha dia que botavam inspetor lá, mas eu dava a volta e na hora do recreio mandava pedra. Daí todo mundo comentava: “Esse menino não vai dar pra nada na vida”. Hoje eles botaram rua com meu nome, me homenageiam, só pra desmanchar o que fizeram... Mas nem Deus querendo eu esqueço! (ABRIL CULTURAL, 1977, p. 10).

Suas falas sobre a escola, sua passagem por ela e a forma como cultura e capitais “ofertados” pelo espaço escolar lhes foram negados, expressam sentimentos de lamentação, comoção e revolta, atenuados pela consagração artística, pelos prêmios e títulos recebidos ao longo de sua trajetória. “Bom, eu pelo menos me tornei um compositor popular; uma comissão de alunos da USP [Universidade de São Paulo] me deu o título de Poeta do povo, do qual me orgulho muito” [canta um trecho de uma composição sua] “Mas o negócio não é bem eu / É Mané, Zeca e Romão / Que também foi meus colegas / E continuam no sertão / Não puderam estudar / E nem sabem fazê baião” (*Minha história*) (*Idem*).

Esta consagração pode ser tomada como produto de uma “revolução simbólica”, nem negadora, nem destruidora, mas efetuada por um agente que fez uso dos capitais disponíveis nos momentos em que as alternativas lhes foram impostas; situado no polo dos dominados, sua luta não foi direcionada contra os dominantes, mas contra os limites, as clivagens, as alternativas, as prioridades, as escolhas impostas pela dominação³. No entanto, antes destas reconversões, as marcas de exclusão na criança, aclimataram-se em suas canções, e não se perderam, como referências, em sua vida particular ou doméstica. Seu biógrafo indica:

Se o viés do seu trabalho é o lado social do João do Vale, anote uma coisa muito importante. O viés social do João do Vale vem de quando ele é expulso de um colégio em Pedreiras. Quando ele é expulso desse colégio em Pedreiras, há uma coisa romanceada, quanto a isso. Ele é expulso desse colégio, e ele se torna a revolta em pessoa. Há uma coisa romanceada, que era o filho de um coletor de impostos, uma coisa esquisita, mas no final, acabam tirando ele. E ele jogava pedra nos meninos, meio que de ódio, e ele diz que foi expulso, de fato foi, mas não se sabe bem o motivo porque foi expulso, mas vamos colocar assim: ele foi perseguido, de uma forma que pode ter sido até mais cruel do que simplesmente entrar um aluno e tirar outro, eu acho isso um absurdo, se chegar um entra, mas enfim... A partir daí, ele tem esse viés rebelde. A música dele Carcará não tem nenhuma conotação política, agora, toda música de João do Vale, toda postura de João do Vale, ele não cantava com uma postura para um determinado público alvo, ele cantava daquele jeito, ele era um rebelde. Essa rebeldia social vem dessa expulsão do colégio e claro, claro, do preconceito, e claro da pobreza, tudo isso é importante (PASCHOAL, 2013).

Noutra ocasião, perguntado sobre a existência de alguma coisa que deixou de fazer na vida, João respondeu: “tinha vontade de estudar (pausa). Talvez eu não fizesse o que faço se tivesse estudado” (OLIVEIRA, 1995, p. A-3).

A relação com o meio escolar, ou sua precoce exclusão dele, privou João do Vale da aquisição de capitais importantes para aquilo que viria a fazer da sua vida profissional. Sua sensibilidade poética e musical, sua genialidade para tratar de temas populares, da natureza, do sertão, as expressões singulares de seu talento em suas apresentações ao vivo, musicais ou

teatrais, disputavam espaço com sua conduta social pouco disciplinada: a cor de sua pele, suas roupas e sapatos simples, seu apreço pela bebida.

No entanto, não foi naquele momento que as relações sociais estabelecidas em seu meio de origem foram tensionadas pelo seu meio de destino. Outras formas de exclusão, distintas dessas primeiras, ainda vieram. Aliás, o campo e a exclusão são temas recorrentes na obra de João, assim como caracterizam acontecimentos importantes de sua trajetória.

Seus pais, recém-chegados a Pedreiras, ocuparam-se em serviços distintos: o pai, sem nenhuma experiência, arranjou-se com pequenos trabalhos avulsos, e a mãe como doméstica. Aos seis anos de idade, João do Vale foi “doador” a Maria da Conceição Pereira, patroa de sua mãe. João deveria residir com a família, e teria algumas obrigações a cumprir, auxiliando nos serviços domésticos. Sobre esta curta experiência, Paschoal (2000, p. 17/18) narra:

Nesse tempo, conta dona Rosinha, filha de dona Maria da Conceição Pereira: “João era muito querido por todo mundo. Vivia cantando e pulando de um lado pro outro, com as pernas cambetas, por isso seu apelido era “Pé de Xote”. [...] João “Pé de Xote” se revelaria um menino muito ativo e participante. Carregava água do rio Mearim para casa, todos os dias, fazendo chuva ou sol [...]. Era solícito e cativante. Nesse período apareciam os iniciais “sintomas” de musicalidade do menino. Mas, ironia do destino, João era gago e acabaria virando atração na casa de dona Conceição: cantava como um passarinho mas era gago como um papagaio!

A reintegração à casa de seus pais aconteceu no ano seguinte, após a morte de Maria da Conceição Pereira. Sua contribuição, complementar à renda familiar, viria, agora, de seu esforço como vendedor de bolos, doces e frutas, nas ruas e feiras da cidade.

Para a criança que era, os *handicaps* sociais (condição material da família, interrupção da vida escolar e adoção) e estigmas corporais (negro, gago e pernas tortas), experimentados em tão pouco tempo de vida, formavam-se como conjunto de disposições naturalizadas (MICELI, 2012). A reconversão destas “mutilações sociais” em capital rentável virá muito tempo depois; quando, já adulto, enxergará os “móveis da luta” dentro do campo artístico musical, transformando as memórias destas marcas também em poesia e canções (*ver fig. 2*).

Em 1942, depois de promovido a terceiro-sargento da Polícia Militar, seu irmão mais velho mudou-se com mãe e irmãos para a capital do estado, São Luís, distante 270 quilômetros de Pedreiras; o pai permaneceu na cidade, alternando idas e vindas à capital.

Sua mãe, desde os tempos em que vivia em Lago da Onça, acompanhava os grupos de tambor-de-crioula e bumba-meu-boi, expressões tradicionais da cultura popular do Maranhão. Morando em São Luís, ela continuou a frequentar as reuniões e festas onde aconteciam as apresentações de música e dança dos diferentes grupos. Logo, uma das primeiras referências musicais na vida do pequeno João do Vale formou-se naquele momento.

O primeiro grupo do qual João do Vale parece ter participado em São Luís, chamava-se “Linda Noite”. Na representação da dança, o “amo do boi” desempenha um papel primordial no enredo da história, cujas funções vão desde a condução do grupo como um todo – com o auxílio de instrumentos sonoros como maracá ou apito – até a entoação e composição dos versos e cantos principais, numa espécie de improviso (LIMA, 2006, p. 1). Assim, como “amo do boi”, João do Vale exercitou sua capacidade de realizar composições musicais sem necessariamente transcrevê-las para o papel. Sobre suas influências musicais ele declarou: “A música folclórica do Maranhão é mais na base do ritmo, sem cordas e sem sopros, carregada de percussão. Sou muito influenciado pela música da minha terra. Meus versos e minhas músicas são baseadas no tambor-de-crioula e no bumba-meu-boi” (PASCHOAL, 2000, p. 72).

A preponderância de tais sonoridades, presentes nas reuniões dos grupos de bumba-meu-boi, e seu trabalho como vendedor ambulante nas ruas e mercados de São Luís, marcaram o início de sua adolescência na cidade. Antes disso, no cenário nacional, os sons musicais eram outros. Disseminados pelas gravações fonográficas e pelo rádio, em meados dos anos de 1940, o baião (categoria nova), o xote, o choro e a marcha eram marcas da origem heterogênea da música popular, refletindo a “riqueza da nacionalidade brasileira” criada de modo a evidenciar a música popular como manifestação espontânea da comunhão cultural que estava para além dos conflitos e fronteiras entre grupos sociais hierarquizados. De acordo com Rivron (2007), era uma forma da categoria “música popular brasileira” – que, até o início do século XX se via estigmatizada – ganhar nova legitimidade, numa tentativa de libertar alguns gêneros musicais dos limites da classificação do folclore regional, articulando-os como “referência emblemática do mercado nacional da cultura”.

Essa época de transição vivida pelo mercado de música popular brasileira também estará refletida nos usos, e apropriações distintas, das primeiras

composições de João do Vale; classificadas e apropriadas de acordo com os segmentos que se acomodavam às novas assimilações. Segundo Napolitano (2007), na disputa pelos espaços hegemônicos, no período,

O mercado de música popular e seus veículos principais – rádio, cinema e disco –encontravam-se cada vez mais abertos a outros gêneros que acabaram considerados concorrentes da hegemonia do samba, visto como mainstream (corrente principal) da música popular brasileira. Dois caminhos opostos foram potencializados na cena musical pós-1946: a internacionalização (jazz, gêneros caribenhos como o mambo e a conga, e o bolero); a disseminação de gêneros regionais, principalmente o baião, mas também a guarânia, coco, xaxado, moda de viola. Ao lado do trio carioca “samba-choro-marcha”, estes gêneros regionais acabaram por formar o que mais tarde foi chamado de “gêneros convencionais de raiz”, eixos da brasilidade musical, urbana e rural (*idem*, p. 58).

Insatisfeito com as perspectivas que se apresentavam na capital do estado do Maranhão, animado como tantos nordestinos, à época, pela ideia de abundância que caracterizava a região Sudeste do país – justificada pela oferta de empregos, proveniente de seu processo de industrialização e consequente crescimento urbano das capitais, Rio de Janeiro e São Paulo –, João do Vale, aos 15 anos de idade, saiu de casa, acompanhando os fluxos migratórios.

A fuga fora realizada de trem, na companhia de uma trupe circense, até a capital mais próxima, Teresina. A partir daí, viajou com recursos recebidos, como pagamento, pelos trabalhos avulsos que realizou ao longo de sua jornada rumo ao Sudeste, como ajudante de caminhoneiro, pedreiro e garimpeiro, até chegar, quase um ano depois, ao Rio de Janeiro, então capital da República. Tempos depois, ele contou como sua travessia lhe marcou como homem e como artista:

[...] Onde nasci não tem seca, mas passei um ano no Nordeste, na minha caminhada para o Sul (*sic*). Sofri influências de vários caras do Nordeste, principalmente de Luiz Gonzaga. Eu não tinha intenção de pesquisar, mas vi e guardei um monte de coisas: ajudante de caminhão vai para tudo quanto é buraco. Lá na Bahia cruzei com levas de retirantes nordestinos e vi na primeira página de um jornal uma fotografia do Assis Chateaubriand (1891-1968) dando um colar de quarenta águas-marinhas pra rainha Elizabeth [...]. Eu me rebelei com isso, como qualquer outro teria se rebelado. E poderia ter sido até um marginal; minha sorte foi que a revolta virou música e poesia (ABRIL CULTURAL, 1977, p. 10).

João Batista Vale chegou ao Rio de Janeiro em 1950, onde começou a trabalhar como servente de pedreiro. Há quem diga que um de seus tios, percorrendo trajeto semelhante, havia conseguido estabelecer-se como pedreiro na cidade. João teria recorrido a ele, nesse primeiro momento (LAGO, 2014). Dentre seus anseios primordiais na cidade grande, estava sua realização material, mas igualmente o desejo de mostrar suas primeiras composições a quem tivesse interesse em ouvi-las por um minuto, como declarou em várias entrevistas concedidas.

Naquele período, o rádio cumpria uma função importante no mercado nacional de música popular. Sua consolidação ocasionara mudanças profundas no processo de reprodução e recepção dos bens culturais produzidos. Como dito, os gêneros nordestinos emblemáticos consagrados como parte do “patrimônio musical nacional”, preservados e divulgados pelo rádio, formavam a “memória musical” de uma região e seu povo, numa tentativa de integração nacional que refletisse “a riqueza da nacionalidade brasileira”. O popular se redefinía, era reinterpretado, fundamentado pelas relações estabelecidas entre cultura e Estado (ORTIZ, 1994).

João do Vale encontrou um mercado favorável à recepção de suas composições. As estações de rádio, as gravadoras de discos e seus produtos conexos, revistas, fã-clubes, tinham no baião, e demais gêneros consagrados a partir de seu sucesso, o emblema da produção musical do período. João cantou o “regional”, transfigurado na natureza, nos animais, na saudade do sertão que ficou para trás; seus costumes e imagens que remetiam à autenticidade, à pureza, à sabedoria de seus homens e mulheres, expressas na genialidade de seus compositores, homens de “poucas letras”, mas “naturalmente” inteligentes, perspicazes e sensíveis na tradução, em versos, das peculiaridades de um povo e sua região, isto é, do nordestino e do Nordeste. Neste contexto, os números de gravações fonográficas confirmavam a hegemonia do baião: “[...] observa-se que o baião tem sua presença mais marcante na década de 50, sobretudo de 1950 a 1955, quando se concentram 1.057 do total de 1.822 gravações, localizando-se quase a metade delas entre 1952 e 1953. [...]”. (VIEIRA, 2012, p. 42).

Conhecidas e consagradas como espaços de projeção dos artistas, as estações de rádio eram procuradas por quem sonhava com a carreira artística, com o reconhecimento de seus versos, composições, num mercado de bens simbólicos que se desenvolvia ainda de modo rudimentar. O rádio, seus diretores, apresentadores/locutores de programas, cumpriam papéis distintos, dentre eles o de revelar novos talentos.

Animado por esta perspectiva, João do Vale frequentou as grandes estações de rádio, Tupi e Rádio Nacional, estatal que, desde meados da década de 1940, era ouvida em boa parte do território brasileiro, tornando-se líder de audiência e cumprindo, na medida do possível, a desejada integração nacional, objetivo primordial do governo Vargas.

Segundo João, a primeira pessoa com quem estabeleceu contato no meio radiofônico foi Zé Gonzaga, irmão de Luiz Gonzaga (ABRIL CULTURAL, 1977, p. 3). Para seu biógrafo, ele teria se aproximado primeiro de Luiz Vieira. Ao apresentar suas composições ao radialista, este rapidamente o apresentou ao irmão de Luiz Gonzaga, também cantor e compositor e contratado da gravadora Odeon (PASCHOAL, 2000). Nessa ocasião, após apresentar os versos de *Madalena* e *Cesário Pinto* a Luiz Vieira, Zé Gonzaga gravou ambas as canções para seu disco lançado em 1953. No entanto, nenhuma delas foi editada com autoria de João do Vale; Zé Gonzaga alegara que ambas eram inspiradas em versos de Januário, seu pai (*idem*, 2000, p. 232-233).

O referido disco de Zé Gonzaga trazia, de um lado, *Cesário Pinto*, um *schottisch* da autoria de Sr. Januário e, no outro, *Deixa o martelo bater*. Gravado pela Odeon e classificado como disco de música regional, não trazia qualquer menção ao ainda desconhecido João Vales, nome sob o qual o maranhense fez os registros de suas primeiras composições (ZÉ GONZAGA, 1953).

Em algumas referências ao “baião estilizado”, *Madalena*, aparece a autoria de João do Vale e Zé Gonzaga⁴. Todavia, a música mais conhecida como seu primeiro sucesso, primeira composição editada, onde seu nome aparece é o baião *Estrela miúda*, de 1953, em parceria com Luiz Vieira e gravado pela então “rainha do rádio”, Marlene. O disco de 78 rotações, lançado pela gravadora Todamérica, trazia do outro lado a música *Baião do Gago*, também com execução acompanhada por conjunto. E a autoria do primeiro baião trazia os nomes de Luiz Vieira e “João Vales” (MARLENE, 1953).

Estudiosos e familiares do artista afirmam que, por necessidades financeiras ou limitações com a escrita dos versos, diversas composições tiveram parcerias cedidas pelo artista. *Estrela Miúda* não é necessariamente um exemplo de tais concessões, mas, sua composição é ilustrativa do que acontecia com João do Vale e seu processo de trabalho. Luiz Vieira, em entrevista, conta como o conheceu na Rádio Tupi em meados dos anos 1950:

O João surgiu na década de 50. Como ele começou? Ele trabalhava em obras, numa obra aqui em Copacabana, ajudante de pedreiro e um belo dia ele foi à Rádio Tupi procurar Zé Gonzaga que era irmão do Luiz Gonzaga, que nós trabalhávamos juntos na Rádio Tupi e Rádio Tamoio, emissoras dos Associados. Ele chegou, estava todo sujo de lama, coitado, ele vinha do trabalho e escrevia umas coisas. Levou lá para apresentar ao Zé Gonzaga para tentar agarrar alguma coisa com o Gonzaga, mas não deixaram ele subir, nem para o auditório, nem pra Rádio. O Carlinhos, que era o porteiro, disse: “Olha, o que o Sr. quer com o Zé Gonzaga?”. Por que o tipo do João assombrava um pouco, né? Quem não conhecia bem, se espantava. João do Vale era um sujeito como um ananás muito áspero por fora, mas muito bom e doce por dentro, e por dentro para conhecer é muito difícil. Então ele disse que queria falar com o Zé Gonzaga, e o porteiro disse: “Mas, o Zé Gonzaga não vai receber o Senhor; o que é?”. Ele disse: “Eu estou escrevendo umas coisas, um baião e queria mostrar pra ele”. “Ele não vai receber o Senhor, mas tem um cara aí, novo, que é capaz de falar com o Senhor”. E era eu. E foi o que realmente aconteceu. Quando eu desci, ele falou comigo. Aí, eu vi o que ele mostrou. Era uma coisa absurda, ele não tinha a menor ideia do que era isso, não é? Mas eu vi que ele era um cara inteligente e eu senti que os poetas nascem poetas pela graça de Deus e populares pela graça do povo. E eu senti que ele era povo naquilo que ele escrevia. E eu disse: “Você tem uma coisa muito boa aqui, meu filho, mas não é assim que faz, não”. Não tinha nenhuma ideia de música, fórmula de música, nada, que tinha a ver com a época, com o que estava acontecendo naquele instante. “Mas eu acho que você é muito talentoso”. E eu disse: “Vamos fazer uma coisa, onde está você?”. Aí, eu não lembro muito bem, mas no dia seguinte ele estava na minha casa. E estava fazendo umas faxinas, estava precisando de grana, e me ajudava, limpava meu apartamento. Aí, eu dei um terno pra ele, pra ficar melhor, já ficou melhorzinho. E eu comecei a ver as coisas dele. Eu disse: “João, me fala uma coisa da sua terra, que seja popular, isso aqui não tem cabimento, é muito grande”. Ele, então, cantou uma musiquinha que era um folclore lá da terra dele, Pedreiras. [Canta Madalena]. Achei muito bonita a melodia, e tinha uma letrinha muito bobinha, eu melhorei. “Vai ser essa aqui que a gente vai apresentar ao Zé Gonzaga que você quer”. Então, eu mexi nessa música um pouco e estava vendo as coisas dele e ele cantava umas coisinhas. Nós fizemos as primeiras musiquinhas, mas quando essa música ficou pronta, eu chamei o Zé Gonzaga e disse: “Ô Zé, tem um cara fantástico

que eu descobri e ele é muito bom. Tem uma musiquinha que ele veio para cantar pra você, mas não subiu para falar com você...”. E cantei para o Zé Gonzaga. E ele disse: “É tua e dele?”. Eu disse: “É”. Ai ele disse: “Mas três numa música é muito”. Ai eu disse: “Então eu saio e você entra no meu lugar, mas grava a música desse rapaz, porque eu acho que ele é muito bom”. A partir daí, Zé Gonzaga gravou a música dele. Essa música não teve muito sucesso, mas foi a primeira a ser gravada. Eu não lembro assim cronologicamente a ordem das músicas, mas eu lembro que ele cantava e eu inteirava. Lembro de “Estrela Miúda” [...] Eu dizia: “Lembra das coisas de lá, João”; não fica inventando, você não tem talento pra isso. Tem talento para pegar as coisas suas, típicas. Ele cantou a primeira parte e eu acabei a segunda. “Vamos apresentar à Marlene”, que era a grande vedete da época. Cantei pra ela, ela gostou, e gravou. Acho que foi a primeira música; foi sim, a primeira (LUIZ VIEIRA, 2013).

Tais permissões funcionavam como uma forma de inserção no campo artístico, sobretudo se os trabalhos fossem realizados com profissionais já consagrados (*ver fig. 3*). Essa parceria com Zé Gonzaga, Luiz Vieira e a gravação da música por Marlene, classificam as criações de João, definem o seu perfil artístico, caracterizam a primeira fase de inserção de seu trabalho no mercado musical brasileiro, naqueles anos. Posteriormente, conforme se constata no trecho a seguir, ele mesmo indicará como suas incursões foram se dando e quais regras, naquele jogo, eram mais válidas e seguras para serem apreendidas:

Depois [da gravação de *Madalena*] ficou mais fácil um pouco pedir pras pessoas ouvir minhas coisas (*sic*), mas ainda precisava ter nome famoso junto. Como o de Luís Vieira, por exemplo. Foi engraçado o jeito que eu conheci o Luís. Eu estava na Rádio Tupi e alguém me perguntou: - Por que você não mostra suas músicas pro Luiz? Mas eu pensei: “Não, Luiz Gonzaga é Luiz Gonzaga, muito famoso - nem vai me atender”. Ai, eu procurei outro Luís, o Luís Vieira. Ele ouvia minhas coisas e gostou. Eu era garotão ainda, não sabia desenvolver as músicas que fazia. Mas Luís gostou dos meus versos, pegava as músicas e desenvolvia. Passou um tempo e fui até morar com ele. E foi o Luís que ajudou a convencer a Marlene a gravar nossa *Estrela miúda* (ABRIL CULTURAL, 1977, p. 3).

Marlene se consagrara como grande intérprete nos programas radiofônicos, nas gravações de discos; e, como todos os outros grandes cantores do período, ao gravar baião, evidenciava o prestígio do ritmo e seu lugar na hierarquia dos segmentos musicais no campo da música popular brasileira. Estrela do *cast* da Rádio Nacional, ao conhecer João do Vale – suas características físicas, sua cor, sobretudo –, acreditou que a canção que lhe fora apresentada como baião era um samba. *Estrela Miúda* não era um samba:

Estrela miúda que alumeia o mar / Alumeia a terra e o mar / Pra meu bem vir me buscar / Há mais de um mês que ele não / Que ele não vem me olhar... / A garça perdeu a pena / Ao passar no igarapé / Eu também perdi meu lenço / Atrás de quem não me quer / Estrela miúda... / A onda quebrou na praia / E voltou correndo ao mar / Meu amor foi como a onda / E não voltou pra me beijar / Estrela miúda... (*Estrela miúda*, João do Vale e Luiz Vieira, 1953).

Talvez a aparência do compositor tenha contribuído para que a cantora o associasse ao universo do samba; mas o seu lugar de origem também poderia ter influenciado. O baião, o xote ou o forró não são ritmos, ou gêneros musicais, característicos da cultura popular maranhense, cuja tradição não parece encontrar no sertão nordestino, em seus elementos identitários, maior reconhecimento. O próprio João do Vale, ainda que afirme uma influência da música de Luiz Gonzaga em sua formação, explica, em determinado momento, as bases da musicalidade de sua região e a influência dela sobre seu trabalho, como observado há pouco.

É essencial notar que, sob estigma semelhante, João do Vale também fugia ao estereótipo do compositor ou intérprete de baião, xote ou forró; nunca usou chapéu ou gibão – trajes que costumavam caracterizar os intérpretes destes ritmos, marcas emblemáticas do sertão nordestino – e não tocou sanfona ou qualquer outro instrumento musical. Aliás, em diferentes ocasiões, se definiu mais como poeta do que propriamente como compositor ou intérprete, mesmo depois de alguns discos gravados.

Seguindo com outras músicas interpretadas por artistas consagrados como Dolores Duran, Luiz Gonzaga e Luiz Vieira, João começou a viver de seu trabalho como compositor; assim, abandonando o ofício de ajudante de pedreiro, arriscou sua incursão definitiva no ambiente artístico musical. Agora, frequentava estações de rádio, editoras musicais, gravadoras e, conseqüentemente, estabelecia novas relações profissionais e de amizade.

Como se pode perceber, havia um “esquema socialmente prescrito” (ELIAS, 1995) para artistas que se vinculassem aos “gêneros regionais nor-

destinos”, caracterizados, por exemplo, pelos elementos que compunham as canções ou pela origem sertaneja de seus autores. João fugia, em certa medida, a esse modelo. Aí, teríamos uma justificativa, dentre outras, para suas músicas terem acompanhado as classificações que o termo “música popular” foi adquirindo ao longo do tempo no Brasil⁵. Por esta razão, também sua carreira como compositor teve desdobramentos que a de outros artistas não teve.

Sua trajetória profissional acompanhou o movimento social da criação artística no campo musical brasileiro por três décadas. Apoiou-se em formas estabelecidas, num primeiro momento, se opôs a elas, posteriormente, para fazer melhor, fazer de um outro modo (BOURDIEU, 2013, p. 345). O mundo social no qual João se criou como artista passa pela música popular regional nordestina, nas suas formas consagradas, mais legítimas, mas a ultrapassa quando começa a criar inspirado por outras formas, vinculadas à música popular brasileira, também consagrada e igualmente “mais legítima”.

Incorporando uma ideia de Rivron (2007), podemos afirmar, porém, que ainda no primeiro momento de sua carreira, João se deslocou de um meio social onde suas relações com a cultura musical se davam num “pólo popular (autodidata)” para, no mesmo espaço social, inserir-se num “pólo profissional, cosmopolita”. A profissionalização o consagrou, pouco a pouco, como artista popular, “vindo do povo, falando para o povo, numa linguagem simples, original e autêntica” (NETO, 1995, p. 9). Sua circulação nesse novo espaço o conduziu a outras áreas do campo artístico, como foi o caso de seu ingresso no cinema. Em 1954, João do Vale participa de *Mãos Sangrentas*, filme dirigido pelo argentino Carlos Hugo Christensen. Sua efetiva participação como ator foi pequena; limitou-se a substituir alguém acidentado durante as filmagens. No entanto, nos bastidores, aproximou-se do cineasta brasileiro Roberto Farias, então assistente de direção⁶.

A amizade com Roberto Farias o aproximou de Riva Farias, diretor com o qual viria a trabalhar (ver fig. 4). Ele compôs a trilha sonora da comédia musical *Rio Fantasia*, em 1957, filme de Watson Macedo e Riva Farias, e assistiu à direção da chanchada *Rico ri à toa*, de Roberto Farias, em cujo elenco encontrou importantes intérpretes de suas músicas, como Zé Gonzaga e Dolores Duran. Em 1958, fez figuração na comédia *No mundo da lua*, do amigo Roberto Farias. No final da década 1960, compôs, com Catulo de Paula, violonista e intérprete cearense, a trilha sonora do filme *Meu nome não é Lampião*, de Mozael Silveira (PASCHOAL, 2000).

Paralelamente, sua música era interpretada por diferentes artistas e grupos ou conjuntos musicais que circulavam em ambientes específicos,

identificados com a música popular regional nordestina, como *Marinês e sua gente*, *Trio nordestino*, Jackson do Pandeiro e Osvaldo Oliveira.

A experiência no cinema não reduziu a intensidade de sua produção musical. Retomando o argumento anterior, diríamos que ela consolidara suas relações pessoais e profissionais no “pólo profissional, cosmopolita”. A partir daí, sua carreira tomou um novo caminho, quanto à associação política que se fará às suas canções, sobretudo após sua atuação no *show Opinião*, em fins de 1964.

No entanto, neste artigo priorizo a primeira fase – se é que tal divisão é plausível – da trajetória social e artística do compositor, marcada pela apropriação de sua produção, identificada como um dos “gêneros regionais nordestinos”.

UMA VIDA NO LIMIAR ENTRE OS MUNDOS ARTÍSTICO E DE ORIGEM

Apresentei até aqui os primeiros passos da trajetória social de um indivíduo que se insere num campo artístico, o musical, e tem suas composições associadas a um segmento determinado que remete a uma série de marcas simbólicas vinculadas a uma região específica do Brasil. Este artista compõe músicas acompanhando aquilo que era estabelecido como padrão; suas letras estão de acordo com o que era gravado no período, ainda que sua compleição física e estilo de vida não encontrem correspondentes nas marcas simbólicas “mais legítimas”. Na estrutura do campo musical, da produção fonográfica, gêneros como baião, forró, coco e xote estavam consolidados; ele consegue uma inserção nesse espaço, sem revelar-se para o grande público. João não interpreta suas canções, apesar de ter tal desejo. Isso acontecerá apenas num segundo momento, quando outros gêneros e outra estrutura de poder se estabelecerem no campo da música popular.

No momento, as concessões, se existiram, foram feitas dependendo do gosto de um público, em certa medida específico, o nordestino e o migrante nordestino. Sua autonomia como compositor era, de algum modo, relativa, já que sua produção artística deveria atender aos padrões de produção e consumo vigentes. A relação com os consumidores se dava à distância; o grande público ouvinte de suas canções não o conhecia. Os intérpretes ganhavam a autoria de suas músicas; este aspecto é marca forte em sua carreira. Composições suas são reconhecidas, pelos ouvintes, como obras daqueles que as interpretaram e com elas se consagraram. Aqui, igualmente, reside uma das razões que podem ajudar a explicar o lado trágico da vida de João

do Vale; refiro-me às precárias condições financeiras enfrentadas por ele nos últimos anos de vida e ressalto sua morte, de certo modo, prematura.

Em compensação, essa primeira fase, constitui o início de um caminhar gradativo, uma maturação do talento do artista. A conduta do homem e do artista realizam-se na experiência comum, sem que se observe qualquer separação entre o “gênio”, assim consagrado posteriormente, e o homem que, mesmo na cidade grande, preservava os hábitos rotineiros trazidos do Maranhão. Se, a primeira forma musical na qual se apoiou foi aquela da consagrada música regional nordestina, vinculada à sua origem social, ela também disputava lugar no interior do homem João. Ao refletir sobre o lugar das marcas de origem na conduta de vida de João do Vale, o cantor e compositor Raimundo Fagner, em entrevista que me foi concedida, observa:

João era um cara muito humilde, muito simples, muito povão, muito nosso, assim, um cara do interior, aquele cara assim, não sei como ele aguentava a cidade grande. Porque ele tinha um roteiro de pessoas que se encantavam com ele, mas ele não tinha cara de cidade grande. Era um cara puramente do interior, com aqueles costumes que na cidade grande, ele queria manter. Você via claramente que era uma figura, de alguma forma, perdida na cidade grande, os costumes que ele tinha era como se estivesse no interior mesmo (FAGNER, 2013).

Na verdade, o conjunto de disposições interiorizadas até aqui marcou, em maior ou menor medida, ações e comportamentos pessoais e profissionais do artista. Assinala singularidades do seu trabalho artístico e, em medida semelhante, do seu lugar no panteão da música popular brasileira.

As condutas do homem e do artista se combinaram ao longo de sua vida, em todos os movimentos sociais de suas criações artísticas. Segundo Elias (1995, p. 55), quando se separa o homem do artista, a conduta do homem pode não combinar com o ideal preconcebido de um “gênio”, criando um problema para o biógrafo. Vários episódios da vida de João do Vale evidenciam a inexistência dessa suposta linha divisória e reafirmam que a força das disposições do homem são as mesmas do “gênio”; aliás, ele é forjado neste ajustamento. A compra de um caminhão – em 1959, quando seu trabalho como compositor já era reconhecido – revela o quanto homem e artista, não devem ser tomados em desconformidade. Ele mesmo contava:

[...] É que em 1959, eu ganhei um dinheirinho extra e resolvi comprar um caminhão. Eu tinha gostado muito de trabalhar como ajudante, e

achei que ser dono de caminhão devia ser bem melhor. Um amigo meu disse que eu devia ir pra Brasília, carregar material de construção, que em dois meses dava pra pagar o caminhão e em mais dois dava pra comprar outro. Claro que eu me mandei pra lá, né? Ai, uma noite, o caminhão - cheio que não era brincadeira - quebrou. Fiquei sozinho no meio da escuridão. [...] Mas o caminhão dava muito trabalho; então eu cheguei aqui no Rio, na companhia que tinha me vendido o caminhão e falei que queria desmanchar o negócio. Os caras aceitaram, só disseram que eu devia 250 contos. Perguntei se eles queriam o caminhão pelos 250 e eles toparam. Deixei o bicho lá e fui pro Maranhão. E cheguei lá pra casar – quer dizer, larguei o caminhão e peguei uma mulher (ABRIL CULTURAL, 1977, p. 10).

A imaginação do artista, o amadurecimento de seu talento se formavam no centro de tais impulsos, contradições e flutuações de desejos profissionais. A repentina compra do caminhão, assim como uma breve incursão no futebol, pelo Bangu Atlético Clube⁷, do Rio de Janeiro, são marcas formadoras de sua inovação, espontaneidade, inventividade e imaginação artísticas. Assim, se construiu sua “genialidade”, originalidade, autenticidade, reconhecidas em diferentes momentos de sua vida produtiva. Sua inventividade mistura-se à dinâmica imanente de sua vida material.

A existência como artista e a aquisição dos capitais culturais, próprios deste campo, estavam divididas com o que seu meio de origem havia deixado em termos de *habitus* (estilo de vida, sistema de valores, por exemplo), marcado pelos retornos, em diferentes momentos, à sua cidade natal, como seu casamento ajuda a explicar (BOURDIEU, 2010, p. 65).

A companheira, com quem casara em 1959 – viúva e mãe de três filhos – morava em Pedreiras. João assume como suas as três crianças; e a família aumenta, com mais três filhos, nascidos dessa união. O primeiro deles nasceu em 1962, e numa homenagem ao amigo Riva Farias, recebeu o nome de Paulo Roberto Riva Rodrigues do Vale. Se o nome próprio representa o “rito de instituição inaugural que marca o acesso à existência social” (BOURDIEU, 2007, p. 79), o nome recebido, e o posterior apadrinhamento da criança por Riva Farias, marcaram, na vida adulta, seu acesso ao ofício de cineasta.

Se tomarmos a mesma tese para seu pai – batizado como João Batista Vale, em seguida adotou João Vales como nome artístico, e, posteriormente, João do Vale – temos, a partir dos diferentes nomes utilizados, seu “acesso à existência social” marcado por flutuações, semelhantes àquelas que ajudam a compreender os movimentos e alterações do seu trabalho.

Esta primeira fase da trajetória artística de João do Vale foi marcada por períodos de consolidação e transição no campo da música popular brasileira. Consolidação da música regional como marca da heterogeneidade da cultura brasileira e, em seguida, sua substituição por outros gêneros e sonoridades, por outras formas de criação, carregados de significados particulares.

João do Vale é inserido no campo artístico, apenas como compositor. O prestígio que os artistas carregavam lhe era dado de forma incompleta; por não se expor para o grande público, não possuía marca identitária: o tipo físico, a roupa usada no palco, a dança ou o instrumento tocado. Era um artista, mas sem o reconhecimento e consagração do público. Daí, quem sabe, suas passagens pelo cinema, pelas estradas como caminhoneiro ou pelo futebol, sejam marcas da dúvida que tinha em relação ao ingresso na carreira artística. Os movimentos entre os dois mundos, o artístico e o de origem, se encontram, desencontram, se combinam, se opõem, ao mesmo tempo em que seu talento como compositor vai se consolidando, sendo maturado.

Até este momento, ele é a fusão disso tudo. Depois será, pelo menos profissionalmente, o “grande artista”, e se reconhecerá como tal. Sua carreira artística se tornará sólida; será compositor e intérprete de suas obras, além de ator. Reconhecimento e consagração vieram associados à condição de “gênio”, numa conjuntura cultural e política particular.

NOTAS

1. República Federativa do Brasil. *Registro Civil. Certidão de Nascimento*. João Batista Vale. Cartório do 2º Ofício - Registro Civil Pedreiras-MA, 03 de novembro de 1981 e República Federativa do Brasil. *Registro Civil. Certidão de Nascimento*. João Batista Vale. Cartório do 2º Ofício - Registro Civil Pedreiras-MA, 18 de dezembro de 1985.
2. Mon Serrat, Fundação João do Vale e Projeto Cinema no Interior (s.a). Ver Anexos, Figura 1: Genealogia de João do Vale.
3. (PINTO, 2004, p. 19-48, *In* PINTO, CHAMPAGNE *et* SAPIRO (dir.), 2004). Ver também PINTO, L. (2010).
4. *Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira*, *In* <http://www.dicionariompb.com.br/ze-gonzaga>, acessado em 01/08/2013. O próprio João do Vale canta um trecho da canção de sua autoria em uma entrevista (ABRIL CULTURAL, 1977, p. 3).
5. Como dito anteriormente, esta pesquisa trabalha com três momentos da carreira de João do Vale, que acompanham as diferentes definições que o termo “música popular” adquiriu no Brasil. Um primeiro, que remete às músicas regionais nordestinas; um segundo, que faz referência a “popular” como algo alusivo à ideia de povo, à sua conscientização política, e, um terceiro, que se estabelece quando da consolidação da indústria cultural no país, em que popular remete àquilo que é mais vendido, consumido massivamente (BARRETO, 2012).
6. Ainda não existem dados que possam indicar como João do Vale teve sua inserção no cinema.
7. Na década de 1950, João do Vale fez testes, como meia-esquerda, para compor a equipe do Bangu Atlético Clube, numa intervenção, junto ao Clube, do humorista cearense Chico Anysio, à época, empregado da Rádio Mayrink Veiga (PASCHOAL, 2000. p. 59).

- BIBLIOGRAFIA** Abril Cultural. (1977). *João do Vale*. Nova história da música popular brasileira. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural.
- BARRETO, M. (2012). *A trajetória de João do Vale e os lugares de sua produção musical no mercado fonográfico brasileiro*. Revista **ArtCultura**, vol. 14, nº 24, jan-jun.
- BOURDIEU, P. (2007). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 8ª Edição. São Paulo: Papirus.
- BOURDIEU, P. (2010). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, P. (2013). *Manet: Une révolution symbolique*. Paris: Raisons d'Agir/Seuil.
- CARVALHO, M. M. P. de. (1988). *Matracas que desafiam o tempo: é o Bumba-Boi do Maranhão. Um estudo da tradição/modernidade na cultura popular*. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*. Tradução de Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- KRAUSE, F. (2008). *Uma pataca da vida e obra de João do Vale*. Pedreiras-MA: s.e.
- LIMA, Wilson. (2006). Dez anos após a morte de João do Vale, artistas, intelectuais e produtores culturais ainda reverenciam o ídolo. **Jornal O Estado do Maranhão**, Caderno *Alternativo*, 6/12.
- MICELI, S. (org.). (2007). *A economia das trocas simbólicas*. 6ª Edição. São Paulo: Perspectiva.
- MICELI, S. (2012). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NAPOLITANO, M. (2007). *A síncope das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- NETO, J. P. de. S. (1995). Artistas lançam CD com músicas de João do Vale. **Folha do Mearim**, Junho.
- OLIVEIRA, A. (1995). Canto e vida de um João do Povo. **O Estado do Maranhão**, 12/11.
- ORTIZ, R. (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense.
- PASCHOAL, Márcio. (2000). *Pisa na fulô mas não maltrata o carcará: vida e obra do compositor João do Vale, o poeta do povo*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora.
- PINTO, L.; CHAMPAGNE, P. et SAPIRO, G. (dir.). (2004). *Pierre Bourdieu, Sociologue*. Paris: Fayard.

VIEIRA, S. *O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

PINTO, L. (2010). *La Religion Intellectuelle*: Emmanuel Levinas, Hermann Cohen, Jules Lechelier. Paris: PUF.

RIVRON, Vassili. (2007). Le reclassement de la musique populaire brésilienne: Trajectoires de producteurs radio-phonique et construction d'un patrimoine national (1936-1970). **Regards Sociologiques** (Dossier "Les champs artistique"). Nº 33/34, Juin.

ENTREVISTAS

Luiz Vieira. Rio de Janeiro-RJ, dezembro de 2013.

Márcio Paschoal. Rio de Janeiro-RJ, dezembro de 2013.

Raimundo Fagner. Fortaleza-Ce, junho de 2013.

DOCUMENTOS

República Federativa do Brasil. (1981). *Registro Civil. Certidão de Nascimento*. João Batista Vale. Cartório do 2º Ofício - Registro Civil, Pedreiras-MA, 03 de novembro.

República Federativa do Brasil. (1985). *Registro Civil. Certidão de Nascimento*. João Batista Vale. Cartório do 2º Ofício - Registro Civil, Pedreiras-MA, 18 de dezembro.

PÁGINA DA INTERNET

<http://www.dicionariompb.com.br/ze-gonzaga>, acessado em 01/08/2013.

MÚSICAS CITADAS

Madalena, João do Vale e Zé Gonzaga (1953).

Cesário Pinto, Januário Gonzaga (1953).

Estrela Miúda, João do Vale e Luiz Vieira (1953).

VÍDEO

O Nascimento do Poeta. Mon Serrat, Fundação João do Vale e Projeto Cinema no Interior (s.a.) Pedreiras-MA.

Palavras-chave:
**João do Vale,
 trajetórias artísticas,
 cultura popular,
 música brasileira.**

Resumo

Esta reflexão faz parte de uma pesquisa cujo objetivo principal é a reconstrução do percurso artístico do cantor e compositor brasileiro João Batista Vale: a compreensão da forma como circulou em espaços distintos, em razão das diferentes inserções de suas músicas no mercado fonográfico nacional. A princípio, destacaria dois destes ambientes: aquele no qual circularam os autores e intérpretes das canções ditas “sertanejas populares” e, em seguida, aquele no qual associaram-se os compositores e intérpretes das canções “populares e políticas”. Aqui, trato do período inicial de sua carreira, situado entre os anos de 1950 e 1960. O artigo demonstra que uma trajetória artística, sobretudo daqueles profissionais que em algum momento de suas carreiras consagraram-se como “gênios”, não prescinde de disjunções, distensões, rupturas e continuidades, formas quase sempre negligenciadas na reconstrução de seus caminhos pessoais e profissionais. Temos então, o esboço dos primeiros anos de formação de um artista popular que será, posteriormente, consagrado, numa esfera da música popular brasileira muito distante daquela que suas origens individuais, particulares e profissionais, conheceram, ou seja, a da música engajada ou de protesto.

Keywords:
**João do Vale, artistic
 trajectory, popular culture,
 Brazilian music.**

Abstract

The present reflection is part of a research whose main goal is to reconstruct the artistic path of Brazilian singer and composer, João Batista Vale; the understating of how his work could circle in many distinct scenarios, as a result of the different insertions of his songs in the national phonography market. At first, two of these scenarios should be outlined: that in which circulated composers and singers of songs known as “popular ‘sertaneja’ (country)” and also that in which composers and singers would gather around to sing songs known as “popular and political”. In this paper, the period in question will be that of the beginning of his career, the 1950’s and 1960’s. The article shows that an artistic trajectory, specially concerning those professionals who in some moment of their career come out as “genius”, doesn’t go without disjunctions,

distensions, ruptures and continuities, issues frequently neglected when it comes to the reconstruction of the artist's professional e personal courses. What we have, then, is the draft, the sketch of a popular artist's early years – an artist who will be posteriorly consecrated – in a Brazilian popular musical sphere much distant from that which his individual and professional origins knew, that meaning the engaged protest songs.

Recebido para publicação em fevereiro/2015. Aceito em maio/2015.

ANEXOS

Figura 1: Genealogia de João do Vale

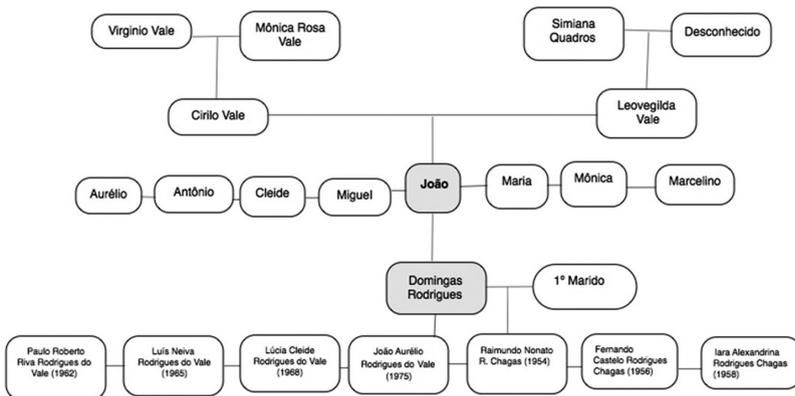


Figura 2: Triunfos, handicaps e carreira de João do Vale - (1933 a 1996)

Data e lugar de nascimento	Profissão do pai	Dilapidação social dos pais	Estigmas	Gestão do capital de relações sociais	Posição na fratria e carreira dos irmãos	Curso Superior	Carreira	Curso Superior	Prêmios e títulos
19/08/1937 (Cópia de uma certidão de nascimento de 1981) 11/10/1933 (Segunda Cópia da CN - 1985). Pelas Certidões, nasceu em Pedreiras - MA. Segundo a família, Lago da Onça, Pedreiras - MA. Registrado em 04/1944	Lavrador (filho de escravos foragidos) e biscateiro	-	Negro, pouco alfabetizado (expulso da escola no terceiro ano primário), gago na infância, aos seis anos (1939) foi doado para a adoção à M. da Conceição Pereira (a quem a mãe ajudava nos serviços domésticos), em 1940 após a morte de M. Conceição, é devolvido à família.	-	Quinto filho. Irmão mais velho é terceiro sargento da PM São Luís - MA (leva mãe e irmãos para se estabelecerem em São Luís).	-	Vendedor de rua, ajudante de caminhoneiro, garimpeiro, pedreiro, figurante, assistente de direção e compositor de trilha sonora para cinema.	Compositor, intérprete e ator	Poeta do Povo, Mestre em Cultura Popular pela Universidade Vanderbilt, grã-Mestre da Ordem do Rio Branco, Medalha Pedro Ernesto pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e prêmio Sharp de melhor disco de música regional pelo disco - tributo João Batista do Vale, de 1994.

Figura 3: João do Vale e Luiz Gonzaga



Fonte: Arquivo Pedro Cruz, *In* ABRIL CULTURAL, 1977, p. 5.

Figura 4: João do Vale e o cineasta Riva Farias - (Segunda metade dos anos 1950)



Fonte: Arquivo da família João do Vale.

Andread Jó e a Nova Produção Independente em Fortaleza-Ce: reflexões sobre a indústria fonográfica em tempos de ciberespaço

Tássio Ricelly Pinto de Farias

Mestre em Ciências Sociais e Humanas pelo Programa de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN) e Graduado em Filosofia. Professor da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP).

Endereço postal, profissional: Rua José Paulino do Rego, 45, Pau dos Ferros/RN. CEP: 59.900-000.

Endereço eletrônico: tassioricelly@gmail.com.

Jean Henrique Costa

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Endereço postal, profissional: BR 110, km 46, Rua Professor Antônio Campos, s/n. Bairro: Costa e Silva. CEP: 59.633-010, Mossoró, RN.

INTRODUÇÃO

Pensar sobre a indústria cultural hoje é partir de uma inversão metodológica que reconfigurou o acesso aos bens culturais. Diga-se de passagem: se antes existiam *‘mídias de massa’*, hoje imperam *‘massas de mídias’*. Negligenciar tal mudança estrutural pode pôr em risco qualquer escrito que se proponha a repensar o vigor do conceito de indústria cultural. Como disseram Albornoz e Gallego (2011, p. 104), “o emprego de ferramentas online está na ordem do dia”. Assim, a desmaterialização da cultura e o surgimento de plataformas virtuais de distribuição em rede (gratuitas ou não) dos bens

simbólicos, constituem os novos desafios para se (re)pensar a atual dinâmica de produção-distribuição-consumo da indústria cultural e, inserida nela, conseqüentemente, a indústria fonográfica. Para além de seu prelúdio histórico, hoje devemos considerá-la como uma indústria cultural de base local-global, dialeticamente produzida por aparelhos diversos de reprodução simbólica das sociedades contemporâneas. Indústrias culturais, no plural, expressam o novo tempo de midiaticização e ciberespaço. De cima para baixo, de baixo para cima, vertical e transversalmente a produção cultural vem se forjando, fortalecendo, reinventando e impondo formas plurais e heterogêneas de disputa por legitimidade cultural e econômica.

Essa tão mencionada *indústria cultural* pode ser entendida, de forma genérica, como a logística administrativa do mundo capitalista sendo aplicada aos bens culturais, de modo a torná-los mercadorias, produtos culturais. Embora o presente ensaio atribua maior atenção à produção musical independente – enxergando-a como possível saída para a heteronomia antes exercida hegemonicamente pelas *majors* do entretenimento –, isso não significa que, automaticamente, tenha-se uma visão ‘romântica’ das novas realidades estruturais do mercado musical. Este permanece, em si, indústria cultural.

A arte sempre foi comercializada¹. O que muda na sociedade capitalista é o seu caráter assumidamente ‘aberto’ de mercadoria. O caso da música não é diferente. Como disse Theodor W. Adorno, “[...] a música atual, na sua totalidade, é dominada pela característica de mercadoria: os últimos resíduos pré-capitalistas foram eliminados [...]; [os bens culturais] fazem parte do mundo da mercadoria, são preparados para o mercado e são governados segundo os critérios deste mercado” (ADORNO, 1996, p. 77-78), assim como qualquer outro produto. Por isso, é preciso entender que mesmo ao se falar de uma *indústria fonográfica independente*, trata-se de um negócio, um comércio de bens culturais; ainda que alternativo ou distante do grande capital, todavia, permanece dentro da lógica comercial. O caráter de negócio da música tem sido analisado, muitas vezes, de forma dicotômica e ingênua, como se os independentes não fossem também parte da indústria cultural. Claro que o são! Por maior que seja o distanciamento organizacional e material, alguns elementos de reprodução da lógica mercantil precisam permanecer para a sustentabilidade do artista no mercado.

Por conseguinte, pensar na indústria fonográfica, hoje, sem relacioná-la às mudanças das formas midiáticas contemporâneas é demasiadamente um exercício arriscado. Entende-se, assim como Miskolci (2011, p. 12), que “mídias digitais são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados

em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material”. Daí que, o desenvolvimento da microeletrônica resultou no aparecimento de novos equipamentos tecnológicos (*Mp3 Player, IPod, Tablet, Smartphone*, etc.) que suscitaram, juntamente com a potencialização do acesso à *Internet*, novos hábitos de produção e consumo musical. Doravante, a produção musical contemporânea se dá, em sua maior parte, por meio de mídia digital. Não seria arriscado dizer que, em poucas décadas, uma substancial revolução operou nos mercados musicais. Por conseguinte, é neste pequeno caldeirão midiático e tecnológico que a denominada produção musical independente vem se tecendo.

Outra premissa necessária à compreensão dessa atual indústria fonográfica, e mais especialmente da Nova Produção Independente (NPI), pode ser expressa no conceito de *negócio em rede*, do sociólogo espanhol Manuel Castells. Parafraçando-o, ousa-se dizer que a *Internet* se tornou o alicerce organizacional da cultura atual. Assim, sendo ela a infraestrutura tecnológica que possibilitou o advento das novas formas de produção e apropriação dos bens simbólicos, é mister entendê-la como um “tecido de nossas vidas” (CASTELLS, 2003, p. 8). Doravante, deve-se compreender que a rede, por excelência, dessa NPI é, portanto, a *galáxia da Internet*.

Observa-se certa similitude entre as ideias de Castells e Herscovici, à medida que, para este último, a mudança nos hábitos de consumo da música deve ser entendida como fruto de um processo de desmaterialização dos bens simbólicos unido à sua difusão em rede. Para Herscovici, “no âmbito dessas redes, a música online é um bem livre, à medida que não é mais escasso” (2007, p. 16). E afirma ainda o mesmo autor que “a não exclusão [dos novos formatos de áudio difundidos na rede] explica-se a partir da imaterialidade do serviço e a partir do fato que a cópia apresenta a mesma qualidade técnica que o original” (*idem*, p. 11). Logo, já não faz sentido adquirir um CD ou um Vinil por questões de qualidade. No máximo, o indivíduo irá adquiri-los por certo fetiche de colecionador. Neste sentido, tentar excluir ou mesmo limitar as mídias disponíveis em rede se torna tarefa quase hercúlea. A tendência concreta é a imaterialidade em rede do bem cultural.

Em *A reconfiguração da indústria da música*, Herschmann e Kischinevsky (2011, p. 03) afirmam que a avalanche de mudanças ocorridas nos últimos tempos na indústria fonográfica tem duas faces: a) primeiramente, presencia-se “[...] não só a desvalorização vertiginosa dos fonogramas [...], mas também o crescente interesse e valorização da música ao vivo”; b) “e, em segundo lugar, a busca desesperada por novos modelos de negócio fonográficos [...], ou melhor, o crescente emprego das novas tecnologias e

das redes sociais na *web* como uma forma importante de reorganização do mercado [...]”.

Hoje, as empresas que controlam as plataformas digitais de áudio parecem ter assumido um dos papéis que outrora era exercido pelas grandes produtoras: o papel de mediadoras. Observa-se, portanto, um jogo de mudanças de posições. Se, por um lado, para Pierre Lévy, “a partir de agora os músicos podem controlar o conjunto da cadeia de produção da música e eventualmente colocar na rede os produtos de sua criatividade ‘sem passar pelos intermediários’” (LÉVY, 1999, p. 143, grifo do autor), por outro, observa-se o surgimento de uma infinidade de intermediários, a exemplo das plataformas digitais *Youtube*, *Myspace*, *Last.fm*, *Spotify*, *iTunes* e outras. Como disse Yúdice,

Frequentemente, diz-se que na era da Internet produtores e consumidores podem dispensar os intermediários. **Isso é um mito**, pois como acabamos de assinalar, plataformas como *Youtube*, *Myspace* e *Last.fm* (e outras), as quais presumivelmente dispensam intermediários, na realidade se constituem em outra geração de intermediários (2011, p. 45, grifo nosso).

Logo, como bem observaram Herschmann e Kischinhevsky (2011, p. 05), as “velhas indústrias fonográficas” estão mudando suas políticas e tornando-se, aos poucos, “companhias musicais”. O resultado geral desse novo processo, afirmam estes autores, é que as empresas buscam, “em muitos casos, franquear o acesso a seus acervos por meio de parcerias com novos intermediários”. Portanto, os investimentos massivos agora se voltam para ferramentas de distribuição via *Web*. Vê-se, de longe, um processo de reestruturação no negócio da música.

Herscovici (2007, p. 09) ajuda a entender a situação paradoxal que vive hoje a indústria fonográfica, ao afirmar que “a economia atual da internet se baseia nesta complementaridade entre atividades aparentemente não mercantis, em boa parte gratuitas e descentralizadas, e a estrutura de quase monopólio da info-estrutura”. Ou seja, se por um lado os artistas autônomos/independentes têm hoje maiores possibilidades de difundir – em rede – suas músicas, sem a necessidade de acordos com grandes gravadoras; por outro, as empresas que controlam esses intermediários (plataformas digitais) estão se tornando cada vez mais fortes e lucrando cada vez mais com o mercado musical.

Os tempos mudaram e com eles, certamente, mudou também a indústria cultural estudada por Theodor W. Adorno e outros teóricos da

Escola de Frankfurt. No entanto, essas mudanças não tornaram o conceito de indústria cultural obsoleto. Como disse Castells, em sua obra *A galáxia da Internet*, “a ideologia e a boataria permearam a compreensão dessa dimensão [a Internet] fundamental das nossas vidas [...] Algumas vezes isso assumiu a forma de profecias futurológicas [...] outras vezes, aparece como distopias críticas” (2003, p. 8-9). Resta analisar as mudanças distanciando-se do otimismo ingênuo que insiste em tentar invalidar o conceito de indústria cultural, bem como, analisá-la ante suas novas configurações. Como afirmou Rodrigo Duarte (2014, p. 38):

Em princípio, pode-se dizer que, no tocante à maioria das características da indústria cultural criticadas por Horkheimer e Adorno, sua essência coercitiva permanece a mesma, ainda que as condições políticas e econômicas do mundo e os pressupostos tecnológicos da cultura de massas tenham se modificado radicalmente.

Nesse sentido, distanciando-se dos entusiasmos pró ou contra o conceito adorniano de indústria cultural, este ensaio objetiva compreender algumas estruturas sociais de um mercado musical independente, em Fortaleza/CE, a partir do artista independente Andread Jó, buscando descrever as principais características do mercado independente do *reggae*, numa cidade em que predomina, massivamente, nos espaços de sociabilidade populares, o forró eletrônico, as estratégias de mercado adotadas pelo músico e as formas de consumo musicais utilizadas pelo seu público ouvinte. Ademais, observamos, nas vicissitudes desta problemática, como se manifestam certas formas de consumo musical e reprodução simbólica. As obras de Castells e Lévy ocupam papéis centrais na discussão do conceito de indústria cultural.

Este artigo foi produzido com base em entrevista que nos foi concedida pelo próprio Andread Jó, no dia 25 de setembro de 2014, na cidade de Fortaleza. A sua identificação nominal, neste texto, foi autorizada, previamente, pelo próprio artista. Metodologicamente, trata-se de uma reflexão, embora empírica, mais ensaística sobre o objeto aqui esboçado. Seus resultados expressam mais o vigor da reflexão teórica do que a intenção metódica de demonstração sistemática de uma realidade. Não há aqui, pois, a intenção de produzir um ‘mega relato’ sobre as atuais estruturas e estratégias sistêmicas e prescritivas da indústria cultural. O intento limita-se à tentativa de compreender algumas das novas formas de difusão da música como bem imaterial. Entretanto, conserva-se e acredita-se na atualidade e potência do conceito de indústria cultural. Assim, prosseguimos com análise das novas características da indústria fonográfica, focando-se na NPI.

A INDÚSTRIA FONOGRAFICA EM TEMPOS DE CIBERESPAÇO

A Revolução das Tecnologias de Informação, ocorrida nas últimas décadas do século XX, acarretou mudanças significativas no modo de produção capitalista, intensificando o comércio mundial e provocando alterações nos modos de produção e difusão da cultura (CASTELLS, 1999). Mais do que nunca, hoje vivemos em rede. Especificamente tomando o mercado musical, o fato é que as *gravadoras independentes* existem no Brasil há algumas décadas. Muitas delas tinham contratos com gravadoras tradicionais nas décadas de 1980 e 1990 e faziam parte do circuito de produção das grandes gravadoras, visto que estas terceirizavam alguns dos seus serviços que envolviam a produção dos fonogramas. Na visão de Castells (2003), isso já caracterizaria uma produção em rede.

Com o crescente desenvolvimento da rede mundial de computadores, entre as décadas de 1970 e 1990, e conseqüentemente, com a potencialização do acesso à *Internet* (que chega para o público em geral em 1995²), a cultura virtual – ou Cibercultura (LÉVY, 1999) – toma lugar na vida do homem contemporâneo. A sociedade em rede agora estava provida de uma infraestrutura técnica jamais vista antes. A *Internet* surge, pois, como novo palco de atuação do homem: seja na dimensão dos negócios, seja na dimensão dos bens culturais, ela passa a ser a nova rede de inter-relações.

O acesso à *Internet*, que teve sua popularização no Brasil iniciada nos anos 2000, trouxe consigo mudanças que afetaram profundamente o negócio da música. Dentre elas, pode-se destacar a facilidade de realizar o *download* das gravações. Também se pode afirmar que a queda na venda dos fonogramas está entre as mudanças que mais afetaram a indústria fonográfica tradicional na virada do século XX. Esse acontecimento parece ter sido o primeiro a ameaçar o monopólio das *majors*. O CD “pirata” – assim denominado todo aquele produzido à margem da legalidade jurídica – teria desencadeado uma série de mudanças na logística da produção musical. Diante destes desafios enfrentados pelas gravadoras tradicionais, poder-se-ia perguntar se essa queda na venda dos fonogramas e o maior acesso à música, via *Internet*, estariam, assim, “enfraquecendo” a comercialização de música. No entanto, o surgimento de outras estratégias de comercialização atesta a ingenuidade dessa indagação. Para Yúdice, “As soluções que a grande indústria da música espera que tragam de volta os vultosos lucros do passado são as vendas online e os serviços que utilizam tecnologia streaming” (2011, p. 22). Ou seja, embora as estratégias tenham mudado, abalando as bases do monopólio desfrutado pelos *managers* do entretenimento por décadas, ainda há certo domínio de mercado, visto que empresarialmente os atores

sociais hegemônicos desenvolveram novas estratégias para se manterem de pé diante dos novos desafios.

A supracitada *indústria cultural* muito tem sido analisada nos últimos tempos. Paralelo ao grande *boom* dos estudos que a rediscutem, é possível observar um crescimento notável de estudos na área de Sociologia da Música. Nas palavras de Timothy J. Dowd (2007, p. 1), “*the sociology of music has enjoyed a notable boom during the final decade of the twentieth century and the early years of the twenty-first century*”³. Entretanto, é necessário lembrar que na era da sociedade em rede (CASTELLS, 2003), um estudo de mercado como este não pode deixar de considerá-la como catalisador de mudanças. Ou, como disseram Alborno e Gallego (2011, p. 104), embora seja “ainda complicado avaliar o crescimento da procura pela música ao vivo e pelos serviços musicais online, [...] qualquer análise sobre as transformações do mercado musical deve levar estes fatores em consideração”.

A temática da indústria cultural não caducou ainda! A atualidade da sua discussão evidencia-se nos muitos estudos que têm surgido sobre a tríade música, mercado e sociedade. Observa-se certo redimensionamento nas discussões, ou melhor, a divisão da problemática em ‘subcampos’ específicos: música, cinema, novela, publicidade, games, etc. Logo, partindo somente do subcampo “música”, é possível destacar diversos estudos sobre a indústria cultural. Exemplos: Indústria cultural e forró eletrônico no RN (COSTA, 2012); Produção e consumo do reggae das radiolas em São Luís/MA: significados, simbolismos e aspectos mercadológicos (SANTOS, 2009); A Nova Produção Independente: indústria fonográfica brasileira e Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (DE MARCHI, 2006); Discutindo o papel da produção independente brasileira no mercado fonográfico em rede (DE MARCHI, 2011); Economia “imaterial”, novas formas de concorrência e lógicas sociais não mercantis: uma análise dos sistemas de troca dos arquivos musicais (HERSCOVICI, 2007); O tecnobrega no contexto do capitalismo cognitivo: uma alternativa de negócio aberto no campo performático e sensorial (GABBAY, 2007); As estruturas sociais de um mercado aberto: o caso da música brega do Pará (FAVARETO; ABRA-MOVAY; MAGALHÃES, 2007); Indústria cultural, cibercultura e música independente em Brasília: um estudo com as bandas ‘Amanita’ e ‘Feijão de Bandido’ (COSTA; FARIAS, 2014); Apontamentos sobre alguns dos novos negócios da música (YÚDICE, 2011); Novas formas de prescrição musical (PÉREZ, 2011); Setor da música... independente? Apontamentos sobre a trama empresarial espanhola (ALBORNOZ; GALLEGO, 2011); Wado, um ilustre desconhecido nos novos tempos da indústria musical (JANOTTI JR.; GONÇALVES; PIRES, 2011), dentre inúmeros outros estudos.

Uma ressalva metodológica a ser destacada diz respeito à terminologia adotada neste artigo. Analisamos o mercado musical de forma ‘dual’: por um lado, considera-se como indústria fonográfica tradicional uma gama de empresas que por décadas desfrutaram de certa hegemonia na produção e prescrição dos sucessos musicais: referidos como *majors*, *managers*, *mainstream*; por outro, analisa-se principalmente a atitude *indie* (independente), denominada, também, de *underground*, fora do *mainstream*. Ressalta-se, ambas atitudes (referenciadas pelas formas citadas) constituem a *indústria cultural*, conceito elaborado por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer nos anos 1940⁴. As diferenças são somente ‘estruturais’: uns estão ‘dentro’, enquanto outros ‘fora’ ou nas ‘bordas’ dos *mainstream musical*. Por conseguinte, se é necessário destacar que mudaram as formas de produção, venda e distribuição da música, é igualmente importante lembrar que estas mudanças foram operadas, na maioria das vezes, na tentativa de se implementarem novas formas de consumo musical, perpetuando, assim, o *status quo* da indústria cultural. Ou seja, as mudanças fazem parte da reestruturação do mercado musical, fenômeno que atinge, de tempos em tempos, todos os setores dos mercados.

Nesse ínterim, a indústria cultural contemporânea se destaca principalmente pela mudança estrutural causada pelo advento da *Web 2.0*, bem como pela desmaterialização (digitalização) dos bens simbólicos e sua consequente distribuição em rede. Doravante é possível sonhar – mesmo que a possibilidade permaneça utópica – com o fim da hegemonia dos *managers* do entretenimento. Tornou-se possível, portanto, falar numa real descentralização da produção e distribuição dos bens simbólicos. Como disse De Marchi (2011, p. 151), “a digitalização dos fonogramas e sua desvinculação dos suportes físicos dão início, na verdade, a outra etapa [...]” de produção na indústria fonográfica. Para ele, a indústria da música saiu de uma fase propriamente industrial, caracterizada pela produção do fonograma físico – o disco de vinil, o K7 ou o CD/DVD – e ingressou na fase pós-industrial, caracterizada pela produção e distribuição imaterial em rede. E acrescenta:

Isso porque a desmaterialização da produção de fonogramas faz com que toda a estrutura industrial que caracterizava a fonografia perca sua razão de ser: o fonograma digital não é um bem que deva ser reproduzido em larga escala para recuperar os custos de produção, mas uma informação que precisa ser difundida, compartilhada, por redes de comunicação, a fim de que se valorize e, por conseguinte, cobresse [cobre-se] por seu acesso (DE MARCHI, 2011, p. 151-152).

Assim, compreende-se que, inicialmente, a indústria fonográfica tradicional tenha encarado com maus olhos essa nova dinâmica de distribuição em rede dos bens simbólicos. Falou-se até mesmo em uma suposta ‘crise’, decorrente da queda nas vendas dos CDs no período que vai de meados da década de 1990 até os dias atuais (DE MARCHI, 2006). No entanto, se, por um lado, essa suposta crise abalou o mercado das *majors*, por outro, suscitou novas estratégias de produção e comercialização que, claro, foram incorporadas (e desenvolvidas) em sua maioria primeiramente pelas *indies*. Mas, pouco depois, despertou os olhares das *majors*.

Em seu escrito intitulado *Novas formas de prescrição musical* Pérez (2011) aborda as mudanças proporcionadas ao meio musical pela *Web 2.0*. Esta, ele a define não como uma ‘tecnologia’ em si, mas sim como uma ‘atitude’. Conforme Pérez,

[...] a *Web 2.0* abarca características como interatividade, participação, intercâmbio, colaboração, redes sociais, bases de dados, usuário, plataforma. Realmente, passa-se de uma comunicação unidirecional e complexa à possibilidade de criar um espaço próprio e a realizar uma interação, uma atuação mais participativa (2011, p. 52-53).

Outros pensadores também teorizaram sobre as mudanças trazidas pela popularização do acesso à Internet. Considerando que a *Web 2.0* está inserida no conceito de *Ciberespaço* do filósofo tunisiano Pierre Lévy (1999), entendemos o quanto este teórico também cabe na lista dos ‘apologistas’ dessa rede interativa. Na tentativa de conceituar o ciberespaço, Lévy afirma:

O ponto de partida fundamental é que o ciberespaço, conexão dos computadores do planeta e dispositivo de comunicação ao mesmo tempo coletivo e interativo, não é uma infraestrutura: é uma forma de usar as infraestruturas existentes e de explorar seus recursos por meio de uma inventividade distribuída e incessante que é indissociavelmente social e técnica [...] O nervo do ciberespaço não é o consumo de informações ou de serviços interativos, mas a participação em um processo social de inteligência coletiva (1999, p. 198, grifo nosso).

Observa-se nestas citações que tanto Lévy quanto Pérez veem essa nova conexão como uma ‘atitude’, uma forma de ‘usar’ a técnica, e não como a própria técnica. A guinada que a *Internet* operou na dinâmica da mídia faz dela um espaço bidirecional ou multidirecional. Por isso, não é possível

caracterizá-la como ‘veículo de massa’, como a TV e o rádio. “Enquanto as mídias de massa, desde a tipografia até a televisão, funcionavam a partir de um centro emissor para uma multiplicidade receptora na periferia, os novos meios de comunicação social interativos funcionam de *muitos para muitos* em um espaço descentralizado” (LÉVY, 2010, p. 13). Em outras palavras, se antigamente se tinha mídia de ‘mão única’, com receptores supostamente passivos, hoje se tem mídia de ‘mão dupla’, com receptores ativos (atividade de múltiplas formas de recepção e decodificação do que se consome). Lemos esclarece a diferença:

Na estrutura massiva do controle da emissão – a indústria cultural clássica – a informação flui de um polo controlado para as massas (os receptores). Com o surgimento e a expansão do ciberespaço, esse modelo está sendo tensionado pela emergência de funções “pós-massivas”. Aqui a liberação da emissão não é apenas liberar a palavra no sentido de uma produção individual, mas colocar em marcha uma produção que se estabelece como circulação e conversação [...] O sistema pós-massivo permite a personalização, o debate não mediado, a conversação livre, a desterritorialização planetária (LEMOS, 2010, p. 26, grifo do autor).

Ressalte-se que, “diferente do que dizem os mais afoitos, o sistema de comunicação de massa não vai acabar” (LEMOS, 2010, p. 26). O que se tem testemunhado são mudanças de perspectivas proporcionadas pelo ciberespaço. Se antes se tinha um público-massa encharcado de tanta informação unidirecional, desprovida de conversação; hoje, tem-se um público (massa ou não, não cabe aqui questionar) que tem nas mãos ferramentas de conversação multidirecionais, como as redes sociais do ciberespaço. Os autores reafirmam a ideia de ‘mudança de atitude’:

“*Web 2.0*” é um termo criado em 2004 por Tim O’Reilly para diferenciar a primeira fase do desenvolvimento do ciberespaço, onde as páginas na Internet eram mais estáticas, para a fase atual, onde diversas ferramentas e novas funcionalidades foram adicionadas aos *websites*, fazendo-os mais abertos e participativos (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 38, grifo dos autores).

As aplicações vinculadas à *Web 2.0* são as seguintes: blogs; fotologs; redes sociais (Myspace e Facebook); redes sociais mais voltadas para a música (Last.fm); lugares de recomendação (Pandora Music, Podcast); serviços musicais via streaming (Spotify); redes de intercâmbio de arquivos P2P; e fóruns” (PÉREZ, 2011, p. 53).

Nessa perspectiva, aponta-se a maior participação do consumidor/internauta no negócio da música como resultado imediato dessa nova mídia. Se antes os grandes *managers* da indústria cultural prescreviam hegemonicamente o gosto musical, hoje se percebe uma suposta descentralização da produção e promoção de determinados *hits*. O que se ouve e vê nas grandes emissoras de rádio e televisão *não corresponde*, necessariamente, ao gosto dos consumidores (YÚDICE, 2011). Este tipo de assédio já não tem a mesma eficiência de outrora; se é que já teve o tão sonhado poder.

Otimismos à parte, reconhecer que a mudança de atitude característica do ciberespaço tem sido fator relevante para que os independentes concorram com as gravadoras tradicionais, é justo; entretanto, permanece alguma hegemonia, pois mesmo quando bandas ascendem através das novas ferramentas da *Web 2.0*, a tendência é fecharem contratos com gravadoras tradicionais, integrando-se, dessa forma, ao catálogo das *majors*. As afirmações de Pérez neste trecho são esclarecedoras:

Já durante os anos de 1980, bandas como U2 ou REM cruzaram a linha que separava os fãs mais *underground* que escutavam as “college radios” para se transformarem em fenômenos de massa assimilados pela cultura *mainstream*. Ainda nos anos de 1990, formações como Nirvana, Pearl Jam ou Red Hot Chili Peppers também cruzaram essa barreira, e foi então que os grandes selos começaram a perceber o poder destas *mídias não tradicionais* (2011, p. 51, grifos do autor).

Embora existam, hoje, diversas ferramentas que proporcionam uma concorrência mais justa das *indies* frente às *majors*, o que se tem testemunhado comumente é a assimilação de alguns independentes pelas gravadoras tradicionais. No Brasil, por exemplo, tem-se no próprio *reggae* a banda brasileira Natiruts, que despertou interesse da gravadora EMI (adquirida pela *Sony Music*) somente após já ter se consolidado no mercado musical com o disco *Raçaman*, gravado pela *Unimar Music*. Houve, portanto, o reconhecimento do potencial das *indies* pelas *majors*. As novas tecnologias, assimiladas mais rapidamente por artistas independentes, configuram-se como novos desafios às *majors*. Entretanto, como observou Pérez (2011, p. 51), a mídia tradicional “[...] percebeu a forte concorrência que são os reprodutores de MP3, que possibilita à audiência formar sua própria cultura musical sem atender às prescrições da rádio comercial ou das televisões tipicamente musicais”, e dessa forma elaborou novas estratégias de atuação ante o novíssimo mercado musical digital ascendente.

Se antes a prescrição dos gostos musicais se dava ‘de cima para baixo’, agora ela acontece em todas as direções; e *não se deve* esquecer que o ouvinte caminha mais ‘livremente’ pelos aplicativos da *Web 2.0*, e isso permite que bandas e artistas até então abafados pela tradicional indústria cultural ganhem espaço nesse concorrido mercado independente. Esse “novo” espaço favorece uma multiplicidade de novos atores sociais nos mercados musicais, impactando no surgimento de novos e diversificados artistas, bem como, na dinamização, fragmentação e complexificação dos públicos ouvintes. Nas palavras de Pérez,

[...] se o rádio ocupou um papel central no cenário musical, atualmente cabe à *Web 2.0* aportar outras ferramentas que permitam ao ouvinte romper as hierarquias e entrar no mundo da prescrição musical. Já comentamos também sobre o *podcasting*, que permite ao usuário da Internet fazer seus programas de rádio em casa, difundindo mundialmente a música que mais lhe interessa (2011, p. 55, grifo do autor).

Esta citação é ilustrativa de ‘um’ dos ‘muitos’ aplicativos da *Web 2.0*, o *podcasting*. Essa ferramenta permite não somente que bandas e artistas criem programas de rádio que podem ser ouvidos *off-line* (após o download), mas também que indivíduos criem listas de músicas preferidas e compartilhem na rede. Além do *podcasting*, existem diversos aplicativos/ferramentas que ampliam o acesso à música. Atualmente, observa-se expansão da cultura musical até mesmo no *Facebook*, à medida que muitos dos aplicativos para sistemas *Android*, *IOS* e *Windows Phone* possibilitam aos seus portadores compartilharem em redes sociais informações sobre as músicas ouvidas. Hoje, acessam-se muitos portais brasileiros de música *online* que proporcionam o consumo via *streaming*; entre eles: Som13, GaragemMp3, SomBrasil (pioneiro no país), PlanetaMúsicas, Vagalume, PalcoMp3. Há no Brasil também a presença de *sites* internacionais especializados nesse tipo de distribuição de música, a exemplo dos maiores do mundo: *iTunes*, *Spotify*, *Rdio*, *SoundCloud*, *Last.Fm*, entre outros.

A comercialização de música via *streaming* tem se tornado uma tendência mundial, e, diferentemente do que se poderia imaginar, apesar de ter surgido como estratégia das *indies* tem sido utilizado e adquirido pelas *majors*. A prova de que a indústria cultural tradicional tem absorvido certas tendências dos independentes é a *Last.Fm*⁵ ter se tornado “propriedade da CBS [*Columbia Broadcasting System*] desde maio de 2007” (PÉREZ, 2011, p. 56). Concluindo a ilustração, o *YouTube* – pioneiro em distribuição de

músicas e vídeos de forma gratuita, responsável por promover milhares de *indies* – recentemente resolveu trabalhar com a estratégia de comercialização *streaming*, ameaçando bloquear os vídeos dos independentes que não fechassem acordos com o *site*. A atitude foi criticada pela organização que representa os *indies* no Brasil⁶.

Com base nessas informações, podemos dizer que, pelo menos, a *Internet* tornou-se a nova rede de produção-distribuição-consumo da música. Ela “passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede”. Portanto, em um mundo onde as “atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais [...] estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela” (CASTELLS, 2003, p. 8), é indispensável a sua compressão na tentativa de teorizar sobre os novos mercados musicais.

Vale ainda lembrar que, embora a *Internet* tenha possibilitado múltiplas formas de distribuição da música em rede, isso não significa o fim dos intermediários. Como disseram Herschmann e Kischinhevsky (2011, p. 10), “corre-se [ainda] o risco de concentração empresarial sem precedentes no mercado da música, devido à ascensão de novos intermediários que selam parcerias milionárias com as *majors* [...]”. O capital não dorme!

Para o entendimento das muitas tendências aqui mencionadas, apresentamos, a seguir, um breve estudo de caso com um artista fortalezense que faz uso das novas tecnologias para promover sua carreira no mercado musical. A nosso ver, ele é exemplo concreto da célebre afirmação de Castells (2003, p. 78): “talento é a chave da produção em negócios eletrônicos”. ‘Talento’ aqui é aplicado no sentido de ‘fazer bom uso das redes como meio de negócios’, ou seja, sua capacidade de articulação ante o mercado musical virtual. Ademais, se perceberá que a utilização da rede tem sido o seu grande diferencial.

ANDREAD JÓ: *OUTSIDER E UNDERGROUND* (!?)

O desafio, aqui, é pensar na indústria fonográfica diante de uma situação mais que paradoxal: se por um lado, vivencia-se – nos últimos anos – o encolhimento exponencial da venda dos fonogramas (CDs); estes que, por muito tempo, se constituíram ‘carro chefe’ da indústria fonográfica tradicional, sendo esta sua maior fonte de renda; por outro, observa-se o surgimento de novas estratégias de comercialização que passaram a reconfigurar toda a lógica da atual indústria fonográfica. É mister observar que o maior uso da *Internet*, agora como *Web 2.0*, caracteriza-se como elemento-chave dessa nova indústria cultural. Como bem observou George Yúdice (2011, p. 20):

[...] vale a pena destacar que quase todos os comentários nas matérias dos jornais e ainda nos estudos de mercado divulgados enfatizam especialmente o encolhimento do mercado tradicional (venda de CDs) e ressaltam que o grande desafio é o intercâmbio de fonogramas na Internet (chamado de pirataria pela grande indústria da mídia tradicional).

Conforme dito anteriormente, o presente estudo pretendeu, no primeiro momento, visualizar uma resumida parte da literatura produzida sobre a *Nova Produção Independente* (NPI), caracterizada, essencialmente, pela oportunidade de expansão comercial suscitada pelo advento das novas estratégias de produção, divulgação e comercialização da música via *Internet*. Neste segundo momento, o intuito é apresentar um estudo de caso realizado com o cantor e compositor cearense Andread Jó. Assim, aqui, analisamos uma dimensão do mercado musical independente de *reggae* em Fortaleza/CE, a fim de compreender uma cena quase isolada que, acreditamos, possa ser considerada, de certa forma, como *outsider*. Esta cena é, também, *underground*. Esses termos se referem a um artista que, além de autônomo/independente, representa um gênero pouco explorado comercialmente na capital cearense, se comparado, por exemplo, ao forró eletrônico, gênero musical, a priori, dominante.

André Augusto Apoliano, 35 anos, nome artístico *Andread Jó*, nasceu em Fortaleza/CE no dia 22 de abril de 1979. É compositor, cantor e guitarrista. Seu último álbum, lançado em 2012, chama-se *Andread Jó Sings Bob Marley*. À época da realização da pesquisa que fundamenta este artigo (2014), o artista – então, somando quase dezoito anos de mercado –, encontrava-se produzindo o quarto disco da carreira *solo*. Todos os trechos citados aqui, de depoimentos dele, datam desse período. Começou na música, profissionalmente, aos dezessete anos. No princípio, participou de outros projetos; em um deles, o *Projeto Roots*, cantava *blues* e *reggae*. Ao falar desse projeto, Andread releva:

[...] era eu e um amigo, inicialmente, tocando guitarra e cantando; um pouco de gaita, depois nós colocamos ‘baixo’ e bateria, e o repertório era esse: blues e reggae, blues e reggae... Até o ponto em que eu cheguei [...] a ficar só na música reggae, que foi quando surgiu a Donaleda [primeira banda].

Blues e *Reggae* são gêneros musicais de origem negra. Essa característica em comum revela o gosto peculiar de Andread, que diz sempre

haver valorizado a música negra por sua capacidade de denúncia de certas desigualdades e também por ser utilizada como forma de ‘lamento’. Reitera que começou a “curtir” o *reggae* não somente pela sonoridade, mas pela mensagem, e afirma: “todas as músicas que eu curto, assim – boa parte delas, no caso – a que eu trabalho, principalmente é voltado pra questão da mensagem”.

Andread iniciou no mercado do *reggae* com um *projeto* em que tocava apenas músicas do Bob Marley, por ser este um artista que todos na banda – na época – “já curtiam”. No começo, diz ele: “a gente tentou fazer um repertório bem grande, eu cheguei a decorar mais de cinquenta músicas/letras do Bob Marley”. Do contato com as letras do “rei do *reggae*”, acrescenta o artista, surgiu a necessidade também de “dizer alguma coisa”. Foi então que, juntamente com alguns integrantes do grupo, começaram a brotar as primeiras composições. Segundo o entrevistado, no momento inicial, “foi fundamental a música de Bob Marley nesse processo de composição”.

Após o contato com os grandes nomes do *reggae*, mais especialmente Bob Marley, Andread fala do sucesso da sua primeira composição:

A primeira banda que toquei foi a Donaleda, em 2001, e a primeira música que a gente escreveu foi uma música minha ‘né’! Letra e música minha que chama Luz de Jah, e... por incrível que pareça, foi a música mais vendida até hoje, tanto na Donaleda quanto na minha carreira solo... Essa música chegou a ficar em primeiro lugar na rádio mais ouvida de Fortaleza durante mais de três meses, até com as nacionais e internacionais. Então, assim... foi um lance muito legal, a gente começou bem, muito bem.

Vivendo exclusivamente da música, Andread informa que seu último emprego “de carteira assinada” – leia-se com vínculo empregatício – foi aos dezoito anos de idade. Na ocasião, diz ele, ao perceber que seu ganho como músico já se igualava ao salário que recebia na empresa, largou o trabalho e passou a se dedicar somente à carreira artística. E complementa: “porque era isso que eu queria [...] Eu já tinha feito faculdade de letras; não cheguei a me formar, porque nesse ínterim eu comecei a tocar na Donaleda, logo [...], foi uma coisa muito rápida, a gente mal lançou o disco e já surgiu turnê no Norte e Nordeste [...]. Eu acabei tendo que trancar [a matrícula] em função da música”. Daí em diante, segundo ele:

[...] a música ela sempre foi minha fonte de renda, tive altos e baixos, tenho altos e baixos; acho que viver de música não é fácil; ainda mais

num país onde as pessoas não valorizam a cultura, onde não existe uma cultura de ajudar o artista, comprando disco, participando de outras coisas que possam trazer um ‘saldo’ [leia-se lucro] pro artista poder sobreviver, lançar disco, gravar DVD, e ‘tal’... Então, é uma parada muito complicada! [...] E a gente tem que ‘se virar’, juntar dinheiro de caixinha de shows ‘pra’ produzir um disco, lançar o disco, e o disco vira o cartão de visitas do músico, tanto disco quanto a música, é o cartão de visitas. O show é onde você vai começar a receber sua renda, tirar o seu sustento.

Segundo Andread Jó, o fato de haver sido estudante do curso de Letras (com habilitação em inglês e português), lhe possibilitou se aprofundar no estudo de línguas estrangeiras, interesse que já tinha quando criança. Hoje, fala inglês, francês e espanhol. O artista revela certa visão empreendedora ao vislumbrar o mercado internacional, o que se evidencia não somente no estudo de outras línguas, mas também por ter gravado músicas com trechos em espanhol, a exemplo de uma faixa chamada *Capitalismo selvagem* (do álbum *We Are One*), e muitas outras faixas em inglês, inclusive, tendo lançado em 2012 um disco completamente gravado em língua inglesa – *Andread Jó Sings Bob Marley* –, cantando músicas do chamado rei do *reggae*. Essas características proporcionaram ao músico a entrada no mercado europeu, tendo feito sua primeira turnê no exterior em 2006, ano em que permaneceu por quase dois meses na França.

Conforme consta no *site*, “Após ser convidado pela Central Única das Favelas (CUFA), Andread Jó volta à Europa em 2008” (2015), desta vez, indo para a Suécia, onde foi tradutor e testemunha do trabalho desenvolvido pela CUFA no Brasil, nos eventos de grande importância como o *The National Council of Swedish Youth Organizations*, “discutindo com lideranças juvenis de vários países a questão da mudança climática” (ANDREAD, 2015). Participou também de seminários nas cidades de Estocolmo e Uppsala, abordando as dificuldades e desafios dos jovens que habitam nas favelas brasileiras.

Sempre como artista independente, Andread Jó gravou dois discos com a banda *Donaleda*, e três discos em sua carreira *solo*. O quarto disco – que, como dissemos antes, se encontrava produzindo por ocasião das entrevistas – seria o sexto como músico profissional, e o seu primeiro CD/DVD ao vivo. Em ordem cronológica, seu primeiro álbum, *Liberdade e libertação*, foi lançado no ano de 2003, com a banda *Donaleda*; em 2005, lançou seu primeiro disco solo, *Força*; em 2008, *We Are One*, “recebido pela crítica especializada com grande respeito” (ANDREAD, 2015); também em 2008, *Tudo tens de rever*, também com a banda *Donaleda*; em 2012 lançou *Andread Jó Sings Bob Marley*, segundo ele, “tornando-se o terceiro⁷ brasileiro

a conseguir autorização oficial da família Marley para gravar um disco com canções do rei” (ANDREAD, 2015). Ressalta-se: todos estes fonogramas foram produzidos como artista independente e em gravadoras independentes.

Ao ser questionado sobre a produção dos discos mencionados, Andread Jó respondeu:

Todos esses discos foram gravados no mesmo estúdio, com o mesmo cara, que é um cara que eu comecei a trabalhar desde o primeiro disco, que é o Moisés Veloso. E... o processo ele é um processo um pouco complexo porque tudo é gravado de forma separada. A banda se reúne pra tocar uma música e é gravado primeiro a bateria, depois coloca-se só o baixo, a guitarra, os teclados... ‘blá blá blá’... e, ‘nos finalmentes’, o vocal principal e depois os *back vocals*. E o processo pra gente concluir esse disco e prensá-lo, foi exatamente como eu disse anteriormente: a gente juntou granas de shows, pagou o estúdio, todos os músicos foram gravar, é claro! Faziam parte do projeto – tanto na minha carreira com a Donaleda, quanto na minha carreira solo, eu acho que só tive que pagar músicos ‘pra’ gravar metais (que é sax, trombone e trompete). [...] No nosso meio artístico não existem muitos músicos de sopro que são do *reggae*, de fato; então, eles são artistas, músicos contratados, que não interessa qual estilo eles vão tocar; eles querem receber a grana deles e pronto! Já os demais integrantes, não! Conhecem a minha história, e ‘tal’... Alguns chegam a dar até desconto (desses ‘caras’ dos metais) por saber que é música *reggae*, que é independente, e ‘tal’... que não tem muita grana, e ‘blá blá blá’ – mas o processo é assim, funciona dessa forma! (2014).

Conforme se pode observar neste trecho, todos os custos de produção e gravação dos discos são do próprio artista, não havendo investimentos de empresários ou produtoras. Andread Jó revela também a utilização de estúdios alugados e de músicos *freelancer* (no caso, os metais); ao mesmo tempo, menciona haver, nessas relações de produção, certo tipo de ‘camaradagem’, característica da música independente, o que reduz determinados custos envolvidos no processo. Fora do *mainstream* musical as relações de produção, muitas vezes são informais, sendo comum a ‘troca de favores’: músico X grava mais barato para banda Y, por esta ser independente; banda Y se predispõe a ajudar banda X na produção de um álbum, em troca, por exemplo, da participação na abertura de um show, no futuro.

É interessante notar também o quanto a gravação digital facilitou a cópia dos fonogramas. É certo que a reprodutibilidade (informal) já era

utilizada desde a época das fitas K7. No entanto, como o custo era consideravelmente elevado, se comparado ao atual, fazia-se tiragem limitada. Hoje, como o custo médio do chamado ‘CD virgem’ e de um gravador de CD/DVD é consideravelmente baixo – sem contar que a qualidade material da cópia é praticamente a mesma da mídia original –, os músicos independentes, mesmo terceirizando o estúdio de gravação, podem, na posse de um simples microcomputador, reproduzir os seus trabalhos e distribuir para o público. Saliente-se, ainda, que a própria reprodução do CD vem sendo substituído pela cópia em pen drive via *download* das músicas na *Internet*, o que dinamiza o consumo e torna a produção menos onerosa para o artista.

Favareto, Abramovay e Magalhães (2007) afirmam que as tecnologias dos *Long Players* (LPs), bem como das fitas K7, possibilitaram nos anos 1960 a formação de mercados musicais de amplo alcance. O grande problema era que os investimentos estruturais eram muito altos e, por isso, os mercados se estruturavam de forma muito concentrada em torno de um pequeno número de gravadoras que possuíam condição suficiente para adquirir equipamentos técnicos de alto custo. Como disseram Costa e Farias (2014, p. 11),

Com o lançamento do *Compact Disc* (CD), que chegou ao mercado mundial em 1983 e passou a ser popularizado no Brasil nos anos 1990, e com o posterior desenvolvimento de mecanismos de regravação independente (pirataria), iniciou-se a possibilidade de descentralização do mercado fonográfico [...] Logo, o denominado ‘CD pirata’ (produzido à margem das estruturas legais) possibilitou algo que o ‘CD original’ (legal) já estava lentamente implementando: o crescimento de gêneros musicais antes abafados pela concentração do mercado musical nas mãos de poucas e grandes empresas. Juntamente com o CD pirata – reproduzido sem a permissão dos selos formais –, o surgimento e o crescimento de produções musicais independentes também contribuíram para a desconcentração dos mercados musicais populares.

Andred Jó é exemplo do crescimento local de um gênero musical – o *reggae* – frente a um mercado fortemente lucrativo e consolidado. Trata-se do forró eletrônico, gênero mais comercial na cidade de Fortaleza/CE, fato que lhe concede o título de *capital brasileira do forró*. Vale lembrar que o forró cearense exerce monopólio no próprio estado e, também, nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Hoje, no Brasil, as maiores bandas de forró eletrônico são cearenses.

Estudos revelam que o mercado informal (fora do *mainstream* musical) vem proporcionando o crescimento exponencial de estilos antes ‘abafados’ pelas gravadoras tradicionais, como o forró eletrônico no Rio Grande do Norte (COSTA, 2012), o tecnobrega no Pará (LEMOS; CASTRO, 2008), o chamado ‘reggae das radiolas’ no Maranhão (SANTOS, 2009), entre outros, como o ‘axé Bahia’, o gospel e até mesmo o sertanejo universitário, que atraiu nos últimos tempos os investimentos massivos da grande indústria cultural brasileira.

Andread Jó também é exemplo de que as produções independentes tiveram e têm tido um papel fundamental na criação e na estruturação de novos grupos musicais, sobretudo daqueles mais distanciados de mercados consolidados em determinadas regiões. Ressalte-se que a crescente divulgação de músicas pela *Internet* foi e está sendo um dos maiores vetores dessa superexposição musical (COSTA, 2012), como se pôde conforme atesta o presente estudo. Observa-se que Andread Jó se utiliza de múltiplas estratégias de divulgação via *Internet*, dentre as quais se destaca a disponibilização de todas as suas músicas, de forma gratuita, em *sites* e aplicativos via *streaming*, além de possuir um *site* próprio, igualmente aberto a gravações / reproduções.

Retomando a análise da entrevista, ao ser questionado sobre ‘pirataria’, Andread Jó (2014) revelou a seguinte concepção: “eu sou a favor da divulgação gratuita das músicas, porque eu entendo que a melhor forma de – no meu caso, do reggae, como ele tem um propósito – a melhor forma ‘da’ mensagem chegar até o povo, ela tem que ser de forma gratuita”. Vê-se, sobretudo, que Andread não é exceção, ou seja, ele segue a lógica dos novos mercados musicais, ou melhor, da Nova Produção Independente (NPI). Essa NPI inicialmente operava com grande amadorismo. Passados anos, hoje ela conta com certa experiência, somada à facilidade do acesso a equipamentos de gravação e reprodução. Desta forma, ultimamente ela tem buscado maior autonomia e procura evitar parcerias desfavoráveis com as *majors*. Na visão de De Marchi (2006, p. 08), a princípio a reconfiguração do mercado fonográfico (início do século XXI) suscitou, por um lado, o sentimento de ‘crise’ dentro do *mainstream musical*; por outro, gerou expectativas positivas para a NPI, que passava a ser vista naquele momento como o ‘futuro da música brasileira’.

Tomando como mira a desgastada questão das ‘parcerias desfavoráveis’ entre músicos e produtoras, a citação que se segue é deveras útil para se entender como Andread vê hoje as gravadoras tradicionais. Na ocasião, ao ser levantada a hipótese sobre um possível convite de uma gravadora tradicional, perguntou-se ao entrevistado se ele aceitaria. Assim se manifestou:

Em 2004 eu recebi o convite da Som Livre, da Globo, e eu não assinei o contrato! Eu não assinei porque algumas cláusulas não ficaram claras, como, por exemplo, a data de lançamento do disco, e alguns outros quesitos. As gravadoras, elas às vezes elas trabalham de uma forma suja. Elas pegam um artista que está com um potencial, independente, ele já tem um produto com eles, que eles querem vender, e eles compram o trabalho daquele artista só pra poder botar na prateleira, e não atrapalhar o produto deles, que eles querem lançar. Então, é um lance muito complicado e sujo, esse mercado de gravadoras. Eu assinaria com uma gravadora se fosse num âmbito internacional; pra mim interessaria. Pro Brasil, não me interessaria! Até porque, aqui, esse trabalho é muito sujo! É uma coisa muito suja! E, eu assinaria, na condição de ter um prazo ‘pra’ lançamento do meu disco, ‘né’? Pra eles não terem poderes sobre a minha música, como no caso... como... quando no caso, você assina por uma gravadora, você assina por uma obra, por um disco, então eles ficam com o poder sobre esse seu disco durante um certo período. O da Som Livre eram cinco anos. Então, imagina você não poder pensar nenhum disco sem a autorização da tua gravadora. Isso é ridículo! Uma música que você escreveu, um produto que você criou, ‘né’? Que é um ‘lance teu’. Ficar preso na mão do outro por causa de um contrato, e por causa de um valor irrisório de dinheiro.

Logo, o desinteresse em fechar acordo com uma gravadora tradicional, somado à relativa autonomia proporcionada pela experiência musical de dezoito anos de mercado e a facilidade de gravação e promoção via ciberespaço, justificam o fato de o artista sustentar-se nos mercados abertos (*‘open business’*). Segundo Lemos e Castro (2008, p. 21, grifo nosso),

De forma resumida e simplificada, pode-se dizer que negócios abertos são aqueles que envolvem criação e disseminação de obras artísticas e intelectuais em regimes flexíveis ou livres de gestão de direitos autorais. Nesses regimes, a propriedade intelectual não é um fator relevante para sustentabilidade da obra. No *open business* a geração de receita independe dos direitos autorais. Entre as principais características desse modelo, estão a sustentabilidade econômica; a flexibilização dos direitos de propriedade intelectual; a **horizontalização da produção, em geral, feita em rede; a ampliação do acesso à cultura; a contribuição da tecnologia para a ampliação desse acesso; e a redução de intermediários entre o artista e o público.**

Retomando a questão da ‘pirataria’, ressalta-se que Andread revelou posicionamento ‘brando’ em relação à reprodução dos seus fonogramas:

[...] se o cara quiser pegar meu disco e vender ‘pra’ ganhar o pão dele, pra mim não tem problema nenhum, eu acho que ‘pra mim’ é até uma forma de divulgação... ‘tá lá’, o cara chega lá no Centro [da cidade], tem uma barraquinha cheia de CD, e meu CD ‘tá lá’ no meio – como eu já vi em Fortaleza, e já vi em outros estados. Não me incomoda nenhum pouco!” (2014).

Apesar de divergir em relação à flexibilização dos direitos autorais, conforme se evidencia mais adiante, Andread Jó revela utilizar-se de estratégias características dos ‘mercados abertos’. Assim, sobre a prática de “pirataria” afirma:

[...] de uma forma geral, eu sou adepto dessa forma de divulgação, eu acho que tem que ser gratuito mesmo, eu acho que o público tem que ter direito a esse acesso, ‘né!’ ‘Pra’ conhecer. E aí o público vai julgar se é interessante ou não, se é bom ou não, ‘né!’ E isso aí já vai... já é uma questão do público! **Acho que cada artista tem que fazer o seu papel, que é investir no seu trabalho, colocar a música de todas as formas possíveis, e a pirataria é uma delas, não posso negar!** Como já lhe disse, não sou contra! Agora, existem alguns pontos que me faz ser contra, e ‘foi’ os que eu falei aqui, alguns deles (2014, grifo nosso).

Segundo Costa (2012), pensar nos mercados musicais populares hoje é encarar, conceitualmente, duas mudanças relacionais que ocorreram e vêm se intensificando nas últimas décadas: maior acesso à crescente inovação tecnológica e flexibilização dos direitos autorais. É mister, pois, considerá-los como ‘mercados abertos’ (FAVARETO; ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007), desenvolvidos sem rigidez nas regras formais do direito de propriedade e por sistemas de distribuição descentralizados, nos quais a produção é feita com custos reduzidos através do avanço tecnológico; e a comercialização é feita, em grande medida, via redes sociais. O baixo custo de produção das músicas, a distribuição midiática em rede – no caso do Andread Jó, via *Internet* – e a redução de hierarquias organizacionais (ausência de contratos com as *managers* e intermediários) são fatores de estabilidade desses novos mercados musicais (FAVARETO; ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007). Percebe-se, portanto, que as configurações dos

mercados abertos tornam economicamente viável a distribuição gratuita das músicas. Ora, como a venda de CDs já não gera receita suficiente para os artistas sobreviverem, estes decidem distribuí-los gratuitamente no intuito de potencializar o acesso às suas músicas, vislumbrando, assim, um possível aumento de público nos shows.

Sobre direitos autorais, Andread manifesta opinião muito particular: “aí já é uma questão mais séria, porque envolve direito intelectual. Então, como compositor, [...] eu acho que todo artista tem esse direito. [...] A música do mesmo jeito [...]” (2014). Por ser cantor e compositor, o artista revela concepções – até certo ponto – distintas, no que diz respeito à reprodução do seu disco (pirataria) e à regravação de suas músicas. Ou seja, ele admite que seus discos sejam reproduzidos sem que lhe repassem qualquer quantia, pois diz ser esta, também, uma forma de divulgação; no entanto, no caso de alguém regravar uma composição sua, ou de uma rádio veicular suas músicas, ele diz ser sua a decisão de cobrar, ou não, os direitos autorais:

[...] a questão do direito autoral envolve uma questão muito simples. Primeiro, se ele for só tocar, ele pode tocar quantas músicas minhas ele quiser! Agora, se ele for gravar aí ele tem que pedir autorização! Eu nunca cobrei por nenhuma autorização ‘pra’ nenhum cara do Brasil que já quis gravar uma música minha, eu nunca cobrei um centavo! Já veio gente do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de vários estados, gravaram músicas minhas; gente de Igreja evangélica, eu libero ‘numa boa’! A questão é: a música continua sendo minha, se aquela banda – quantas vezes aquela música for tocada na rádio, os direitos do compositor vão cair pra mim – e ‘pra mim tá’ ótimo! É diferente você gravar, e é diferente você tocar ao vivo. São duas situações completamente diferentes. Diz respeito ao mercador musical, claro! (ANDREAD, 2014).

Conforme o entrevistado deixa claro neste trecho, embora acredite que a execução ao vivo de uma de suas músicas seja livre de qualquer tarifação por parte do executante, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998⁸ – que “regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos” – em seu Artigo 68, estabelece que “sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas”. Como bem afirma Costa (2012, p. 152, grifo nosso):

[...] as artimanhas do mercado são amplas e a faculdade de eficácia da legislação é limitada frente aos imperativos das novas configurações e exigências dos mercados musicais abertos. **Legalmente essas bandas não poderiam executar as músicas que não são de sua autoria sem a autorização prévia do titular do direito autoral (nem mesmo ao vivo) [...].**

Observa-se, portanto, que no cerne dessa realidade estrutural da economia imaterial e das novas tecnologias digitais, o consumo musical se midiatisa digitalmente e/ou virtualmente. Logo, a mídia física durável (CD/DVD) e o direito de propriedade intelectual (direito autoral) deixam de ser determinantes para o sustento do músico intérprete. Nas palavras de Costa (2012, p. 153): “não é que o direito de propriedade inexistia, tampouco que os agentes envolvidos não o reivindicam. Apenas deve-se atentar que essa propriedade intelectual (autoral) não se torna um fator relevante para a sustentabilidade da banda” e/ou do artista.

Sobre essa nova realidade comercial do mercado da música, disseram Costa e Farias (2014, p. 12): “deve-se destacar que não se trata apenas de uma determinação econômica pelas mãos da inovação tecnológica. Trata-se, também, de uma mudança na própria dinâmica do consumo”. Portanto, os usos e desusos do consumidor também são condicionantes nessa nova fase da economia do entretenimento. E, como os artistas fora do *mainstream* estão fazendo ‘bom uso’ (como diz o ditado popular) das novas formas de consumo musical (isso se deve às suas configurações: baixos investimentos e relativa autonomia) é comum que passem a condicionar algumas tendências do mercado musical *online*. Por isso, é notável a efervescente (e predominante) participação desses *indies* em algumas plataformas digitais que não geram receita, como PalcoMp3, Som13 e outros.

Ao ser questionado sobre quais os meios de comunicação (mídia) que mais utiliza para a divulgação dos trabalhos, Andread respondeu:

Bom, atualmente, a *Internet* ela é o melhor veículo de divulgação e disseminação [...] pra um artista. Eu acho que não só na música, como de outros meios. [...] a *Internet* incomoda muito mais a televisão do que aquela própria briga entre os canais [...].

[...] o maior meio de divulgação é a *Internet*; e através dela a gente consegue disseminar ‘pra’ várias pessoas, chegar ‘na’ mão de contratantes, e ‘tal’; porém, o CD não deixou de ser, ainda, uma alternativa. Ele deixou de ser a primeira, né?! No caso... e a rádio também, porque hoje já exis-

tem muitas ‘web rádios’, as rádios de *Internet*, e, também, televisões da *Internet*. Então, todos esses meios eu participo! Porém, o que eu estou mais ativo, que é todos os dias, é a *Internet!* Porém, eu trabalho, em todos os estados que eu vou, as cidades que eu vou, vou ‘em’ televisão, vou ‘em’ rádio, participo de tudo! Porém, ‘ao’ meu ver, pra um artista que vive da música independente, a *Internet* ainda é o ponta pé inicial e o que vai manter o ‘cara’ lá sendo visto, ‘né’? (2014).

Na concepção de Catells, “Como nossa prática é baseada na comunicação, e a *Internet* transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação” (2003, p. 10). Não é diferente com o mercado musical. A crescente participação das pessoas no ciberespaço transforma os bens simbólicos antes restritos a uma classe privilegiada em bens livres: surge aí a cibercultura.

Para Martins (2012, p. 02), o ciberespaço deve ser “caracterizado como uma multimídia digital baseada nas TIC’s [Tecnologias da Informação e Comunicação] que converge textos, áudio e vídeo [e] pode ser visto como um sistema de comunicação global e interativo”. Com a Revolução Tecnológica da Informação (CASTELLS, 1999), surge a cibercultura (LÉVY, 1999), podendo ser entendida como “[...] um novo modo de reprodutibilidade tecnológica do mundo simbólico, ou dos bens culturais” (MARTINS, 2012, p. 02). Todo esse processo alterou profundamente a dinâmica da produção-distribuição-consumo da música, visto que ela é também ‘informação’. É comum, portanto, se falar em (re)estruturação do mercado musical.

Retomando o estudo de caso com Andread, a pesquisa nos fez constatar que, além de possuir perfis em algumas redes sociais como *Facebook*, *MySpace* e *Twitter* (micro *blog* considerado como rede social)¹⁰, este artista utiliza também como estratégia de divulgação os DJs, no Brasil e também no exterior. Tal estratégia se assemelha ao *reggae das radiolas* em São Luís/MA, como observou Santos (2009), em que as novas produções (mixagens) são postas nas mãos dos DJs das grandes radiolas, pois eles (no caso de São Luís/MA) são os principais agentes da ‘produção do sucesso’. Algo parecido acontece no tecnobrega paraense (FAVARETO; ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

Com as facilidades trazidas pelas novas tecnologias de gravação/regravação e pela consequente dinamização da distribuição das músicas via *Internet*, as bandas (fora do *maistream*) desistiram de vender as mídias físicas. Já reconhecem que o CD não é um ‘fim’ de lucratividade, e sim, apenas ‘meio’ de divulgação e permanência nos concorridos mercados mu-

sicais. Fica evidente que em tempos de virtualização do patrimônio cultural “o disco vira o cartão de visitas do músico, tanto disco quanto a música” (ANDREAD, 2014).

Como bem observou Yúdice, em relação aos músicos peruanos:

Os músicos ganham muito pouco com os fonogramas gravados (os preços dos CDs são muito baixos, cerca de 60 centavos de dólar) e os vários intermediários – produtor, copiador e o camelô/vendedor – ficam com quase todo o lucro; mas **eles funcionam mais especificamente para a promoção do cardápio principal que são os concertos, onde propriamente os artistas realizam a maioria dos seus ganhos [...]** Na ausência de selos fonográficos que forneçam serviços aos artistas, os músicos peruanos têm que fazer sua própria promoção. Para isso, eles procuram entrar nas redes de distribuição de CDs e DVDs, bem como disponibilizar seus vídeos no Youtube e Myspace” (YÚDICE, 2011, p. 27).

Decorrente dessa tendência de difusão das músicas em rede, via *Internet*, e da flexibilização dos direitos autorais, a fonte de renda das bandas e/ou artistas resume-se a praticamente a venda dos *shows*. Reafirmando com Andread (2014), “o show é onde você vai começar a receber sua renda, tirar o seu sustento”. Entrementes, é possível compreender que, enquanto as *majors* vislumbravam na divulgação via rádio a venda física de discos (CD/DVD) – que são os principais produtos das empresas do *mainstream* –, os produtores e empresários das bandas independentes, bem como os artistas autônomos, escolheram os *shows* como recursos estruturais de vendas. Gabbay (2007) e Santos (2009) identificaram essa tendência, respectivamente, nos mercados do tecnobrega (Pará) e do *reggae* das radiolas (Maranhão). Perceberam nessas cenas que o mercado tinha se reestruturado e eleito a apresentação ao vivo como principal produto comercial.

Nesse cenário competitivo de luta por aceitação, onde todos disputam ‘um lugar ao sol’, o mais viável para os grupos e/ou artistas musicais é a adesão ao modelo de mercado marcadamente ‘aberto’. Portanto, o direito autoral torna-se ‘carta sem valor’. Ele até existe, mas não é reivindicado por não ser mais o principal ‘meio’ de sustento do músico. Andread esclarece: “Eu nunca cobreí por nenhuma autorização ‘pra’ nenhum cara do Brasil que já quis gravar uma música minha, eu nunca cobreí um centavo!”.

O mercado independente mostra-se ascendente por seus integrantes terem expressado entendimento, habilidade e capacidade de adaptação

aos novos padrões de produção e consumo da indústria do entretenimento musical. É necessário lembrar, novamente, que os músicos que dele fazem parte imprimiram “normas” e estratégias de divulgação e comercialização. Hoje, é comum perceber a presença de bandas estabelecidas no mercado *mainstream*, que, mesmo tendo contrato com gravadoras tradicionais, disponibilizam seus fonogramas em plataformas digitais de forma gratuita. Esse hábito deve-se à adaptação dessas bandas às tendências surgidas fora do *maistream*. O ciberespaço é condição também, e cada vez mais, para a sustentabilidade dos músicos não independentes.

Esse ciberespaço conta com diversas *interfaces* que possibilitam a rápida e eficaz digitalização dos mais variados arquivos (LÉVY, 1999). Desta forma, com um simples *notebook* equipado com uma placa de captura de áudio, as bandas podem gravar os seus ensaios e com o auxílio de *softwares* como o *Nuendo*, o *Audacity* e outros, podem mixar e produzir seus próprios CDs. Poder-se-ia afirmar que, embora possam gravar seus trabalhos, esses não estariam no padrão de qualidade estabelecido pelas produtoras mais especializadas. No entanto, o formato Mp3 tornou praticamente imperceptível as variações de qualidades em uma gravação. Acredita-se ser quase impossível um indivíduo, mesmo provido da melhor capacidade auditiva, ouvir uma e outra música e dizer: esta foi gravada em padrão de qualidade 256kbps e aquela 128kbps. As variações, no máximo, iriam ser decorrentes da qualidade dos músicos, questão que pode ser resolvida antes do momento de gravação. Portanto, o processo de gravação em si foi substancialmente simplificado.

A banda carioca Detonautas pode ser tomada como exemplo de estratégias de divulgação via ciberespaço. Atualmente o grupo se encontra confeccionando seu novo disco, porém, antes do lançamento oficial, disponibiliza *links* em sua página; assim, as músicas que já gravaram podem ser ouvidas⁹. Percebe-se neste exemplo que a banda ‘abriu mão’ do chamado lançamento do CD ‘nos moldes’ que ocorria tradicionalmente. Aos poucos, as músicas vão sendo jogadas na *Web* e os fãs vão acompanhando e participando ativamente da produção do disco.

Com exceção de rádios locais, percebe-se que Andread Jó não tem acesso à grande mídia (rádios e TVs nacionais). A pesquisa revelou ainda que a promoção e divulgação do artista ocorrem, essencialmente, via *Internet* ou em apresentações ao vivo.

Sobre as plataformas e aplicativos de distribuição de música o artista diz:

[...] todos esses dão direito também de, além de você ouvir online, você também baixa gratuitamente. Além do meu site, onde você pode baixar os [...] discos de forma gratuita. Tem um link ‘pra’ download... então, a gente tenta utilizar o máximo. No caso, o PalcoMp3 é o mais... do Brasil, é o mais acessado... então a gente fica focado mais no PalcoMp3. Inclusive, nós já fomos capa do PalcoMp3 umas dez vezes já, né... pelo número de acessos que nós temos... e isso, graças a Deus, tem ajudado bastante a divulgação do nosso trabalho aqui (2014).

Fica evidente, portanto, que embora se utilizem de rádios e emissoras de televisão locais, as bandas independentes, predominantemente, utilizam-se mais do ciberespaço para divulgarem os seus trabalhos, tendo em vista o custo e a facilidade de acesso. É certo, portanto, que o avanço das técnicas de reprodução somadas ao maior acesso à *Internet*, que vem crescendo exponencialmente nos últimos anos, dotaram os artistas *undergrounds* de relativa autonomia. Como resultado, levanta-se a hipótese de esses artistas terem adquirido maior liberdade de expressão, já que não precisam se adaptar aos padrões estabelecidos pelas *managers* da produção musical.

A experiência proporcionada pelo estudo realizado com Andread Jó pode ser resumida na seguinte fórmula: reprodutibilidade técnica (facilidade de reprodução dos formatos digitais) + ciberespaço (ferramentas da *Web 2.0* utilizadas para distribuição das músicas) = maior capacidade criativa de produção e promoção musical. Ou seja, a soma dos elementos enunciados proporcionou aos *indies* maior autonomia e possibilidade de concorrência em relação aos *majors*. O resultado mais amplo desse processo se materializa na maior quantidade de artistas/bandas alcançando certa popularidade; mesmo os que antes eram esquecidos ou abafados pela indústria cultural tradicional. Temos, pois, o advento de um leque cada vez mais plural e heterogêneo de músicas sendo produzidas e prescritas via *Internet*.

A distribuição da música via *Internet* se dá em rede. A principal característica de uma rede são os nós, ou seja, as interconexões. Dessa forma, o monopólio outrora garantido pela centralização da produção – desfrutado por décadas pelas principais *majors* (*Universal Music*, *Sony BMG*, e *Warner Music Group*) – vem sendo ameaçado. Já não há ponto central, por isso, a prescrição das músicas não se dá somente via Rede Globo, ou Jovem Pan, por exemplo. Aqueles que compõem a NPI estão dotados de maior capacidade de concorrência frente aos mercados tradicionais. Assim, com a ampliação do mercado informal observa-se uma relativa ampliação das expressões da criatividade humana, visto que a flexibilização dos direitos autorais, a

produção musical independente, a difusão e a potencialização do acesso aos bens simbólicos, por meio do ciberespaço, contribuem para maior produção cultural (heterogênea e plural), diferente da cultura de massa veiculada pela grande mídia, que caminha em seu sonho ideal de padronização, abafando determinados gêneros (como o *reggae*) e supervalorizando outros (como o sertanejo universitário).

Fechando a análise sobre as estratégias de divulgação utilizadas por Andread Jó, questionou-se o artista sobre como, na sua opinião, o seu público tinha acesso à sua música. Ele respondeu: “Na verdade, acho que via *Internet*... E... *shows*! Eu acho que os *shows* [...] Os *shows*! Porque muitas pessoas até hoje vão através de um amigo que conhece no trabalho”.

Muito se tem falado em indústria cultural ou, mais especificamente, em ‘indústria fonográfica’; no entanto, é imperioso lembrar que o mercado musical deve ser entendido como ‘plural’ e ‘heterogêneo’. Logo, deve-se abster de generalizações. Cada mercado – apesar de certas semelhanças – é dotado de características particulares. Como disse Andread, cada gênero tem suas características de mercado específicas, e o *reggae* se diferencia de todos os outros mercados. E acrescentou:

[...] nos outros mercados, por exemplo, o mercado da música sertaneja, do forró, eles são bem mais estruturados, eles possuem empresários que investem nos trabalhos... só que também se tornam proprietários das bandas. No caso do *reggae*, não! O *reggae*, ele é um estilo musical alternativo e independente, poucos são os artistas que assinam com gravadoras. **Quando assinam, a gravadora já quer se envolver dentro do trabalho musical ‘pra’ tirar o estigma de ser ‘música reggae’, e já levar ‘pra’ outro lado, ‘pra’ se tornar uma coisa mais popular e mais vendável, claro!** Porque eles [os investidores] visam a grana. Então, o *reggae* ainda é uma música popular sim! É uma música de fácil acesso! Totalmente diferente do blues, do jazz, né... até do rock mais pesado, aquele rock-in-roll. O *reggae*... ele é mais popular. Porém, ele se diferencia por isso! Por ainda os artistas quererem viver de forma independente. E isso dificulta muito o nosso trabalho! (2014, grifo nosso).

Segundo o entrevistado, conforme se lê aqui, as gravadoras tradicionais tendem a buscar a *padronização*. Se uma banda de *reggae* fecha contrato com uma gravadora tradicional, hipoteticamente haveria interferência no ‘estilo’ das músicas, na tentativa de agradar um público maior. Esse seria um – dentre muitos – dos pontos negativos em se fechar um contrato com

uma gravadora tradicional. Andread destaca alguns pontos positivos da sua condição de artista independente:

O principal, é que você continua sendo você! **Você não se torna um produto!** Um produto que eu digo... a música é um produto, o artista, ele é um produto. Porém, eu continuo sendo quem eu sou! Eu posso expor minhas opiniões, eu posso expor meus pensamentos. Sem ter medo de sofrer algum tipo de julgamento. Já quando você entra numa gravadora, você vai ser moldado ‘pra’ viver dentro dos parâmetros da televisão, do rádio, da forma de se comportar, o que você deve dizer, o que você não deve dizer. Então, digamos, eles começam a ‘cortar as asinhas do artista’! Você se torna um produto! [...] Então, assim... tem um preço! Paga esse preço quem quer! Eu acho interessante, se você... se o artista, tem condições de sobreviver – não é nem viver, é sobreviver – independente, eu acho que é melhor ele mesmo administrar a sua carreira! Claro, que com uma equipe decente do seu lado, pessoas que também curtem o teu trabalho e acreditam nele. Porém, se aparecer uma boa proposta – que você possa continuar sendo você – eu acho interessante você aceitar (2014, grifo nosso).

Encerrando esta reflexão sobre a facilidade trazida pela inovação tecnológica, diríamos que, aos poucos, o resultado tem sido a crescente desmaterialização da música (HERSCOVICI, 2007). O CD tem sido substituído por músicas em formatos digitais arquivadas em *pen drives*. Na década de 1990, quando o CD tornou-se mais comercializável do que o LP e a fita K7, o mercado fonográfico passou por uma completa mudança de hábitos, proporcionada pela facilidade da reprodutibilidade da mídia física. Doravante, com a predominância do formato MP3, que chegou ao mercado por volta de 1995, popularizando-se nos anos 2000, os hábitos de consumo foram novamente se reconfigurando: as vendas do CD caíram substancialmente; e mesmo quando se compra o *Compact Disc*, pode-se “transformá-lo” para o formato MP3, salvando-o em memórias mais portáteis como cartões e *pen drives*, pois os próprios aparelhos de reprodução de mídias estão chegando ao mercado – a maioria deles – sem leitores de disco. Surgem, portanto, novos hábitos. O consumo de música *online* – via *streaming* – torna-se ‘a nova ordem do dia’.

No entanto, quando se fala em digitalização da música, deve-se pensar esse processo em duas dimensões: produção e consumo. Percebe-se que o consumo tem-se midiaticizado digitalmente. Vale salientar: o formato digital

promoveu mudanças tanto no consumo quanto nos processos de produção da música. Como disse o próprio Andread Jó ao ser questionado sobre a gravação digital:

Bom, facilitou bastante! Hoje em dia já tem *Home Studio*... Vários artistas que eu conheço até nem vão mais em estúdio gravar uma música; até pelo fato da... de terem vários programas gratuitos na *Internet*, de gravação. Basta você comprar uma placa de som, e ‘tal’, ‘pro’ seu computador; ter boas caixas de referência, um bom microfone. Eu acho que esse processo foi bom pra música, porque muitos artistas antes precisariam de uma boa grana pra um estúdio, ou de uma gravadora ‘pra’ gravar um trabalho, né... e hoje já podem ter acesso, né... através desses programas, e ‘tal’. Então, esse processo de digitalização, nesse sentido da produção musical, eu acho o máximo, [...] barateou o custo, deu acesso aos artistas a terem... a poderem gravar de forma com que ficasse mais barato e mais rápido, também (2014).

Atualmente, diz o entrevistado, ele próprio tem tocado, nos *shows*, as músicas do disco *Andread Jó Sings Bob Marley*, além de músicas do primeiro e segundo discos solo, assim como algumas canções inéditas, do disco a ser lançado. Disse, ainda, que seu principal mercado hoje tem sido o Norte/Nordeste. Sobre o tipo de público, ele diz: “[...] é o público mesmo ligado mais à música reggae... Eu toco tanto pra galera da periferia quanto pra galera da ‘classe A’ [...] todos esses públicos gostam do meu trabalho, independente de onde seja. Então, eu toco em qualquer lugar que eu for convidado!”. Andread revelou ter tocado “desde o Macapá até a Bahia” (Feira de Santana), em diversas cidades, do Norte até Fortaleza; além de Rio de Janeiro, Vitória do Espírito Santo, e em vários países da Europa. Assim disse: “o público que eu quero atingir é o máximo! Se me colocarem num evento que não tem nada a ver com reggae [...] e que eu possa estar nesse evento, eu vou estar! Por que eu quero estar representando meu estilo e também levando a mensagem, claro!” (2014).

Portanto, o resultado mais amplo de todo esse processo que revolucionou as estruturas do mercado fonográfico é a liberação da palavra via *Internet*, que culminou na maior expressão da criatividade humana, doravante, bem mais plural e heterogênea. E, mais uma vez, cito Castells (2003, p. 10) que nos lembrar: “por um lado, a nova economia é a economia da indústria da Internet. Em outra abordagem, observamos o crescimento de uma nova economia a partir de dentro da velha economia, como um resultado do uso

da Internet pelas empresas”. Ou seja, observamos, hoje, tanto o crescimento das *indies* quanto a apropriação por parte das *majors* das suas estratégias. Portanto, qualquer otimismo ingênuo pode implicar risco de desgaste de uma possibilidade teórica rica em termos de análise de expressão popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cena analisada esclarece o quanto é atual falar em *reestruturação do mercado musical*. De agora em diante, como os avanços na microeletrônica e na informática, além de serem constantes, operam como *revoluções* – em média, a cada 18 meses as memórias e os processadores dobram as suas capacidades –, é mister observar suas consequências ante a indústria cultural. Ora, os novos hábitos de produção-distribuição-consumo da música são condicionantes de e condicionados por essas mudanças na infraestrutura tecnológica. Como lembra Castells (2003), a *Internet* não é somente aquilo que foi projetado para ser; *é*, também, o que os seus usuários fazem dela. Portanto, por permitir certo grau de liberdade no ato do fazer, a cibercultura traz consigo uma dinâmica diferente das mídias de massa, à medida que possibilita não apenas os usuários se adaptarem ao que é proposto pela indústria fonográfica, mas também, imprimirem novas tendências (novas formas) de consumo musical. Por isso têm-se visto *hits* que alcançam sucesso espontaneamente, e só depois são veiculados e assimilados pela tradicional indústria cultural.

Embora se fale em ‘crise’, prefere-se aqui interpretar essa nova realidade como um momento de reestruturação; tanto dentro, quanto fora (e nas bordas) do *maistream* musical. Equipados com tecnologias que lhes proporcionam maior autonomia, os independentes agora podem gravar com custos reduzidos e utilizar plataformas via *streaming* que geram, ou não, receitas ao serem ouvidas as suas músicas. O que de fato conta é a facilidade de expor o que estão produzindo sem a necessidade de parcerias tão desfavoráveis como as que os artistas estabeleciam antes com as *majors*. Ressalte-se que não se extinguíram os intermediários; no entanto, os novos intermediários oferecem maior facilidade de acesso às suas músicas e com menores exigências. *Sites* como PalcoMp3, e muitos outros, são abertos; qualquer artista pode criar uma conta de acesso e realizar o *upload* das suas músicas livremente. Outras plataformas, como, por exemplo, o *Spotify*, *Rdio* e *Deezer*, ainda geram alguma receita (cerca de R\$ 0,02 por execução)¹¹ para esses profissionais.

Sem dúvida, Andread Jó é exemplo concreto de como o *streaming* trouxe à tona artistas antes abafados pelo *mainstream* musical. Através do PalcoMp3, ele aumentou o seu público significativamente, o que lhe proporcionou maior recepção no cenário *reggae* do Brasil. Utilizando-se também do *SoundCloud*, foi possível estabelecer contatos importantes e chegar ao público internacional, sendo, por exemplo, convidado para abrir o *show* do *Alpha Blond* no Brasil. Assim, o artista encontra potencial do ciberespaço ao utilizar, principalmente, a *Internet* como veículo midiático de exposição.

Este breve estudo revelou, dentre outros aspectos, que apesar de no plano teórico existirem distinções do tipo *major/indies*, *mainstream/underground*, etc., não há uma linha divisória, clara, que separe nitidamente os mercados. Estratégias diversas são utilizadas por diferentes artistas. Andread, por exemplo, afirma que pagou os direitos da gravadora de Bob Marley para produzir o seu disco *Andread Jó Sings Bog Marley* – que, segundo ele, apesar de estar disponível para *download* livre, foi gravado com tiragem de 1.000 unidades –, bem como, muitos artistas do *mainstream* se utilizam de estratégias de comercialização *online* e disponibilizam suas músicas gratuitamente. Conclui-se aqui: o que de fato caracteriza essa NPI, e o mercado fonográfico como um todo, é a confluência de valores e estratégias que implicam modelos de negócios diversamente estruturados. As estruturas do mercado se movimentam e, no plano relacional, atores sociais distintos se conectam numa rede dinâmica, plural e aberta, de possibilidades de negócios no campo da chamada “música independente”. O resultado pode ser expresso em maior possibilidade de acesso ao mercado de bens culturais, tanto por parte dos músicos, quanto pelos ouvintes.

NOTAS

1 “O novo não é o caráter mercantil da obra de arte, mas o fato de que, hoje, ele se declara deliberadamente como tal, e é o fato de que a arte renega sua própria autonomia, incluindo-se orgulhosamente entre os bens de consumo [...]” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 130).

2 “As origens da Internet podem ser encontradas na Arpanet, uma rede de computadores montada pela Advanced Research Projects Agency (ARPA) em setembro de 1969. A ARPA foi formada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com a missão de mobilizar recursos de pesquisa, particularmente do mundo universitário, com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957” (CASTELLS, 2003, p 13).

3 “A Sociologia da Música tem desfrutado de um crescimento notável durante a última década do século XX e os primeiros anos do século XXI” (tradução nossa).

4 “[...] o termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez no livro *Dialektik der Aufklärung*, que Horkheimer e eu publicamos em 1947, em Amsterdã” (ADORNO, 1971, p. 287).

5 Ver também Yúdice (2011, p. 44): “Tanto a Last.fm quanto o Facebook são o tipo de plataforma que faz negócios com grandes empresas. Na realidade, o Last.fm foi adquirido pela CBS e o Youtube, pelo Google.”

6 Ver em: <http://oglobo.globo.com/cultura/selos-independentes-criticam-youtube-por-aco-es-indefensaveis-em-novo-servico-de-streaming-12584553>. (Acesso em 08.12.2014).

7 Os outros dois foram, respectivamente, Tribo de Jah e Gilberto Gil (ANDREAD, 2015). Vale salientar que, muitos artistas e bandas gravaram o Bob Marley no Brasil, contundo, sem autorização oficial da gravadora e da família do Rei do *Reggae*.

8 “Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas”.

“§ 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica”.

“§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e

estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas”.

In: BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 13. jan. 2015.

9 Ver: <http://www.detonautas.com.br/library/jPlayer/soundcloud.php>. Acesso em 12 jan. 2015.

10 Ver: <http://www.andreadjo.com/>. Acesso em 22 fev. 2015.

11 Ver: <http://olhardigital.uol.com.br/video/43390/43390>. Acesso em 23 fev. 2015.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. O fetichismo na música e a regressão da audição. *In*: Theodor W. Adorno: *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. *In*: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBORNOZ, Luiz A.; GALLEGO, J. Ignácio. Setor da música... independente? Apontamentos sobre a trama empresarial espanhola. *In*: HERSHMANN, Micael (org.). *Nas bordas e fora do mainstream musical*. Novas tendências da música independente no início do século XXI. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 87-104.
- ANDREAD JÓ. Entrevista concedida acerca das estratégias de comercialização de música *online*. Entrevistador: Tássio Ricelly Pinto de Farias. Fortaleza/CE, 25. Set. 2014.
- ANDREAD JÓ. *Site próprio*. Disponível em: < <http://andreadjo.com/> >. Acesso em: 22 fev. 2015.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet*: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COSTA, J. H. Indústria cultural e forró eletrônico no Rio Grande do Norte. 2012. 308f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- COSTA, J. H. e FARIAS, T. R. P. Indústria cultural, cibercultura e música independente em Brasília: um estudo com as bandas ‘Amanita’ e ‘Feijão de Bandido’. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 36, n. 1, p. 9-17, Jan.-June, 2014.
- DUARTE, Rodrigo. *Indústria cultural e meios de comunicação*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2014. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar).
- DE MARCHI, Leonardo. A nova produção independente: indústria fonográfica brasileira e novas tecnologias da informação e da comunicação. 2006. 151f. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- DE MARCHI, Leonardo. Discutindo o papel da produção independente brasileira no mercado fonográfico em rede. *In*: HERSHMANN, Micael (org.). *Nas bordas e fora do mainstream musical*. Novas tendências da música independente no início do século XXI. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 145-163.

- DOWD, Timothy J. 2007. The Sociology of Music. *In*. 21st Century Sociology: A Reference Handbook. Volume 2, Edited by Clifton D. Bryant and Dennis L. Peck. Thousand Oaks, CA: Sage, p. 249-260, 440 and 505-512.
- FARIAS, T. R. P. *A indústria cultural na contemporaneidade: uma introdução*. Saarbrücken: OmniScriptum GmbH & Co. KG (Novas Edições Acadêmicas), 2015.
- FAVARETO, A. S.; ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. As estruturas sociais de um mercado aberto: o caso da música brega do Pará. *In*: XXXI Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). **Anais**. Caxambu-MG, 2007. p. 1-27.
- GABBAY, M. M. O tecnobrega no contexto do capitalismo cognitivo: uma alternativa de negócio aberto no campo performático e sensorial. **E-Compós**, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2007.
- HERSCOVICI, A. Economia imaterial, novas formas de concorrência e lógicas sociais não mercantis: uma análise dos sistemas de troca dos arquivos musicais. *In*: XVI Encontro Anual da Associação dos Centros de Pósgraduação em Comunicação (COMPÓS). **Anais**. Curitiba, 2007. p. 1-18.
- JANOTTI JR., J. S.; GONÇALVES, S. M. D.; PIRES, V. A. N. Wado, um ilustre desconhecido nos novos tempos da indústria musical. *In*. HERSHMANN, Micael (org.). *Nas bordas e fora do mainstream musical. Novas tendências da música independente no início do século XXI*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 355-374.
- LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. *In*. LEMOS, André e LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção comunicação).
- LEMOS, André e LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção comunicação).
- LÉVY, Pierre. A mutação inacabada da esfera pública. *In*. LÉVY, Pierre e LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção comunicação).
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARTINS, G. P. C. A cibercultura e a reprodutibilidade técnica da música. *In*: XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-alias. Teresina. **Anais**. Teresina, 2012. p. 1-15.
- MELO, O. B.; CASTRO, O. Apropriação de tecnologias e produção cultural: inovações em cenas musicais da região Norte. *In*. HERSHMANN, Micael (org.). *Nas bordas e fora do mainstream musical. Novas tendências da música independente no início do século XXI*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011. p. 185-208.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**: R. Pós-Grad. Ciências Sociais. UFRN, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

PÉREZ, Juan Ignacio Gallego. Novas formas de prescrição musical. *In*. HERSHMANN, Micael (org.). *Nas bordas e fora do mainstream musical*. Novas tendências da música independente no início do século XXI. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011. p. 47-60.

SANTOS, Fabio Abreu. Produção e consumo do reggae das radiolas em São Luís/MA: significados, simbolismos e aspectos mercadológicos. 2009. 247f. Dissertação de Mestrado em Administração – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

YÚDICE, George. Apontamentos sobre alguns dos novos negócios da música. *In*. HERSHMANN, Micael (org.). *Nas bordas e fora do mainstream musical*. Novas tendências da música independente no início do século XXI. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011. p. 19-45.

Palavras-chave:

**Nova Produção
Independente (NPI);
ciberspaço; redes; reggae;
Andread Jó.**

Resumo

Este trabalho discute a atual – e constante – reestruturação dos mercados musicais analisando, especialmente, o impacto causado pela revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o advento da Cibercultura, entendida como novo modo de reprodutibilidade dos bens culturais. Argumenta-se que a desmaterialização da música e o processo de difusão em rede (via *Internet*), suscitaram novos hábitos de produção, circulação e consumo no negócio da música. O objeto desta pesquisa recai sobre o estudo de caso realizado com *Andread Jó*, reggeiro autônomo da cidade de Fortaleza-CE. Conclui-se que, se por um lado, deve-se analisar o mercado musical de forma ‘dual’ (*indies* e *majors*), por outro, percebe-se que ‘dentro’ do *mainstream* busca-se adotar as estratégias que ‘de fora’ surtiram efeito de diferencial estratégico, entre elas, a comercialização da música via *streaming* e a utilização de outros serviços de música *online*. Sociologicamente as estruturas do mercado se dinamizam e, relacionalmente, atores sociais distintos se conectam numa rede dinâmica, plural e aberta de possibilidades de negócios no campo da chamada “música independente”. O resultado pode ser expresso em maior possibilidade de acesso ao mercado de bens culturais, tanto por parte dos músicos, quanto pelos ouvintes.

Keywords:

**New Independent
Production (NPI); cyberspace;
networks; reggae;
Andread Jó.**

Abstract

This paper discusses the current – and constant – restructuring of phonographic markets, analyzing especially the impact of the revolution in information and communication technologies (ICTs) and the advent of cyber culture, understood as new mode of reproducibility cultural property. It is argued that the dematerialization of music, joined to the network diffusion process (via the Internet), raised new habits of production, circulation and consumption in the music business. The object of this research is on the case study conducted with *Andread Jó*, autonomous reggae producer from Fortaleza-CE. It is concluded that, on the one hand it is necessary analyze the music business taking its ‘dual’ form (*indies* and *majors*), on the other, it is

perceived that ‘within’ mainstream seek to adopt strategies that ‘outside’ have produced strategic differential effect, including the marketing of music via streaming and the use of other online music services. Sociologically market structures advance themselves and relationally, different social actors connect themselves in a dynamic, plural and open business opportunities network in the field called “independent music”. The result can be expressed in more possibilities of access to cultural goods market, both by musicians, as by listeners.

Recebido para publicação em março/2015. Aceito em abril/2015.

As desigualdades categóricas e duradouras de propriedade, raça e sexo na Sociologia Paulista das décadas de 1950 e 1960

André Victorino Mindoso

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorando em Sociologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista PEC-PG/Capes-Brasil.

Endereço eletrônico: amindoso@hotmail.com.

José Miguel Rasia

Professor Titular de Sociologia do Departamento de Ciência Política e Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Última publicação: MACIEL-LIMA, Sandra Mara *et al.* The impact that the influenza A (H1N1) pandemic had on news reporting in the state of Paraná, Brazil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 273-291, jan./mar, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702015000100273&script=sci_arttext. Email: zecarasia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, nos propomos a identificar e analisar a forma como as desigualdades sociais foram tratadas por sociólogos da geração que estudou a sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1960. Para tanto, tomamos como objeto de análise textos produzidos à época e que foram considerados importantes para a sociologia do período, tais como: *Branços e negros em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959); *Cruz das Almas*, de Donald Pierson (1966); *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido (1977); *O mandonismo local na vida*

política brasileira, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957) e; *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997)¹.

A escolha dos textos como objeto da análise deve-se tanto à contribuição desses autores para o desenvolvimento da sociologia brasileira – embora todos tratem mais especificamente de São Paulo – quanto por representarem a geração de sociólogos que deixa de lado a tradição ensaística até então vigente na sociologia feita no Brasil, passando a conjugar, segundo Antonio Candido (2006), a especialização da disciplina com estudos empiricamente fundados. Outro aspecto ressaltado por este autor a respeito da produção dessa geração de sociólogos é que os trabalhos em questão, à exceção do texto de Bastide e Fernandes, têm o “meio rural” como foco de análise. Isto se explica, segundo Candido, pela forte influência da antropologia sobre os autores. Assim, temáticas como “cultura rústica”, “sincretismo religioso”, “relações raciais” e “poder local” constituíam o ponto de partida de suas análises.

Em termos temporais, estamos diante de um período peculiar da história do Brasil, caracterizado pela acentuação do processo de modernização, notadamente em São Paulo. Quando falamos em modernização, nos referimos ao conjunto de transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas cuja consequência é a relativa igualdade dos indivíduos, no que diz respeito à condição de cidadão (BENDIX, 1996). Isto quer dizer que esse conjunto de transformações supunha, pelo menos teoricamente, que os indivíduos de origens sociais, raciais, econômicas ou sexuais diferentes passassem a gozar dos mesmos direitos de cidadania.²

Bresser Pereira (1970), ao descrever o processo modernizador no Brasil, afirma que este conheceu dois períodos principais. E situa o primeiro entre as décadas de 1930 e 1960. Tal processo, segundo o autor, caracterizou-se pela substituição de uma economia eminentemente agrária pela dominância do capital industrial; pela reorientação de uma economia voltada predominantemente para a exportação, e que passava também a alimentar o mercado interno; e pela emergência de novos estratos sociais, tais como uma classe média e trabalhadores urbanos remunerados. Foi nesse período (sobretudo até a década de 1940) e em função desse contexto que, segundo Antonio Candido (2006), os sociólogos brasileiros passaram a se preocupar com temáticas como a chamada questão nacional e a discussão da integração e do contato entre indivíduos e grupos sociais. Como podemos ver, a “modernização da sociedade brasileira” põe em pauta no seio da “comunidade sociológica” de então, entre outros itens, temáticas como o contato entre os indivíduos, quer estes fossem impulsionados pela dinâmica do mercado

de trabalho, pela integração social do *ex*-escravo e seus descendentes, ou mesmo pela necessidade de se criar uma “comunidade nacional”. A segunda fase desse processo de modernização – em que pese ser um período que, para Bresser Pereira, ainda estava em fase embrionária – é aquela em que as transformações sociais têm lugar partindo de uma sociedade na qual o capital industrial dá lugar ao capital tecnológico como importante motor de dinamização da sociedade. Para o autor, embora o Brasil não fosse um produtor por excelência de capital tecnológico, passou a importar tecnologia de forma significativa, a ponto de esta se tornar um dos fatores importantes no processo produtivo nacional. Vale notar que dificilmente se pode pensar em uma revolução *tout court* com a supremacia do capital tecnológico na dinamização da sociedade brasileira. Na interpretação de Pereira, mesmo diante de um incremento da produção industrial, mantinha-se a importância da agricultura na constituição do capital; assim como a revolução tecnológica não foi igualmente capaz de suprimir a importância do capital industrial. Isto quer dizer, em nosso entender, que a emergência de novas formas de relações de produção, sociais ou políticas, não significou a eliminação das formas de relações anteriores.

O mais importante a ser sublinhado sobre o processo de modernização da sociedade brasileira, para fins deste artigo, é que ele se caracteriza por propiciar um contato cada vez mais intenso e próximo entre os indivíduos. O contato se intensifica devido à natureza da vida urbana, das novas formas trabalho (indústria, comércio e serviços urbanos) ou mesmo pela partilha de alguns valores nacionais. Em outros termos, o processo de modernização do Brasil, que teve o seu apogeu nas décadas de 1950-60, consistiu em criar novos padrões de relações sociais fundadas na democratização de oportunidades, no alargamento do conceito de cidadania e na massificação das benesses sociais.

Do que acabamos de expor, uma questão surge: será que o contato e a proximidade entre indivíduos, em face do processo de modernização da sociedade brasileira, significou o rompimento de antigos eixos definidores de fronteiras sociais?

O argumento que defendemos neste artigo, ancorados na teoria das *desigualdades categóricas* de Charles Tilly, é o de que, apesar das transformações pelas quais a sociedade brasileira estava passando, as desigualdades sociais representadas pela condição “racial”, sexual e de propriedade continuaram presentes, embora de forma ressignificada. É o dilema da modernização do Brasil – que, por um lado, indica as transformações sociais nele presentes e, por outro, as reconfigurações das relações sociais anteriores – que subjaz às

pesquisas, sobre a sociedade brasileira, dos anos 1950-60, realizadas pelos autores aqui abordados. É nossa proposta evidenciar, ao longo deste texto, tais questões, recuperando aquilo que pode passar ao largo em muitas das discussões feitas nos trabalhos analisados.

Tendo em vista o desenvolvimento de nosso argumento, estruturamos o artigo de acordo com o seguinte roteiro: começamos por tratar de questões teóricas, tomando como foco a noção de desigualdades categóricas e duradouras sugerida por Charles Tilly; em seguida, analisamos a propriedade da terra e sua contribuição na estruturação das desigualdades categóricas; fazemos o mesmo com a “raça” e o sexo. Finalmente, apresentamos uma síntese da discussão, enfatizando os pontos mais importantes.

SOBRE AS “DESIGUALDADES CATEGÓRICAS E DURADOURAS”: UMA LOCALIZAÇÃO TEÓRICA

A teoria das desigualdades categóricas e duradouras, de Charles Tilly (1998; 2005), constitui um referencial importante para a compreensão, embora parcial, do desenvolvimento da sociedade brasileira numa perspectiva de longo prazo. Embora o recorte histórico, aqui, circunscreva-se às décadas de 1950-60, nossa análise não se limita a ele, na medida em que pelas necessidades da argumentação, em alguns momentos damos um salto para o período anterior. O referencial teórico escolhido nos ajuda a fazer a análise de categorias sociais, em relação com outras categorias, enfatizando relações desiguais e duradouras no acesso e controle dos recursos socialmente valorizados. Tendo em consideração que as categorias sociais com as quais operamos são as que têm a ver com as relações de propriedade, “raciais” e sexuais, a utilização desse marco teórico é justificável. E, levando em conta, também, as finalidades deste artigo, faz-se necessário expor e explicarmos, a forma como o autor concebe sua teoria de desigualdade categórica e duradoura.

Uma das questões que leva Tilly (1998) a se preocupar com as desigualdades categóricas é o fato de ele ter notado uma limitação na noção weberiana de “fechamento social”. Para Max Weber, diz o autor, tal fechamento é feito separando categoriais a partir de elementos internos à organização. Tilly, entretanto, nota que tal separação, longe de ser imediata ou relativa à divisão do trabalho, remuneração ou outros elementos internos à organização social, possui vínculo com as fronteiras que estão exteriores a ela, isto é, no âmbito da estrutura social. Segundo o autor, apesar de existirem dentro da organização social várias formas de desigualdade entre os seus integrantes – como as decorrentes da remuneração diferenciada, do prestígio desigual

etc. –, na esfera mais ampla tais desigualdades também ocorrem e, muitas vezes, têm função balizadora das interações sociais entre os indivíduos.

Afigura-se importante dedicar algumas palavras para esclarecermos o significado atribuído por Tilly à desigualdade no geral, da qual deriva a sua noção de *desigualdade categórica*. De acordo com o autor, “a desigualdade consiste em uma distribuição desigual de atributos entre unidades sociais como indivíduos, categorias, grupos ou regiões” (TILLY, 1998, p. 25).³ Os atributos em causa são, em outras palavras, os “bens”; e a desigualdade não se resume à sua dimensão econômica, conforme sugere a palavra “bens”; ela se refere igualmente às dimensões política e simbólica.

Na concepção de Tilly, o que diferencia a “desigualdade” da “desigualdade categórica” é o fato de a primeira dizer respeito ao indivíduo, isto é, ao seu desempenho ou mérito. Já a “desigualdade categórica”, diz ele, independe de mérito ou demérito do indivíduo; ela é, sim, expressão dos efeitos de determinações históricas e estruturais sobre o indivíduo. Nesta perspectiva, o autor nos convida a sair da abordagem da desigualdade centrada nas características individuais e inscrevê-la nas formas estruturais da distribuição dos “bens” econômicos, políticos e simbólicos.

A contribuição de Tilly não foi apenas propor uma análise categórica da desigualdade social. Ele focou também na problemática da sua durabilidade. Efetivamente, o autor defende que mais do que efêmeras, as desigualdades categóricas são duradouras, isto é, se mantêm ao longo de situações e de tempos sociais distintos; ou seja, as desigualdades categóricas são aquelas que “se verificam de uma situação social para a seguinte, especialmente aquelas que perduram por toda a carreira (e) gerações...” (TILLY, 1998, p. 6).⁴

A desigualdade categórica ocorre nas mais diferentes situações sociais, porém, é melhor visualizada, segundo Tilly (1998), na relação entre grandes conjuntos humanos. Para o autor, tais conjuntos humanos devem ser compreendidos numa relação dualista, isto é, como fazendo parte de um par de categorias sociais assimétricas que, em termos práticos se constitui em relações do tipo homem/mulher, cidadão/estrangeiro, branco/negro, entre outros. Considera igualmente, que independentemente de existirem diferenças entre os indivíduos, em cada um dos polos dessa dualidade, eles se reconhecem como integrantes de uma mesma categoria social: “(A) desigualdade significativa em vantagens entre os seres humanos corresponde sobretudo às diferenças categóricas como as do tipo negro/branco, homem/mulher, cidadão/estrangeiro ou muçulmano/judeu, e não às diferenças individuais de atributos, disposições ou desempenho” (TILLY, 1998, p. 7).⁵

Perece ser útil tornar isso mais claro. Apesar de a sociedade brasileira do período em estudo ser constituída por várias categorias sociais, uma

análise simplificada, reduzida à classificação dual das categorias, ajuda a compreender a natureza das relações sociais numa perspectiva de longo alcance. Antonio Candido (1977), por exemplo, em sua análise sobre o caipira, utiliza a dualidade detentores/não detentores de terras. Assim procedendo, o autor foi capaz de integrar segmentos tão diferentes como “fazendeiros”, “rendeiros” e “sitiantes”, numa mesma categoria: detentores (proprietários) da terra. Os parceiros, na leitura de Candido, fazem parte de outra categoria, a dos não proprietários ou não detentores da terra. O autor classifica estes segmentos em relação ao critério ser proprietário de terras (fazendeiro, rendeiro, sitiante), sem levar em conta a diferença de escala econômica da propriedade entre um segmento e outro. Ou seja, segundo ele, independentemente das desigualdades individuais ou específicas que possam existir no interior de uma sociedade, é possível compreendê-la, simplificando tais diferenças em apenas duas categorias, determinadas por uma fronteira social claramente definida.⁶

A existência de uma fronteira separando conjuntos humanos permite Tilly (2005) afirmar que a sociedade está dualmente dividida: de um lado da fronteira, está a ideia do “nós”, e, do outro, está a ideia do “eles”. Para fins deste artigo, conforme veremos mais adiante, tais fronteiras sociais foram definidas por elementos como a situação econômica, a “raça” e o sexo, constituindo-se, assim, em eixos de demarcação das categorias sociais entre os brasileiros.

Para além do caráter dualista da classificação das categorias sociais, Tilly (1998) evidencia que elas estão verticalmente hierarquizadas. Segundo o autor, um dos polos dessa relação dual controla os recursos socialmente valorizados, enquanto o outro encontra-se excluído do acesso a esses recursos. Desta forma, o controle que o indivíduo detém da terra torna-o membro da categoria dos proprietários que, em termos comparativos, monopolizava os ganhos econômicos, políticos e simbólicos em relação aos não proprietários. Os indivíduos de pele clara, integrantes da categoria dos brancos, monopolizavam os ganhos socialmente valorizados, enquanto os membros da categoria dos negros eram excluídos de tal processo. O mesmo acontece com as categorias sexualmente delimitadas: os homens monopolizavam os ganhos socialmente valorizados, enquanto as mulheres se viam excluídas.

Além de classificar os conjuntos humanos de forma dual e hierárquica, Tilly (1998) analisa, também, a dinâmica do funcionamento dos mecanismos de geração e reprodução das desigualdades. Para ele, os mecanismos que geram e reproduzem as desigualdades categóricas, consistem no fechamento da categoria social dominante, na promoção da exclusão e no controle para

que cada categoria permaneça em seu lugar. Na análise da dinâmica desses processos, o autor utiliza quatro conceitos fundamentais: exploração, reserva de oportunidades, emulação e adaptação. O principal desses mecanismos, na acepção de Tilly, é o da exploração, mas ele só é efetivo quando complementado com os demais.

Inspirado na tradição marxista, Tilly afirma que a exploração significa a situação em que uma categoria social se beneficia do resultado final do processo produtivo, à revelia daqueles que igualmente participam desse esforço coletivo. Segundo o autor, a exploração não é apenas de ordem econômica; é também política e simbólica. Isto ficará mais claro mais adiante quando discutirmos a situação do Brasil, em que propriedade/não propriedade da terra, para além de proporcionar ganhos econômicos, concomitantemente confere aos proprietários vantagens políticas e simbólicas que permitem manter a sua posição social. É neste sentido que Tilly considera que parte dos ganhos advindos da exploração da categoria “socialmente excluída” é usada para a manutenção da situação da categoria dominante, fazendo com que as relações desiguais perdurem. Conforme o autor, para que a exploração seja efetiva, os membros da categoria social dominante estabelecem redes de solidariedade que lhes possibilitam manter o controle sobre os “bens” econômicos, políticos e simbólicos. Tilly denominou tais redes de *reserva de oportunidades*. Aqui, como a própria expressão sugere, a reserva das oportunidades socialmente valorizadas é destinada aos membros dessa categoria social.

Na interpretação de Tilly (2005), enquanto a exploração e a reserva de oportunidades operam como geradores de desigualdade categórica, a emulação e a adaptação funcionam como mecanismos que naturalizam e reproduzem tal desigualdade. Ele entende a emulação como o processo de transferência de padrões de representações e práticas sociais da esfera mais ampla (estrutural) para situações concretas de encontros sociais, contribuindo, assim, para sua naturalização. Esclarecendo este conceito, o autor dá o exemplo de como o recrutamento de funcionários para determinadas firmas, ou organizações, tem sido feito a partir do estabelecimento de relação direta entre o tipo de função dentro dela e a origem econômica, racial, ou sexual do indivíduo. Em outras palavras, a emulação leva o indivíduo a “reconhecer qual é o seu lugar”.

A adaptação, por seu lado, é o mecanismo que garante a estabilidade da desigualdade categórica, na medida em que cria (ou recria) rotinas e procedimentos coincidentes com as fronteiras existentes entre as categorias sociais. Ela ressignifica as rotinas e procedimentos, fazendo com que a

desigualdade perdure, apesar das mudanças pelas quais a sociedade possa estar passando.

Tomando a tese de Tilly como suporte teórico para a análise dos textos dos sociólogos mencionados, formulamos nossa hipótese: as desigualdades categóricas, baseadas na condição de propriedade, “raça” e sexo persistem, em que pese a modernização da sociedade brasileira dos meados do século XX. Tal persistência se dá graças à ressignificação das antigas fronteiras sociais existentes no Brasil. Cabe-nos, agora, demonstrar esta hipótese de forma mais detalhada.

A PROPRIEDADE DA TERRA COMO DEFINIDORA DE FRONTEIRAS SOCIAIS

Para os textos aqui considerados, a sociedade brasileira do período colonial, até a primeira “onda” de modernização (1930), é predominantemente rural, não só pela predominância de localização da população no campo, mas, principalmente, porque os atores econômicos e políticos mais importantes estavam ligados à produção e à exportação de produtos agrícolas. A economia agrária encontrava-se integrada ao processo de divisão internacional do trabalho, produzindo mercadorias para o mercado capitalista, embora não constituísse internamente um mercado de trabalho com relações tipicamente capitalistas. No dizer de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978, 1997), esta é uma das especificidades da produção mercantil no Brasil: produzir mercadorias com trabalho servil e/ou outras formas de relações que não o assalariamento. Contudo, a integração na economia capitalista (na divisão internacional do trabalho) torna-se mais efetiva com o processo de constituição do Estado nacional; o fim da escravidão no século XIX; a urbanização e a industrialização das primeiras décadas do século XX; o que, segundo Bresser Pereira (1970), se consolida a partir da década de 1950. Se isto representa um avanço em direção à modernização, ao mesmo tempo, aponta para os seus limites. A esse respeito, Antonio Candido nos leva a pensar que o tipo de relação que os indivíduos mantêm com a terra é o que define a sua situação social, na medida em que condiciona a natureza dos direitos e deveres para com os demais indivíduos e, em âmbito mais amplo, com o Estado. Efetivamente, ao analisar a sociedade rústica⁷ brasileira, o autor demonstra que existiam dois tipos de brasileiros: os moradores fixos e os transitórios. O primeiro grupo era composto por fazendeiros, rendeiros e sitiantes que controlavam a terra, tanto pela titularidade, posse, quanto pelo aluguel. O segundo grupo, por seu lado, era constituído por aqueles

indivíduos que não detinham o controle da terra, mas que apenas nela se estabeleciam mediante o consentimento do proprietário; são os *parceiros*.

Assim, utilizando o modelo proposto por Tilly, percebemos que a propriedade da terra, é um elemento definidor da fronteira entre as categorias sociais. O modelo nos permite identificar dois grandes conjuntos humanos: por um lado, os que controlam a propriedade da terra (fazendeiros, rendeiros e sitiantes) e, por outro, os que não detêm a propriedade da terra (parceiros), e mantêm com esta uma relação precária e transitória. Reafirmamos, aqui, a observação feita anteriormente: esta forma dual de identificar as categorias sociais já havia sido proposta por Antonio Candido (1977). A semelhança entre as análises de Candido e Tilly (1998) deve-se ao fato de buscarem em Marx, nos conceitos de propriedade e exploração, a fonte principal para o estabelecimento das categorias sociais. O limite dessas análises repousa no fato de que ambos minimizam a importância do gradiente – a escala e a forma da propriedade da terra – que diferencia os segmentos sociais dentro de uma mesma categoria. A título de exemplo, fazendeiros, rendeiros e sitiantes não mantêm a mesma relação com a terra. Para os sitiantes, a terra se constitui no meio de vida; a propriedade pode ser legal ou precária; sua extensão é diminuta e não divide a produção com terceiros. Os fazendeiros detêm a propriedade legal de grandes extensões de terra e a consideram, sobretudo, um meio de produção econômico e de poder político. O rendeiro, apesar de ser legalmente proprietário de grandes extensões de terra, a utiliza como fonte de renda, concedendo a exploração da mesma a terceiros. Apesar dos limites da análise que agrupa numa única categoria segmentos sociais distintos, em relação aos critérios aqui considerados, existe um elemento que os unifica. Ou seja, o elemento de unificação destes segmentos numa mesma categoria é a “ameaça” que a categoria dos não proprietários representa. Contra esta “ameaça”, a categoria dos proprietários aciona os mecanismos tendentes a naturalizar sua condição de dominação e ao mesmo tempo a reproduzi-la.

Do outro lado da fronteira social delimitada pela relação de propriedade, estão os parceiros (CANDIDO, 1977) ou os homens pobres e livres (FRANCO, 1997), ou seja, os não proprietários que conformam a outra categoria no esquema dual. Esta categoria vive nas fronteiras da grande propriedade, mediante o consentimento do fazendeiro e em troca disso fornece parte significativa da sua produção e presta serviços ao proprietário da terra. Neste sentido, sua relação com a terra, como meio de vida, é precária e está à mercê das decisões do proprietário. Além de ter que ceder parte de sua produção ao proprietário da terra, este exige-lhe obediência e fidelidade política.

Depois de termos deixado claro o que queremos dizer quando aludimos à ideia de homem livre e pobre, procuraremos elucidar, agora, em que medida a sua relação com a terra o tornava um indivíduo desprovido não apenas de “bens” econômicos, mas também de “bens” políticos e simbólicos, sem que se reconhecesse nele a condição de cidadão pleno,⁸ se comparado aos indivíduos que controlavam a terra.

O texto intitulado “Mandonismo local na vida política brasileira”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957), é significativo para esclarecermos o que acaba de ser dito. Efetivamente, a autora demonstra que, desde o período colonial até 1930, a vida política brasileira era dominada/condicionada pelos interesses de grupos econômicos locais. Tal grupo numa primeira fase foi composto pelos grandes senhores de engenho do Nordeste e, numa segunda fase, pelos grandes fazendeiros de café do Vale do Paraíba. Independentemente de cada uma dessas fases, a autora nota que a ideia de cidadão, no sentido do indivíduo que goza de direitos e deveres plenos, só poderia ser encontrada na figura do proprietário de terras – fazendeiros, latifundiários – e sua família. Assim, a autora mostra, por exemplo, que no Brasil-colônia a eleição das autoridades políticas e judiciárias era permitida apenas aos chamados “homens bons”, ou seja, àqueles que detinham o controle da terra e da produção, conforme fica claro nesta citação:

Reunidos, os “homens bons” elegiam dois juízes ordinários e três vereadores, os quais deliberavam sobre as providências que a vida local exigia. Entre estes “homens bons” não se incluíam ‘os operários, os mecânicos, os degredados e os estrangeiros’; eram assim chamados, portanto, essencialmente os agricultores (PEREIRA DE QUEIROZ, 1957, p. 200).

Como podemos notar, havia aqui uma rede de solidariedade entre os proprietários, a qual excluía as demais categorias sociais da participação ativa na vida política. Esta situação, porém, não se esgota no Brasil colônia; continua, embora de forma resignificada, nos períodos subsequentes. Segundo Pereira de Queiroz, tanto no Brasil imperial quanto no Brasil republicano, apesar de terem surgido novos atores sociais e políticos (os bacharéis), os senhores de terra continuavam sendo o grupo que efetivamente controlava e definia os destinos da sociedade brasileira, sendo os bacharéis porta-vozes de seus interesses.

Isto posto, surge a questão: qual o lugar político ocupado pelo homem livre e pobre no contexto das décadas de 1950-60? Visando compreender a participação desse indivíduo na vida política brasileira, vale a pena analisar a sua participação como eleitor, isto é, na escolha dos representantes políticos.

Embora se refira a uma situação generalizada no período do Brasil república, a descrição que Rodolpho Telarolli faz sobre o coronelismo ajuda-nos a compreender o lugar político dessa categoria de não proprietários. Para o autor,

(...) a valorização do voto pela generalização do sistema representativo que a República provocou colocava os detentores do poder público da esfera federal, e mais diretamente os da estadual, na dependência dos “votos” não das massas dos votantes que, no exercício da opção que a nova situação exigia, não esboçava sequer vislumbre de consciência, pois para tanto careciam de uma relativa independência econômica que não tinham, mas na dos proprietários rurais, a quem aquela massa pertencia de corpo e alma (TELAROLLI, 1977, p. 14-15).

Esta citação, e a anterior, de Pereira de Queiroz, apesar de fazerem alusão a um Brasil anterior a 1950-60, nos fornecem pistas suficientes para compreendermos este período. E retomamos Antonio Candido para esta discussão. Efetivamente, dada a condição dos parceiros, que não detinham a propriedade da terra e dos meios de vida, a sua condição de morador precário e dependente do fazendeiro era evidente. Essa categoria social estava propensa a migrações constantes, conforme o tipo de relações estabelecidas com os fazendeiros. Como forma de reconhecimento pelo fato de o fazendeiro permitir que o parceiro morasse e produzisse nas suas terras, este devia fidelidade ao “bom fazendeiro”. Assim, as obrigações em relação ao fazendeiro transformavam-se em virtude. Obrigação e dívida simbólica traduzem-se na prática política do voto sem autonomia de escolha. O reconhecimento dessa virtude pelo fazendeiro reafirma os laços de dependência do homem pobre e livre, pois este se transforma num agente político, embora seu voto não seja livre das ingerências e conveniências do primeiro. Assim, as escolhas políticas dos homens pobres, legalmente considerados livres, acabam sendo, senão determinadas, pelo menos influenciadas por aqueles que lhes garantem as condições materiais de sobrevivência, mesmo que de forma precária.

RAÇA E ESTRUTURA SOCIAL

As relações “raciais” no Brasil ocupam um lugar importante na definição do caráter das relações sociais. É por isso que, concentrando-nos na obra de Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959), demonstramos que a modernização do país longe de significar oportunidades iguais entre os brasileiros, reflete as desigualdades categóricas e duradouras que acompanham

esse processo. A tese de Bastide e Fernandes é a de que à medida que a cor da pele tende a ser mais clara, aumentam as possibilidades que o indivíduo possui de conquistar mais direitos que o seu homólogo de pele mais escura. Ao nos concentrarmos na análise dos argumentos de Bastide e Fernandes, procuraremos perceber sobretudo a relação entre “raça” e estrutura social.

Analisando o caso específico da cidade de São Paulo na década de 1950, caracterizado pela oferta de empregos, impulsionada pelo desenvolvimento industrial da cidade, Bastide e Fernandes observam:

A partir desse momento, o branco começou a sentir-se ameaçado nos seus postos de direção e de mando. Vai reagir, e essa reação, destinada a manter o negro no fundo da escala social, vai intensificar o preconceito de cor, dar-lhe formas mais agudas, e ao mesmo tempo a segregação vai aparecer em todos os degraus da escala, desde a escola, que revela as capacidades, até as promoções aos graus superiores. Uma espécie de solidariedade racial vai estabelecer-se entre as diversas etnias brancas numa mesma política de autodefesa, englobando o brasileiro de 400 anos, o descendente de imigrante e o capitalista estrangeiro (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 190).

A solidariedade entre os indivíduos de cor mais clara diante da “ameaça” dos mais escuros não se manifestou, segundo os autores, em forma de leis que privilegiassem uns em detrimento dos outros; ela vai se manifestar na acentuação do preconceito, na criação de estereótipos, que pesam na preferência pelo branco em detrimento do negro. Efetivamente, a presença do negro competindo pelos empregos que a cidade de São Paulo oferece, leva a categoria dos brancos a fazer a transposição de representações (emulação) que historicamente foram construídas para justificar a incapacidade do negro (*ex-escravo* ou seu descendente) de competir com ele no mercado laboral. Desta forma, verifica-se a reserva dos melhores empregos (reserva de oportunidades) para a categoria dos brancos que procuravam a todo o custo excluir os negros dos diferentes tipos de “bens” daí decorrentes.

A exclusão do negro não se verifica apenas no mercado laboral. Ela está igualmente presente na escola, instituição que Bastide e Fernandes (1959) consideram importante para elevar a posição do negro na escala social. Com efeito, embora a frequência à escola primária fosse permitida a todos os brasileiros, os níveis mais avançados (secundário e universitário) eram menos permissíveis para os brasileiros negros. A consequência disso é que estes passam a ter dificuldades em ocupar lugares superiores

na estrutura ocupacional, sobrando-lhes os empregos mais “duros” e com remuneração mais baixa: “O homem negro [...] foi peneirado ou selecionado negativamente. Empurrado para a franja dos piores trabalhos e de mais baixa remuneração, ele se sentiu, subjetivamente, como se ainda estivesse condenado à escravidão (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 22).

Assiste-se aqui à operacionalização dos mecanismos de reprodução das desigualdades categóricas. Efetivamente, mesmo abolida a escravidão, e no contexto da modernização do Brasil, assiste-se a ressignificação do tipo de relações assimétricas senhor/escravo. O negro entra para a escola primária e nela encontra as barreiras invisíveis que o impedem de ter um bom desempenho escolar e, mesmo que o tivesse, não lhe era facilitado o acesso a níveis educacionais mais elevados. É quase certo que o negro ocupará uma posição inferior na estrutura ocupacional, e os seus descendentes dificilmente farão melhor que ele (BASTIDE e FERNANDES, 1959).

É importante notar que ao direcionarmos esta análise como Tilly sugere, não estamos, de maneira alguma, dizendo que os negros e seus filhos não possam transpor a barreira “racial”. Estamos apenas enfatizando que em termos de grandes conjuntos humanos tal transposição é dificultada pelas estratégias de reprodução das desigualdades que favorecem os brancos. Olhemos um caso em que, embora de forma limitada, ela ocorre. Donald Pierson (1971), afirma que a mobilidade social por via da escola era bastante limitada para os indivíduos de pele mais escura (pretos de origem africana) e razoavelmente permissível aos mestiços (pardos):

É preciso notar que embora os mestiços claros, geralmente a vanguarda desta ascensão, constituíssem a maior parte dos indivíduos de cor que progrediam na escala de classes, não monopolizavam completamente a ascensão. Foram seguidos, e em alguns casos notáveis ultrapassados, por indivíduos procedentes da porção mais escura da população (PIERSON, 1971, p. 225).

E para enfatizar a condição mais desfavorável do negro de origem africana, Pierson continua afirmando que:

[...] a presença de pretos entre a classe “mais elevada”, ainda hoje é pequena. No esforço para alcançar posição mais alta na ordem social, os pretos tiveram de lutar ainda mais decididamente contra os obstáculos representados pelo fato de partirem do ponto “mais baixo” na escala profissional e educacional, sem recursos financeiros nem meios, na maio-

ria dos casos, de ganhá-los e, além disso, de trazerem constantemente consigo um sinal físico de ascendência escrava, isto é, um símbolo de status inferior (PIERSON, 1971, p. 225).

Isto posto, e considerando os posicionamentos de Pierson (1971), Bastide e Fernandes (1959), pode-se afirmar com segurança que, apesar de alguns mestiços terem uma posição social, que em alguns casos se equipara à dos brancos, o brasileiro de pele mais escura, de origem africana, vê a barreira da cor como um obstáculo para a sua completa “integração” na vida social. Essa ligeira vantagem do mestiço em relação ao negro deve-se, em parte, ao fato de o primeiro ter um dos progenitores de cor branca e, por conseguinte, de ter a possibilidade de entrar na estrutura de compadrio que domina a sociedade brasileira de então (PEREIRA DE QUEIROZ, 1957). Isto quer dizer, que os brancos com algumas posses que tiveram filhos com negras fora do matrimônio, tendiam a adotá-los como afilhados, dando-lhes, em alguns casos, suporte financeiro para que ingressassem na escola e tivessem acesso a uma profissão razoável. Enfim, é essa condição “mista” do mestiço que lhe permite em alguns casos estar em situação socioeconômica mais elevada que a de seu homólogo de pele mais escura, que tinha poucas chances de entrar na estrutura de compadrio.

A RELAÇÃO ASSIMÉTRICA ENTRE OS SEXOS

Os sociólogos cujos trabalhos constituíram o objeto desta análise não deixam claro e de forma consistente a natureza das relações entre os sexos, na sociedade brasileira das décadas 1950-60. Eles estão mais preocupados com as relações econômicas, “raciais” e políticas. A pouca importância atribuída às relações entre os sexos pode ser explicada pelo fato de a problemática de gênero ainda não haver despertado o interesse da sociologia brasileira de então (WOLFF e PASSOS, 2005). Apesar dessa “lacuna”, Donald Pierson (1966) em seu trabalho monográfico sobre a comunidade de Cruz das Almas, no interior de São Paulo, oferece-nos algumas pistas para a compreensão de tais relações. Segundo ele, a participação da mulher na sociedade no período estudado é restrita ao foro doméstico ou privado; isto é, ao meio familiar, conforme fica claro na descrição de sua rotina:

A rotina de vida das mulheres do lugar circunscreve-se em linhas gerais às atividades seguintes:

Buscar água e lenha
Cozinhar

Lavar e passar roupa
Limpar a casa
Ter filhos
Educar os filhos
Ajudar a cuidar dos animais domésticos
Trabalhar na roça quando preciso
Costurar
Fazer bordado, tricô, crochê e broglío (PIERSON, 1966, p. 283).

Assim, para o autor, à mulher era vedada a participação em espaços públicos, como nos grupos de conversa da cidade, no mercado, enfim, em todos os locais onde pudesse manter contato com homens que não fossem da sua família:

As mulheres nunca participam dos grupos de conversação que se formam com regularidade na Vila, e não bebem nem jogam cartas em companhia masculina. Na missa e em outras cerimônias religiosas, os homens tendem a ocupar uma das alas da igreja, enquanto que as mulheres ficam na outra [...]. Nas festas, quer religiosas, quer seculares, veem-se as mulheres em seus próprios grupos. [...] Na escola local, meninos e meninas ocupam a mesma sala de aulas, mas jamais sentam juntos, a não ser que a professora assim o determine, como castigo mais eficaz para alguns meninos. [...] É coisa rara a mulher do sítio vir fazer compras nas vendas da Vila (PIERSON, 1966, p. 271-272).

Observamos, assim, no contexto descrito pelo autor, a existência de uma espécie de “*apartheid* sexual”, de acordo com o qual as mulheres e os homens não ocupavam, nem disputavam o mesmo espaço. Acontece, porém, que o lugar que os homens ocupavam nessa relação excludente, conferia-lhes domínio sobre a mulher, subordinando-a a posições socialmente inferiores. Efetivamente, era nos grupos de conversas da vila que se discutiam, entre outros assuntos, os destinos políticos da vila, as alianças entre as famílias, a marcação do trabalho coletivo (mutirão) etc. Dessa discussão as mulheres estavam excluídas. Igualmente elas não tinham acesso direto ao mercado, não podiam ir à “venda”, o que limitava o seu poder de negociação e de participação efetiva na vida econômica e social de Cruz das Almas. Assim sendo, pode-se afirmar que o espaço público, isto é, aquele onde se dão as relações políticas e econômicas entre as famílias, os bairros, as vilas e as cidades, era de foro eminentemente masculino. Nesse sentido, era nesses

espaços que se constituíam as redes de solidariedade entre os homens, reforçando a posição dominante destes na estrutura das relações sociais.

Naquele ambiente doméstico, essa separação entre os sexos se fazia em algumas situações particulares. No caso das visitas, quando estas eram de homem, as mulheres da família anfitriã eram excluídas das conversas entre o dono da casa e o visitante, prestando-se somente a atender o marido e a visita quando solicitada: serviam-lhes o café e, no caso da refeição, preparavam a comida, mas não sentavam à mesa com o marido e a “visita”. Assim, as mulheres na presença de homens que não eram da família, mesmo em casa, estavam excluídas do convívio social. Repetia-se no ambiente doméstico a distribuição dos papéis e o padrão de relacionamento existente entre os sexos no espaço público.

Essa relação assimétrica entre os sexos deve ser entendida como caso-limite, que perdurou até o momento em que se estreitaram os laços com a sociedade externa, urbana. Efetivamente, a exposição dos indivíduos ao processo de modernização em curso na sociedade brasileira do período, favoreceu uma aproximação mais acentuada entre homens e mulheres. Para demonstrar isso, Pierson dá o exemplo da inauguração da linha de ônibus ligando a vila de Cruz das Almas a outras cidades da região. Uma das consequências do uso do ônibus pelos moradores da vila foi o estabelecimento de contatos mais próximos entre os sexos, pelo fato de serem “obrigados” a partilhar o mesmo veículo durante as viagens. O ônibus, simbolicamente, representa, em nosso entender, uma das evidências de mudança do padrão das relações entre os sexos, decorrente de uma proximidade nem sempre desejada entre homens e mulheres. E aqui cabe a interrogação: em que medida a modernização desse período, na sociedade brasileira, atuou sobre as fronteiras que separavam as categorias sexuais?

O ônibus é, na verdade, uma das faces do processo de modernização, que de forma mais ampla pode ser percebido através da crescente urbanização, da industrialização e do comércio. Isto quer dizer, em outros termos, que à medida que as pessoas se veem mais próximas ou integradas nesse processo, mais as relações entre os sexos tendem a se reconfigurar. Efetivamente, se no ônibus embarcam tanto homens quanto mulheres, na indústria, no comércio e demais atividades urbanas, a presença das mulheres ao lado dos homens é também cada vez mais intensa.

Será que a modernização, representada pela introdução do ônibus e pelo estreitamento dos contatos com a comunidade externa, efetivamente resultou num equilíbrio das relações entre os sexos, em Cruz das Almas? A hipótese que Pierson nos permite formular remete aos limites da modernização na localidade por ele estudada. Em nosso entender, as desigualdades

categóricas entre homens e mulheres, embora se modifiquem em Cruz das Almas, não são resolvidas. Pierson nos dá a chave para entender as tensões enfrentadas pelo processo de modernização e seus limites na sociedade brasileira:

As mulheres mais jovens estão começando a reagir, talvez ainda em considerável parte inconscientemente, contra as restrições impostas ao seu sexo. No entanto, qualquer alteração em comportamento ainda sofre imediata reprovação e ridicularização. Recentemente (...) num baile, depois de cessada a música, três moças ficaram no centro da sala conversando com seus parceiros, comportamento esse em desacordo com os costumes estabelecidos... (PIERSON, 1966, p. 439).

Como podemos notar, a ridicularização ou reprovação do comportamento socialmente “não esperado” da mulher diante dos homens faz-nos pensar que os estereótipos e os preconceitos vinham dando corpo à naturalização do lugar inferior ocupado pela mulher. Desta forma, por mais que a modernização tivesse como consequência um contato social mais intenso entre homens e mulheres, a relação assimétrica entre estes continuou existindo, embora de forma ressignificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste artigo, nos propusemos a analisar a forma como a primeira geração de sociólogos paulistas abordou a problemática das desigualdades sociais no Brasil. Isto foi feito tendo como linha orientadora a teoria das desigualdades categóricas e duradouras de Charles Tilly. A discussão nos permitiu considerar válida a hipótese de que os autores cujas obras foram objeto da análise tratam as desigualdades sociais no Brasil como sendo resultado de relações assimétricas e duradouras entre categorias sociais quais sejam, as de propriedade/não propriedade da terra, branco/negro e homem/mulher. Tal relação assimétrica é reproduzida por mecanismos como o fechamento social da categoria dominante (proprietário, branco, homem), monopolizando assim o acesso aos diferentes tipos de “bens” socialmente valorizados. Mecanismos como este, assim como a racionalização de representações e práticas – operacionalizada por preconceitos e estereótipos – tornam mais efetiva a exclusão daqueles que estavam à margem da sociedade (não proprietários, negros e mulheres).

NOTAS

1. A data dos textos aqui tomados para análise corresponde ao ano da edição que tínhamos em mãos: Cruz das Almas, de Donald Pierson, teve sua primeira edição publicada pelo Institute of Antropology, Smithsonian Institution de Washington, em 1951; a primeira edição do texto de Roger Bastide e Florestan Fernandes é de 1957, publicada pela editora Anhembi, com o título *Relações raciais entre negros e brancos* em São Paulo. Maria Isaura Pereira de Queiroz publicou seu trabalho em um número especial da revista Anhembi, em 1957. Participam dessa revista, além de Maria Isaura, Carlo Castaldi, Eunice T. Ribeiro e Carolina Matuscelli. A primeira edição de *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, é de 1964, publicada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), em 1969.

2 Sobre a noção de cidadão e como este se apresenta na sociedade brasileira sob o regime escravista ver: Maria Sylvania de Carvalho Franco (1978). Nesse artigo, a autora discute a construção das noções de propriedade e liberdade sob o capitalismo e sua especificidade no caso brasileiro.

3 Tradução dos autores

4 Tradução dos autores.

5 Tradução dos autores

6 Tanto no trabalho de Antonio Candido (1977), quanto no de Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997), o marcador da diferença é a relação de propriedade.

7 Faz-se necessário explicar o significado que o autor atribui ao termo “rústico”. Segundo ele, o termo “é empregado [...] não como equivalente de ‘rural’, ou de ‘rude’, ‘tosco’, embora os ‘englobe’. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português do Novo Mundo, seja por transferência dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine” (Antonio Candido, 1975, p. 21, grifos no original).

8 A constituição de cidadão sob o capitalismo funda-se nas noções de liberdade e propriedade privada, sendo que ser livre equivale a ser proprietário, mesmo que no limite seja a propriedade de sua força de trabalho. Esta separação entre força de trabalho e pessoa do trabalhador é a base da constituição de um mercado de trabalho livre e do assalariamento no capitalismo. Sobre isto ver Marx: *A ideologia alemã* (s.d.), *O Capital* (1974), *El Borrador* (1973); Hobsbawm, (1972) e Maria Sylvania de Carvalho Franco (1978).

- BIBLIOGRAFIA** BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- FERNANDES, Florestan (a). *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na sociedade escravocrata*. 4ª edição. São Paulo: Editora UNESP (Universidade Estadual Paulista), 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização do trabalho no período colonial. **Discurso**. São Paulo: Maio, 1978, n.8, p. 1-45.
- HOBBSBAWM, E. *Formaciones económicas precapitalista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.
- MARX, K. *El Capital*: Libro I, Capítulo VI (inédito). Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. Lisboa / São Paulo: Presença/Martins Fontes, S/d.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la Crítica de la economía política*. (Borrador). 1857-1858. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*: Estudo de contacto racial. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- PIERSON, Donald. *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O mandonismo local na vida política brasileira: da Colônia à Primeira República. **Estudos de Sociologia e História**, São Paulo, Editora ANHEMBI, 1957, p. 194-301.
- TELAROLLI, Rodolpho. *Poder local na República Velha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- TILLY, Charles. *Durable inequality*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1998.

TILLY, Charles. *Identities, boundaries and social ties*. Boulder e London: Paradigm publishers, 2005.

WOLFF, Cristina S. e PASSOS, Lídia M. V. Escrevendo a história no feminino. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, set.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a07v13n3.pdf>. Acesso em 20 dez. 2013.

Palavras-chave:
**desigualdades
categóricas; propriedade;
raça; sexo; sociologia
paulista.**

Resumo

O artigo propõe-se a identificar e analisar a forma como a geração de sociólogos que estudou o Brasil nas décadas de 1950-1960 discutiu as desigualdades sociais. Assim, trabalham textos de Donald Pierson (1966), Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959), Antonio Candido (1977), Maria Isaura P. Queiroz (1957) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997). A leitura da produção desses autores foi orientada pela concepção de desigualdades categóricas e duradouras de Charles Tilly. Da análise, chegou-se à conclusão de que, apesar das transformações sociais que o país estava vivenciando no período, em face do processo de modernização, as desigualdades categóricas de propriedade, raça e sexo, longe de terem desaparecido, estavam aí presentes, passando a assumir novas formas.

Keywords:
**Categorical inequalities;
property; race; sex; São
Paulo's sociology.**

Abstract

The following article aims to identify and analyze how the problem of social inequalities were treated by the generation of sociologists who studied Brazilian society during the 1950-1960's decades. For that purpose, it concentrated on texts written by researchers such as Donald Pierson (1966), Roger Bastide and Florestan Fernandes (1959), Antonio Candido (1977), Maria I. Pereira de Queiroz (1957) and Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997). Inspired on Charles Tilly's conception of categorical and durable inequalities, the analysis concluded that despite the social changes that the country was experiencing during the 1950-60's decades, categorical inequalities of property, race and gender, far from having disappeared, became re-configured.

Recebido para publicação em março/2015. Aceito em abril/2015.

// **Resenhas**

O dilema multicultural

De: Lorenzo G. Macagno

O dilema multicultural. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná; Rio de Janeiro: Graphia, 2014

Por: Mário Henrique Castro Benevides

Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Trabalha com pesquisas nas áreas de pensamento e teoria social, história das ideias políticas, sociologia do discurso público e narrativas e trajetórias nas ciências humanas.

Endereço eletrônico: mario.castro@unilab.edu.br

A curiosidade antropológica acerca do miscível e o imiscível culturais nos lembra Geertz (2003); reside, pelo menos no início, na longa trajetória das interpretações nascidas no (ou por causa do) mundo europeu – interpretações sobre encontros e sobre as resistências dos Outros para com o *ser-e-fazer* do Ocidente. É importantíssimo, contudo, afirmar que temas como o multiculturalismo das existências e o pluralismo de sentidos e falas, vem despertando lugar e mitologia dentro do desenvolvimento de antropologias não européias, como um fôlego filosófico que reside na vontade de pensar as diferenças e as convivências destas sem ingenuidades ou esquematizações inócuas. O livro de Lorenzo Macagno enquadra-se neste esforço de respiração.

Em *O dilema multicultural* temos um passeio analítico cujos fundamentos apontam longas viagens de observação: uma série de inserções e ampliações na e da experiência de pensar as conexões culturais e seus usos conceituais pela pesquisa social. O trabalho nos apresenta, em um primeiro resumo, um conjunto de tratamentos e apontamentos sobre ideias centrais

do debate antropológico e sobre os limites das mesmas quando confrontadas com a prática histórica presente e dos universos sociais. Macagno traz aqui sua ampla experiência nos estudos do pensamento antropológico e suas relações com os cenários coloniais e os mundos por eles afetados. O autor estabelece a busca por uma discussão das vivências e sobrevivências do multiculturalismo, dentro de uma problemática a ele associadas e nele presentes – organicamente ou não. O livro reúne seis ensaios, cujos temas e abordagens prometem unidade dialógica, sondando mais de uma relação entre o político e o cultural. Relações essas que vão das falas de chefes de Estado europeus e suas implicações no debate a respeito e contra o multiculturalismo, até a difícil investida teórico-crítica acerca dos horizontes recentes de inferências sobre a África e seus próprios dilemas, pluralizados em sua própria diversidade continental.

O multiculturalismo tem despertado debates na esfera metodológica, já que implica uma interpretação que não foge do escopo das grandes narrativas – intensa ironia que atíça os paradoxos de estudos de micro-universo localizados. Aparece, assim, nas discussões das ciências sociais desdobradas sobre o cenário internacional e internacionalizado das “globalizações” e dos pós-colonialismos. Discuti-lo tem sido uma forma de repensar o “local da cultura” (BHABHA, 1998) como expressão de injunções de muitos locais simbólicos, de muitas invenções socializadas e incontáveis disputas de auto-imagens políticas. É nesse sentido que a necessidade de fundamentar uma leitura contínua sobre o fazer antropológico, no plano conceitual guia a estrutura da obra aqui discutida. Essa necessidade – espécie de especialidade teórica *sobre a aventura teórica* – aparecerá recortada nos moldes dos seis capítulos ricamente dialógicos. Simultaneamente, esse mesmo índice produz uma série de temas correlatos, agitados pela percepção de que o tema em movimento é, sem ironia, uma forma de hermenêutica dos encontros reflexivos – reais ou fantasiados.

No primeiro capítulo, “Genealogia do racismo”, o autor começa a escavação conceitual que julga necessária para atingir o problema que aborda: toma com atenção a arqueologia de Michel Foucault e busca nas rotas que dele emergem entendimentos sobre o processo de consolidação discursiva dos racismos na modernidade. O ensaio atravessa a história e a filosofia historicamente inspirada para tratar da antropologia e de um de seus luminares: o racismo e o etnocentrismo como vertentes da identidade e da violência identitária. Cruzando esse debate conceitual antropológico que aborda e desnaturaliza as afirmações acerca da raça, do grupo e das apropriações coletivas sobre o que é o *Nós*, Macagno infere que as distinções práticas entre racismo e etnocentrismo merecem maior recorte.

O capítulo seguinte, “As ilusões da nação”, é uma retomada do conceito pensado a partir das experiências da imigração, do patriotismo e da identidade. Neste ponto, seu exame dos antropólogos em sua ruptura patriótica e em sua alteridade metodológica é um exercício importantíssimo de *antropologia da antropologia*. Ao mesmo tempo, Macagno lança mão de uma afirmativa pouco afável para as discussões contemporâneas: a vulnerabilidade do multiculturalismo estaria emergindo frente ao renascimento das narrativas nacionais, prometidas e engajadas pelo novo século, marcadas pelos atentados de seu primeiro setembro. Ainda assim, o ensaio mantém a coerência temática da obra.

Em “Do pós-modernismo ao multiculturalismo”, terceiro ensaio do livro, temos uma apresentação das relações históricas entre os dois conceitos; empreitada de análise que abre a compreensão acerca de parentescos marcantes na leitura do século XX sobre mudanças no plano da cultura. Aliás, aqui encontramos uma interpretação densamente politizada dos aspectos do cultural como instância da modernidade: Lorenzo Macagno lista interpretações do moderno e pós-moderno como facetas móveis de ideias que passaram a animar e conviver com o “espírito” dos hibridismos multiculturais.

O quarto capítulo parece ser o coração do trabalho analítico. “As peripécias do multiculturalismo” é um tratado em síntese dos dilemas da ferramenta conceitual que ele é – bem como da dinâmica histórica e interacional que ela busca representar. Aqui vemos o vigor autoral em intenso diálogo bibliográfico e teórico – amparado pela preparação que o espírito contextual da primeira parte do livro inspira. A antropologia, desafiada pelas significações de seu fazer dúbio – eurocentricamente nascida e pluralmente incorporada pelo século XX – é personagem central deste enredo, ainda que inserida em debates como os da filosofia política que a ladeiam. Liberalismo, “reconhecimento”, identidade e questões *fronteiriças* (sob o prisma epistemológico) são ideias presentes e tratadas como uma trilha explicativa. Por meio dela, o autor nos leva a um passeio por uma nova genealogia dos impasses multiculturais.

O quinto capítulo é uma sequência orgânica do anterior: atravessando a dinâmica dos dilemas multiculturais e nacionais em África, temos Macagno como narrador de experiências macro-históricas fundamentais; o livro caminha por um entendimento da etnicidade e de seus problemas, bem como por sobre o nacionalismo permanentemente pautado em sua lógica. Assim, “O triculturalismo da nação” parece abrir caminho para o encerramento de uma análise massiva das questões trabalhadas desde o começo do livro.

O ensaio final, intitulado “Multiculturalismo na África?”, é mais um exercício de produção de dúvidas do que de vigília teórica. Ele examina

o tribalismo, a língua, a etnicidade e a condição destas em contextos de independências políticas e simbólicas produzidas sob muitas camadas, à luz das histórias intercaladas do continente africano. Num último fôlego de questionamento, temos Macagno apontando as diferenças temporais entre o tempo real da cultura e os tempos divergentes da política e das políticas culturais. A necessidade de compreender essa diferença é uma proposta significativa de tratamento do multiculturalismo como fenômeno prático, de tempo prático, no qual longa duração e necessidades imediatas precisam ser percebidas como perspectivas distintas do ponto de vista dos que pensam os cenários sociais.

Que balanço fazer? A dinâmica semi-dependente dos capítulos faz de *O dilema multicultural* um desafio relacional: lido de modo linear ele transparece uma organização editorial feliz. Mas lido em suas fragmentações aparentemente propositais, os ensaios trazem uma riqueza de conexão maior; eles encaminham o leitor para diferentes formas de associação entre os problemas e veredas apontadas. Como diria Barthes (1987), a escrita trabalha em um sentido de *fenda* e a leitura não deixa de ser um modo de mapeamento de seus contornos e profundidade. Em uma prosa amparada pela literatura antropológica e histórica, e articulada com um teor multidisciplinar nas referências, Macagno convida-nos a atravessar temas como a formação nacional e o racismo prático do cotidiano; instrumentos-guia para uma revisão dos dilemas ontológicos que orbitam as questões multiculturais e seus signos. A revisão da narrativa antropológica e os usos conceituais desta permeiam o trabalho, estabelecendo um diálogo claro com o *modus vivendi* do pensamento da pesquisa social – a fim de, substancialmente, recortá-lo e colocá-lo à prova. A pergunta seminal e invisível substiste: de que formas o multicultural é operado e de que maneiras ele deu vida a um ideal-processo como o multiculturalismo?

Macagno nos adverte para os perigos em atenuar um conceito de substância política – nos moldes de Anthony Appiah (1997). Ao longo do livro, temos exemplos históricos e caminhos de reflexão teórica que demonstram a diversidade dos poderes que atuam frente à ideia – e a rede de relações – do multicultural. Seu esforço ao argumentar que a prática da dessencialização conceitual na antropologia é uma necessidade, mas também um risco, é central para o entendimento deste trabalho. Ao mesmo tempo que apresenta esse exercício de perceber os limites das noções adjetivadoras da cultura (como “inventadas”, “imaginadas” ou “híbridas”) ele reconhece a dificuldade de negligenciar estes artifícios de designação e análise.

É válido ainda dizer que *O dilema multicultural* trata da resistência, nas ciências sociais, para reorganizar a *mudança* como objeto. Em sua linha fundamental, o livro recupera os acessos teóricos e as encruzilhadas de método da antropologia cultural e da história social para dispor de suas fragilidades epistemológicas: fragilidades manifestas na própria condição-dilema de se pesquisar o Outro em seus fluxos – a multiplicidade na cultura e a cultura dentro das políticas de identificação, de sociabilidade, de nação e etnicidade. É, sob este crivo, um estudo da racionalidade na antropologia. Uma racionalidade dubiamente desafiada por sua necessidade de redimensionar o racional para tratar de assuntos do simbólico.

BIBLIOGRAFIA

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1998.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

The politics of climate change

De: Anthony Giddens

The politics of climate change
Cambridge/UK: Polity, 2009.

Por: Juliana Capra Maia

Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pós-graduanda em Direitos Sociais, Ambiental e do Consumidor no Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Socióloga do quadro permanente de empregados da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Endereço postal, residencial: SMPW Quadra 25 Conjunto 04 Lote 02 Casa F. Park WAY. Brasília/DF. CEP: 71.745-504.

Endereços eletrônicos: juliana.maia@hotmail.com e capra.juliana@gmail.com

Sociólogo britânico nascido em Edmonton, norte de Londres, Anthony Giddens publicou mais de trinta livros a respeito de díspares temáticas, tais como: teoria sociológica clássica, nacionalidade e nacionalismo, estrutura de classes, divisão do trabalho, globalização, sexualidade e família. Educado na *University of Hull* e na *London School of Economics*, Anthony Giddens atuou como assessor do Primeiro Ministro britânico trabalhista, Tony Blair. Além disso, prestou consultoria para líderes políticos australianos, asiáticos e latino-americanos.

O livro *The politics of climate change* foi publicado em inglês no ano de 2009, pela editora britânica *Polity*. A tradução para a língua portuguesa, intitulada “A política da mudança climática”, foi publicada em 2010, pela editora Zahar.

O objetivo do livro é apresentar uma abordagem ampla e multissetorial acerca das políticas de mitigação e de adaptação

às mudanças climáticas, problema que constitui um dos principais eixos da agenda internacional do século XXI. E para além da questão ambiental, Giddens chama a atenção para o papel do Estado, dos organismos multilaterais, das organizações não governamentais e dos próprios indivíduos no enfrentamento do aquecimento global.

O primeiro dos nove capítulos em que o livro de Giddens está dividido intitula-se “*Climate change: risk and danger*”. Aqui, o autor apresenta alguns conceitos indispensáveis às reflexões acerca das mudanças climáticas: efeito estufa, gases de efeito estufa (GEE), eventos geofísicos globais (GGEs), e sequestro de carbono. Igualmente, introduz o leitor nas discussões científicas mais polêmicas a respeito das mudanças climáticas, dentre as quais a correlação entre emissões de GEE e o aquecimento generalizado das temperaturas médias ao redor de todo o globo terrestre, e a correlação entre o aquecimento global e a ocorrência de grandes catástrofes naturais, inclusive os GGEs (explosões vulcânicas, tsunamis, terremotos, tufões, entre outras). Ainda no capítulo 01, Giddens apresenta a manifestações dos – minoritários – céticos que, em síntese, duvidam do aquecimento global e qualificam o último quarto de século como uma nova era de superstições e messianismo, alimentada pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC).

No segundo capítulo, intitulado “*Running out, running down?*”, o autor apresenta uma das teses centrais que permeiam todo o livro, que é a íntima relação entre as políticas de mudança climática e as políticas de segurança energética. É que o uso intensivo dos combustíveis fósseis (carvão mineral, gás natural e petróleo), intensificado desde a primeira fase da revolução industrial na Grã-Bretanha, constitui o principal responsável pelas emissões de GEE. Desse modo, não por mero acaso os países mais bem-sucedidos nas metas de redução de emissões de GEE são os mesmos que, atingidos pelos choques do petróleo na década de 1970, diversificaram a sua matriz energética, optando por fontes alternativas tais como os biocombustíveis, a energia nuclear e a energia hidrelétrica.

Ainda no segundo capítulo, Giddens discute as hipóteses que considera mais aceitas a respeito da disponibilidade *in natura* dos combustíveis fósseis ao redor do globo terrestre, em especial, a respeito da disponibilidade do petróleo. Esclarece que, apesar da inexistência de consenso científico sobre a indagação: “*os estoques de petróleo estão declinando?*”, há que se ter clareza de que, como já demonstrou a OPEP em história recente, a disponibilidade da *commodity* no mercado internacional não depende somente dos estoques físicos. Aborda, finalmente, algumas das implicações geopolíticas de uma economia mundial dependente de petróleo: imperialismo, guerras e estabelecimento de autocracias corruptas nos países produtores.

No terceiro capítulo, “*The greens and after*”, Giddens aborda o movimento ambientalista, que tem se configurado como a maior fonte de reflexão filosófica acerca das mudanças climáticas. Multifacetado, o ambientalismo não é um, mas muitos. Contudo, alguns princípios fundamentais norteariam as suas diversas vertentes: sabedoria ecológica; justiça social; democracia participativa; pacifismo e, mais recentemente, sustentabilidade e respeito pela diversidade. Segundo explica o autor, assim concebido, é problemática a relação entre tal concepção de ambientalismo e as políticas sobre mudanças climáticas, mesmo que os “verdes” reconheçam a luta contra o aquecimento global como bandeira. Para Giddens, a desconfiança dos ambientalistas para com o conhecimento científico criaria um obstáculo para as políticas relativas às mudanças climáticas. É que o aquecimento global nos foi revelado pela ciência. É por meio da ciência que o monitoramos e é na ciência (e na tecnologia) que investimos em busca de soluções.

Também no terceiro capítulo Giddens endossa a tese segundo a qual há uma desconexão entre a teoria ambientalista dos valores (isto é, ao que “os verdes” atribuem significância) e a teoria ambientalista da ação (isto é, como “os verdes” atuam para concretizar os valores que compartilham). A defesa intransigente da democracia participativa, a descentralização do poder e o comprometimento com meios não violentos de solução de conflitos, por exemplo, seriam formas de agir desconectadas dos principais valores ambientalistas: a sustentabilidade e o interesse das gerações futuras.

O capítulo 04, “*The track record so far*”, apresenta o estágio atual das batalhas contra as mudanças climáticas. Para tanto, elucida quais aspectos favoreceram o relativo sucesso de Suécia, Alemanha, Dinamarca, Noruega, Nova Zelândia, Costa Rica e Islândia na redução das suas respectivas emissões. Giddens apresenta, ainda, os dilemas atualmente enfrentados pelo Reino Unido para redução dos GEE. Como lições gerais dos casos trazidos no capítulo 04, conclui o autor: **(01)** Que à exceção de Alemanha e Dinamarca, as nações que se destacaram na redução das suas emissões de GEE estão mais preocupadas com segurança energética do que com a mudança climática propriamente dita. **(02)** Que o acirramento político entre esquerda e direita afeta negativamente a continuidade das políticas de segurança energética e das políticas de mudanças climáticas. **(03)** Que as administrações de centro-esquerda tendem a ser mais abertas às políticas de mitigação das mudanças climáticas, ao passo que as de direita tendem a ser dominadas por céticos. **(04)** Pela eficácia dos tributos sobre o carbono, embora reconheça o seu potencial inflacionário e regressivo. **(05)** Pela indispensabilidade dos subsídios estatais para que as tecnologias de energia

renovável possam minimamente competir com os combustíveis fósseis. (06) Que, apesar das diversas objeções, a energia nuclear deverá fazer parte da matriz energética de alguns Estados. (07) Que as políticas de mudanças climáticas não fazem parte de um consenso, de modo que será difícil, aos Estados, manter a coerência entre as diversas políticas públicas. (08) Que há risco de que as metas de emissões de GEE das nações ocidentais estejam subavaliadas, considerando-se o processo de desindustrialização e, portanto, de exportação das emissões de GEE para países como a China.

No capítulo 05, intitulado “*A return to planning*”, Giddens salienta o papel do Estado e dos governos nas políticas acerca das mudanças climáticas. Explica que, apesar de toda a relevância assumida pelas organizações não governamentais, é principalmente do Estado – que ainda tem muito poder – a atribuição de atuar na linha de frente das políticas do clima. Dada a inescapável perspectiva de futuro embutida no problema do aquecimento global, volta ao vocabulário da política e da economia o conceito de “planejamento estatal”, relegado às sombras pelos neoliberais ao longo das décadas de 1970 e 1980. Giddens afirma que, apesar das limitações e das críticas, o planejamento estatal se mostrou historicamente superior aos modelos desreguladores que provocaram o sucateamento das instituições públicas e o descontrole sobre os riscos sociais, dada a atuação da iniciativa privada excessivamente preocupada com resultados de curto prazo. Essa constatação seria particularmente verdadeira no setor energético, cujo incremento demanda vultosos investimentos, recuperáveis apenas no médio e no longo prazos.

Desse modo, caberia ao Estado elaborar planejamento de médio e longo prazo, coordenando as políticas de mudanças climáticas com as demais políticas públicas: a matéria seria muito abrangente para permanecer confinada aos limites dos ministérios de meio ambiente. Igualmente, caberia ao Estado a difícil tarefa de, ao mesmo tempo, manter as regras do jogo democrático e, no longo prazo, a despeito das mudanças de governo, as diretrizes das políticas de mudanças climáticas. Finalmente, também caberia ao Estado o papel de manter as mudanças climáticas na agenda cotidiana dos cidadãos, dada a ocorrência do que o autor denominou “paradoxo de Giddens”.

O “paradoxo de Giddens” seria uma característica típica do comportamento humano que inibe a ação. Estatui que, entre seres humanos, há uma predisposição psicológica que atribui ao concreto e ao presente maior nível de realidade, de tal modo que, diante de ameaças futuras e abstratas, as pessoas não atuam para reduzi-las. Ocorre que se tais ameaças se concretizarem, toda ação humana será inútil, por já ser tarde demais!. Isto é, simplesmente deixados a cargo das pessoas comuns, os problemas relativos

às mudanças climáticas tenderiam a ser relegados ao segundo plano. Por sua vez, a intervenção estatal por meio do estabelecimento de ecotaxas, do racionamento de emissões e da criação de mercados de carbono traria as mudanças climáticas para o cotidiano dos cidadãos comuns, evitando a ocorrência do “paradoxo de Giddens”.

O capítulo 06 avalia as tecnologias disponíveis para fazer frente às mudanças climáticas, salientando que todas elas possuem críticos e entusiastas. Como fontes alternativas de energia haveria o hidrogênio, o carvão descarbonizado, os ventos (energia eólica), o sol (energia solar), a biomassa (biocombustíveis), o próprio calor da Terra (energia geotérmica), além das mais testadas e aceitas, que são a energia nuclear e a energia hidroelétrica. Do ponto de vista do custo, Giddens ressalta que todas essas fontes de energia serão mais dispendiosas que os combustíveis fósseis, até pela necessidade de refinar a tecnologia. Não obstante, o autor entende que cabe ao Estado subsidiá-las, dada a perspectiva de médio e de longo prazo, que deve estar voltada para a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis. Sob a ótica das políticas públicas, constituiriam alternativas para os Estados a taxaço e o racionamento do carbono, medidas tributárias que estimulariam o desenvolvimento de modos de vida e de tecnologias “*low carbon*”.

O capítulo 07 é dedicado às políticas de adaptação. Relata Giddens que a discussão acerca da adaptação às mudanças climáticas era espécie de tabu entre ambientalistas porque se acreditava que, enfatizando-a, estaríamos deixando de lado as políticas de mitigação. É verdade que as políticas de mitigação e de adaptação acabarão por competir pelos mesmos recursos (materiais e humanos). As políticas de adaptação, contudo, são indispensáveis para garantir certa qualidade de vida, certa resiliência para as sociedades humanas afetadas pelas mudanças climáticas.

Giddens salienta que a palavra “adaptação” tende a ser enganadora, dado que deixa a entender que aguardaremos os resultados das mudanças climáticas para só então agir. Entretanto, as políticas de adaptação devem ser prioritariamente preventivas e, sempre que possível, casadas com as políticas de mitigação. A autonomização de edificações constitui um bom exemplo de medida, ao mesmo tempo, mitigadora e adaptativa.

Para desenvolver políticas de adaptação, cada Estado deverá mapear detalhadamente os riscos a que a sua população está submetida. Uma vez mapeados os riscos, o Estado deverá agir para reduzir as vulnerabilidades da sua população, seja estimulando a inovação e a criatividade, seja envolvendo os cidadãos, por meio de distribuição de direitos e responsabilidades. Tanto

para as políticas de mitigação quanto para as políticas de adaptação às mudanças climáticas, convergência política e econômica serão fundamentais. Lá e cá, o Estado planejador deverá assumir posição central.

Por isso, chama especial atenção a constatação de que aumentam a vulnerabilidade às mudanças climáticas circunstâncias tais como a dependência de produtos tropicais de baixo preço internacional, o espraiamento e a favelização das cidades, a fragilidade das comunicações e dos meios de transporte. Essas circunstâncias tendem a ocorrer em países pobres, onde o Estado possui poucos recursos – materiais e humanos – para assumir o papel de grande planejador ou de grande articulador da política e da economia, tal como sugerido por Giddens.

O capítulo 08, intitulado “*International negotiations, the EU and carbon markets*” aborda o histórico das negociações internacionais concernentes à redução de GEE. Giddens elucida que, na Rio/92, tratou-se do aquecimento global e que os países membro chegaram ao consenso de que seria necessário reduzir as emissões de GEE. Também se chegou ao consenso de que as nações industrializadas são mais responsáveis pelo comprometimento das condições naturais da atmosfera terrestre do que as nações em desenvolvimento, motivo pelo qual houve reconhecimento do princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Não obstante, na ocasião, não foram estabelecidas metas de redução de emissões de GEE. Os países participantes se limitaram ao compromisso de, anualmente, subsidiar o IPCC com as suas respectivas informações concernentes à questão.

Cinco anos mais tarde, em Kyoto, com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, tentou-se estabelecer metas cogentes de redução de emissões de GEE para os países industrializados. À exceção da Austrália e dos EUA – que temiam a concorrência com os produtos fabricados na China – todos os demais países desenvolvidos subscreveram o protocolo de Kyoto. Grande parte dos países em desenvolvimento também subscreveu o documento, comprometendo-se voluntariamente com a redução das suas respectivas emissões de GEE. Como o protocolo de Kyoto só obteve o número mínimo de assinaturas em 2005, muitos signatários acabaram dependendo poucos esforços para alcançar as suas metas.

Demonstrando pouca esperança nesse tipo de abordagem, Giddens afirma que a *Bali Climate Conference*, das Nações Unidas, realizada em dezembro de 2007 falhou redondamente na obtenção de compromissos em prol da redução nas emissões dos GEE. O autor aponta que o principal fator que contribui para o fracasso dos acordos aos moldes de Kyoto é o silêncio em matéria de segurança energética.

O capítulo 08 trata, ainda, das tentativas levadas a efeito pela União Europeia para reduzir as emissões do bloco, bem como dos mercados internacionais de carbono. Giddens descreve as experiências de instituição do mercado na União Europeia e na Califórnia, Estado dos EUA que se comprometeu com a redução de 80% nas suas emissões de GEE, até o ano de 2050. Reconhece que os mercados internacionais de carbono já fazem circular muito dinheiro e que podem favorecer o desenvolvimento de novas tecnologias. Apesar disso, tomando suas muitas deficiências, ainda estariam “em experimentação”.

O último capítulo, finalmente, trata das questões geopolíticas associadas às mudanças climáticas. De acordo com Giddens, o petróleo e o gás natural deram o formato da política internacional no século XX: a história dos combustíveis fósseis é a história do imperialismo. Observa o autor que o petróleo é inimigo da liberdade: tanto mais alto o preço do barril, tanto mais autocráticos são os países produtores. Em outros termos, a dependência mundial do petróleo tem um custo político e social elevado. Desse modo, a redução da dependência mundial de combustíveis fósseis – em especial, do petróleo – ironicamente tenderia a favorecer não somente os países compradores, mas também os países exportadores dessa *commodity*.

Também no capítulo 08, Giddens trata das perspectivas para a comunidade internacional. Em se tratando de uma ameaça comum, era de se esperar que as mudanças climáticas fortalecessem os laços entre nações. Para o autor, contudo, não é isso que se tem observado. O degelo do Ártico tem provocado disputas por território supostamente abundante em petróleo e gás natural; a China tem atuado agressivamente ao redor do globo como prospectora de combustíveis fósseis; os EUA de George Bush deixaram claro que enxergam o mundo sob a ótica da carestia de recursos pelos quais vale à pena guerrear. E exatamente neste momento em que a coordenação entre os países se mostra tão necessária, a ONU está agonizante, moribunda.

Apesar do cenário desfavorável, Giddens não acredita que o multilateralismo chegou ao fim. Segundo ele, o caminho mais favorável para o multilateralismo seria o fortalecimento das regiões, aos moldes do que ainda ocorre na OMC. E sob essa perspectiva, o modelo não se esgotou, de modo que ainda existe um caminho para as negociações internacionais a respeito das políticas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas.

- NOTAS** 1. No jargão corporativo, o que o autor denominou “paradoxo de Giddens” é um fenômeno amplamente conhecido pelo nome “síndrome” ou “dilema do sapo cozido”.

Gestão com pessoas e subjetividade

Organizado por: E. Davel e S. C. Vergara
Gestão com pessoas e subjetividade. 6ª edição. São Paulo: Atlas. 320 páginas. ISBN: 852248120. 2013.

Por: Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

Professor Associado do Departamento de Psicologia da UFC. Doutor em Psicologia.

Endereço postal, profissional: Av. da Universidade, 2762, Benfica – 60020-180 – Fortaleza-CE.

Endereço eletrônico: tupinamb@ufc.br.

Raquel Libório Feitosa

Mestre em Psicologia (UFC). Coordenadora adjunta do Programa de Extensão Rede Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Liderança e Empreendedorismo, na UFC (RINEPE – UFC).

Endereço eletrônico: raquel_liborio@hotmail.com

Gestão com pessoas e subjetividade (2013) é a sexta edição de uma obra que trata da administração, cultura, organização e principalmente da subjetividade. Apesar de ter tido a primeira edição em 2001 pela editora Atlas, sua repercussão e atualidade se testemunham nas cinco edições posteriores, datando a mais recente de 2013. Esta foi a edição que consideramos para reintroduzir no meio acadêmico o teor dessa obra de grande envergadura para quem quer compreender melhor o significado da administração com pessoas. O livro é dividido em doze capítulos inter-relacionados teoricamente, mas que se prestam a leituras independentes. Resulta de estudos, pesquisas e da atuação de autores de quatro diferentes países: Brasil,

Canadá, França e Inglaterra e tem na subjetividade e sua interferência nas organizações contemporâneas, em especial no âmbito da gestão organizacional, o elemento de interseção. Em cada um dos onze capítulos temáticos e do capítulo de síntese e fechamento da obra são abordadas questões essenciais que, conforme afirma o prefaciador do livro, Jean-François Chanlat, aliam “subjetividade, administração, organização e cultura”. Essas questões serão apresentadas nesta resenha à guisa de introdução e de informação inicial para que o leitor se aproxime dos temas tratados e de suas respectivas perspectivas e abordagens sem, contudo, querer substituir a leitura do livro original, tendo em vista a riqueza de informação que isso deixaria escapar. Passearemos por questões sobre inovação, cognição, poder, conhecimento, comunicação, interioridade, prazer, emoção, gênero, amor, família e cultura que, em cada um dos respectivos capítulos, refletem, de certo modo, as linhas teóricas específicas de seus diferentes autores.

PENSANDO, SENTINDO E EXPRESSANDO-SE NAS ORGANIZAÇÕES

O sequestro da subjetividade por parte da organização consiste no fato desta apropriar-se, planejadamente, através de programas na área de gestão de pessoas, e de forma sub-reptícia, furtiva, às ocultas, da concepção de realidade que integra o domínio das atividades psíquicas, emocionais e afetivas dos sujeitos individuais ou coletivos que a compõem (trabalhadores, empregados) (FARIA, 2007, p. 50).

Eduardo Davel e Sylvia Constat Vergara são os organizadores do livro e autores do capítulo introdutório intitulado “Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações”, que evidencia a relevância da questão da subjetividade na gestão organizacional. Esse é um contraponto à tradicional administração de recursos humanos, que privilegia a objetividade e deixa pouco espaço para outras perspectivas. Aqui os autores exploram como a subjetividade, comumente atrelada ao “ser”, e a objetividade, atrelada ao “ter”, mereceram atenção de diferentes estudiosos no âmbito da gestão organizacional: “A contribuição da consideração da subjetividade no estudo das pessoas nas organizações é a de tornar compreensível a experiência humana em sua fonte mais complexa, rica e profunda” (p. 14).

INOVAÇÃO

“Inovação, risco e transgressão nas organizações” é o título do segundo capítulo, de autoria de Norbert Alter, tratando as fases do processo

inovador, o iminente conflito com a ordem, sua inevitável presença no cotidiano, as formas e forças que se opõem ou geram a ação inovadora, além da compreensão do risco e da transgressão no processo inovador. Para uma reflexão sobre a relação entre “invenção” e “inovação”, o autor convoca, dentre outros, estudos originais do economista austríaco Joseph Schumpeter, que já tratava do tema em seus estudos originais na década de 1930. Risco e transgressão são discutidos para concluir o capítulo, uma vez que a aceitação do risco é vista como uma transgressão das formas sociais estabelecidas e representação da ação inovadora.

COGNIÇÃO

(...) fica clara a importância atribuída por pesquisadores e gestores ao papel do conhecimento, do pensamento e dos processos que os geram e os transformam, para uma compreensão mais adequada das características e das dinâmicas das organizações (ZANELLI *et al.*, 2004, p. 177).

A exemplo do que já vinha discutindo em seu texto publicado no livro *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*, o autor do capítulo três, “Cognição e ação nas organizações”, destaca o papel dos processos cognitivos na constituição da vida em organizações, sintetiza trajetórias de produção de conhecimento que caminharam em linhas paralelas por muitas décadas e se encontram para melhorar a compreensão de “importantes e complexos fenômenos humanos – o campo dos estudos organizacionais e o campo dos estudos sobre cognição” (*idem*, p. 178). Os estudos cognitivos permitem, segundo o texto, a melhor compreensão de uma série de fenômenos relacionados ao funcionamento organizacional; relativizam a ideia de que as organizações são entidades racionais; dão suporte para reivindicações de políticas que respeitem e valorizem o trabalhador, por recolocar no centro da atenção as pessoas e seus processos psicológicos; levam a se pensar em uma necessária inclusão das pessoas nas decisões que lhes dizem respeito, conduzindo a um aprofundamento e enraizamento de práticas cooperativas que impliquem distribuição de poder e ampliação da autonomia. Revelam-se nos estudos de cognição, ainda, questões de interesse hodierno, como o alerta à “rica diversidade humana nos seus processos de perceber, interpretar e reagir aos acontecimentos” (*idem*, p. 204). Refletindo sobre as implicações da interface entre os estudos cognitivos e organizacionais, o autor do capítulo, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, também apresenta suas implicações para a gestão de pessoas, uma vez que o êxito de políticas e práticas voltadas para as pessoas na organização depende dos significados

que lhes são atribuídos. Os discursos gerenciais e as políticas de pessoal devem evoluir do modelo de controle em prol do automatismo para aqueles que reconhecem e lidam com a diversidade das pessoas (p. 82 e 83). Há, portanto, na via cognitivista, um desafio para a formulação de políticas de recursos humanos que superem fórmulas universais.

CONHECIMENTO E PODER

O exercício do poder em si mesmo cria e faz emergir novos objetivos do conhecimento e acumula novos corpos de informação (...) o exercício do poder perpetuamente cria conhecimento e, por outro lado, o conhecimento constantemente induz efeitos do poder (...) não é possível para o poder ser exercido sem conhecimento, é impossível ao conhecimento deixar de gerar poder (FOUCAULT, 1980: 52, *apud* Townley, p. 92).

Poder, conhecimento e subjetividade são temas centrais do capítulo quatro, “Conhecimento e poder nas organizações”, de Barbara Townley. Por meio da abordagem desses conceitos à luz das ideias de Michel Foucault, é explicada a construção do conhecimento em Administração de Recursos Humanos (ARH). Da extensa obra de Foucault, poder, conhecimento e subjetividade são os conceitos escolhidos para dar conta da questão tratada no âmbito da ARH. A abordagem proposta “permite que a ARH seja analisada como a ‘determinação de conhecer’, ou seja, como um sistema de conhecimento e modalidade de poder” (p. 115). É desvendada, assim, a relevância dos conceitos foucaultianos de conhecimento-poder para a ARH. Para essa análise, o autor identifica como unidade básica para a compreensão da ARH “a natureza das trocas envolvidas na relação de trabalho”.

COMUNICAÇÃO

Recorrente nos manuais organizacionais, a comunicação na empresa é abordada por Philippe Zarifian, no quinto capítulo, “Comunicação e subjetividade nas organizações”, levando em conta a complexidade desse tema e a impossibilidade de reduzi-lo a um único tipo de comunicação e a uma única forma social. Nessa perspectiva, vale a pena ressaltar o contraponto que o texto oferece para as denominadas “comunicação autêntica” e “comunicação gerencial”. Enquanto a primeira, na atividade profissional, é “um processo pelo qual se instaura uma compreensão recíproca e se forma um sentido compartilhado, resultando em um entendimento sobre as ações que os sujeitos envolvidos são levados a assumir juntos ou de maneira

convergente” (p. 137), a segunda – a comunicação gerencial – se pretende “sempre ordenadora do comportamento dos trabalhadores da base e visa sempre instrumentalizar as ações desses trabalhadores em função dos objetivos que a direção da empresa se fixa” (p. 139). Para o autor, importante é a integração, pela empresa, da comunicação autêntica, que “deve ser associada, por confrontação à reflexão e definição da política da empresa, e integrada, pela comunicação gerencial, em suas missões e práticas” (p. 141).

INTERIORIDADE

A cultura de empresa, ou cultura organizacional, ao propor seus valores e seu processo de socialização, seu imaginário enganador, tem por fim englobar todos os participantes da organização numa fantasia comum proposta por seus dirigentes. Seu sistema de símbolos, que fornece um sentido preestabelecido a cada uma das ações dos indivíduos, tem por objetivo prendê-los totalmente na rede que ela tece (p. 147).

Há duas preocupações centrais que norteiam os escritos de Eugène Enriquez nesse capítulo seis sobre *interioridade* e *organizações*: os processos de idealização, projeção e identificação e sua ajuda para a definição da importância da interioridade e as implicações desses processos em um contexto como o organizacional, que pressupõe, contrariamente, uma identidade compacta, constante, coesa e semelhante. Nessas perspectivas, há o convite para uma reflexão acerca da “nossa condição psicossocial nas organizações, como fazendo parte de um fluxo contínuo de transformações nas quais, certamente, nossa vida interior, com toda sua riqueza e complexidade, tem muito a contribuir” (p. 143). Essa interioridade pode se perder na organização, que engloba sua existência em um projeto, um ideal ou uma causa que se justificam em si mesmos. Respostas se obterão na revisão do autor sobre processos de idealização que “confiscam” a interioridade em uma organização que se quer infalível e “sagrada” e consegue essa “sacralização” com métodos questionáveis. É, portanto, inevitável esse movimento de desaparecimento da interioridade do sujeito? Seria esse o preço para não se ser esquecido e/ou eliminado pelo que prevalece das expectativas organizacionais?

PRAZER, EMOÇÃO, GÊNERO E RELAÇÕES FAMILIARES E AMOROSAS

Questões de prazer, de emoção e gênero, e de relações amorosas e familiares são tratadas nos capítulos 7, 8 e 9, respectivamente, por Gibson

Burrell, Linda Rouleau e Maria José Tonelli. Encontram-se nos textos desses autores diversas preocupações sobre a forma como as organizações e a administração lidam com o prazer e a sensualidade que permeiam as relações humanas. Seria pela “deserotização” do local de trabalho? Existe, como para Max Weber, uma incompatibilidade entre amor e grandeza empresarial? Do lado das questões de gênero, pergunta-se como elas permeiam as relações e influenciam a adaptação e atualização das pessoas e das organizações. As organizações conseguem se manter por se ancorar (subjeticamente) na (re)produção social da masculinidade e feminilidade? Na sequência dessas preocupações temáticas, vale a pena ressaltar o questionamento do valor do relacionamento efetivo das pessoas com a organização em uma realidade de trabalho que cada vez mais aponta para rompimentos iminentes. Qual o paralelo entre o familiar e o organizacional ou entre o amor e o trabalho em um mundo caracterizado pela dúvida? “A continuidade e a durabilidade das relações amorosas e profissionais das pessoas no trabalho e no casamento dependem, cada vez mais, de negociações constantes, que envolvem prazer, satisfação sexual e afetiva, mas também cautela e medo do desemprego, da exclusão e da perda” (p. 213). A seguir, essas questões serão apresentadas, separadamente, como abordadas em cada respectivo capítulo.

PRAZER

Consultores gerenciais têm constatado nos últimos anos que a liberação da criatividade requer o destravamento do prazer. Os principais expoentes da Teoria Organizacional de Heathrow são articulados e altamente profissionais em revelar uma nova chave para sua sala do tesouro (p. 166).

O capítulo sete, de autoria de Gibson Burrell e intitulado “Prazer, sensualidade e diversão nas organizações”, deriva de uma publicação inglesa original que poderia ser traduzida por “A organização do prazer” – The organization of pleasure. Para o autor, falta à agenda da Teoria Crítica das Organizações a garantia de espaço para as “emoções”, o mesmo espaço que garante à “consciência”. O prazer teria três faces, sendo a primeira delas compreendida como “um recurso que deve ser entregue aos executivos para uso organizacional” (p. 165); a segunda, como uma “fuga da realidade e aquisição de uma ‘jovial serenidade’” (p. 172) ou a aquisição de algum grau de liberdade das normas e dos valores dominantes seria uma sugestão da posição social crítica. Talvez seja uma face perigosa para o capital e para seus funcionários, porque sinaliza a recusa em despendar energia conforme

os interesses das grandes organizações. Já a terceira face do prazer implica mudança e transformação, residindo aí o perigo. O conceito de “reerotização” assume protagonismo nesse terceiro momento, vendo sua viabilidade em novas formas alternativas de organização. O autor teve o mérito de trazer à baila, como ele mesmo afirmou, o prazer em suas três faces, reconhecendo-o assim e prevenindo os estudos organizacionais de vê-lo apenas como “uma mercadoria a ser explorada”.

EMOÇÃO E GÊNERO

No oitavo capítulo, “Emoção e repertórios de gênero nas organizações”, Linda Rouleau aborda a dificuldade do conhecimento dos seres humanos e de sua constituição como sujeitos nas organizações. Reconhecendo que a preocupação em desvendar esse ser “sujeito da organização” remonta aos idos da década de 1990, quando a temática sobre as pessoas e sobre aquilo que elas vivenciam nas organizações se tornou central nos estudos organizacionais. Sabe-se muito sobre as pessoas quando consideradas enquanto recursos e não como sujeitos. O texto se propõe, portanto, retornar às teorias da subjetividade nas teorias organizacionais, além de apresentar os principais aportes da Teoria da Estruturação de Anthony Giddens como base de compreensão da subjetividade nas organizações para, a seguir, discutir emoções e repertórios de gênero, respectivamente, como lugar de atuação e como modalidade de estruturação da subjetividade organizacional.

RELAÇÕES FAMILIARES E AMOROSAS

O trabalho, longe de perder a centralidade na vida das pessoas, ocupa hoje cada vez mais o tempo e coloniza o tempo de não-trabalho das pessoas, já que todos precisam estar permanentemente atraentes para manter sua empregabilidade no mercado (p. 231).

No mundo hodierno “tudo parece tender para o efêmero” (p. 213), seja no trabalho ou no amor. Tendo em vista essa qualidade das relações modernas, a autora do nono capítulo, “Organizações, relações familiares e amorosas”, Maria José Tonelli, afirma que a continuidade e durabilidade das nossas relações amorosas e profissionais vão depender de constantes negociações, que envolvem prazer, satisfação sexual e afetiva, mas também cautela e medo do desemprego, da exclusão e da perda. Das perguntas de partida da autora derivam seus comentários sobre o tema em questão, nomeadamente

das perguntas sobre os vínculos que são estabelecidos entre as pessoas com o trabalho e com a organização; sobre o porquê do apego pessoal às organizações, uma vez que essa relação se tornou breve, e, ainda, sobre a forma como se comunicam casamento, amor e trabalho e se essa comunicação fala das vantagens e desvantagens dos “novos padrões de relacionamento entre as pessoas e o que acarretam para desempenho organizacional” (p. 241). Daí, conclui-se que há transformações profundas no amor e no trabalho que correspondem, respectivamente, à década de 1960 e aos anos 1980/1990, que orientam e inspiram as discussões deste capítulo.

CULTURA BRASILEIRA

O Brasil jamais poderá gozar da forma como os outros imaginariamente gozam, e o Brasil não pode ser a França ou os Estados Unidos. O mesmo se dá com a gestão de pessoas que gera brasileiros e não norte-americanos ou franceses. Como o colonizador não se conforma com isso, ele imagina que tem algo a cobrar permanentemente do país, de seu povo, e também de suas autoridades. Em vez de cobrança, porém, o que se ouve é “esse país não tem jeito”, “este país não presta” (p. 243).

Não há mais como prescindir de uma abordagem transcultural das formas de gestão para uma adequada aplicação de seus conteúdos e estratégias em diferentes realidades culturais. Isso ficou mais evidente a partir dos estudos internacionais sobre organizações, liderança e cultura (HOFSTEDE, 2001, HOUSE, JAVIDAN, DORFMAN, & GUPTA, 2004), bem como dos resultados das pesquisas no âmbito do projeto Globe (*Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness*), (HOUSE *et al.*, 2004; HOUSE & JAVIDAN, 2004). Nesses diferentes estudos se constatou que há tanto conexões fortes entre culturas, estilos de gestão e liderança, quanto semelhanças entre determinados países que podem explicar, a partir de comparações transculturais, como se dão essas relações. Muitos autores defendem a influência direta da cultura nos estilos de gestão e de liderança, argumentando que tradições específicas, valores, ideologias e normas estão mais vinculadas à diferenciação das sociedades do que a seus fatores estruturais (LAMMERS & HICKSON, 1979). Por outro lado, há alguns autores que sustentam que pelo menos alguns aspectos da liderança e da gestão transcendem os limites da cultura e, portanto, são universalmente aceitos (BARATA & RIPOLL, 2011).

Ademais, o texto do décimo capítulo de autoria de Maria José Tonelli, intitulado “Organizações, relações familiares e amorosas”, analisa, à luz da

antropologia, da história e da sociologia, questões relativas, dentre outras, à adoção efetiva, crítica e consciente de novas formas de gestão de origem estrangeira no âmbito das organizações nacionais. Somos realmente guiados e influenciados pelo estrangeirismo e por referências estrangeiras? Copiar modelos estrangeiros de comportamento, administração e de denominação dos seres e objetos que fazem parte de nossa vida, supervalorizando o estrangeiro e em detrimento do nacional, pode impedir o desenvolvimento de práticas mais aprofundadas, mais críticas e criativas de cooperação, de inovação e de envolvimento? Discute-se ainda a cultura brasileira, a inserção do estrangeirismo no Brasil e, por fim, a faceta de segregação que isso pode exercer no mundo organizacional em geral e na gestão de pessoas em particular.

A QUESTÃO DA CULTURA ESTRANGEIRA

Entendemos que a experiência de expatriação é complexa, que ela mobiliza outras competências além das profissionais, transcendendo o universo objetivo do indivíduo e de sua família. Assumir a expatriação é admitir a possibilidade de viver outra vida, de romper laços afetivos, desestruturar certezas e costumes, participar de uma aventura definida no cotidiano. Nela, as surpresas são constantes e os indivíduos não recêm um manual de instruções junto com seu bilhete aéreo. (p. 290-291).

Esse penúltimo capítulo, de autoria de Maria Ester de Freitas – “Multiculturalismo e expatriação nas organizações: vida do Executivo expatriado, a Festa vestida de riso ou de choro” – se baseia em pesquisa que data do ano 2000. Em linha semelhante ao texto da autora, temos o trabalho de Arménio Rego e Pina e Cunha, intitulado *Manual de gestão transcultural de recursos humanos*, publicado originariamente em 2009 pela editora RH de Lisboa. Referimo-nos ao livro de Rego e Pina e Cunha pelo fato de ter se tornado, em língua portuguesa, uma referência indispensável quando se discute o tema da expatriação de trabalhadores. Constatam-se significativas semelhanças entre os dois trabalhos. Ao dedicar uma extensa pesquisa à expatriação de líderes e gerentes, os autores primam em definir os requisitos da liderança transcultural, partindo de uma caracterização do mosaico multicultural. Levam-nos a um aporte teórico sobre cultura e suas implicações para a gestão organizacional, sobre dimensões culturais e seus diferentes modelos e pesquisadores e, finalmente, sobre a abordagem fundamental dos estudos contidos no projeto Globe (HOUSE *et al.*, 2004), que veio sintetizar diversos elementos, de certa forma ainda descoordenados, de temas e estudos

interculturais no contexto das organizações e suas respectivas sociedades (TUPINAMBÁ, 2009).

O capítulo acerca da questão da cultura estrangeira que ora apresentamos se preocupa, igualmente, com os tipos de práticas de gestores no contexto atual das organizações cada vez mais multicultural, com um quadro de trabalhadores menos homogêneo culturalmente. A expatriação pelas multinacionais de seus executivos também sugere atenção sobre diversidade cultural, aparências imediatas, comportamento gerencial e familiar para sua devida efetivação. Conforme sugere o texto introdutório, a autora traz um argumento complementar ao capítulo anterior, no qual a cultura estrangeira merece atenção em relação a aspectos organizacionais mas também pessoais. Para os leitores interessados em aprofundar as questões levantadas nesse capítulo, sugere-se, como leitura complementar, o livro de Rego e Pina e Cunha (2009).

AGINDO E INTERAGINDO NAS ORGANIZAÇÕES

À guisa de conclusão, o livro se encerra com o capítulo de autoria de seus organizadores, Sylvia Constant Vergara e Eduardo Davel, “Subjetividade, sensibilidade e estratégias de ação”. Para sintetizar a natureza dos capítulos que compõem a obra, os autores parafraseiam Vergara, colocando a questão da subjetividade como fio condutor: “Os vários temas e abordagens sobre a questão da subjetividade que compõem este livro sugerem que a gestão deve ser aprimorada com base na riqueza e complexidade das pessoas que dinamizam a vida organizacional. Cada autor contribuiu para compor uma parte da paisagem multicolor da subjetividade nas organizações contemporâneas, não deixando dúvida de que as pessoas representam-lhes a essência do sucesso sustentável e consistente. Penetrar na sutileza de suas relações e tentar desvendar-lhes a teia que tecem é de extrema relevância para que possa entender o mundo dos negócios e nele atuar de forma consequente.” (p. 277).

Talvez a ilustração da página 280, nesse último capítulo, sintetize o cerne das questões dos diferentes autores do livro, que pode ser entendido por cinco sensibilidades transversais aos textos. Essas cinco sensibilidades estariam presentes e seriam necessárias para se falar na administração com pessoas: “Quando agem e interagem, as pessoas mobilizam simultaneamente esses cinco repertórios de sensibilidades¹, favorecendo, contradizendo ou resistindo a situações, atividades, decisões e políticas organizacionais” (p. 309).

Como sugerem os organizadores do livro, apesar de sua estrutura permitir que sejam tomados separadamente, seria mais eficiente se fazer

uma leitura cuidadosa de cada um dos capítulos, interrelacionando-os, para usufruir de cada uma das sensibilidades nomeadas no contexto da atuação profissional. Isso permitiria atualizar a teoria proposta nesses tópicos diversos na realidade organizacional pertinente. Estima-se a inegável contribuição do estudo para o desenvolvimento de sensibilidades para lidar com as pessoas e suas relações, principalmente no âmbito organizacional. O leitor fará, ao longo de sua leitura, uma caminhada com os catorze autores e suas visões respectivas que servirão para lidar, em uma nova forma, com as pessoas e suas relações no contexto das organizações.

- NOTAS** 1. As sensibilidades são assim nomeadas: “transgressão e risco”; “conhecimento, comunicação, poder”; “interioridade, prazer, emoção, gênero”; “relações amorosas e familiares”; “cultura brasileira e estrangeira” (p. 281 e 282).

- BIBLIOGRAFIA** BARATA, M. A. e RIPOLL, M. M. (janeiro/junho 2011). El Liderazgo en una perspectiva internacional: Un estudio comparativo entre líderes brasileños y españoles de acuerdo con el proyecto Globe. **Revista de Psicología**, Fortaleza, 2(1), 35-48.
- FARIA, J. H. de. (2007). (org.). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- HOFSTEDE, G. (2001). *Culture's consequences: Comparing values, behavior, institutions and organizations across nations*. Thousand Oaks: Sage.
- HOUSE, R. J., HANGES, P. J., JAVIDAN, M., DORFMAN, P. W., e GUPTA, V. (orgs.). (2004). *Culture, leadership, and organizations: The Globe study of 62 societies*. Thousand Oaks: Sage.
- HOUSE, R. J., e JAVIDAN, M. (2004). Overview of GLOBE. In R. J. House, P. J., Hanges, M. Javidan, P. W. Dorfman e V. Gupta (Eds.), *Culture, Leadership, and Organizations: The GLOBE study of 62 societies* (p. 9-28). Thousand Oaks, CA: Sage.
- JAVIDAN, M., HOUSE, R. J., e DORFMAN, P. W. (2004). A nontechnical summary of Globe findings. In R. J. House, P. J. Hanges, M. Javidan, P. W. Dorfman e V. Gupta (Eds.), *Culture, leadership, and organizations: The Globe study of 62 societies* (p. 29-50). Thousand Oaks, CA: Sage.
- LAMMERS, C. J., e HICKSON, D. J. (1979). (orgs.). *Organizations alike and unlike. International and inter-institutional studies in the Sociology of organizations*. Londres: Routledge.
- REGO, A., e PINA e Cunha, M. (2009). *Manual de gestão transcultural de recursos humanos*. Lisboa: Editora RH.
- TUPINAMBÁ, A. C. R. (2009, julho/dezembro). Novas perspectivas na gestão transcultural. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 9(2), 124-130.
- ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (orgs.). (2004). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

Instruções aos autores

A REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC ESTÁ ABERTA A CONTRIBUIÇÕES NA FORMA DE:

Artigos de demanda livre – ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não-cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

Dossiê temático – a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do Dossiê temático pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado. Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma vez iniciado o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.

Resenhas – podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado. Cada autor receberá dois exemplares da respectiva edição.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesses** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar proveito direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explícita

mente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise.

Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados pelo autor através do e-mail racs@ufc.br, em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas.

A página inicial deve indicar: título do artigo; nome do(s) autor(es); resumo (até dez linhas), abstract, palavras-chave e keywords (no máximo 05). O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões.

Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico.

Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As notas (numeradas) e a bibliografia, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto.

O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

As citações que não ultrapassem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto.

As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36).

Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre parênteses as fórmulas (Idem, p. tal) ou (Idem, ibidem quando a página for a mesma).

Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b).

Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959, p. 33-37) afirma que...

Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como nota.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

FORMATO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/ 2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

Livro: sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen. Dialética e hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

Livro de vários autores (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome et al. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

Exemplo: QUINTANEIRO, Tania et al. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

Obs: até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

Artigo em coletânea organizada por outro autor: sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo.

Exemplo: MATOS, Olgária. Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin, in: NOVAES, A. (org.). O Desejo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação, número da edição (volume da edição e /ou ano), 1ª e última numeração das páginas, mês abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125-149, jun.1996.

Obras online: sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o endereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (site) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado. Ano.

EXEMPLOS: LIVRO

BALZAC, Honoré. A mulher de trinta anos. Disponível em: <[http:// www. terra. com.br.htm](http://www.terra.com.br.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Periódico em meio eletrônico

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. Rev. Bras. Ci. Soc*., São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Jornal em meio eletrônico

* **Sem o nome do autor.** Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. O Povo online, Fortaleza, 11mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

* **Com o autor**

BRÁS, Janaína. Fraternidade: campanha discute proteção à natureza. O povo online, 11mar.2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.



Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

**// DOSSIÊ: TRABALHO EM
ÁFRICA NO TEMPO COLONIAL**

Apresentação

Marina Berthet e Carla Susana
Alem Abrantes

**Ruth First e a história das
ciências sociais em Moçambique:
o “ouro negro” e o trabalhador
migrante nas minas sul-africanas**
Diogo Valença de Azevedo Costa

**A escravidão na África Oriental
alemã (1885 – 1914)**
Sílvio Marcus de Souza Correa

**Trabalho feminino nas colônias
alemãs da África**
Simoni Mendes de Paula e Ana
Carolina Schweitzer

**Carregadores, guias e
caçadores: trabalho e resistência
na expedição portuguesa ao
interior da África (1884 – 1885)**
Antônio José Alves de Oliveira e
José Nilo Bezerra Diniz

**A gestão do trabalho indígena
frente à resistência política em
Angola, 1950**
Carla Susana Alem Abrantes e
Marina Berthet

// ARTIGOS

**Sujeito, ação coletiva e
mobilização: a brinquedoteca
hospitalar e o direito ao brincar**
Bruna Alves Lopes, Constantino
Ribeiro de Oliveira Júnior e
Solange Aparecida Barbosa de
Moraes Barros

**Os 40 anos de *Trabalho e
capital monopolista*, de Harry
Braverman: a persistente
fragilidade sindical nos assuntos
relacionados ao processo de
trabalho**
Fernando Coutinho Cotanda

**João do Vale e a formação de
um artista popular no Brasil, nos
anos de 1950**
Mariana Mont'Alverne Barreto
Lima

**Andread Jó e a Nova Produção
Independente em Fortaleza/
CE: reflexões sobre a indústria
fonográfica em tempos de
ciberespaço**
Tássio Ricelly Pinto de Farias e
Jean Henrique Costa

**As desigualdades categóricas e
duradouras de propriedade, raça
e sexo na Sociologia Paulista das
décadas de 1950 e 1960**
André Victorino Mindoso e José
Miguel Rasia

// RESENHAS

**MACAGNO, Lorenzo. O dilema
multicultural**
Mário Henrique Benevides

**GIDDENS, Anthony. The politics
of climate change**
Juliana Capra Maia

**DAVEL, E. e VERGARA, S. C.
(org.). Gestão com pessoas e
subjetividade**
Antonio Caubi Ribeiro
Tupinambá e Raquel
Libório Feitosa